

INTRODUÇÃO

Com imensa satisfação, apresentamos a nova edição da revista científica multidisciplinar “FARMHOUSE Ciência & Tecnologia”, cujo lema “A verdadeira sabedoria vem da integração de múltiplas disciplinas, onde cada perspectiva ilumina e complementa as outras” reflecte o espírito colaborativo e inovador que guia este projecto. Nossa missão é promover a troca de conhecimentos entre diferentes áreas do saber, incentivando uma compreensão mais abrangente e interconectada dos fenómenos que moldam nossas sociedades.

Nesta edição, reunimos uma selecção diversificada de artigos que exploram temáticas actuais e relevantes, mostrando como o olhar multidisciplinar pode trazer soluções inovadoras para questões complexas. Entre os destaques, temos:

- **Do Determinismo Biológico à Criminologia Moderna: A Influência de Lombroso nas Práticas Policiais** – Um mergulho na história e evolução do pensamento criminológico.
- **A Aplicação das Normas Internacionais no Uso da Força e Armas de Fogo pelas Forças Policiais Angolanas** – Uma reflexão sobre a convergência entre legislação local e padrões globais.
- **Entomologia Criminalística em Cuba: Projecções para seu Desenvolvimento** – Avanços e possibilidades de aplicação dessa ciência na investigação criminal.
- **Durabilidade de impressões dérmicas em metal e vidro submersos em água parada** – Contribuições para o aperfeiçoamento de técnicas periciais.
- **O Linchamento: Abordagem na Perspectiva de Vítimas do Bairro Golfe 2** – Um olhar sensível sobre questões sociais e de segurança.
- **Unões de Facto e Direito de Família em Angola: Análise Crítica e Perspectivas** – Reexame de institutos legais sob uma óptica contemporânea.

Outros temas abordam questões de impacto no ensino, como **O Processo de Ensino-Aprendizagem de Economia Empresarial na Formação de Professores de Economia e Espaço Físico no Rendimento Escolar dos Alunos da Escola Primária N° 68 de Soyo/Zaire**, além de desafios e oportunidades nas áreas de marketing digital, protecção de dados pessoais e reformas administrativas.

Agradecemos profundamente a todos os autores que confiaram em nossa publicação como meio para disseminar seus trabalhos e à dedicada equipe de revisores, cuja expertise e comprometimento garantiram a qualidade e a relevância dos artigos aqui apresentados. Vocês são o pilar de sustentação desta revista, e é um privilégio contar com a colaboração de cada um.

Convidamos nossos leitores a explorar os conteúdos desta edição, permitindo-se inspirar pelas ideias e perspectivas aqui compartilhadas. Que este seja mais um passo na construção de um conhecimento verdadeiramente integrado, capaz de transformar o mundo.

Boa leitura!

A Equipe Editorial

Índice

- FARMHOUSE Ciência & Tecnologia: Promovendo a Ciência Angolana com uma Perspectiva Multidisciplinar 1
- Do Determinismo Biológico à Criminologia Moderna: A Influência de Lombroso nas Práticas Policiais 22
- A Aplicação das Normas Internacionais no Uso da Força e Armas de Fogo pelas Forças Policiais Angolanas 41
- La Entomología Criminalística en Cuba: Proyecciones para su Desarrollo 56
- Perdurabilidad de Huellas Dérmicas Sobre Metal y Vidrio Sumergidos en Agua Estancada..... 76
- O Linchamento. Abordagem na Perspectiva de Vítimas do Bairro Golfe 2 90
- Uniões de Facto e Direito de Família em Angola: Análise Crítica e Perspectivas 109
- La Singularidad Inducida: Un Artificio para la Identificación Criminalística de las Huellas..... 123
- Glosario Logopédico Electrónico Interactivo: Una Visión Novedosa de la Comunicación y el Lenguaje..... 136
- El Análisis Fónico en el Diagnóstico de Habilidades: Una Mirada Actual en la Primera Infancia..... 150
- La Integración Social de los Educandos con Discapacidad: Una Mirada desde el Trabajo Preventivo 162
- El Trabajo Preventivo desde una Visión Personológica en la Educación Primera Infancia..... 174
- Impacto da Capacitação na Liderança dos Docentes no Complexo Escolar 16 De Junho, em Moçâmedes 185
- Oportunidades e Desafios do *Marketing Digital* nas Universidades Angolanas 205
- Diagnóstico sobre o uso de Meios Digitais e Redes Sociais. 222
- Espaço Físico no Rendimento Escolar dos Alunos da Escola Primária N° 68 de Soyo/Zaire 236
- El Proceso de Enseñanza-Aprendizaje de Economía de Empresas en la Formación del Profesor de Economía 249
- El Trabajo Metodológico en el Nivel Medio Superior: Una Visión Diagnóstica Actual 262
- Nuevas Tecnologías, Sexualidad y Disfunciones Sexuales Femeninas 275
- Desafios Actuais da Protecção de Dados Pessoais em Angola 285
- Hacia el Diseño Estratégico de una Reforma para la Modernización de las Administraciones Públicas 299
- Estratégias para a Mitigação dos Efeitos das Variações Cambiais 313

**FARMHOUSE Ciência & Tecnologia: Promovendo a Ciência Angolana com uma
Perspectiva Multidisciplinar****FARMHOUSE Science & Technology: Promoting Angolan Science with a
Multidisciplinary Perspective****FARMHOUSE Ciencia y Tecnología: Promoviendo la Ciencia Angoleña con una
Perspectiva Multidisciplinaria****Editorial 5ª Edição****Autores:** Juan Ruben Herrera Masó

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0259-0708>e-mail: rh162678@gmail.com

Carlos Rafael Figueredo Verdecia

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6104-5980>e-mail: dir.ciencia.insutec@gmail.com

Rouget Ruano Fundora

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5834-1990>e-mail: rouget.fundora@gmail.com

Irma Fuoman Arias

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3624-8932>e-mail: irmafuoman66@gmail.com**RESUMO**

A revista FARMHOUSE Ciência & Tecnologia é uma publicação semestral que promove o avanço da ciência e tecnologia em Angola e internacionalmente. Editada pelo Instituto Superior Politécnico de Ciência e Tecnologia (INSUTEC), a revista dedica-se à divulgação de artigos originais, revisões e ensaios académicos nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, Ciências Exactas, Engenharias e Ciências Criminais. Desde sua criação em 2022, publicou quatro volumes com mais de 46 artigos, elaborados por mais de 70 autores, abordando temas como educação, desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica e as ciências criminais, incluindo criminologia, direito penal e vitimologia. Este estudo destaca sua relevância como plataforma de intercâmbio de saberes e experiências, contribuindo para a internacionalização do conhecimento científico angolano. Publicada em português, inglês e espanhol, a revista amplia o alcance de suas publicações, facilitando o acesso ao conhecimento por diversas comunidades

científicas. Ao abordar temas transversais, desempenha um papel crucial no desenvolvimento científico e social, alinhando-se com os objetivos de uma universidade comprometida com a evolução académica e cultural da nação. Este artigo analisa as contribuições e o impacto da revista, além de seu potencial de crescimento e fortalecimento do diálogo científico.

Palavras-chave: Artigo científico; Desenvolvimento Científico; Revista Científica.

SUMMARY

The FARMHOUSE Science & Technology Journal is a semi-annual publication dedicated to promoting the advancement of science and technology both in Angola and internationally. Published by the Higher Polytechnic Institute of Science and Technology (INSUTEC), the journal focuses on disseminating original articles, reviews, and academic essays in the fields of Social Sciences and Humanities, Exact Sciences, Engineering, and Criminal Sciences. Since its inception in 2022, it has published four volumes with over 46 articles written by more than 70 authors, addressing topics such as education, sustainable development, technological innovation, and criminal sciences, including criminology, criminal law, and victimology. This study emphasizes the journal's significance as a platform for the exchange of knowledge and experiences, contributing to the internationalization of Angolan scientific knowledge. Published in Portuguese, English, and Spanish, the journal broadens the reach of its publications, facilitating access to knowledge by diverse scientific communities. By addressing transversal issues, it plays a crucial role in scientific and social development, aligning with the objectives of a university committed to the academic and cultural evolution of the nation. This article analyzes the contributions and impact of the journal, as well as its growth potential and strengthening of scientific dialogue.

Keywords: Scientific article; Scientific Journal; Scientific Development.

RESUMEN

La revista FARMHOUSE Ciencia & Tecnología es una publicación semestral que promueve el avance de la ciencia y la tecnología en Angola y a nivel internacional. Editada por el Instituto Politécnico Superior de Ciencia y Tecnología (INSUTEC), la revista se dedica a la difusión de artículos originales, reseñas y ensayos académicos en las áreas de Ciencias Sociales y Humanidades, Ciencias Exactas, Ingenierías y Ciencias Penales. Desde su creación en 2022, ha publicado cuatro volúmenes con más de 46 artículos, escritos por más de 70 autores, que abordan temas como la educación, el desarrollo sostenible, la innovación tecnológica y las ciencias penales, incluyendo la criminología, el derecho penal y la victimología. Este estudio

destaca su relevancia como plataforma para el intercambio de conocimientos y experiencias, contribuyendo a la internacionalización del conocimiento científico angoleño. Publicada en portugués, inglés y español, la revista amplía el alcance de sus publicaciones, facilitando el acceso al conocimiento por parte de diversas comunidades científicas. Al abordar temas transversales, juega un papel crucial en el desarrollo científico y social, alineándose con los objetivos de una universidad comprometida con la evolución académica y cultural de la nación. Este artículo analiza las contribuciones y el impacto de la revista, así como su potencial de crecimiento y fortalecimiento del diálogo científico.

Palabras-claves: Artículo científico; Desarrollo científico; Revista Científica.

INTRODUÇÃO

As revistas científicas têm desempenhado um papel fundamental no meio universitário, funcionando como veículos essenciais para a disseminação e o desenvolvimento do conhecimento académico. Sua importância, conforme destacam diferentes autores, pode ser analisada de diversas perspectivas.

- 1 A publicação em revistas científicas permite que as pesquisas sejam avaliadas por pares, o que garante a qualidade e a validade dos estudos apresentados. Esse processo de revisão por pares é crucial para estabelecer credibilidade e rigor nas descobertas académicas (Day & Gastel, 2016).
- 2 As revistas científicas fornecem actualizações contínuas sobre as pesquisas mais recentes, promovendo o desenvolvimento das disciplinas e auxiliando docentes e discentes a se manterem informados sobre inovações e descobertas nas suas áreas de estudo (Kamler & Thomson, 2014).
- 3 As publicações científicas incentivam a colaboração entre pesquisadores, tanto dentro de uma universidade quanto entre instituições de ensino superior. A interdisciplinaridade é enriquecida, pois temas abordados nas revistas frequentemente atraem contribuições de várias áreas do conhecimento, ampliando o alcance e a aplicabilidade dos estudos (Pyhältö, Stubb, & Lonka, 2009).
- 4 Para professores e pesquisadores, publicar em revistas científicas é um meio de reconhecimento e avanço profissional, sendo considerado em promoções académicas e concessões de financiamento. Esse estímulo à publicação académica favorece a pesquisa universitária e impulsiona a produção científica institucional (Bik & Goldstein, 2013).

As universidades que incentivam a publicação científica dos seus professores e alunos tendem a melhorar sua visibilidade e prestígio no cenário académico. Instituições com alta produção de publicações são frequentemente reconhecidas como centros de excelência, atraindo mais estudantes, professores e parcerias estratégicas (Lee & Kamler, 2008).

Portanto, as revistas científicas são instrumentos vitais no ambiente universitário, proporcionando um espaço para a validação e a ampliação do conhecimento, preparando novos pesquisadores, promovendo o desenvolvimento académico, e contribuindo para o avanço das ciências e das tecnologias.

As Informações sobre ciência em Angola aparecem pela primeira vez em 2010, no Relatório "*African Innovation Outlook/2010*" da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Posteriormente, o mesmo relatório da UNESCO de 2015 já contém os dados provenientes do Primeiro Inquérito Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Os dados da UNESCO revelam um panorama inicial e emergente da ciência em Angola, onde esforços estão sendo feitos para estabelecer uma infra-estrutura científica e tecnológica, mas com desafios e limitações significativas.

1. Investimento em Educação e Lacuna em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): com um gasto público de 3.5% do PIB em educação, o investimento mostra um comprometimento inicial com o sector educacional, mas a falta de dados específicos sobre gastos em P&D indica uma área de atenção crítica. Sem financiamento adequado para pesquisa, o avanço científico pode ser limitado.
2. Patentes e Produção científica: O número reduzido de patentes (apenas 7 entre 2008 e 2013) reflecte a incipiência do sistema de inovação. Já o crescimento nas publicações científicas (de 17 em 2005 para 45 em 2014) sinaliza uma trajectória positiva, mas com produção ainda modesta – 2 publicações por milhão de habitantes em 2014, o que destaca uma necessidade de maior suporte institucional para que a produção científica atinja níveis competitivos globalmente.
3. Capacidade Humana e Educação Superior: com mais de 60 universidades e 200.000 estudantes, Angola possui uma infra-estrutura académica em crescimento. No entanto, a baixa proporção de investigadores (73 por milhão de habitantes) e a sub-representação de mulheres (27.1%) revelam lacunas na formação de cientistas e na inclusão de género.

4. Sistema Nacional de Inovação: A classificação como "viável" pela UNESCO sugere que, embora o sistema tenha potencial, ele ainda não está plenamente desenvolvido. Esse status indica que há uma base inicial que pode evoluir com apoio político e investimentos adicionais.
5. Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ): A existência do PNFQ é um passo positivo para formar profissionais qualificados, essencial para sustentar o crescimento científico e inovador no longo prazo.

Esses dados indicam que Angola está num estágio de desenvolvimento científico inicial, com algumas infra-estruturas e políticas em vigor, mas ainda com grandes desafios para atingir um sistema científico robusto e sustentável. Finalmente, o relatório aponta a gestão como o principal obstáculo para aumentar a produção científica.

Na entrevista com o Jornal de Angola, a Ministra da Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, reconheceu que a pesquisa científica em Angola enfrentava dois grandes obstáculos, a saber, a falta de pesquisadores e a falta de financiamento. (Mendes, 2023; Sambo, 2019).

No entanto, como destaca Pereira (2024), apesar das dificuldades enfrentadas no domínio da investigação e inovação, Angola atravessa um bom momento de reforma das políticas de ensino superior, ciência e tecnologia, através da criação de um conjunto de normas legais, de forma a adaptá-las aos padrões exigidos internacionalmente e reforçar a credibilidade nacional e internacional da ciência.

Neste contexto, a FARMHOUSE Ciência & Tecnologia é uma revista científica de carácter multidisciplinar, lançada pelo Instituto Superior Politécnico de Ciência e Tecnologia (INSUTEC) em Angola; responsável pela promoção dos resultados mais relevantes dos profissionais do Instituto, assim como de Angola e outras partes do mundo. Os seus objectivos visam mostrar o avanço das correntes científicas actuais e incentivar o intercâmbio de experiências entre investigadores de diferentes comunidades científicas.

Como uma das poucas publicações científicas em território angolano, a revista se dedica à promoção do conhecimento académico e científico em diversas áreas, abrangendo desde as Ciências Sociais e Humanas até as Engenharia e Ciências Criminais. Publicada semestralmente, a revista serve como um ponto de encontro para académicos e pesquisadores interessados em compartilhar suas descobertas e avanços nas mais variadas áreas do saber.

O cenário científico angolano, ainda em desenvolvimento, se beneficia enormemente dessa iniciativa, já que proporciona uma plataforma para que a produção académica local ganhe visibilidade. Além disso, a revista adopta um enfoque que visa tanto a disseminação de conhecimento dentro de Angola quanto para um público internacional, permitindo que as pesquisas angolanas alcancem uma audiência mais ampla.

O principal objectivo da FARMHOUSE Ciência & Tecnologia é oferecer uma plataforma confiável e acessível para a divulgação de pesquisas científicas originais e de alta qualidade. A revista visa estimular o desenvolvimento da ciência em Angola, promovendo o intercâmbio de ideias entre pesquisadores de diferentes disciplinas. A publicação é voltada para a promoção de descobertas inovadoras nas áreas de Ciências Sociais, Engenharia e Ciências Criminais, com foco na contribuição de novas soluções para os desafios locais e globais.

A FARMHOUSE Ciência & Tecnologia preenche uma lacuna significativa no panorama académico angolano, uma vez que oferece um espaço para a publicação de estudos científicos em um país onde as oportunidades para pesquisadores locais de disseminar seus trabalhos são limitadas. Essa plataforma tem sido fundamental para o fortalecimento da ciência no país, permitindo que académicos e estudantes angolanos possam compartilhar suas descobertas e experiências.

A revista também contribui de maneira importante para a internacionalização da produção científica de Angola. Ao ser disponibilizada em plataformas como o *African Journals Online* (AJOL), ela se torna visível para uma audiência internacional, permitindo que o conhecimento gerado no país seja reconhecido fora das suas fronteiras. Esse processo não só fortalece a comunidade académica em Angola, mas também estabelece pontes de colaboração com pesquisadores de outras partes do mundo, criando um ambiente científico global mais integrador e interconectado.

Por meio dessa visibilidade, a FARMHOUSE desempenha um papel crucial na promoção da ciência como instrumento de desenvolvimento e na melhoria da imagem de Angola no cenário científico internacional. Sua missão vai além da publicação, buscando integrar a comunidade científica angolana em redes globais, contribuir para o avanço das diversas áreas do conhecimento e, por fim, para a resolução de problemas locais com soluções científicas inovadoras.

Fundação e Desenvolvimento

A FARMHOUSE Ciência & Tecnologia foi fundada pelo Instituto Superior Politécnico de Ciência e Tecnologia (INSUTEC) em Angola, com o objectivo de criar um espaço para a divulgação de pesquisas científicas e académicas em diversas áreas do conhecimento. A revista teve seu lançamento inicial em um contexto em que a produção científica em Angola carecia de plataformas amplamente acessíveis para pesquisadores locais, e um dos principais propósitos da criação da publicação foi suprir essa lacuna.

O nome "FARMHOUSE", que pode ser traduzido como "Casa da Fazenda", carrega um simbolismo interessante relacionado à ideia de construção e crescimento. Em muitas culturas, uma casa de fazenda é vista como um local de cultivo e produção, o que reflecte a missão da revista de fomentar o cultivo do conhecimento científico e académico em Angola, ajudando na construção e desenvolvimento da produção científica local. A escolha do nome da revista, embora tenha a ver com o sobrenome da entidade patronal, remeta à ideia de um ambiente acolhedor e produtivo, onde as ideias podem ser semeadas e crescer.

Desde sua fundação, a FARMHOUSE Ciência & Tecnologia passou por diversas transformações. Inicialmente, a revista focava na divulgação de trabalhos locais, mas com o tempo ela expandiu sua linha editorial, incorporando áreas de estudo emergentes e actualizando suas directrizes para manter-se alinhada às necessidades da comunidade científica global. A revista foi adaptando-se à evolução do panorama científico, com ênfase na publicação de artigos originais, revisões de literatura e estudos empíricos de impacto.

Uma das principais inovações ao longo de sua história foi a inserção da FARMHOUSE em plataformas internacionais, como o *African Journals Online* (AJOL), que amplia sua visibilidade e torna seus conteúdos acessíveis a um público global. Essa adaptação a plataformas digitais também impulsionou a disseminação de pesquisas angolanas, proporcionando maior alcance e engajamento com comunidades científicas fora de Angola. Além disso, a revista tem buscado aprimorar sua presença em bases de dados académicas de renome, o que contribui para a internacionalização da pesquisa angolana e para a valorização dos trabalhos publicados.

Ao longo dos anos, a FARMHOUSE se consolidou como uma publicação de destaque, não apenas em Angola, mas também em outros países africanos e além, sendo um ponto de referência para pesquisadores interessados em áreas de tecnologia, ciências e inovação.

A análise dos dados da Tabela 1 sobre o número de autores e artigos publicados na revista permite identificar algumas tendências e comportamentos ao longo dos diferentes volumes e períodos. A tabela apresenta os seguintes dados:

Tabela 1. Número de autores e artigos publicados na Revista.

Volume	Período	Autores	Artigos	Média
Vol.1	28.12.22	18	14	1,28
Vol.2	31.07.23	10	8	1,25
Vol.3	22.12.23	10	9	1,11
Vol.4	01.07.24	33	15	2,20

A análise da tabela e do gráfico sobre o número de autores e artigos publicados na revista permite inferir as seguintes conclusões:

1. Número de Autores e Artigos ao longo dos Volumes

- Volume 1 (28.12.22): A revista iniciou com um número razoável de autores (18) e artigos (14), o que representa uma boa participação inicial.
- Volume 2 (31.07.23): houve uma queda no número de autores, reduzindo para 10, o que também afectou a quantidade de artigos publicados (8), resultando em uma diminuição de ambos em comparação ao primeiro volume.
- Volume 3 (22.12.23): O número de autores e artigos manteve-se no mesmo nível do Volume 2 (10 autores e 9 artigos), com uma leve melhora no número de artigos publicados, mas sem grandes variações.
- Volume 4 (01.07.24): A revista registrou um aumento significativo no número de autores (33), o que reflectiu directamente no número de artigos (15). Isso resulta em um volume consideravelmente maior de participação comparado aos volumes anteriores.

2. Análise da Média de Artigos por Autor

A média de artigos por autor ao longo dos volumes tem mostrado variações interessantes:

- Volume 1 (1,28): A média de artigos por autor foi de 1,28, o que indica que, em média, cada autor contribuiu com mais de um artigo.

- 4 Volume 2 (1,25): A média caiu ligeiramente para 1,25, o que sugere que, embora o número total de artigos tenha diminuído, a contribuição por autor não mudou muito.
- 4 Volume 3 (1,11): A média caiu para 1,11, o que indica que os autores tendem a publicar menos artigos em relação ao Volume 1, com uma ligeira queda no número de publicações.
- 4 Volume 4 (2,20): houve uma grande recuperação, com uma média de 2,20 artigos por autor, o que sugere uma participação mais intensa de cada autor, possivelmente com contribuições mais substanciais ou co-autorias.

3. Tendências das publicações.

- 4 Diminuição inicial e recuperação: Após o Volume 1, houve uma queda no número de autores e artigos, especialmente no Volume 2 e 3. Isso pode ser explicado por factores como baixa submissão de artigos ou falta de motivação de participação dos autores. No entanto, o Volume 4 apresenta uma recuperação notável, tanto no número de autores quanto na média de artigos por autor, indicando um retorno ao interesse pela publicação e um aumento na colaboração.
- 4 Maior colaboração no Volume 4: A média de 2,20 artigos por autor no Volume 4 sugere que, apesar de um maior número de autores (33), há um nível mais alto de colaboração ou mesmo autores publicando mais de um artigo. Esse aumento pode reflectir uma estratégia mais eficaz de recrutamento de autores ou uma maior confiança na revista por parte dos académicos.

A tendência de aumento no Volume 4 poderia sugerir uma mudança na estratégia editorial, como uma melhor divulgação da revista, mais incentivo à submissão de artigos, ou a ampliação do escopo temático da revista, atraindo mais colaboradores.

A análise dos dados e da tendência geral sugere que a revista passou por uma fase de diminuição de participação nos Volumes 2 e 3, mas houve uma recuperação significativa no Volume 4, possivelmente devido a novas estratégias editoriais ou maior incentivo à colaboração. O número de autores e artigos, bem como a média de artigos por autor, indicam um aumento na intensificação da colaboração e produção científica no último volume.

Não obstante, ainda está em investigação as causas dessa queda e subsequente recuperação, para compreender melhor a dinâmica da participação e o que motivou o aumento das contribuições no Volume 4. Além disso, manter o compromisso com os autores e promover

uma gestão editorial contínua e eficaz pode garantir a estabilidade ou o crescimento futuro da revista.

Eixos temáticos dos artigos publicados

1. Abordagens interdisciplinares e educação

- ▮ Os Temas Transversais, uma Variante para a Interdisciplinaridade no Contexto Universitário Angolano
- ▮ A Avaliação de uma Metodologia Interdisciplinar através de um Pré-Experimento
- ▮ Uma Visão Neuro-pedagógica para a Formação de Profissionais da Educação
- ▮ O Multilinguismo em Angola: Modelo para a Implementação de uma Política Linguística
- ▮ O Processo de Categorização dos Professores nas Universidades: Desafio Presente e Futuro de Angola

A interdisciplinaridade, especialmente no contexto universitário angolano, é um campo crucial para promover a integração entre diferentes áreas do saber e uma formação mais completa para os estudantes. Os temas sobre as metodologias interdisciplinares e a formação de profissionais da educação, alinhados à neuro-pedagogia, são altamente relevantes, dado o crescente interesse por métodos pedagógicos mais eficazes e inovadores. O multilinguismo em Angola, com suas particularidades linguísticas, oferece uma oportunidade de investigação prática sobre políticas linguísticas que promovam a inclusão e o acesso à educação, considerando as várias línguas nacionais. A categorização dos professores também é pertinente, considerando as transformações no sistema educacional angolano e os desafios de qualificação docente.

2. Desenvolvimento Social e Motivação

- ▮ As Recompensas e Benefícios Sociais como Factor de Motivação dos Professores do Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia
- ▮ Gestão de Segurança de uma Instituição ou Empresa
- ▮ Qualidade de Vida no Trabalho
- ▮ Avaliação de Desempenho como Ferramenta de Desenvolvimento Profissional dos Colaboradores nas Organizações

O desenvolvimento social e a motivação, especialmente nas organizações educacionais, são temas fundamentais para a melhoria das condições de trabalho e satisfação dos profissionais. O foco na motivação dos professores e na gestão de segurança nas instituições reflecte preocupações contemporâneas com o bem-estar dos trabalhadores e a eficiência das organizações. A qualidade de vida no trabalho e a avaliação de desempenho como ferramentas de desenvolvimento profissional são questões-chave para garantir um ambiente académico produtivo, algo cada vez mais relevante na gestão educacional em Angola.

3. Inovações pedagógicas e didácticas

- 🔗 As Perguntas na Sala de Aula. Uma Ferramenta Pedagógica para alcançar a Independência Cognitiva
- 🔗 Alternativa Didáctica para o Ensino Prático da Física nos cursos de Engenharia
- 🔗 “Softbraille”: Recurso Didáctico para a Preparação dos Maestros em Formação das Carreiras de Educação Especial e Logopedia
- 🔗 Uma cova olhada do Tratamento Didáctico ao Cálculo mediante o Uso do Ábaco em Educandos Cegos

As inovações pedagógicas propostas, como o uso de ferramentas para alcançar a independência cognitiva dos alunos e o ensino prático da física nos cursos de engenharia, são essenciais para a evolução dos métodos de ensino. A utilização de recursos adaptados para alunos com deficiência, como o "Softbraille" e o uso do ábaco para alunos cegos, também é um tema de grande importância, especialmente em um contexto como o angolano, onde a inclusão social ainda enfrenta desafios. Essas inovações contribuem para uma educação mais inclusiva e eficaz.

4. Criminologia e Prevenção do Crime

- 🔗 Características Criminológicas da Violência Sexual em Angola para a sua Prevenção
- 🔗 Avaliação do Grau de Satisfação dos Estudantes Universitários de Direito relativamente ao Programa da Disciplina de Criminologia
- 🔗 Validação de uma Metodologia para a Investigação Criminal do Crime de Proxenetismo
- 🔗 Ferramentas Botânicas Forenses para o Diagnóstico de Espécies Ruderais Cubanas

4 Fundamentos Teórico-Conceituais para um Estudo Sobre a Prevenção do Crime e da Violência

4 A Importância da Actuação do Criminólogo na Sociedade Angolana

A criminologia e a prevenção do crime são áreas de crescente interesse em Angola, onde a violência e a insegurança continuam a ser questões prementes. Os artigos que abordam as características da violência sexual e a prevenção do crime reflectem uma necessidade urgente de compreender e mitigar o impacto da criminalidade na sociedade. As validações de metodologias para a investigação de crimes, como o proxenetismo, além da importância da actuação do criminólogo, contribuem para uma abordagem mais científica e especializada da criminalidade, essencial para o aprimoramento da justiça criminal no país.

5. Ciências Sociais, Direito e Comunicação

4 O “Estado Emocional” da Comunicação no Parlamento Angolano, um Tratado contra o Discurso Órfão

4 Comunicação Científica no Processo de Defesa de Monografias – TCC

4 Os Macro-Desafios da Comunicação Epistemológica no Ensino Superior Angolano

4 A eficiência da Comunicação para a Resolução de Conflitos Institucionais

A comunicação, tanto no contexto institucional quanto na comunicação científica, é um tema central para a transparência e eficiência das instituições, especialmente no cenário político e académico. A análise do "estado emocional" da comunicação no Parlamento Angolano e sua relação com a qualidade do discurso é um tema de grande relevância, considerando as transformações políticas em Angola. A comunicação científica no processo de defesa de monografias também é um tema pertinente, pois fortalece a produção académica e a cultura de pesquisa. Além disso, a resolução de conflitos institucionais por meio da comunicação é um tema que ressoa com a necessidade de maior estabilidade e cooperação nas instituições angolanas.

6. Educação e Inclusão social

4 Impacto Social de una Concepción Didáctica para la Integración Social de los Niños Ciegos

- 4 Proposta de Acções para o Tratamento do Testemunho Oral na Educação Primária em Cuba
- 4 Visão Didáctica-Pedagógica do Tratamento aos Transtornos Específicos da Aprendizagem em Tempos de Pandemia
- 4 A Problemática do Conteúdo Reacções Químicas na Formação do Técnico Médio
- 4 Realidade e Perspectiva do Processo Pedagógico de Educação: Uma Proposta Local

A inclusão social na educação é uma questão de grande relevância, com impactos profundos sobre a justiça social e a redução das desigualdades. As propostas de acção para a integração social de crianças cegas e o tratamento pedagógico durante a pandemia revelam um olhar atento sobre as necessidades educacionais de grupos marginalizados e os desafios impostos por crises globais. Além disso, a problematização de conteúdos específicos, como as reacções químicas, é uma tentativa de tornar o processo pedagógico mais dinâmico e adequado às necessidades reais dos alunos.

Esse agrupamento temático organiza os artigos com base em suas áreas de foco principais, como educação, criminologia, desenvolvimento social e comunicação científica. Ele oferece uma visão mais clara da pesquisa apresentada na revista e suas potenciais aplicações.

A análise dos eixos temáticos dos artigos publicados revela uma diversidade de áreas de estudo, com relevância académica e científica no contexto académico e social angolano.

Esses eixos temáticos estão intrinsecamente conectados ao contexto contemporâneo de Angola e à sua evolução académica e social. Eles abordam questões cruciais de educação, inclusão, desenvolvimento social, inovação pedagógica, criminologia e sustentabilidade, todos com forte potencial para contribuir com soluções práticas e teóricas para desafios locais e globais. A sua actualidade se reflecte na busca por uma sociedade mais inclusiva, educada, segura e sustentável, destacando a relevância desses estudos no cenário científico e social.

Desafios e Perspectivas Futuras

Embora a FARMHOUSE Ciência & Tecnologia tenha feito grandes avanços ao proporcionar uma plataforma de visibilidade para a pesquisa angolana, ela enfrenta desafios típicos de publicações científicas em países em desenvolvimento. Entre esses desafios estão a falta de recursos financeiros, infra-estrutura limitada para revisões por pares e a necessidade de melhorar a visibilidade e o alcance global. No entanto, essas dificuldades também abrem espaço para novas perspectivas. A revista busca parcerias com instituições internacionais, na mira de

promover a formação contínua de pesquisadores em práticas editoriais e científicas, além de investir em tecnologias que ampliem o acesso às suas publicações.

Perspectivas futuras incluem a ampliação do número de submissões internacionais, o fortalecimento da sua presença em plataformas de indexação, e o incentivo à produção de pesquisas interdisciplinares que atendam às questões sociais, económicas e ambientais de Angola e da África. O crescimento da revista pode vir também da busca por mais apoio institucional e parcerias com universidades e centros de pesquisa internacionais, o que ajudará a melhorar a sua qualidade e a atrair um público mais diversificado.

Os desafios e perspectivas futuras de uma revista científica dependem de uma série de factores internos e externos que influenciam sua evolução e relevância no cenário académico e científico. Para uma análise aprofundada, podemos considerar os seguintes aspectos:

1. Desafios Enfrentados pela Revista

Os desafios que uma revista científica pode enfrentar são diversos e exigem uma estratégia robusta para garantir sua sustentabilidade e impacto. Alguns dos principais desafios incluem:

a) Qualidade e Relevância dos Artigos

A manutenção de altos padrões de qualidade e a relevância dos artigos publicados são questões centrais para qualquer revista. Em um ambiente académico competitivo, é essencial que os artigos atendam a critérios rigorosos de qualidade metodológica, originalidade e contribuição científica. Além disso, a revista precisa manter-se actualizada com as novas tendências de pesquisa e temas emergentes, para garantir que seus artigos tenham um impacto duradouro na comunidade científica.

b) Processo de Revisão por Pares

O processo de revisão por pares é fundamental para garantir a qualidade dos artigos. No entanto, ele pode ser demorado e sujeito a críticas, especialmente em áreas com uma escassez de especialistas. A revista precisa ter um corpo editorial eficaz e uma rede confiável de revisores, o que pode ser um desafio, especialmente quando se busca uma diversidade de abordagens e perspectivas.

c) Acesso à Informação e Publicação Aberta

Com o crescimento da publicação científica aberta, muitas revistas enfrentam desafios relacionados ao acesso gratuito e à sustentabilidade financeira. A necessidade de equilibrar os custos de produção, revisão e distribuição com o acesso gratuito ao conteúdo é um dilema para

muitas publicações. Além disso, a pressão para aderir a modelos de publicação aberta pode representar um desafio financeiro, especialmente em revistas que operam com orçamentos limitados.

d) Internacionalização

A internacionalização da revista, ou seja, o aumento do número de submissões e colaborações internacionais, é um desafio importante para ampliar a visibilidade e o impacto. A competição global por um espaço em revistas renomeadas pode tornar difícil para revistas de países em desenvolvimento, como Angola, alcançar a notoriedade internacional. Isso exige investimentos em marketing acadêmico, parcerias com outras instituições científicas e a promoção de suas publicações em plataformas de indexação global.

2. Perspectivas Futuras da Revista

Para enfrentar esses desafios e garantir sua relevância futura, as revistas científicas precisam adotar estratégias inovadoras e adaptáveis. Algumas das principais perspectivas futuras incluem:

a) Adopção de Tecnologias Emergentes

O uso de novas tecnologias pode transformar o processo de publicação científica, tanto em termos de gestão editorial quanto de disseminação de conteúdo. Ferramentas como inteligência artificial para análise de manuscritos, sistemas de recomendação para artigos e o uso de plataformas digitais de disseminação (como repositórios de *preprints*) podem otimizar a revisão por pares e aumentar a visibilidade dos artigos. Além disso, novas formas de visualização de dados e publicações multimodais (como vídeos, gráficos interactivos e blogs) podem enriquecer a experiência do leitor e aumentar o impacto da pesquisa publicada.

b) Foco em Temas Emergentes

A revista pode ampliar seu escopo para incluir áreas de pesquisa emergentes que estão se tornando mais relevantes no cenário global e local. Isso pode incluir temas como mudanças climáticas, inovação tecnológica, segurança cibernética, saúde pública, inteligência artificial e outras áreas que estão moldando o futuro da sociedade. Ao focar nesses temas, a revista pode atrair mais pesquisadores e aumentar sua relevância no cenário acadêmico.

c) Inclusão e Diversidade

As revistas científicas estão se tornando mais conscientes da importância de promover a diversidade e a inclusão, tanto na composição de seus conselhos editoriais quanto nas temáticas

abordadas. Incentivar a participação de autores de diferentes origens geográficas, culturais e de gêneros pode ampliar as perspectivas oferecidas nas publicações e promover um ambiente mais equitativo para os pesquisadores. Além disso, é importante garantir que as revistas científicas sejam acessíveis a comunidades e países em desenvolvimento, promovendo uma maior inclusão global na produção científica.

d) Parcerias e Colaborações

Para garantir seu crescimento e visibilidade internacional, as revistas podem buscar parcerias com universidades, instituições de pesquisa e outras revistas científicas. A colaboração com outras publicações, como edições especiais ou co-edições, pode aumentar a exposição e a relevância da revista. As revistas também podem colaborar com plataformas de pesquisa e redes acadêmicas para aumentar a distribuição dos artigos e permitir que mais pesquisadores tenham acesso ao conteúdo.

e) Modelos de Negócio Sustentáveis

Encontrar um modelo de negócios sustentável é essencial para a sobrevivência a longo prazo de uma revista científica. A adoção de modelos híbridos de publicação (onde parte do conteúdo é aberto e parte paga), a implementação de taxas de publicação que sejam acessíveis aos autores e a busca por financiamentos externos ou parcerias podem ajudar a revista a manter sua independência financeira. A busca por fontes alternativas de financiamento, como patrocínios corporativos, fundos de pesquisa e doações, também é uma alternativa viável.

A revista científica, para ser bem-sucedida no futuro, deve navegar por uma série de desafios, como a garantia de qualidade nos artigos, o processo de revisão, o acesso aberto e a internacionalização. Contudo, com uma abordagem estratégica, a adoção de novas tecnologias, a ampliação de seu escopo para incluir temas emergentes e a promoção de modelos de negócios sustentáveis, a revista pode garantir sua relevância e impacto no cenário acadêmico global. Isso não só fortalecerá sua posição no mundo científico, mas também contribuirá para o avanço do conhecimento e para a disseminação de pesquisas essenciais para a sociedade.

Empoderamento Acadêmico: A Participação dos Alunos nas Publicações

A participação de alunos do INSUTEC nas publicações da revista, em conjunto com seus professores e orientadores de monografias, é uma estratégia valiosa que já está a ser implementada e que pode trazer benefícios tanto para a revista quanto para os próprios estudantes e docentes. Alguns pontos a considerar ao integrar alunos e professores nas publicações da revista poderiam ser:

1. Benefícios para os Estudantes

a) Desenvolvimento Académico

A publicação de artigos científicos oferece aos estudantes uma oportunidade única de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de forma prática e profunda. Ao colaborarem com seus orientadores e professores, os alunos podem aprimorar suas habilidades de pesquisa, redacção académica e análise crítica. (Day e Gastel, 2016).

b) Experiência Profissional

A participação em uma publicação científica é um óptimo recurso para o currículo dos estudantes. Além de aprimorar sua formação, este tipo de experiência pode abrir portas para futuras oportunidades académicas e profissionais. A publicação de artigos em co-autoria com professores também permite que os alunos estabeleçam uma rede de contactos importante para a sua carreira futura.

c) Visibilidade e Impacto

Os alunos ganham visibilidade ao serem co-autores de artigos publicados, especialmente se o conteúdo tiver relevância académica e social. Essa visibilidade é crucial tanto para seu desenvolvimento profissional quanto para a valorização de sua instituição.

2. Benefícios para os Professores e Orientadores

a) Colaboração Académica

A colaboração entre docentes, orientadores e estudantes pode enriquecer a produção científica, promovendo uma troca de ideias que beneficia todas as partes. Os professores podem orientar os alunos no desenvolvimento de suas pesquisas, ao mesmo tempo em que aprimoram suas próprias habilidades de escrita e revisão académica.

b) Fortalecimento da Relevância Científica

Ao colaborar com os alunos na publicação de artigos, os professores não apenas ajudam a formar novos pesquisadores, mas também reforçam sua própria contribuição para a área académica e científica.

c) Capacitação Continuada

Orientadores de monografias também podem usar esses projectos de publicação como uma forma de aperfeiçoamento contínuo, já que a publicação exige revisão rigorosa, actualização de conhecimento e metodologias inovadoras. A participação em publicações científicas permite

que os professores se mantenham actualizados nas suas áreas de especialização, além de contribuir para seu desenvolvimento profissional.

3. Benefícios para a Revista

a) Ampliação do Escopo de Pesquisa

Ao incluir os trabalhos dos alunos e seus professores, a revista pode diversificar e ampliar o escopo de suas publicações, abordando temas inovadores e variados, muitas vezes ainda em fase exploratória.

b) Reforço da Comunidade Académica

A participação activa de uma comunidade académica local (como o INSUTEC) fortalece o vínculo entre a instituição e a revista. Quando os alunos, juntamente com seus orientadores, publicam seus trabalhos, há uma relação de reciprocidade que fomenta a continuidade de futuras colaborações, tanto na produção de artigos como na participação no processo editorial da revista.

c) Aumento da Visibilidade e Relevância

Incluir trabalhos de alunos e professores contribui para aumentar o número de submissões e a relevância da revista, já que os alunos e docentes geralmente promovem suas publicações, o que pode resultar em maior visibilidade e citação do conteúdo. Isso pode aumentar a visibilidade da própria revista e torná-la uma referência dentro da instituição e até mesmo a nível nacional e internacional, se a participação for devidamente promovida.

CONCLUSÕES

As conclusões finais do artigo, com base na análise dos dados e nas inferências sobre a revista, são as seguintes.

1. A revista demonstrou uma evolução dinâmica no que se refere à participação de autores e à quantidade de artigos publicados ao longo dos volumes. Após um início promissor, observou-se uma queda nos volumes subsequentes, seguida por uma recuperação expressiva no volume mais recente. Essa variação reflecte a importância de ajustes editoriais e estratégias institucionais para manter e expandir o interesse pela publicação.
2. A recuperação significativa no volume mais recente indica que a implementação de novas estratégias editoriais, como maior flexibilidade na submissão, incentivo a co-autorias e maior divulgação, pode ter sido fundamental para atrair mais colaboradores. Isso

demonstra que o aumento da visibilidade da revista, associado a uma comunicação mais eficaz com potenciais autores, é essencial para o crescimento e sustentabilidade da publicação.

3. Os dados indicam que a colaboração entre professores e alunos foi um dos factores chave para o aumento de publicações no último volume, evidenciando a relevância do incentivo a co-autorias e parcerias académicas. Essa integração fortalece a produção científica, promove a formação prática de alunos e aumenta a diversidade e qualidade dos conteúdos publicados.
 4. A revista enfrenta o desafio de manter o nível de participação e produção científica atingido no volume mais recente. A continuidade e expansão da relevância da revista dependerão de estratégias de incentivo constante, aprimoramento das práticas editoriais e o reforço do suporte à participação de novos autores. A sustentabilidade da publicação dependerá também do engajamento contínuo da comunidade académica, incluindo alunos e professores, bem como do acompanhamento da satisfação dos autores.
 5. É importante ressaltar que a revista não apenas promove a disseminação do conhecimento, mas também fortalece a capacidade científica e investigativa dos estudantes, especialmente quando é orientada por professores. Dessa forma, a revista desempenha um papel crucial no desenvolvimento das habilidades de pesquisa, contribuindo para a formação de futuros pesquisadores e para o avanço do conhecimento nas áreas temáticas abordadas.
- Geral
6. A análise demonstra que, apesar dos desafios enfrentados em volumes anteriores, a revista conseguiu revitalizar seu fluxo de produção e engajamento académico. A continuidade dessa trajectória positiva poderá consolidar a revista como uma plataforma de publicação científica respeitável e acessível, incentivando uma maior integração entre pesquisa e prática educacional, e fortalecendo seu impacto na comunidade académica angolana e além.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, M.S. de S., Herrera Masó, J.R., Figueredo Verdecia, C.R., Pinho, J.F., & Fuoman Aria, I. (2024). O processo de categorização dos professores nas universidades: Desafio presente e futuro de Angola. FARMHOUSE Ciência & Tecnologia, 3(4).
<https://www.ajol.info/index.php/fct/article/view/275388/259961>

- Baltazar Soares, N. (2020). Produção e Investigação Científica em Angola: Em que caminho estamos? <https://www.verangola.net/va/pt/072020/opiniao/20955/Produ%C3%A7%C3%A3o-e-Investiga%C3%A7%C3%A3o-Cient%C3%ADfica-em-Angola-Em-que-caminho-estamos/>
- Bik, H. M., & Goldstein, M. C. (2013). An introduction to social media for scientists. PLoS Biology, 11(4), e1001535. <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1001535>
- Caffarella, R. S., & Barnett, B. G. (2000). Teaching doctoral students to become scholarly writers: The importance of giving and receiving critiques. Studies in Higher Education, 25(1), 39-52. <https://doi.org/10.1080/030750700116000>
- Cambala, R. (30 jan. 2019). Angola gasta menos de 1% do PIB na produção científica. Jornal de Angola, Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=422081>
- Day, R. A., & Gastel, B. (2016). How to write and publish a scientific paper (8th ed.). Cambridge University Press. <https://ciencia.ao/noticias/noticias/item/575-angola-no-relatório-da-unesco-sobre-ciencia>
- Kamler, B., & Thomson, P. (2014). Helping doctoral students write: Pedagogies for supervision (2nd ed.). Routledge.
- Lee, A., & Kamler, B. (2008). Bringing pedagogy to doctoral publishing. Teaching in Higher Education, 13(5), 511-523. <https://doi.org/10.1080/13562510802334723>
- Mendes Curiminha, M. (2023). Investigação científica em Angola: desafios e estratégias para a autonomia nacional. Universidade Estadual de Campinas, SP. Educ. Pesqui. 49. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349252847>
- Pereira, Cesar (Editor). (2024). Characterization of Angolan Scientific Production Indexed in the Web of Science and Scopus Databases. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202436e248502>
- Pyhäntö, K., Stubb, J., & Lonka, K. (2009). Developing scholarly communities as learning environments for doctoral students. International Journal for Academic Development, 14(3), 221-232. <https://doi.org/10.1080/13601440903106551>
- Sambo, Maria. (2019). A investigação Científica em Angola. Jornal de Angola, Luanda

UNESCO (05 Maio 2016). Angola no Relatório da UNESCO Sobre Ciência.
unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245995_por

Do Determinismo Biológico à Criminologia Moderna: A Influência de Lombroso nas Práticas Policiais**From Biological Determinism To Modern Criminology: Lombroso's Influence On Police Practices****Del Determinismo Biológico a la Criminología Moderna: La Influencia de Lombroso en las Prácticas Policiales****Autores:** Juan Ruben Herrera Masó

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

e-mail: rh162678@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0259-0708>

Rouget Ruano Fundora

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5834-1990>e-mail: rouget.fundora@gmail.com

Irma Fuoman Arias

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3624-8932>e-mail: irmafuoman66@gmail.com**Artigo de revisão****RESUMO**

Este artigo explora em profundidade a influência das teorias de Cesare Lombroso na criminologia e nas práticas policiais contemporâneas, abordando o impacto duradouro de suas ideias, especialmente a teoria do "delinquente nato". Este autor argumentava que certas características físicas e biológicas poderiam predispor um indivíduo ao comportamento criminoso, o que marcou significativamente o estudo do crime e influenciou a percepção pública sobre a criminalidade. Inicialmente aclamadas, suas teorias foram fundamentais na construção de políticas de controle social e segurança pública, moldando práticas de perfilhamento criminal. Contudo, o artigo também analisa as críticas às ideias lombrosianas, especialmente pelo determinismo biológico, que negligenciava aspectos sociais e psicológicos. Os autores refletiram sobre o legado controverso de Lombroso, considerando como as suas ideias foram desafiadas e reformuladas ao longo do tempo, impulsionando a criminologia para modelos teóricos mais éticos e multidimensionais. O artigo ainda discute o impacto dessas teorias nas práticas policiais contemporâneas, explorando como a criminologia moderna busca

entender o comportamento criminoso de forma integrada, abordando factores sociais, psicológicos e culturais. Dessa forma, este artigo contribui para a análise crítica do desenvolvimento das ciências criminais e a busca por uma criminologia mais inclusiva e ética, que valorize a complexidade da natureza humana e as múltiplas causas da criminalidade.

Palavras-chave: Delinquente nato, perfilamento criminal, políticas criminais, determinismo biológico, ciências criminais, práticas policiais.

ABSTRACT

This article explores in depth the influence of Cesare Lombroso's theories on criminology and contemporary police practices, addressing the lasting impact of his ideas, especially the theory of the "born delinquent". Lombroso argued that certain physical and biological characteristics could predispose an individual to criminal behavior, which significantly marked the study of crime and influenced public perception of criminality. Initially acclaimed, his theories were fundamental in the construction of policies of social control and public security, shaping criminal profiling practices. However, the article also analyzes criticisms of Lombrosian ideas, especially regarding biological determinism, which neglected social and psychological aspects. The authors reflect on Lombroso's controversial legacy, considering how his ideas have been challenged and reshaped over time, driving criminology towards more ethical and multidimensional theoretical models. The article also discusses the impact of these theories on contemporary police practices, exploring how modern criminology seeks to understand criminal behavior in an integrated manner, addressing social, psychological, and cultural factors. Thus, this article contributes to the critical analysis of the development of criminal sciences and the pursuit of a more inclusive and ethical criminology that values the complexity of human nature and the multiple causes of criminality.

Keywords: Born offender, criminal profiling, criminal policies, biological determinism, criminal sciences, police practices.

RESUMO

Este artículo explora en profundidad la influencia de las teorías de Cesare Lombroso en la criminología y las prácticas policiales contemporáneas, abordando el impacto duradero de sus ideas, especialmente la teoría del "delincuente nato". Este autor argumentó que ciertas características físicas y biológicas podrían predisponer a un individuo a un comportamiento delictivo, lo que marcó significativamente el estudio del delito e influyó en la percepción pública de la criminalidad. Inicialmente aclamadas, sus teorías fueron fundamentales en la

construcción de políticas de control social y seguridad pública, dando forma a las prácticas de perfilamiento criminal. Sin embargo, el artículo también analiza la crítica a las ideas lombrosianas, especialmente por el determinismo biológico, que descuidó los aspectos sociales y psicológicos. Los autores reflexionaron sobre el controvertido legado de Lombroso, considerando cómo sus ideas han sido cuestionadas y remodeladas a lo largo del tiempo, empujando a la criminología hacia modelos teóricos más éticos y multidimensionales. El artículo también discute el impacto de estas teorías en las prácticas policiales contemporáneas, explorando cómo la criminología moderna busca comprender el comportamiento criminal de una manera integrada, abordando factores sociales, psicológicos y culturales. De esta manera, este artículo contribuye al análisis crítico del desarrollo de las ciencias criminales y a la búsqueda de una criminología más inclusiva y ética, que valore la complejidad de la naturaleza humana y las múltiples causas del delito.

Palabras claves: Delincuente nato, Perfilamiento criminal, Políticas criminales, Determinismo biológico, Ciencias criminales, Prácticas policiales.

INTRODUÇÃO

Cesare Lombroso (1835-1909) foi um médico e criminologista italiano que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da criminologia científica. Suas teorias revolucionaram a forma como o crime e o comportamento criminoso eram compreendidos na sua época.

As teorias Lombrosianas representa um marco controverso na história da criminologia, com influências que se estenderam para além do contexto científico, permeando as práticas policiais e as percepções sociais sobre o crime. Cesare Lombroso, considerado um dos pioneiros da criminologia moderna, desenvolveu a teoria do "delinquente nato", uma proposta determinista que associa traços físicos ao comportamento criminoso. O autor acreditava que o crime seria resultado de características inatas, identificáveis através da observação da aparência física, especialmente de anomalias ou deformidades, que ele relacionava à "degeneração moral." Suas ideias provocaram um impacto significativo na forma como o crime era entendido e abordado no final do século XIX e início do século XX.

Apesar de seu caráter inovador no final do século XIX, as ideias lombrosianas têm sido amplamente criticadas por seu determinismo biológico e por negligenciar factores sociais e psicológicos no estudo do comportamento criminoso. No entanto, suas ideias moldaram práticas de perfilamento criminal e estratégias de segurança pública, influenciando métodos

de investigação e a forma como os agentes da lei observam o comportamento suspeito, aspectos que ressoam até hoje em algumas abordagens de perfilhamento psicológico e análise de risco.

Os legados de Lombroso persistem ao trazer uma reflexão sobre o perfilhamento, o controle social e a relação entre ciência e preconceito. Contudo, a criminologia moderna busca alternativas éticas e multidimensionais para compreender o crime, incorporando factores sociais, culturais e psicológicos. Esse desenvolvimento sugere que a criminologia precisa ir além do legado lombrosiano, limitando a abordagem determinista para adotar uma visão mais inclusiva e complexa da natureza humana, evitando o estigma e promovendo a justiça baseada em evidências mais amplas e imparciais.

Este artigo visa explorar a influência duradoura das teorias de Lombroso na sociedade e na atuação policial. Em primeiro lugar, examinaremos as principais contribuições teóricas de Lombroso e como suas ideias moldaram a percepção pública sobre os criminosos. Em seguida, discutiremos como essas teorias influenciaram as práticas policiais da época, incluindo métodos de identificação e perfilamento de criminosos. Finalmente, analisaremos o legado de Lombroso, reflectindo sobre como suas teorias continuam a impactar a criminologia e a atuação policial nos dias atuais, e quais críticas contemporâneas foram levantadas em relação às suas propostas.

Ao analisar o impacto das ideias de Lombroso, buscamos compreender melhor o papel que a criminologia histórica desempenha na formação de práticas e percepções modernas sobre o crime e a justiça. O estudo de Lombroso não só revela a evolução das teorias criminológicas, mas também oferece uma visão crítica sobre a influência das ideias científicas na estruturação de políticas e práticas sociais.

Através desta análise, o artigo pretende oferecer uma visão crítica sobre como as teorias criminológicas históricas influenciam práticas e percepções contemporâneas, e fornecer uma compreensão mais profunda do impacto de Lombroso na criminologia e na aplicação da lei.

Principais contribuições teóricas de Lombroso

Para compreender sua influência, é importante explorar suas principais contribuições e como suas ideias foram formuladas.

Lombroso começou a se interessar pela criminologia ao observar a relação entre a doença mental e o comportamento criminoso. Seu trabalho o levou a desenvolver uma abordagem científica para entender o crime, marcando o início da criminologia moderna.

Sua principal contribuição para a criminologia foi a teoria do "criminoso nato", onde argumentava que alguns indivíduos eram biologicamente predispostos ao crime, com características físicas que indicavam sua propensão ao comportamento criminoso. Entre as características que ele associou ao criminoso nato estavam:

- 🔊 **Anomalias Físicas:** Lombroso acreditava que certos traços físicos, como assimetrias faciais, crânios de formato irregular e características corporais específicas, eram indicativos de uma predisposição criminal.
- 🔊 **Características Atavísticas:** Ele via esses traços como "atavísticos" ou características de uma forma primitiva de desenvolvimento humano, sugerindo que os criminosos eram um tipo de "reliquia" evolutiva.



A escola de Lombroso aplicava técnicas de antropometria para combater a insegurança.



O objectivo era identificar os criminosos de acordo com as suas características físicas.

Além da teoria do delinquente nato, o autor fez várias outras contribuições significativas:

- 🔊 **A Influência do Ambiente:** ele considerava que factores ambientais, como a pobreza e a falta de educação, poderiam contribuir para o comportamento criminoso, embora ele acreditasse que a predisposição biológica era a principal causa.
- 🔊 **Classificação dos Criminosos:** propôs diferentes tipos de criminosos, incluindo o delinquente habitual, o criminoso ocasional e o criminoso de ocasião, cada um com suas características distintas.

Suas teorias também tiveram um impacto profundo nas práticas de criminologia e justiça criminal:

- 🔔 **Impacto na Criminologia:** Suas ideias foram pioneiras ao introduzir uma abordagem científica e biológica para o estudo do crime, desafiando as explicações puramente morais e sociais que predominavam na época.
- 🔔 **Críticas e Reavaliação:** Com o tempo, as teorias de Lombroso foram amplamente criticadas por seu determinismo biológico e falta de rigor científico. A criminologia moderna tem avançado para uma compreensão mais complexa e multidimensional do crime, incorporando factores psicológicos, sociais e culturais.

Apesar das críticas, o legado de Lombroso persiste na criminologia contemporânea. Suas teorias estimularam o desenvolvimento de novas abordagens e pesquisas sobre a relação entre biologia e comportamento criminoso, e sua influência é visível nas discussões sobre perfilhamento criminal e outros aspectos da prática policial.

A teoria Lombrosiana não apenas influenciou a criminologia científica, mas suas ideias também tiveram um impacto significativo na sociedade e na forma como o crime era entendido e tratado. Nesta seção, exploraremos como as teorias de Lombroso moldaram a percepção pública e a política criminal de seu tempo.

Percepção Pública do Crime e dos Criminosos

A introdução das teorias de Lombroso trouxe uma mudança substancial na forma como o crime e os criminosos eram vistos pela sociedade:

- 🔔 **Estigmatização dos Criminosos:** suas teorias promoviam a ideia de que características físicas e biológicas específicas podiam identificar indivíduos predispostos ao crime. Isso levou a uma estigmatização dos criminosos, que passaram a ser vistos como indivíduos biologicamente determinados para a criminalidade.
- 🔔 **Papel da Biologia:** A noção de que o comportamento criminoso era um traço inato contribuiu para a popularização da ideia de que os criminosos eram geneticamente diferentes, reforçando estereótipos e preconceitos.

Impacto nas Políticas e Legislação Criminal

As ideias de Lombroso influenciaram diretamente as políticas e práticas de justiça criminal na época:

- 🔔 **Adoção de Medidas Punitivas:** A crença na predisposição biológica para o crime levou a uma ênfase em medidas punitivas e corretivas mais severas, com o objetivo de controlar ou reformar os criminosos com base em suas características identificáveis.

- Reformas no Sistema Penal: Em alguns contextos, as ideias de Lombroso contribuíram para reformas no sistema penal, incluindo a introdução de práticas de perfilhamento e a criação de instituições voltadas para a reabilitação e correção dos supostos criminosos natos.

Além do impacto direto nas políticas criminais, as teorias de Lombroso também afetaram outras áreas relacionadas ao crime e à justiça. No campo da Medicina Legal e da Psicologia Forense, inspirou o desenvolvimento de métodos para identificar e avaliar os criminosos, o que levou a avanços na medicina forense e na psicologia forense, embora muitos de seus enfoques tenham sido questionados e revisados posteriormente.

As ideias de Lombroso não foram aceitas sem contestação, e diversas críticas surgiram ao longo do tempo:

- Críticas Acadêmicas: Acadêmicos e cientistas criticaram Lombroso por sua abordagem determinista e pela falta de evidências empíricas rigorosas. Muitos argumentaram que suas teorias simplificavam excessivamente a complexidade do comportamento criminoso.
- Mudança de Percepções: Com o tempo, a percepção pública começou a mudar, à medida que novas abordagens e pesquisas surgiram, desafiando as ideias de Lombroso e promovendo uma visão mais holística e contextualizada do crime.

Apesar das críticas, o legado de Lombroso persiste e pode ser vista em debates contínuos sobre a relação entre biologia e comportamento criminoso. Seus trabalhos ajudaram a estabelecer a criminologia como uma disciplina científica e estimularam a pesquisa sobre as causas do crime.

Influência social e policial da “teoria do criminoso nato”

A teoria lombrosiana proposta no século XIX, ainda exerce influência em algumas esferas da sociedade e da polícia em diversos países. Algumas razões para essa persistência são:

- Pioneirismo e Influência Histórica : Lombroso é considerado um dos fundadores da criminologia moderna. Sua obra introduziu a ideia de que características físicas e biológicas poderiam estar associadas ao comportamento criminoso, o que teve um impacto duradouro no estudo do crime e na percepção pública sobre a criminalidade.
- Simplificação do Comportamento Criminal: A teoria de Lombroso oferece uma explicação simples e direta para o comportamento criminoso, ligando-o a traços físicos.

Em sociedades que buscam soluções rápidas para problemas complexos, essa abordagem pode ser atraente.

- 🔊 **Estigmatização e Preconceito:** A ideia de que determinadas características físicas podem sinalizar predisposição para o crime alimenta estereótipos e preconceitos. Isso pode influenciar a forma como as pessoas são tratadas pela polícia e pelo sistema de justiça, levando à discriminação racial e social.
- 🔊 **Interpretação e Abordagem Criminológica:** Embora a criminologia tenha evoluído para incluir teorias sociológicas e psicológicas, algumas práticas policiais e políticas de segurança ainda se baseiam em uma visão reducionista do crime, que Lombroso ajudou a popularizar.
- 🔊 **Relação com Novas Teorias:** Alguns conceitos de Lombroso foram reinterpretados ou combinados com novas teorias, como a biocriminologia, que examina a relação entre biologia e comportamento criminoso. Isso faz com que algumas de suas ideias ainda sejam relevantes no debate contemporâneo sobre crime e prevenção.
- 🔊 **Uso na Formação de Policiais:** Em alguns países, os ensinamentos de Lombroso podem ser encontrados em currículos de formação policial ou em práticas de perfilamento criminal, onde características físicas ou comportamentais são usadas para identificar suspeitos.
- 🔊 **Cultura Popular e Mídia:** Representações na mídia e na cultura popular muitas vezes perpetuam a ideia de que criminosos possuem traços distintivos. Isso reforça a percepção pública de que a aparência pode estar ligada ao comportamento criminoso.

Embora a maioria dos especialistas reconheça que a teoria de Lombroso é reducionista e científica e eticamente problemática, suas ideias ainda podem ser encontradas em práticas e mentalidades que persistem nas instituições sociais e de segurança. A conscientização crítica e a educação sobre criminologia contemporânea são essenciais para mitigar esses efeitos.

O impacto duradouro das ideias lombrosianas na criminologia e nas práticas policiais ao longo do tempo pode ser ilustrado com alguns exemplos elucidativos:

a) Desenvolvimento do Perfil Criminal

A ideia sobre características físicas associadas ao comportamento criminoso influenciou o desenvolvimento do perfil criminal. Embora a teoria dele tenha sido amplamente desacreditada, a prática da elaboração de perfis criminais ainda utiliza características identificáveis para construir perfis criminais. Modernos métodos de perfilamento, como

os usados em unidades de análise comportamental, têm raízes na tentativa de identificar padrões de comportamento, uma ideia que remonta a Lombroso.

A aplicação de ideias deterministas em práticas policiais, como o perfilhamento, tem sido amplamente criticada. Actualmente, muitos especialistas em criminologia argumentam que o uso de características físicas para identificar suspeitos é uma prática ineficaz e que fomenta preconceitos, aumentando a desconfiança pública nas forças de segurança. A abordagem moderna sugere que factores contextuais, como o ambiente social e as experiências individuais, têm maior relevância na análise do comportamento criminoso (Garland, 2001).

b) Estigmatização e Políticas de Controle

O conceito do autor sobre o “delinquente nato” contribuiu para a estigmatização dos criminosos, promovendo políticas de controle mais severas. Em algumas épocas, isso levou à adoção de políticas como internamentos de longo prazo e medidas preventivas contra pessoas que eram vistas como predispostas ao crime. Por exemplo, em países como a Itália e os Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX, políticas de internamento de criminosos repetitivos e a construção de instituições corretivas foram influenciadas por essa visão determinista.

As ideias lombrosianas, centradas no determinismo biológico, suscitam importantes questões éticas, especialmente em relação ao uso dessas teorias no perfilhamento criminal. A ideia de que características físicas ou genéticas podem predispor um indivíduo ao crime é controversa e perigosa, pois tende a promover estereótipos e práticas discriminatórias.

1. Discriminação Racial e Social:

- 4 O determinismo biológico reforça estigmas, especialmente contra grupos historicamente marginalizados. A crença de que traços físicos identificam predisposições criminais tem sido associada ao perfilhamento racial, levando a práticas policiais que visam de forma desproporcional minorias étnicas e grupos vulneráveis. Nos Estados Unidos, por exemplo, estudos mostram que afro-americanos e latinos são abordados com maior frequência pela polícia devido a preconceitos enraizados, uma prática que tem raízes na aceitação inicial de teorias lombrosianas (Reiman, 2004).

2. Desumanização e Violação de Direitos Humanos:

- 4 O determinismo biológico pode desumanizar indivíduos ao reduzir o comportamento humano a características biológicas imutáveis. Isso é problemático porque implica que certos indivíduos são “naturalmente” inclinados ao crime, sem considerar a complexidade de suas circunstâncias sociais, psicológicas e econômicas. Tal perspectiva simplista desconsidera o potencial de reabilitação e reintegração, violando princípios fundamentais de dignidade humana e justiça.

3. Avanços na Biocriminologia e o Papel da Ética:

- 4 Embora algumas áreas da criminologia explorem a relação entre biologia e comportamento, como a biocriminologia, a comunidade científica tem enfatizado a importância de evitar reducionismos. Avanços em genética e neurociência mostram que o comportamento humano é complexo e multifatorial, envolvendo interações entre genética, ambiente e desenvolvimento pessoal. Portanto, um enfoque ético deve evitar o determinismo e reconhecer a responsabilidade social em factores que contribuem para a criminalidade.

4. A Importância de uma Criminologia Inclusiva e Multidimensional:

- 4 Na criminologia moderna, há um movimento crescente em direção a abordagens multidimensionais que consideram factores sociais, econômicos e culturais. Essa abordagem permite uma compreensão mais complexa e ética da criminalidade, ao reconhecer que nenhum indivíduo é inerentemente predisposto ao crime, mas que factores sociais influenciam profundamente o comportamento. O desenvolvimento de políticas públicas e programas de prevenção que levem em conta a inclusão social pode contribuir para uma sociedade mais justa e menos discriminatória (Gould, 1981).

Essas análises realçam a importância de uma abordagem ética e culturalmente sensível na criminologia. Ao rejeitar o determinismo biológico e adotar perspectivas integrativas, a criminologia contemporânea contribui para práticas mais justas e inclusivas, reconhecendo a complexidade humana e promovendo um sistema de justiça que valoriza os direitos e a dignidade de todos.

c) Influência nas Práticas de Medicina Legal

- As ideias de Lombroso também tiveram um impacto na medicina legal. O uso de características físicas para determinar a predisposição ao crime inspirou o desenvolvimento de técnicas para análise de características físicas e antropométricas dos criminosos. Embora hoje a medicina legal se concentre mais em métodos baseados em evidências científicas.

d) Impacto na Criminologia Moderna

- O debate sobre a validade das suas ideias impulsionou o desenvolvimento de novas teorias e métodos de pesquisa na criminologia. A transição para modelos mais integrados e multidimensionais do comportamento criminoso, que consideram factores biológicos, psicológicos e sociais, pode ser vista como uma resposta direta às limitações identificadas nas suas teorias.
- A reacção contra o determinismo biológico contribuiu para o surgimento de abordagens mais holísticas e inclusivas, como a teoria da aprendizagem social e a criminologia crítica. Essas reformas no campo da criminologia são um reflexo da necessidade de considerar uma gama mais ampla de factores na análise do comportamento criminoso.

A influência das teorias de Cesare Lombroso não se deu de forma uniforme. Em diferentes países, os contextos culturais, sociais e jurídicos moldaram a forma como essas ideias foram aceitas, reinterpretadas ou rejeitadas. Analisando a recepção das ideias de Lombroso em diferentes regiões, observa-se que a adoção ou rejeição de teorias como a do “delinquente nato” reflete a história e os valores de cada sociedade.

- Nos EUA, especialmente no início do século XX, as teorias lombrosianas ganharam certa aceitação devido à busca de métodos científicos para resolver problemas sociais, além do interesse por estudos que reforçavam uma suposta hierarquia racial. A aplicação dessas ideias contribuiu para práticas discriminatórias, como o perfilhamento racial, que impacta negativamente minorias étnicas e reforça preconceitos. A persistência do perfilhamento racial, que ainda é uma questão em pauta no país, reflete as bases lombrosianas aplicadas à segurança pública, mesmo com o desenvolvimento de uma criminologia mais integrativa.
- No Reino Unido e em países nórdicos, a criminologia lombrosiana foi progressivamente abandonada em favor de modelos que analisam o crime sob uma perspectiva social. Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, essas nações começaram a adotar

abordagens criminológicas que consideram factores económicos e sociais. No Reino Unido, por exemplo, há uma forte ênfase em teorias como o etiquetamento e a criminologia crítica, que se opõem ao determinismo biológico e questionam o papel do sistema social na produção de “desviantes” (Becker, 1963).

- 4 Em países latino-americanos, as teorias de Lombroso foram inicialmente utilizadas para justificar práticas de controle social, especialmente em contextos de desigualdade extrema e repressão política. No entanto, a criminologia crítica, que questiona a visão determinista, ganhou força nas últimas décadas, considerando o contexto de exclusão e marginalização social como factores relevantes para a criminalidade (Sozzo, 2016). A partir dos anos 70, países como o Brasil e a Argentina começaram a questionar as bases discriminatórias do perfilhamento criminal e a adotar abordagens que priorizam a justiça social.
- 4 Em países asiáticos, como o Japão, a aceitação das ideias de Lombroso foi mínima, em parte devido à forte influência das tradições jurídicas e filosóficas locais, que enfatizam a harmonia social e a reabilitação. A criminologia asiática frequentemente incorpora valores culturais, como o confucionismo, que prioriza a reforma do indivíduo em vez da punição baseada em predisposições inatas. Isso reflete uma abordagem culturalmente distinta, que valoriza a reabilitação e a integração social, em vez do estigma associado ao determinismo biológico.

Essa perspectiva internacional destaca como a criminologia é influenciada pelas normas culturais e jurídicas locais. O contexto histórico e social de cada país molda a forma como as teorias criminológicas são aplicadas e, muitas vezes, rejeitadas ou adaptadas em resposta a preocupações éticas e sociais. A adopção e rejeição das teorias lombrosianas variam amplamente de acordo com o contexto cultural, jurídico e social de cada país. (Lilly, Cullen, & Ball, 2019).

Nos Estados Unidos, a teoria de Lombroso teve ampla aceitação inicial e influenciou políticas que justificavam práticas de segregação e controle de minorias étnicas, reforçando preconceitos e estereótipos raciais (Reiman, 2004). Em contrapartida, em países europeus, como o Reino Unido, a aceitação das teorias lombrosianas foi moderada e, com o tempo, substituída por abordagens sociológicas e psicossociais, mais focadas nos factores sociais e psicológicos como causas da criminalidade (Garland, 2001). De acordo com Treadwell (2006), a criminologia britânica avançou para modelos mais integrados, onde factores contextuais são considerados

essenciais para a compreensão do crime, reduzindo a influência das ideias deterministas de Lombroso.

Além disso, o impacto da teoria de Lombroso se manifestou de forma distinta em países da América Latina. Sozzo (2016) observa que, na América Latina, as ideias lombrosianas inicialmente encontraram receptividade devido ao contexto socioeconômico e às necessidades de controle social. Contudo, a partir das décadas de 1960 e 1970, houve uma guinada para abordagens mais críticas, que desafiam o determinismo biológico em favor de teorias que consideram as desigualdades sociais e a marginalização econômica como causas da criminalidade.

A rejeição das ideias lombrosianas é reforçada ainda mais por autores contemporâneos, como Gould (1981), que critica o determinismo biológico, alegando que ele negligencia as complexas influências sociais e éticas no comportamento humano. Sua obra analisa a forma como o reducionismo biológico, exemplificado pelas ideias de Lombroso, pode perpetuar preconceitos e estigmas, um aspecto que muitos países rejeitaram em favor de modelos criminológicos mais inclusivos e éticos.

Na Itália, país de origem de Lombroso, suas teorias influenciaram fortemente a criminologia e as práticas policiais no final do século XIX. Vazquez e León (2019) apontam que a Itália inicialmente adotou o perfilhamento baseado em características físicas, uma prática que influenciou também outros países europeus. Entretanto, o desenvolvimento de novas teorias criminológicas e a crítica ao determinismo levaram à superação gradual das ideias lombrosianas em favor de modelos multidimensionais de análise.

Essas diferenças na adoção das teorias lombrosianas ilustram o impacto de cada contexto cultural e social na aceitação ou rejeição de ideias criminológicas. Hoje, a criminologia moderna em países como Austrália e Canadá adota perspectivas integradas, rejeitando o determinismo e enfatizando factores como educação, ambiente social e saúde mental (Carrier & Walby, 2014). Essa transição representa uma reação à simplificação do comportamento criminoso como inato e contribui para uma visão mais completa e ética do fenômeno criminal.

e) Educação e Formação Policial

- 4 Suas teorias também influenciaram a formação inicial de agentes de polícia e investigadores para procurar características identificáveis nos criminosos. Embora os métodos baseados em características físicas tenham sido abandonados, a influência de Lombroso ainda pode ser vista no desenvolvimento de técnicas de

identificação e análise de comportamento que continuam a evoluir com base em princípios mais científicos e éticos.

Esses exemplos ilustram como, mesmo após a desacreditação de muitos aspectos da teoria lombrosiana, suas ideias ainda têm ressonância na criminologia e nas práticas policiais modernas, moldando a forma como o crime é compreendido e abordado.

Um exemplo relevante de como a teoria lombrosiana influenciou positivamente na investigação criminal está relacionado com o desenvolvimento da Antropometria Criminal e o método Bertillonagem. Isso aconteceu no final do século XIX, quando o francês Alphonse Bertillon desenvolveu um sistema de identificação criminal baseado na medição das características corporais, conhecido como "bertillonage". Esse método foi inspirado, em parte, nas ideias de Lombroso sobre a importância das características físicas na identificação dos criminosos. Bertillon acreditava que as medidas antropométricas (como o comprimento do braço, a largura da cabeça, etc.) poderiam ajudar a identificar e distinguir os indivíduos com precisão.

Este método foi adotado pela Polícia e pela maioria dos sistemas de justiça penal do mundo como uma ferramenta para identificar e deter criminosos. Na prática, permite às autoridades registrar e comparar as características físicas das pessoas, o que contribui para resolver crimes e prevenir reincidências.

Actualmente, o método evoluiu e finalmente foi substituído por métodos mais modernos, como a identificação de impressões digitais e o uso de tecnologia biométrica. O princípio subjacente do uso de características físicas para a identificação criminal tem suas raízes nas ideias lombrosianas. O método de Bertillonagem foi um dos primeiros esforços sistemáticos para aplicar teorias criminológicas na prática policial e estabeleceu um precedente para o uso de dados físicos na identificação e análise de criminosos.

Este exemplo ilustra como as ideias sobre a relação entre características físicas e comportamento criminoso influenciaram a criação de técnicas de identificação na prática policial, mesmo que essas técnicas tenham evoluído com o tempo para se basear em métodos mais científicos e confiáveis.

A criminologia tem evoluído ao longo das décadas, passando de teorias deterministas, como as de Cesare Lombroso, que buscavam associar características físicas a tendências criminosas, para abordagens mais complexas e críticas que consideram o contexto social, psicológico e econômico dos indivíduos. Esta transição reflete o amadurecimento da disciplina, que procura não só entender o comportamento criminoso, mas também suas causas e as respostas mais

adequadas a ele. Em Angola, a formação dos futuros profissionais de Ciências Criminais deve basear-se nesses avanços, promovendo uma visão ampla e humanística sobre o crime e os factores que o influenciam."

Formação académica de estudantes de Ciências Criminais em Angola

Com o objetivo de promover uma compreensão mais holística e ética da criminologia na formação académica dos estudantes de Ciências Penais em Angola, deveriam ser implementadas algumas ações.

- 1. Desenvolver um currículo que enfatize teorias contemporâneas da criminologia, como as sociológicas, psicológicas e culturais, abordando a complexidade das causas do comportamento criminoso. Isso inclui a discussão de factores sociais, económicos e ambientais que influenciam a criminalidade.
- 2. Incluir módulos que abordem a problemática do preconceito, estigmatização e discriminação racial, discutindo como essas questões afetam a justiça penal e a percepção do crime na sociedade.
- 3. Utilizar estudos de caso que ilustrem as falhas da abordagem lombrosiana e como a criminologia evoluiu. Isso pode envolver a análise de políticas e práticas policiais que levaram à discriminação e injustiça.
- 4. Enfatizar a importância de intervenções sociais e programas de prevenção do crime que abordem as causas subjacentes da criminalidade, em vez de focar apenas em características individuais.
- 5. Integrar cursos sobre direitos humanos e ética na formação, destacando a importância de respeitar a dignidade humana no sistema de justiça e nas práticas policiais.
- 6. Incentivar uma abordagem interdisciplinar, incluindo disciplinas como sociologia, psicologia, antropologia e economia, para que os alunos compreendam as múltiplas dimensões da criminalidade.
- 7. Estimular a pesquisa sobre temas contemporâneos da criminologia que abordem a realidade angolana, utilizando dados e metodologias que desafiem a visão reducionista e simplista do crime.
- 8. Introduzir debates sobre a biocriminologia, mostrando suas limitações e as implicações éticas de associações entre biologia e comportamento criminoso.

- Oferecer formação continuada para docentes em temas actualizados da criminologia e práticas pedagógicas que estimulem o pensamento crítico.
- Promover a interação com comunidades e organizações da sociedade civil para discutir a segurança pública e a prevenção do crime, ajudando os alunos a entender as realidades sociais que influenciam a criminalidade.

Essas medidas podem contribuir para a formação de profissionais mais conscientes e críticos, que sejam capazes de abordar a criminalidade de maneira justa e informada, evitando preconceitos e estigmas que podem ser prejudiciais para a sociedade e o sistema de justiça.

Para evitar a influência da teoria de Lombroso e promover uma compreensão mais holística e ética da criminologia na formação académica de estudantes de Ciências Criminais em Angola, algumas sugestões incluem:

1. **Curriculum Crítico e Actualizado:** desenvolver um currículo que enfatize teorias contemporâneas da criminologia, como as sociológicas, psicológicas e culturais, abordando a complexidade das causas do comportamento criminoso. Isso inclui a discussão de factores sociais, económicos e ambientais que influenciam a criminalidade.
2. **Educação sobre Preconceito e Estigmatização:** incluir módulos que abordem a problemática do preconceito, estigmatização e discriminação racial, discutindo como essas questões afetam a justiça penal e a percepção do crime na sociedade.
3. **Estudos de Caso e Análise Crítica:** utilizar estudos de caso que ilustrem as falhas da abordagem lombrosiana e como a criminologia evoluiu. Isso pode envolver a análise de políticas e práticas policiais que levaram à discriminação e injustiça.
4. **Foco em Intervenções Sociais e Preventivas:** enfatizar a importância de intervenções sociais e programas de prevenção do crime que abordem as causas subjacentes da criminalidade, em vez de focar apenas em características individuais.
5. **Formação em Direitos Humanos:** integrar cursos sobre direitos humanos e ética na formação, destacando a importância de respeitar a dignidade humana no sistema de justiça e nas práticas policiais.
6. **Perspectiva Interdisciplinar:** incentivar uma abordagem interdisciplinar, incluindo disciplinas como sociologia, psicologia, antropologia e economia, para que os alunos compreendam as múltiplas dimensões da criminalidade.

7. Promover a Pesquisa e a Inovação: estimular a pesquisa sobre temas contemporâneos da criminologia que abordem a realidade angolana, utilizando dados e metodologias que desafiem a visão reducionista e simplista do crime.
8. Discussão sobre Biocriminologia: introduzir debates sobre a biocriminologia, mostrando suas limitações e as implicações éticas de associações entre biologia e comportamento criminoso.
9. Capacitação dos Docentes: oferecer formação continuada para docentes em temas actualizados da criminologia e práticas pedagógicas que estimulem o pensamento crítico.
10. Envolvimento da Comunidade: promover a interação com comunidades e organizações da sociedade civil para discutir a segurança pública e a prevenção do crime, ajudando os alunos a entender as realidades sociais que influenciam a criminalidade.

Essas medidas podem contribuir para a formação de profissionais mais conscientes e críticos, que sejam capazes de abordar a criminalidade de maneira justa e informada, evitando preconceitos e estigmas que podem ser prejudiciais para a sociedade e o sistema de justiça.

CONCLUSÃO

O trabalho de Cesare Lombroso desempenhou um papel crucial na formação das primeiras teorias científicas sobre o crime e o comportamento criminoso. Suas propostas inovadoras, como a teoria do "delinquente nato", marcaram uma ruptura com as explicações morais e punitivas predominantes, introduzindo uma abordagem biologicamente orientada que enfatizava características físicas e predisposições inatas como determinantes do comportamento criminoso.

A influência deste autor na sociedade foi profunda e multifacetada. Suas ideias contribuíram para uma estigmatização dos criminosos, influenciaram políticas punitivas e reformaram a forma como o crime era entendido e abordado. A ênfase na biologia como fator explicativo levou a práticas policiais e legais que procuravam identificar e controlar os supostos predispostos ao crime. No entanto, essas ideias também foram amplamente criticadas por sua simplicidade e determinismo, gerando um debate acadêmico e social que ajudou a moldar a criminologia moderna.

O seu legado é evidente na criminologia contemporânea, onde suas teorias continuam a ser discutidas e revisadas. Embora muitas de suas propostas tenham sido contestadas e superadas

por abordagens mais complexas e integradas, seu trabalho ajudou a estabelecer a criminologia como uma disciplina científica e estimulou o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a relação entre biologia e comportamento criminoso.

As críticas modernas às teorias de Lombroso destacam a necessidade de uma abordagem mais holística que considere factores psicológicos, sociais e culturais, além dos biológicos. A criminologia atual busca entender o crime de maneira mais abrangente, reconhecendo a complexidade das causas e das respostas ao comportamento criminoso.

O estudo das ideias de Lombroso oferece uma perspectiva valiosa sobre a evolução do pensamento criminológico e as implicações de suas teorias para a prática policial e a política criminal. À medida que continuamos a explorar e revisar as causas do crime, é essencial considerar tanto os legados históricos quanto as críticas contemporâneas para desenvolver abordagens mais eficazes e justas na luta contra o crime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Becker, H. S. (1963). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. Free Press.
2. Carrier, N., & Walby, K. (2014). Pioneers in criminology: The legacy of Lombroso and the impact on modern criminal profiling. *Journal of Criminology*, 48(2), 139-158. <https://doi.org/10.1007/s11417-014-9214-0>
3. Garland, D. (2001). *The culture of control: Crime and social order in contemporary society*. University of Chicago Press.
4. Gould, S. J. (1981). *The Mismeasure of Man*. New York: W. W. Norton & Company.
5. Gould, S. J. (1981). *The mismeasure of man*. W. W. Norton & Company.
6. Lilly, J. R., Cullen, F. T., & Ball, R. A. (2019). *Criminological theory: Context and consequences* (7^a ed.). Sage Publications.
7. Lombroso, C. (1876). *L'uomo delinquente*. [O Homem Delinquente]. Milano: Hoepli.
8. Lombroso, C. (1895). *Crime: Its Causes and Remedies*. London: Macmillan & Co.
9. Marsh, I. (2011). *Understanding Criminology: Current Theoretical Debates*. London: Routledge.
10. McCord, J., & McCord, W. (1959). *The Causes of Crime: A Study of a Sample of Prisoners*. New York: Free Press.
11. Paz, J. (2007). *Criminals and Their Families: How Theories Evolve*. New York: Springer.
12. Rafter, N. H. (2009). *The criminal brain: Understanding biological theories of crime*. New York University Press.

13. Reiman, J. (2004). The rich get richer and the poor get prison: Ideology, class, and criminal justice. *Criminal Justice Review*, 29(3), 301-309. <https://doi.org/10.1177/073401680402900303>
14. Rothe, D. (2004). The Influence of Early Theories on Contemporary Criminology. *Journal of Criminology*, 28(3), 45-67.
15. Sozzo, M. (2016). *Criminology in Latin America: Epistemological, theoretical, and methodological approaches*. In A. Brisman, N. South, & R. White (Eds.), *The Routledge international handbook of green criminology* (pp. 158–168). Routledge.
16. Treadwell, J. (2006). *Criminology* (2ª ed.). Sage Publications.
17. Vazquez, S., & León, C. (2019). Cesare Lombroso's impact on criminal policy: A comparative analysis in the United States and Italy. *International Journal of Comparative Criminology*, 32(4), 431-450. <https://doi.org/10.1007/s42123-019-0034-6>
18. Walker, N. (1993). *Criminal Justice in England and the United States: A Comparative Study*. London: Routledge.

A Aplicação das Normas Internacionais no Uso da Força e Armas de Fogo pelas Forças Policiais Angolanas**The Implementation of International Standards on the Use of Force and Firearms by the Angolan Police Forces****La Aplicación de las Normas Internacionales sobre el Uso de la Fuerza y Armas de Fuego por las Fuerzas Policiales Angoleñas****Autor:** Armindo Feliciano Aurélio

Ministério do Interior.

Correio: armindoaurilio@hotmail.comORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4463-1190>**Artigo de Revisão****RESUMO**

O uso da força e das armas de fogo pelas forças policiais é um tema altamente relevante e actual, aplicável a todos os estados e suas respectivas corporações de polícia. Este é um campo complexo, pouco explorado, mas essencial, dado a interdependência entre a operacionalização do combate ao crime e a protecção dos direitos humanos. O contexto angolano, com sua legislação específica e adesão a tratados internacionais, fornece uma base para a análise dessa problemática. O objectivo principal deste estudo é esclarecer a política do Estado angolano no que diz respeito ao uso da força e das armas de fogo pelas forças policiais, tendo como referência a legislação nacional e os compromissos internacionais assumidos pelo país. A pesquisa se baseia em uma análise discursiva, complementada pela revisão de documentos jurídicos e doutrinários tanto nacionais quanto internacionais. A partir dessa análise, foram destacados os fundamentos jurídicos que sustentam a política de segurança pública em Angola, com ênfase no controle da aplicação da força e o uso de armas de fogo pelas autoridades policiais, respeitando os limites impostos pela legislação e os direitos fundamentais. A compreensão desta política é crucial para garantir um equilíbrio entre segurança pública e protecção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Uso da força, armas de fogo, direitos humanos, segurança pública, Angola.

ABSTRACT

The use of force and firearms by law enforcement agencies is a highly relevant and current topic, applicable to all states and their respective police forces. This is a complex and underexplored area, yet essential, given the interdependence between operational crime fighting and the protection of human rights. The Angolan context, with its specific legislation and adherence to international treaties, provides a basis for analyzing this issue. The main objective of this study is to clarify the Angolan state's policy regarding the use of force and firearms by police forces, referencing national legislation and international commitments made by the country. The research is based on a discursive analysis, complemented by the review of both national and international legal and doctrinal documents. From this analysis, the legal foundations supporting Angola's public security policy were highlighted, with an emphasis on controlling the application of force and the use of firearms by police authorities, respecting the limits set by legislation and fundamental rights. Understanding this policy is crucial for ensuring a balance between public security and the protection of human rights.

Keywords: Use of force, firearms, human rights, public security, Angola.

RESUMEN

El uso de la fuerza y de armas de fuego por parte de las fuerzas policiales es un tema altamente relevante y actual, aplicable a todos los estados y sus respectivas fuerzas policiales. Este es un campo complejo, poco explorado, pero esencial, dada la interdependencia entre la operación del combate al crimen y la protección de los derechos humanos. El contexto angoleño, con su legislación específica y adhesión a tratados internacionales, proporciona una base para analizar este problema. El objetivo principal de este estudio es aclarar la política del Estado angoleño en lo que respecta al uso de la fuerza y de armas de fuego por parte de las fuerzas policiales, teniendo como referencia la legislación nacional y los compromisos internacionales asumidos por el país. La investigación se basa en un análisis discursivo, complementado con la revisión de documentos jurídicos y doctrinales tanto nacionales como internacionales. A partir de este análisis, se destacaron los fundamentos jurídicos que sustentan la política de seguridad pública en Angola, con énfasis en el control de la aplicación de la fuerza y el uso de armas de fuego por las autoridades policiales, respetando los límites impuestos por la legislación y los derechos fundamentales. Comprender esta política es crucial para garantizar un equilibrio entre la seguridad pública y la protección de los derechos humanos.

Palabras clave: Uso de la fuerza, armas de fuego, derechos humanos, seguridad pública, Angola.

INTRODUÇÃO

As forças policiais angolanas utilizam a força e as armas de fogo exclusivamente em situações excepcionais, quando não há outros meios eficazes para cumprir suas funções constitucionais e missões especiais. Essas acções são fundamentadas na Constituição da República de Angola, nas leis nacionais e nos compromissos assumidos pelo país em tratados internacionais ratificados ou aderidos. Este artigo tem como objectivo analisar o uso da força e das armas de fogo pelas forças policiais angolanas, considerando o contexto legal e os princípios internacionais. A análise será centrada no impacto dessas práticas na vida dos cidadãos e nas instituições, além da responsabilidade dos agentes envolvidos. A pesquisa também aborda os fundamentos jurídicos que sustentam essa política, com ênfase na necessidade de equilibrar a segurança pública com os direitos humanos.

Angola é uma República soberana, baseada na dignidade humana e a vontade do povo, com o objectivo de construir uma sociedade justa, democrática, solidária e igualitária. A Constituição estabelece que o país tem vocação para a paz e o progresso, sendo responsabilidade do Estado e de todos os cidadãos garantir a paz e a segurança, respeitando a Constituição, as leis e os tratados internacionais. A Polícia Nacional e o Serviço de Investigação Criminal actuam dentro desse contexto democrático e legal, com a obrigação de cumprir suas funções em conformidade com a Constituição, as leis nacionais e os compromissos internacionais assumidos pelo Estado. (Constituição da República de Angola, 2010, art. 1º e 11º)

O principal objectivo deste artigo é esclarecer a política do Estado angolano sobre o uso da força e das armas de fogo pelas suas forças policiais, com base na legislação vigente e nos tratados internacionais. A pesquisa visa destacar os fundamentos jurídicos dessa política, bem como discutir as implicações para a segurança pública e os direitos humanos.

Para o desenvolvimento deste artigo, foi adoptado um método discursivo, com análise de documentos jurídicos e doutrinários, tanto nacionais quanto internacionais. A pesquisa incluiu uma revisão da legislação angolana, das políticas de segurança pública e dos tratados internacionais que regem o uso da força pelas autoridades policiais. Além disso, foram analisadas as implicações sociais e legais dessas práticas, considerando a responsabilidade dos agentes da lei em situações de uso da força.

DESENVOLVIMENTO

Os instrumentos internacionais sobre o uso da força e armas de fogo pelos responsáveis pela aplicação da lei reflectem os compromissos fundamentais com os direitos humanos, a legalidade e a protecção à vida. Fornecem directrizes claras para equilibrar a autoridade estatal e a dignidade humana, garantindo que a força seja empregada de forma proporcional, necessária e como último recurso. Entre esses instrumentos internacionais, destacam-se: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), o Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei (1979) e os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (1990). Esses instrumentos estabelecem padrões éticos e operacionais que orientam a actuação policial em cenários críticos, promovendo transparência, responsabilidade e treinamento contínuo. Além disso, foram igualmente utilizados documentos regionais sobre a matéria, tais como as Directrizes de Luanda (2014), elaboradas pela Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, da União Africana, que reforçam essas normas no contexto africano, destacando a protecção de grupos vulneráveis e a supervisão independente. Esses marcos são essenciais para prevenir os possíveis abusos e fortalecer a confiança pública nas forças de segurança.

1. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adoptada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, estabelece os direitos fundamentais a que todas as pessoas têm direito, independentemente de sua nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição. O documento reconhece a dignidade e os direitos iguais de todos os seres humanos, defendendo direitos civis e políticos, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à igualdade perante a lei, e à liberdade de expressão e reunião. A DUDH também abrange direitos económicos, sociais e culturais, incluindo o direito à educação, saúde e ao trabalho. Embora não seja juridicamente vinculante, a DUDH serve como um marco global, inspirando legislações e tratados internacionais sobre direitos humanos. Seu impacto é imenso, influenciando legislações nacionais e organismos internacionais a promover e proteger os direitos humanos em todo mundo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 estabelece uma análise abrangente dos direitos humanos essenciais, distribuídos em três categorias principais: direitos civis e políticos, direitos económico, sociais e culturais e direitos à igualdade e liberdade de expressão.

Direitos Civis e Políticos: A DUDH protege direitos fundamentais como o direito à vida, liberdade e segurança pessoal (art. 3), a igualdade perante a lei (art. 7), a liberdade de pensamento e expressão (art. 18 e 19) e o direito à reunião pacífica e associação (art. 20). Também proíbe práticas como tortura, tratamento cruel ou degradante (art. 5), e assegura a liberdade política, incluindo o direito ao voto (art. 21).

Direitos Económicos, Sociais e Culturais: inclui o direito ao trabalho, saúde, educação e segurança social (art. 22 e 23), e promove o acesso à cultura e participação na vida social (art. 27).

Direitos à Igualdade e Liberdade: A DUDH também enfatiza a igualdade de direitos sem discriminação, seja de raça, sexo, religião ou origem (art. 2 e 7), e destaca a importância de garantir a liberdade de opinião, educação e participação social para todos.

A análise dos direitos citados na DUDH reforça a ideia de que todos os indivíduos têm direitos inalienáveis, estabelecendo um conjunto de normas universais para garantir que cada ser humano possa viver com dignidade, liberdade e igualdade. A DUDH, embora não tenha força vinculante, foi um passo fundamental para a criação de tratados e políticas internacionais que visam garantir os direitos humanos globalmente.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e o uso de armas de fogo pelas forças policiais estão directamente interligadas, uma vez que os direitos fundamentais estabelecidos pela DUDH servem como um marco para orientar a actuação das autoridades, incluindo o uso da força, em especial o uso de armas de fogo. A correlação entre os dois pode ser estabelecida a partir dos princípios da necessidade, proporcionalidade e protecção à vida, conforme delineado na DUDH.

Direito à Vida e Protecção à Vida (art. 3): A DUDH assegura a todos o direito à vida e à segurança pessoal, princípios fundamentais que orientam o uso de armas de fogo pelas forças policiais. O uso de armas de fogo, conforme os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo das Nações Unidas (1990), deve ser uma medida excepcional, empregada apenas quando inevitável para proteger a vida (necessidade) e de forma proporcional à ameaça. Assim, o direito à vida é um princípio que limita severamente o uso de força letal, alinhando-se à DUDH, que proíbe acções que comprometam a integridade física e a vida, a menos que seja uma autodefesa ou defesa de outros contra uma ameaça iminente.

Proporcionalidade e Necessidade: A DUDH defende que qualquer acto de violência contra indivíduos, como tortura ou tratamento cruel (art.5), deve ser evitado. No contexto policial, isso

implica dizer que a utilização de armas de fogo deve ser restrita a situações onde outros meios não-violentos não sejam eficazes. O uso de armas de fogo deve ser proporcional ao nível de ameaça, o que se alinha com o princípio da proporcionalidade na resposta da força.

Liberdade e Segurança pessoal (art. 9): A DUDH também assegura protecção contra prisões arbitrárias e abusos por parte das autoridades, o que inclui o uso excessivo ou não regulamentado de armas. Quando a força letal é utilizada sem justificativa adequada, como no caso de abusos policiais em manifestações ou em situações que não representam uma ameaça imediata à vida, os direitos à liberdade e à segurança pessoal são violados. Esse tipo de abuso infringe o espírito da DUDH, que exige que os direitos de todos sejam respeitados, sem discriminação ou violência desnecessária.

Responsabilidade e Prestação de Contas: Os Princípios Básicos sobre o Uso da Força destacam que os responsáveis pelo uso excessivo de armas de fogo devem ser responsabilizados e submetidos a investigações independentes, para serem inocentados, caso tenham usado as armas de fogo, com base na lei ou responsabilizados, caso tenham tido excedido ou cometido excessos ou abusos. O que está em conformidade perfeita com os direitos à justiça e à prestação de contas. A DUDH estabelece que toda acção de violação de direitos humanos deve ser investigada, o que reforça a necessidade de transparência e responsabilidade nas práticas policiais.

Em resumo, a correlação entre a DUDH e o uso de armas de fogo pelas forças policiais baseia-se na protecção dos direitos fundamentais, principalmente o direito à vida e segurança, a limitação da violência ao estritamente necessário e proporcional, e a garantia de que as autoridades sejam responsabilizadas por abusos, respeitando a dignidade humana e prevenindo a violência injustificada.

2. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), adoptado pela ONU em 1966 e em vigor desde 1976, é um tratado fundamental que protege os direitos civis e políticos essenciais, como o direito à vida, liberdade, privacidade, e liberdade de expressão. Assegura a liberdade de reunião pacífica e a protecção contra prisões arbitrárias e tratamentos cruéis, além de garantir o direito ao devido processo legal. O Pacto estabelece que os Estados signatários devem tomar medidas para garantir esses direitos, enquanto proíbe discriminação e assegura protecção para minorias. Embora permita algumas restrições temporárias durante emergências, o Pacto exige que essas medidas sejam

compatíveis com o direito internacional dos direitos humanos, com realce para respeito pela dignidade humana.

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) reconhece e protege:

- 🔔 **Direito à Reunião Pacífica:** protege o direito de manifestação (art. 21) e exige que intervenções respeitem a legalidade e proporcionalidade.
 - 🔔 **Direitos Fundamentais:** inclui proibição de tortura (art. 7), liberdade de pensamento (Art. 18) e protecção contra prisões arbitrárias (art. 9).
 - 🔔 **Mecanismos de Monitoramento:** os Estados são obrigados a relatar as medidas implementadas ao Comissão dos Direitos Humanos da ONU.
3. O Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei (1979) foi adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas com o objectivo de estabelecer um conjunto de normas éticas e operacionais para guiar as acções dos agentes de segurança pública, assegurando que suas actividades respeitem os direitos humanos e a legalidade. Este código reforça a importância de uma conduta profissional e responsável, exigindo que os agentes cumpram rigorosamente a lei e protejam os direitos e a dignidade das pessoas. Além disso, o Código enfatiza que a força deve ser usada apenas quando estritamente necessário e proporcional à situação, prevenindo abusos como tortura, maus-tratos e discriminação. Ao promover a integridade, a transparência e a prestação de contas, o Código de Conduta é um documento fundamental para assegurar que a aplicação da lei ocorra de maneira ética e justa, contribuindo para a confiança pública nas instituições de segurança.

O Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei (1979) estabelece:

- 🔔 **Legalidade e Ética:** as acções devem ser embasadas na lei e alinhadas aos direitos humanos.
 - 🔔 **Uso da Força:** apenas quando estritamente necessário e em níveis proporcionais.
 - 🔔 **Proibição de Tortura:** vedada qualquer forma de tortura ou tratamento degradante.
 - 🔔 **Prestação de Contas:** visa garantir a transparência e supervisão sobre as acções dos agentes.
4. Os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Responsáveis pela Aplicação da Lei, adoptados em 1990, representam um marco no esforço global para garantir que as operações policiais e de segurança sejam conduzidas com respeito aos direitos humanos e à dignidade da vida. Estes princípios oferecem orientações

fundamentais sobre quando e como a força pode ser empregada de forma legítima, estabelecendo limites claros para evitar abusos e promover práticas responsáveis. Reconhecendo que o uso da força é uma medida extrema, os princípios enfatizam a necessidade de proporcionalidade, a priorização da protecção à vida, a responsabilização dos agentes e o treinamento adequado, promovendo a segurança tanto para os agentes quanto para o público. A aplicação desses princípios é essencial para equilibrar a autoridade estatal e os direitos fundamentais, prevenindo violações e fortalecendo a confiança nas forças de segurança:

- 1. **Necessidade e Proporcionalidade:** exige que a força deve ser empregada como último recurso e de forma proporcional à ameaça enfrentada.
 - 2. **Protecção à Vida:** prioriza a preservação da vida humana, permitindo o uso letal apenas em casos inevitáveis para proteger a sua vida em legítima defesa e a de outras pessoas.
1. **Responsabilidade e Prestação de Contas:** os agentes devem ser responsabilizados por abusos e uso excessivo da força.
 2. **Treinamento e Equipamento:** com ênfase para capacitação no uso de técnicas não letais.
 5. **As Directrizes de Luanda (2014),** elaboradas pela Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos estabelecem uma conexão clara com o uso de armas de fogo no contexto da actuação policial nos países africanos, promovendo práticas que respeitam os direitos humanos e minimizam abusos. A correlação pode ser analisada sob três principais pilares presentes nas directrizes:
 - 1º. **Legalidade e Proporcionalidade:** as directrizes impõem restrições rigorosas para o uso de força letal, estabelecendo que as armas de fogo só devem ser usadas em situações inevitáveis e proporcionais à ameaça. No contexto policial africano, isso significa que o uso de armas de fogo deve ser reservado para defesa de vidas e nunca deve ser uma solução primária. Essa orientação busca garantir que as forças policiais ajam dentro dos limites da lei, respeitando os princípios de necessidade e proporcionalidade, fundamentais na protecção dos direitos humanos, conforme estabelecido pelos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (1990).
 - 2º. **Prevenção e Monitoramento:** A prevenção do uso excessivo de força e o monitoramento independente são essenciais nas Directrizes de Luanda. A ênfase no treinamento contínuo dos agentes da lei, incluindo o uso adequado de armas de fogo, visa garantir que os polícias estejam preparados para lidar com situações de crise sem recorrer a força letal, sempre que possível.

Além disso, a supervisão independente assegura que os abusos sejam investigados e punidos, garantindo a responsabilidade no uso de armas de fogo. A transparência e o controle social são fundamentais para manter a confiança pública nas forças de segurança.

3º. Protecção de Grupos Vulneráveis: As Directrizes de Luanda destacam a importância de garantir a protecção de grupos vulneráveis, como mulheres, crianças e idosos, em qualquer operação policial. A utilização de armas de fogo contra essas populações deve ser evitada sempre que possível, reflectindo um compromisso com a dignidade humana e com a protecção de direitos fundamentais. No contexto africano, isso exige que os polícias sejam capacitados para identificar e minimizar riscos em situações envolvendo grupos vulneráveis, com um foco especial na proporcionalidade do uso de força, em conformidade com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Esses princípios estão alinhados as abordagens globais e regionais sobre o uso de armas de fogo, criando um ambiente onde as forças policiais, ao serem melhor treinadas e monitoradas, possam garantir a segurança pública sem recorrer ao uso excessivo da força, protegendo os direitos fundamentais de todos os cidadãos, especialmente em contextos de manifestações ou situações de vulnerabilidade.

Caracterização da Polícia Nacional Angolana (PNA)

A Policia de qualquer Estado democrático e de direito, como a da República de Angola, reveste-se de grande importância, na garantia do cumprimento das leis, na preservação da ordem e tranquilidade públicas, protecção das instituições do Estado, dos seus bens e dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, contra todo tipo de ameaças e risco, desde o seu surgimento nos Estados.

A palavra Polícia de acordo com Raposo (2006 p, 21) tem origem na palavra grega politeia, relacionada com à polis, que designa a constituição, o ordenamento, o regime ou a forma de governo da cidade, estado, envolvendo o regime dos cidadãos, que são, dentre os membros destas, aqueles de participam na vida política”.

A Polícia Nacional, é a instituição nacional policial, permanente, regular e apartidária, organizada na base da hierarquia e da disciplina, incumbida da protecção e asseguramento policial do País, no estrito respeito pela Constituição e pelas leis, bem como pelas convenções internacionais de que Angola seja parte” (artigo 210º, da Constituição da República de Angola, 2010. p.80)

“É uma instituição nacional policial, permanente, regular e apartidária, organizada na base da hierarquia e da disciplina, incumbida da protecção e asseguramento policial do País, no estrito respeito pela Constituição e pelas leis, bem como pelas convenções internacionais de que Angola seja parte” (artigo 210º, da Constituição da República de Angola, 2010. p.80)

A definição mais detalhada de Polícia Nacional, é a que refere que: “é o órgão executivo central dotado de forças e serviços, ao qual compete assegurar a ordem e tranquilidade públicas, a defesa da legalidade democrática, o respeito pelo regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, a prevenção da criminalidade, a protecção das fronteiras, colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da lei, bem com reprimir transgressões”(artigo 15º, do Estatuto Orgânico do Ministério do Interior. Decreto Presidencial, nº 3218, 2018, p.350)

O Serviço de Investigação Criminal (Polícia criminal ou judiciária) de Angola), é definido pelo seu regulamento orgânico como sendo: ”órgão executivo central do Ministério do Interior, com autonomia administrativa e de gestão orçamental, que constitui o corpo superior de polícia criminal e judiciária ao qual compete e cabe executar as políticas e medidas legislativas destinadas a investigar indícios de crimes, adopta os meios de prevenção e repressão da criminalidade realizar a instrução preparatória dos processos-crime da sua competência e efectuar detenções, revistas, buscas e apreensões, perícias e exames, nos termos da lei” (ponto 1, do artigo 1, Regulamento do SIC, Decreto Legislativo Presidencial nº 21/2017, p. 3556).

Uma outra interessante definição sobre investigação criminal, preceitua que : “O Serviço de Investigação Criminal- é o órgão executivo central ao qual cabe executar as políticas e medidas legislativas destinadas a investigar indícios de crimes, a adoptar os meios de prevenção repressão da criminalidade, do crime organizado, o tráfico de estupefacientes, a corrupção, do crime económico e financeiro e demais crimes contra as pessoas e contra a propriedade, realizar a instrução preparatória dos processos-crime em todas as causas de sua competência e efectuar detenções, revistas, buscas e apreensões, nos termos da lei”(artigo 16º, do Estatuto Orgânico do Ministério do Interior. Decreto Presidencial, nº 218, 2018, p. 350)

Dever-se-á entender por segurança pública - o estado de normalidade de um Estado, que permite aos cidadãos viver em paz, e usufruírem de direitos, liberdade e garantias fundamentais que lhes assistem e que permitem as instituições vocacionadas para o efeito, o cumprimento de seus deveres fundamentais, segundo a doutrina brasileira sobre a matéria.

É importante acrescentar ao exposto, os princípios constantes dos tratados internacionais, que Angola ratificou ou aderiu, que de conformidade perfeita com a legislação angolana, que dispõe: “os tratados internacionais regularmente aprovados ou ratificados vigoram na ordem jurídica angolana após a sua publicação oficial e entrada em vigor na ordem jurídica internacional e enquanto vincularem internacionalmente o Estado angolano” (artigo 13º, Constituição da República de Angola, 2010, p. 9

Princípio – é uma palavra de latina primeiro, que significa, a base mais importante da origem de algo ou de uma operação dedutiva, como sua condição necessária

Força- é a “faculdade de operar, agir ou mover-se; robustez, serve de meios usados para obrigar a algo...; forte capacidade de acção de algo (Dicionário. Língua Portuguesa, p.1346)

Arma- é “todo instrumento ou objecto, cortante, perfurante ou contundente, usado para alcançar um determinado fim, que pode ser ameaçar, matar, ferir ou espancar.

Fundamentos jurídicos da República de Angola sobre uso da força e de armas de fogo pelas forças policiais

Referindo-se de forma sintética as atribuições da Policia Nacional e as do Serviço de Investigação criminal, a Constituição refere, que: “a garantia da ordem tem por objectivo a defesa da segurança e tranquilidade públicas, o asseguramento e protecção das instituições, dos cidadãos e respectivos bens e dos seu direitos e liberdades fundamentais, contra a criminalidade violenta ou organizada e outro tipo de ameaças e riscos, no estrito respeito pela Constituição, pelas leis e pelas convenções internacionais deque Angola seja parte “ (artigo 209, Constituição da República de Angola, 2010, p.80).

A Polícia Nacional, tem como missão primordial, no âmbito do sistema de segurança nacional: “ garantir a manutenção da ordem, o combate à criminalidade segurança interna e a tranquilidade públicas, o asseguramento e protecção das instituições, o exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos contra a criminalidade, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da constituição e da lei (artigo 3º, nº.1, lei nº6/20, De Bases sobre a Organização e Funcionamento da Policia Nacional, p. 2278).

A actividade que exercem, a Policia Nacional e o Serviço de Investigação Criminal, baseia-se na constituição, na lei em outros tipo de actos normativos, entre os quais figura os respectivos regulamentos orgânicos e tratados internacionais, aderidos e ratificados pela República de Angola.

“A actividade de segurança nacional deve pautar-se pela observância das regras de política e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais e pelos demais princípios do Estado democrático de direito” (artigo 2º, da lei 12/02, de Segurança Nacional, 2012/12, p.728.

Princípios Básicos sobre o Uso da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei-

De conformidade a lei de Bases sobre a Organização e Funcionamento, a Policia Nacional Angolana, tem os seguintes princípios de actuação:

Princípio da legalidade, principio da proporcionalidade, principio da necessidade; principio da legalidade, princípio da boa fé, principio da imparcialidade e da neutralidade, principio da probidade administrativa, principio da colaboração com os particulares, princípio da aproximação dos serviços aos cidadãos, principio da prossecução do interesse público, principio da integridade e responsabilidade, principio da cortesia e urbanidade, principio da reservo e da discrição, principio da parcimónia, princípio da lealdade às instituições e aos superiores interesses do Estado, principio da participação comunitária, principio da eficácia eficiência, principio da comunicação e o principio da gratuidade (lei nº 6/20, de Bases sobre a Organização e Funcionamento da Polícia Nacional, p, 2279 e 2280).

Conforme preceitua o respectivo estatuto orgânico “A Polícia Nacional, rege-se pela:” Constituição da República de Angola, pelo presente Estatuto, pela legislação aplicável à natureza das suas atribuições, bem como pelas convenções internacionais de que Angola seja parte” (artigo 2º, nº 7, Estatuto Orgânico da Policial Nacional)”

Os Princípios Básicos sobre a Utilização da força e armas de fogo pelas forças policiais, são resumidos em:

1. Princípio da necessidade;
2. Princípio da legalidade;
3. Princípio da proporcionalidade;
4. Princípio de asseguramento da prestação de assistência e socorros médicos às pessoas feridas ou afectadas, (quando for possível);
5. Principio da responsabilidade (ou controle posterior).

1º Princípio da necessidade

Exige que o uso da força e de armas de fogo da Policia Nacional, deve ocorrer somente quando com os outros meios não for possível alcançar os objectivos previamente estabelecidos

na Constituição, na lei, em outros actos normativos e nos instrumentos internacionais sobre a matéria ratificados ou aderidos pela República de Angola

O artigo 3º do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da lei, preceitua que: “esses funcionários só podem utilizar a força quando for estritamente necessário e somente na medida exigida para o desempenho das suas funções”

2º Princípio da legalidade

O uso da força e de armas de fogo pelas forças policiais, deverá observar rigorosamente o que está previsto e tipificado ou seja o que está autorizado pela legislação, e com a observância das exigências nelas estabelecidas e nos instrumentos internacionais, que fazem parte do ordenamento jurídico de Angola

3º Princípio da Proporcionalidade

Exige que o uso da força e de armas da Polícia Nacional, deverá estar de acordo com as dimensões da ameaça e da resistência: da quantidade de força utilizada pelos criminosos a enfrentar, bem como dos bens em risco a serem protegidos pelas forças policiais

4º Princípio de asseguramento da prestação de assistência e socorros médicos às pessoas feridas ou afectadas.

Quando for possível, quer dizer sem perigo para a vida e integridade corporal dos membros das forças policiais, elas são obrigadas a prestarem os primeiros socorros as vítimas dos incidentes táticos e operativos decorridos nas suas operações

5º Princípio da responsabilidade (ou controle posterior).

Após o uso da força e de armas de fogo policiais- exige-se a prestação de contas, para o conhecimento e avaliação superior do que sucedeu: as circunstâncias (meio ambiente), as causas, o *modus operandi*, os agentes implicados e as vítimas.

Caso seja apurado ter havido excessos ou o uso abusivo da força, os seus autores (membros da Polícia) serão responsabilizados pelos actos praticados, por que de harmonia com o artigo 23º da Constituição da República de Angola “todos os cidadãos são iguais perante a lei”.

Mais caso tenham agido de acordo com a lei, são elogiados pela exemplar conduta de proteger a vida e a integridade os cidadãos, que estavam em perigo, bem como os seus bens e as instituições do Estado, contra os actos criminosos.

Consta do preâmbulo do documento em análise, que as Nações Unidas recomendam aos Estados: “os Princípios Básicos para acção e aplicação a nível nacional, regional e sub-regional,

tendo em conta a necessidade do reforço da protecção dos direitos humanos e as tradições políticas, económicas, sociais e culturais de cada país.

Conforme preceitua o respectivo estatuto orgânico “A Polícia Nacional, rege-se pelo:” Constituição da República de Angola, pelo presente Estatuto, pela legislação aplicável à natureza das suas atribuições, bem como pelas convenções internacionais de que Angola seja parte” (artigo 2º, nº 7, Estatuto Orgânico da Policial Nacional)”

CONCLUSÕES

As conclusões apresentadas no presente artigo científico, reflectem a adesão de Angola a uma abordagem jurídica sólida e progressista, fundamentada na Constituição, nas leis internas e nos tratados internacionais ratificados.

O artigo destaca que, embora existam casos isolados de abuso, a política do Estado angolano permanece comprometida com o respeito aos direitos humanos e a segurança pública, responsabilizando adequadamente os agentes envolvidos em excessos. Além disso, o uso da força é orientado por princípios rigorosos de necessidade, legalidade e proporcionalidade, com ênfase no treinamento e na responsabilidade legal.

Essas conclusões reafirmam o compromisso da Polícia Nacional de Angola em agir dentro dos parâmetros estabelecidos, buscando sempre o equilíbrio entre a segurança pública e os direitos fundamentais.

RECOMENDAÇÕES

As recomendações visam fortalecer a actuação das forças policiais angolanas e melhorar a sua relação com a sociedade, ao mesmo tempo que garantem o respeito pelos direitos humanos.

Considerar que a capacitação contínua dos agentes, tanto em termos técnicos quanto científicos, é fundamental para melhorar o desempenho e a confiança da sociedade nas instituições de segurança.

Recomenda-se ser essencial expandir os recursos disponíveis para as forças policiais, incluindo infra-estrutura, tecnologia e transporte, a fim de otimizar suas operações.

Outra recomendação importante é a priorização de medidas preventivas no combate à criminalidade, que se mostram mais eficazes do que as medidas repressivas no fortalecimento da confiança pública e na redução do uso excessivo da força.

No âmbito legal, é sugerida a continuidade da produção legislativa e doutrinária sobre o uso da força e das armas de fogo necessário para proteger os direitos de todos os cidadãos e garantir a actuação responsável das autoridades.

É apresentada a recomendação de promover-se debates amplos sobre esse tema, para que a população esteja bem informada e possa evitar ser manipulada por interesses políticos ou comerciais que busquem manchar a imagem da polícia.

Em suma, essas recomendações são cruciais para criar um ambiente de segurança pública mais eficiente, respeitoso e responsável em Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Angola (2010), Constituição da República de Angola. Promulgada em 5 de Fevereiro de 2010 (1ªed.) Luanda. Imprensa Nacional. E.P.
2. Lei nº6/20, de 24 de Março. Que aprova a lei d e bases sobre a organização e funcionamento da Polícia Nacional.
3. Raposo, João. (2006) Direito Policial. I ed. Coimbra: Almedina, 2006 nº15/19, diário da República, Iª seria nº65, de 15 de Maio.
4. Angola (2019), Estatuto Orgânico da Policia Nacional, Decreto Presidencial.
5. Resolução nº 34/196, de 17 de Dezembro de 1979, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que aprovou o Código de Conduta par Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.
6. United Nations. (1979). *Code of Conduct for Law Enforcement Officials*. Retrieved from <https://www.un.org>
7. United Nations. (1990). *Basic Principles on the Use of Force and Firearms by Law Enforcement Officials*. Retrieved from <https://www.ohchr.org>
8. United Nations. (1966). *International Covenant on Civil and Political Rights*. Retrieved from <https://www.un.org>
9. United Nations. (1948). *Universal Declaration of Human Rights*. Retrieved from <https://www.un.org>
10. African Commission on Human and Peoples' Rights. (2014). *Luanda Guidelines on Police Use of Force*. Retrieved from <https://www.achpr.org>

La Entomología Criminalística en Cuba: Proyecciones para su Desarrollo**The Criminalistic Entomology in Cuba: projections for its development****Entomologia Criminalística em Cuba: Projeções para seu Desenvolvimento****Autor: Yunier Lamothe Mayet.**

Unidad de Preparación y Ciencia. Dirección de Criminalística. La Habana, Cuba.

Correo electrónico: ylamothe@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6845-8050>**José Ángel Posada Jeanjacques.**

Unidad de Preparación y Ciencia, Dirección de Criminalística. La Habana, Cuba.

Correo electrónico: japosada123@gmail.comORCID: <http://orcid.org/0009-0007-8402-8324>**Artículo Original****RESUMEN**

Se ha hecho frecuente, en la última década, el desarrollo de investigaciones relacionadas con la sucesión de insectos que colonizan cadáveres. Se estudia y perfeccionan las descripciones de sus fases de desarrollo, con el objetivo de realizar estimaciones más precisas sobre el intervalo postmortem (IPM). Esta motivación surge a partir de la particularidad faunística de cada zona geográfica donde se desarrollan los estudios. El objetivo de este artículo es dar a conocer la evolución de la Entomología Criminalística en Cuba. Mediante la recopilación de los resultados científicos, derivados de las investigaciones realizadas sobre fauna cadavérica, el conocimiento de los principales grupos de insectos recolectados en estos ecosistemas cadavéricos, su aplicación, la socialización de sus resultados y las proyecciones para su desarrollo en la Criminalística Cubana. Esfuerzos dirigidos al diagnóstico de esta entomofauna particular y a contribuir desde un enfoque biológico criminalístico, a perfeccionar el IPM.

Palabras claves: Criminalística; Cuba; Entomología; Historia.**ABSTRACT**

The development of investigations related to the succession of insects that colonize dead bodies has become frequent in the last decade. The phases of its development descriptions are being studied and perfectionated with the objective to carry out more precise estimations about postmortem interval (IPM). This motivation arises starting from the particularity of each

geographical area where the studies are developed. The objective of this article is to let to know the Criminalistic Entomology evolution in Cuba. By means of the summary of derived scientific results of the investigations carried out on cadaverous fauna, the knowledge of the main groups of insects gathered in these cadaverous ecosystems, its application, the socialization of the results and the future projections for the Cuban Criminalistic development. Efforts directed to the diagnosis of this particular entomofauna from a biological criminalistic focus to perfectionate the IPM has been made.

Key words: Criminalistics; Cuba; Entomology; History.

RESUMO

Na última década, pesquisas relacionadas à sucessão de insetos que colonizam cadáveres tornaram-se frequentes. As descrições de suas fases de desenvolvimento são estudadas e refinadas, com o objetivo de fazer estimativas mais precisas do intervalo post-mortem (MPI). Esta motivação surge da particularidade faunística de cada área geográfica onde os estudos são realizados. O objetivo deste artigo é apresentar a evolução da Entomologia Criminal em Cuba. Através da compilação de resultados científicos, derivados das pesquisas realizadas sobre a fauna cadavérica, o conhecimento dos principais grupos de insetos coletados nesses ecossistemas cadavéricos, sua aplicação, a socialização de seus resultados e as projeções para seu desenvolvimento na Criminalística Cubana. Esforços voltados para o diagnóstico desta entomofauna em particular e para contribuir, a partir de uma abordagem biológica criminológica, para melhorar o IPM.

Palavras-chave: Criminalística; Cuba; Entomologia; História.

INTRODUCCIÓN

La determinación de la data de muerte, es uno de los grandes retos médico-legales que existen en torno a este suceso. La determinación del tiempo transcurrido desde que falleció el individuo, el establecimiento de la fecha, hora y del período más estrecho en el que ocurrió el deceso, es de gran interés judicial y policial. Si la muerte es reciente, resulta fácil establecer la data de la muerte, pero, al avanzar la putrefacción cadavérica, intervienen factores extrínsecos e intrínsecos, que pueden modificar la evaluación del Médico Legista. En el Proceso Penal, precisar el momento de la muerte puede representar el éxito o el fracaso de una investigación criminal para el esclarecimiento de un delito (Aso et. al, 1998).

Uno de los métodos que contribuye a datar decesos en cadáveres de manera más precisa y a validar los resultados médico-legistas le corresponde a la Entomología Criminalística,

disciplina que ha cobrado fuerza desde la segunda mitad del siglo XX. Anteriormente a esta época, en Cuba no existían elementos periciales criminalísticos que permitieran hacer determinaciones sobre ese particular, elementos que por demás son muy específicos de cada zona geográfica, por lo que no siempre son extrapolables a cualquier ecosistema cadavérico.

La muerte de un ser vivo trae consigo cambios y transformaciones físico-químicas, que hacen de un cuerpo sin vida, un ecosistema dinámico y único, al que se asocian organismos necrófagos, necrófilos, omnívoros y accidentales (Arbeláez, 2019), en su mayoría insectos. Los insectos se suceden en el tiempo sobre un cadáver, de acuerdo al avance de su descomposición (Murrugarra, 2016) y son los invertebrados los primeros y más importantes artrópodos en colonizar al cadáver (Villanueva, 2016). En tal sentido, la determinación de los insectos en cadáveres, permite estimar el intervalo postmortem, el posible traslado del cadáver y el consumo de estupefacientes (Correa et. al, 2019).

Los bosques de América Latina y el Caribe son los bosques tropicales más importantes del mundo, tanto por su extensión geográfica, como por su riqueza biológica y complejidad ecológica. El clima neotropical se caracteriza por presentar temperaturas predecibles y relativamente constantes de una estación a otra. Sin embargo, los regímenes lluviosos son más variables, de manera que la diferencia entre las estaciones puede estar regida por la presencia de lluvias. A estas condiciones climáticas se agrega un paisaje caracterizado por altas montañas, zonas húmedas, bosques, extensas planicies y manglares. Es así como la combinación de climas y accidentes geográficos proporciona diferentes hábitats, por lo que el rasgo predominante de la región neotropical, es su impresionante diversidad (Mavárez-Cardozo et. al, 2005).

Estos criterios demuestran la particularidad de la entomofauna cadavérica cubana. Cuba ha incrementado investigaciones sobre esta disciplina, pero aún estos estudios no son suficientes; por lo que resulta apremiante diseñar pautas para su desarrollo e implementación con rigor científico y apego a nuestras normas jurídicas. Este documento pretende dar una visión de cómo ha evolucionado la Entomología Criminalística en Cuba, así como las proyecciones para su desarrollo.

DESARROLLO

Para llevar a cabo este material, se realizó una compilación de los resultados obtenidos en investigaciones sobre fauna cadavérica en Cuba, tanto de corte biológico como criminalístico. Además, se consultó la mayoría del material entomológico recolectado en estas investigaciones,

así como en algunos casos reales seleccionados y se tuvo acceso a la totalidad de las publicaciones emanadas de los resultados de los estudios de estos insectos.

Antecedentes sobre investigaciones entomológicas en Cuba

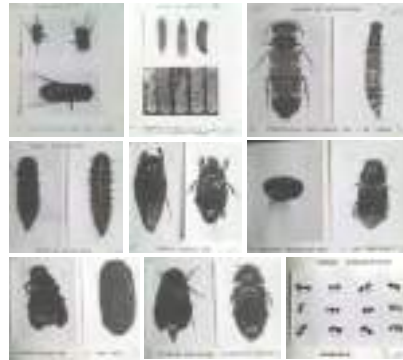
Los primeros vestigios en Cuba sobre la presencia de insectos en cadáveres, fue expuesto por Cobo & Lancis (1981). Estos investigadores realizaron la primera investigación que describió insectos en cadáveres humanos (se trató en su época de la única investigación experimental de putrefacción cadavérica en humanos realizada en Centroamérica y el Caribe). El objetivo principal de la misma, fue determinar la duración de los estadios tanatológicos en cadáveres al aire libre, en las provincias Santiago de Cuba, Granma y Guantánamo. Estos cadáveres estaban controlados para verificar la llegada de fauna accidental, insectos, aves de rapiña y otros carroñeros.

Los autores citados anteriormente plantearon por primera vez en Cuba, que un cadáver al aire libre puede esqueletizarse entre 10 y 15 días si hay lluvia y entre 15 y 25 en caso contrario. En esta investigación se hizo una caracterización física de los cadáveres humanos en descomposición, según el período tanatológico y la región en que se encontraba (la oriental en este caso). En ella se hace mención a algunos insectos que acudieron durante la descomposición cadavérica y se caracterizaron cinco estados de descomposición. Este estudio es el más utilizado, además de la experiencia adquirida por los médicos legistas cubanos para datar decesos, no sólo en Cuba, sino también en otros países centroamericanos y caribeños.

La fauna de insectos recolectada por Cobo & Lancis y conservada en el Laboratorio de Criminalística de Santiago de Cuba por el Lic. Ramón Alaín Toirac Quintero, estuvo representada por ejemplares como: *Cochliomyia macellaria*, larvas de dípteros sin identificar en sus diferentes estadios larvales, larvas de coleópteros sin identificar, *Sthaphyllinus maxillosus* y su larva, *Dermestes maculata*, *Dermestes carnivora*, *Saprinus cubaecola*, *Carcinops troglodytes*, un coleóptero sin identificar, *Necrobia rufipes*, pupas vacías sin identificar especie, *Cariblata deliculata*, *Euborellia annulipes* y abundantes Himenópteros (hormigas) (Fig. 1).

Figura 1.

Entomofauna cadavérica más representativa durante la investigación de Cobo & Lancis (1981). A) Dípteros adultos, B) Larvas de dípteros en diferentes estadios de su desarrollo, C, D, E, F, G y H) Coleópteros adultos y larvas, I) Hormigas.



Nota: Imágenes archivadas en el Instituto de Medicina Legal, La Habana, Cuba.

A pesar del conocimiento aportado por Cobo & Lancis (1981) a la Medicina Legista en Cuba, su condición de médicos y el entonces estado del arte de la Entomología Criminalística en el país; no les permitió abundar más sobre la entomofauna cadavérica, en calidad de otro elemento para apoyar sus resultados a la hora de estimar el intervalo postmortem. La falta de estudios en ese período asociados a la entomofauna cadavérica como herramienta de apoyo a los métodos de datación de muerte, ha promovido el interés de biólogos en la actualidad, hacia la realización de investigaciones entomológicas desde el punto de vista criminalístico.

Actualmente los estudios taxonómicos a nivel internacional han avanzado mucho en pos del perfeccionamiento de la identificación de estos insectos cadavéricos, que en nuestra praxis pericial son denominados indicios entomológicos. Muchos de estos nombres ya han sido modificados y otros aún están pendientes de una redefinición. Esto impone profundizar en el estudio de la taxonomía de estos indicios, con el objetivo de identificar la fauna cadavérica de Cuba. Lo cual brindaría numerosos aportes a la Biodiversidad Cubana, a las Ciencias Policiales y a la Medicina Legista.

Años más tarde, se dio lugar a la primera investigación sobre fauna cadavérica, con el empleo de cerdos (*Sus scrofa* L.) como biomodelo experimental. Mayea & Cruz (2007) realizaron dos experimentos con cuatro cadáveres de cerdos para cada uno, durante los períodos lluvioso y poco lluvioso del año, en condiciones de sol y sombra en Santiago de Cuba. Caracterizaron el

proceso de putrefacción en cinco estadios tanatológicos (Fresco, Cromático, Enfisematoso, Colicuativo y Esqueletización), así como la duración de cada estadio.

La artropodofauna estuvo representada por 2860 individuos, de 56 especies y morfoespecies, pertenecientes a 33 familias. Las especies fueron agrupadas en necrófagas, necrófilas, saprófagas y oportunistas, las dos primeras categorías resultaron las principales en el ecosistema en cuanto a número de especies y de individuos. Analizaron la sucesión de las especies en el tiempo y su relación con cada uno de los períodos tanatológicos: fresco, cromático y enfisematoso constituyeron una fase inicial de asentamiento de las comunidades de la artropodofauna cadavérica, mientras que la colicuativa y de esqueletización, resultaron las fases de madurez del ecosistema cadavérico. Se determinó que la iluminación no tuvo un efecto marcado sobre la estructura de las comunidades, sólo en el número de individuos.

Posteriormente Jiménez-Abreu (2009) realizó un estudio con cuatro cadáveres de cerdos (*Sus scrofa* L.) por experimento; consistió en dos experimentos en los períodos lluvioso y poco lluvioso del año, en condiciones de sombra parcial y sol un área rural del municipio Nueva Paz, Provincia Habana. Determinó la influencia de las precipitaciones y la iluminación sobre la composición y estructura de la comunidad de dípteros asociados a los cadáveres en descomposición, expuestos al aire libre. Se caracterizaron las comunidades de dípteros asociados a los cadáveres en descomposición para cada una de las condiciones ambientales evaluadas en cuanto a riqueza de especies, abundancia relativa, sucesión temporal e importancia criminalística.

En el período poco lluvioso se recolectaron 10 especies y 6 morfoespecies de dípteros, incluidas en siete familias. La familia de mayor abundancia relativa fue Calliphoridae (78.41 %) y riqueza de especies, seguida por Muscidae (10.92 %). Durante el período poco lluvioso se recolectaron 8 especies y 3 morfoespecies, incluidas en 5 familias. Calliphoridae fue la de mayor abundancia relativa (70.68 %) y riqueza de especies, seguida por Muscidae (21.43 %). Los cerdos expuestos en el período lluvioso se descompusieron más rápido que los expuestos en el poco lluvioso. En ambos períodos del año, los cerdos expuestos en las condiciones de sol, se descompusieron más rápido que los expuestos a la sombra parcial. Detectó variaciones en cuanto a la colonización de las especies entre las épocas del año.

Luego Jiménez-Gómez (2010) estudió la composición y abundancia de la coleopterofauna asociada a cadáveres de cerdos en el período poco lluvioso del año, bajo condiciones de sol y sombra en los municipios Plaza de la Revolución, Ciudad de la Habana (zona urbana) y Nueva

Paz, Mayabeque (zona rural). Para el estudio fueron utilizados ocho cerdos, cuatro en cada localidad y dos en cada condición, para evaluar el efecto de la antropización y la iluminación sobre la coleopterofauna colonizadora de cadáveres.

La coleopterofauna fue caracterizada en cuanto a su abundancia, riqueza, sucesión e importancia criminalística. Se recolectaron 1 246 individuos adultos del orden Coleoptera, agrupados en 11 familias y 26 morfoespecies, de las que se identificaron 8 hasta nivel específico. Las familias más abundantes fueron Dermestidae (30%), Cleridae (25%) e Histeridae (20%) para todos los casos y la más diversa fue Staphylinidae (10 spp).

En Nueva Paz, la riqueza de especies fue mayor y las familias más abundantes fueron Histeridae y Staphylinidae, mientras que en Ciudad Habana lo fueron Dermestidae y Cleridae. Se describieron cinco estados de descomposición, cuya duración varió entre localidades y tratamientos. No se encontraron diferencias marcadas en la composición de la coleopterofauna entre estados de descomposición, ni condiciones de iluminación. Sin embargo, las especies que más aportaron a las diferencias entre localidades por su abundancia y permanencia en el cadáver fueron: *Saprinus* sp1, *Creophilus maxillosus* y Staphylininae sp1 en el campo y *Dermestes maculatus* y *Necrobia rufipes* en la ciudad.

A tenor con el desarrollo de esta ciencia en el mundo y los aportes que esta impone en las investigaciones criminalísticas y el escaso desarrollo que ella posee en Cuba, su prioridad motivó al Jefe de la Dirección de Criminalística (DCrim.), a emitir la Indicación No. 2 del 18/03/2011, en la que se ordena a los peritos criminalistas biólogos de todo el país, a potenciar las investigaciones entomológicas, a partir del bajo aporte de la Criminalística a la investigación y probanza de delitos y sucesos extraordinarios.

En virtud de ello, Lamothe (2011) investigó la sucesión de artrópodos que colonizan cadáveres de cerdos vestidos durante el proceso de descomposición; con el objetivo caracterizar las relaciones entre los estadios tanatológicos y la sucesión temporal de artrópodos asociados a cadáveres de cerdos vestidos, durante los períodos lluvioso y poco lluvioso del año, en condiciones de sol y sombra en Santiago de Cuba. Resultó novedoso en su trabajo, el hecho de que el estudio se realizó a partir de cadáveres de cerdos cubiertos con ropa.

Determinó la duración de los períodos tanatológicos en tales circunstancias. Se recolectaron 4898 artrópodos, correspondientes a 39 especies y 36 morfoespecies pertenecientes a 27 familias. La fauna encontrada estuvo representada por 39 especies necrófagas, 19 necrófilas, 8 saprófagas y 9 oportunistas, las dos primeras con mayor abundancia relativa. Se determinó que

la iluminación no tuvo un efecto marcado sobre la estructura de las comunidades de artrópodos, sólo afectó el número de individuos según período del año y algunas especies puntuales. Logró demostrar además que la ropa del cadáver tuvo una influencia notable en la disminución del tiempo de descomposición al compararse con cadáveres sin ropa para ambos períodos del año.

Años más tarde, Breto (2016) realizó un estudio donde propone actualizar la composición de la familia Calliphoridae y reporta 15 especies para Cuba. Además de describir el ciclo de vida de las especies *Cochliomyia macellaria*, *Chrysomya rufifacies* y *Lucilia eximia*, a partir de ejemplares recolectados y criados en condiciones de laboratorio (30° C y 70-90 % de humedad relativa). Las características morfológicas de los estadios inmaduros fueron descritas e ilustradas para su diagnóstico. El tiempo de desarrollo de cada etapa y el tiempo total fueron registrados; además se presentan las curvas de crecimiento larval de cada especie.

Sánchez (2016) realizó un análisis de la sucesión de insectos adultos, asociados a las diferentes etapas de la descomposición de cerdos en condiciones de refugio y encierro, con muerte por asfixia y heridas sangrantes en la provincia Artemisa. Se utilizaron cuatro cerdos como modelo animal, con un peso aproximado de 15 kg. *Cochliomyia macellaria* y *Musca domestica* fueron las especies de dípteros más representativas y los géneros *Dermestes*, *Necrobia* y *Euspilotus* fueron los de mayor interés por parte de los coleópteros. Los cerdos ubicados en refugios presentaron el mayor número de especies y alcanzaron la última fase de la descomposición en menor tiempo.

Columbié (2017) realizó un estudio preliminar sobre la sucesión de insectos de las familias Cleridae e Histeridae presentes en cadáveres de cerdos vestidos y lesionados, en el período poco lluvioso del año, en condiciones de sol y sombra en Santiago de Cuba. Propuso una tabla de ausencia/presencia, a partir de la sucesión de cléridos e histeridos asociados a cadáveres, cuyos resultados pudieran emplearse para la estimación del intervalo postmortem (IPM) según las condiciones de estudio. Incursionó además en el esbozo de claves dicotómicas sobre ambas familias de insectos, con las especies propuestas por Peck (2005). Concluyó que la composición taxonómica de las familias Cleridae e Histeridae en la isla es la siguiente: Cleridae representada por siete subfamilias, 11 géneros y un total de 20 especies; mientras que Histeridae la representa seis subfamilias, 16 géneros y 41 especies.

Jiménez (2017) evaluó la influencia de las condiciones de temperatura controladas y no controladas sobre la duración del ciclo biológico de *Ch. rufifacies*, *Co. Macellaria* y *L. eximia*, bajo condiciones de temperaturas constantes y fluctuantes. En la fase experimental se utilizaron

10 réplicas para cada especie en cada condición de temperatura. En condiciones controladas se emplearon temperaturas constantes de 27° C y 30° C y en condiciones no controladas, temperaturas fluctuantes de 24,8° C – 34,8° C ($\approx$ 29,8° C) y de 23,1° C - 30,4° C ($\approx$ 26,8° C). Cuantificó la duración del ciclo biológico total y de cada estadio para cada especie y condición.

Realizó estudios morfológicos y morfométricos de los estadios inmaduros de cada especie para cada condición evaluada; de igual forma construyó curvas de crecimiento para el período larval de las especies. Para cada condición, la duración del ciclo biológico total y de cada estadio fue inversamente proporcional a la temperatura en las tres especies. Las condiciones controladas de temperatura aceleraron cada una de las fases del ciclo biológico, así como el ciclo total de las tres especies respecto a las condiciones no controladas. En condiciones de temperatura no controladas, la duración del ciclo biológico total, así como de cada uno de los estadios inmaduros de las especies evaluadas, constituye una herramienta potencial para la determinación confiable del IPM.

Debido al incremento de las investigaciones entomológicas en el país. En el año 2018 la Criminalística convocó a los investigadores del tema, a la socialización e intercambio de experiencias desde los resultados obtenidos en las investigaciones entomológicas realizadas. Evento que dio lugar al I Taller Nacional de Entomología Criminalística, realizado en el Laboratorio Central de Criminalística en la ciudad de La Habana.

Posteriormente Nápoles (2018), realizó un estudio basado en la obtención de ADN humano, a partir del contenido estomacal de larvas de insectos necrófagos, procedentes de cadáveres en avanzado estado de descomposición, vinculados a delitos sexuales, cuyas larvas se alimentaban del fluido seminal. Esta investigación aportó una nueva alternativa para obtener ADN humano con fines identificativos.

Dos años después, Lamoth (2020) realiza el primer estudio dirigido a la utilidad práctica de la familia Histeridae para la estimación del IPM. Para ello, actualizó la composición taxonómica de histeridos en Cuba, su comportamiento mediante la experimentación con cadáveres de cerdos vestidos y lesionados por arma blanca en los períodos lluvioso y poco lluvioso del año, en condiciones de sol y sombra en Santiago de Cuba. Analizó las especies de histeridos recolectadas en los estudios sobre fauna cadavérica en Cuba desde Cobo & Lancis (1981) y una selección de casos trabajados desde el año 2009-2022 en Santiago de Cuba, las depositadas en colecciones cubanas como las del Instituto de Ecología y Sistemática (La Habana, Cuba) y la colección Charles Ramsdem de la Universidad de Oriente (Santiago de Cuba, Cuba), con la que

fue elaborada una base de datos con toda la información taxonómica, corológica y ecológica de este grupo.

Identificó 50 especies de histéridos reportados, lo que constituyó la lista más actualizada de la familia Histeridae en Cuba. Taxonómicamente se registró por primera vez para la Antillas la presencia *Phelister completus* Schmidt, 1893 en cadáveres de cerdos. Se adicionaron 13 especies a la lista reportada para Cuba por Peck (2005) y se estableció por primera vez para Histeridae 15 especies de interés criminalístico. Se confeccionaron claves dicotómicas para la identificación de estas especies en estado adulto, que constituyen las primeras elaboradas en Las Antillas para este grupo con fines criminalísticos y de importancia para la biodiversidad de Cuba.

Para Histeridae también se realizaron análisis predictivos derivados de su conducta en cadáveres de cerdos vestidos y lesionados con arma blanca, demostrándose que existe una mayor riqueza de especies en estos cadáveres entre los períodos tanatológicos Enfisematoso, Colicuativo y el primer día de la Esqueletización y que se corresponde con los períodos de mayor actividad de larvas de dípteros. Las claves dicotómicas elaboradas y el estudio de la biología de histéridos en cadáveres de cerdos, permitió su aplicación Criminalística, lo cual aporta una herramienta útil a las investigaciones policiales, a partir de las determinaciones periciales emanadas de estas especies, como la data de muerte en cadáveres humanos y potencia las investigaciones entono-criminalísticas en Cuba.

Consecutivamente Castañeda (2020) realizó una revisión bibliográfica sobre el efecto de sustancias tóxicas de consumo habitual sobre el ciclo de vida de dípteros sarcosaprófagos y su interpretación en procesos policiales. Concluyó que en dependencia de la sustancia con la que estos invertebrados tengan contacto, ella puede provocar un adelanto o un retardo en el ciclo de vida de estos animales. Interpretación que pudiera ser de utilidad para desarrollar estudios posteriores a profundidad según el tipo de sustancia.

Castro (2021) realizó una revisión bibliográfica donde se enfatiza sobre los efectos de determinadas sustancias como (alcohol, diazepam, cocaína, diazepam + alcohol y cocaína + alcohol con dosis no tóxicas y diazepam, cocaína, diazepam + alcohol y cocaína + alcohol con dosis tóxicas) en el ciclo de vida de coleópteros sarcosaprófagos y su aporte en investigaciones criminalísticas. Concluyó que los escarabajos pueden ser utilizados para determinar toxinas presentes en cadáveres, cuya causa de muerte haya sido sobredosis o una mezcla de diferentes sustancias tóxicas.

Luego el propio Castañeda (2021) estudió la presencia de la fauna cadavérica en cadáveres de caballo y vaca en la localidad de Guanabacoa, La Habana. Recolectó 69 ejemplares agrupados en cuatro familias. Este estudio propuesto intenta visualizar las posibilidades de la Entomología en aspectos relacionados los hechos contra el ganado mayor. Durante la investigación se identificaron especies como *Necrobia rufipes* y ejemplares de la familia Dermestidae en el período de reducción esquelética y *Cochliomyia macellaria*, *Lucilia* sp. y *Musca domestica* en el período cromático.

Subsiguientemente Castro (2022) estudió la sucesión de fauna cadavérica, con el objetivo de determinar el efecto de la altura sobre la composición taxonómica de estos insectos en una zona urbana del municipio Playa, La Habana, Cuba. Utilizó como modelo animal el cobayo, los cadáveres fueron colocados a nivel de suelo y en la azotea de una edificación a 45 metros de altura. Se colectaron en total 522 ejemplares, de ellos 357 en la planta baja y 165 en la azotea, agrupados durante su diagnosis en dos clases, cinco órdenes, seis familias, una subfamilia, dos géneros y dos especies. Se observaron diferencias en cuanto a los taxones identificados en la planta baja con respecto a los colectados en la azotea. *Dermestes maculatus* fue la especie predominante en cuanto a cantidad de especies en ambas variantes experimentales.

En Cuba, las investigaciones relacionadas con la entomofauna cadavérica se concentran en el Oriente y Occidente. El estudio de la fauna de cadáveres en Cuba ha permitido la realización de (8) Tesis de grado y (5) Prácticas Laborales de pregrado entre las universidades de Oriente y La Habana, (6) Tesinas del Curso de Postgrado para la formación de peritos, (2) Tesis de Maestría y (1) Tesis de Doctorado. Todo ello ha permitido la capacitación de peritos en función de fortalecer la base teórica imprescindibles para solidificar los cimientos de la Entomología Criminalística a la luz de la Escuela Cubana de Criminalística.

Desde el punto de vista biológico, los estudios sobre fauna cadavérica han permitido identificar los grupos de insectos más representativos en un cadáver en descomposición en Cuba. Los estudios declaran hasta la actualidad, que los órdenes Coleoptera, Diptera e Hymenoptera resultan los más representativos. De los coleópteros las familias (Cleridae, Dermestidae, Histeridae, Staphylinidae, Nitidulidae, Scarabaeidae, Elateridae, Phalacridae, Hydrophilidae, Tenebrionidae, Scolytidae, Anthicidae y Trogidae; de los dípteros las familias (Calliphoridae, Muscidae, Sarcophagidae, Tachinidae, Stratiomyidae, Richardiidae, Anthomyidae, Drosophilidae, Phoridae, Chalcididae, Fanniidae, Chloropidae, Piophilidae, Otitidae y Sepsidae) y de las hormigas su composición taxonómica en general, debido a su condición de especies omnívoras y que están presentes en todas las etapas de la descomposición cadavérica.

El conocimiento de las familias de dípteros y coleópteros presentes en cadáveres en Cuba, marca la pauta hacia donde deben ir dirigidos los principales estudios esta fauna. Sólo el desarrollo de claves taxonómicas conlleva a la diagnosis de nuestra fauna cadavérica. En la isla se han realizado muy pocos estudios en este sentido. En función de este particular están las publicaciones realizadas por Lamoth (2020) sobre Histeridae, Megna et. al (2021a) de especies del género *Chrysomia* (Diptera) y Megna et. al (2021b) sobre especies del género *Phelister*.

El conocimiento multilateral de los elementos de la fauna cadavérica, no sólo constituye un indiscutible aporte teórico a la Escuela Cubana de Criminalística y en particular a la Biología Criminalística y a la pericia del Lugar del Hecho, a los que aporta las herramientas indispensables para el objetivo diagnóstico sobre lo acontecido alrededor del cadáver durante la investigación primaria de un hecho, sí no que también constituye una solución alternativa a la determinación de la data de la muerte con métodos medico legistas, lo que pone a la disposición de los investigadores otro elemento de confrontación que sustenta a la “unidad y lucha de contrarios” durante el proceso investigativo.

Publicaciones sobre la fauna cadavérica cubana.

Los resultados obtenidos en estos estudios se han socializado en revistas o blogs nacionales e internacionales, como parte de la validación teórico-práctica de estas investigaciones. Por ejemplo:

1. Artrópodos presentes en la putrefacción de cadáveres de cerdos (*Sus scrofa*) en Santiago de Cuba, Cuba. Boletín Sociedad Entomológica Aragonesa, N° 44 (2009): 441–447. Realizado por Carlos Naranjo López, Yanet Cruz Portorreal & Yrainy Mayea Martínez.
2. Coleópteros en cadáveres putrefactos de cerdos (*Sus scrofa*) cubiertos con ropas, a la intemperie en Santiago de Cuba. Publicado en (2012) en: <https://www.researchgate.net/publicación/313819739>. Realizado por Yunier Lamoth Mayet, Juan C. Salazar Salinas y Carlos Naranjo López.
3. Dípteros de interés criminalístico asociados a cadáveres de cerdos expuestos al aire libre en La Habana. Revista RECIDT, ISSN 1684-6826, Volumen 18, No.1, 2016. Realizado por Yosniel Jiménez Abreu.
4. Abundancia relativa y riqueza de especie de dípteros asociados a cerdos en descomposición. Revista RECIDT, ISSN 1684-6826, Volumen 18, No. 2 Año 2016. Realizado por Yosniel Jiménez Abreu.

5. Primer reporte del género *Chrysomya* Robineau-Desvoidy (Diptera: Calliphoridae) en Cuba: su importancia criminalística. Boletín de la Sociedad Entomológica Aragonesa (S.E.A.), Nº 68 (2021): 194–198. Realizado por Yoandri S. Megna, Yunier Lamoth Mayet & Yosniel Jiménez Abreu.
6. *Phelister* Marseul, 1854 in Cuba: first West Indies records of *Phelister completus* Schmidt, 1893, and notes on other Cuban species (Coleoptera, Histeridae, Histerinae). Journal Check List 17 (1): 39–44 <https://doi.org/10.15560/17.1.39>. Realizado por Yoandri S. Megna, Yunier Lamoth-Mayet, Michael S. Caterino, Tomáš Lackner. (2021)
7. Determinación del intervalo postmortem (IPM) mediante el estudio tafonómico y la sucesión de insectos en un cadáver parcialmente enterrado en Matanzas, Cuba. Revista Mexicana de Medicina Forense, 6(2), 1–12. DOI: <https://doi.org/10.25009/revmedforense.v6i2.2920>. Realizado por (Medicina Legal) por los autores Joel Monzón González, Norge Estupiñán Rodríguez, Yaima Machín Guevara e Isis L. Jiménez Ramírez. (2021)

Se socializó en el X Simposio de la Técnica Criminalística TECNICRIM (2018) mediante las presentaciones en pósteres electrónicos los siguientes estudios:

- 1. Análisis de la sucesión de insectos asociados a la descomposición de cadáveres de cerdos bajo condiciones de refugio y encierro, en Artemisa (Cuba). Realizado por Daniel Sánchez González & Aimee Castillo González.
- 2. Especies de las familias Cleridae e Histeridae (Coleoptera: Polyphaga) presentes en cadáveres de cerdos. Realizado por Keiler Columbié Alpajón y Yunier Lamoth Mayet.

Se generalizó en el sitio *Scriptorium*, repositorio institucional de tesis de la Universidad de La Habana, disponible en: <https://accesoabierto.uh.cu>, las siguientes investigaciones:

- 3. Efecto de condiciones de temperatura controladas y no controladas sobre el ciclo biológico de *Cochliomyia macellaria*, *Chrysomya rufifacies* y *Lucilia eximia* (Diptera: Calliphoridae). Realizado por Yosniel Jiménez Abreu.
- 4. Estado del arte del efecto de determinadas sustancias de consumo habitual en el ciclo de vida de coleópteros sarcosaprófagos y su aporte en investigaciones criminalísticas. Realizado por Yosleidys Castro Ortega y Yosniel Jiménez Abreu

Se consultaron otras 9 publicaciones sobre fauna cadavérica en Cuba realizadas por Yunier Lamoth Mayet, archivadas en el Centro de Información Científica de la Dirección de Criminalística.

Resulta interesante la socialización de los resultados de la evolución de la Entomología Criminalística o Forense (como se nombra en otras regiones geográficas debido a la influencia del Derecho Anglosajón y los de estructura mixta); debido a los innumerables aportes que realiza tanto a la Biología, como a la resolución de hechos en investigaciones policiales de un país determinado. A pesar de la importancia que revisten estos resultados, se ha publicado muy poco acerca de esta temática.

Se conoce de artículos, como el realizado por Mavárez-Cardozo et. al (2005), que aborda la evolución de la Entomología Forense en el Neotrópico. Ellos plantearon en ese año, que los países del Neotrópico tienen una composición faunística y ambiental, diversa y extensa. Sin embargo, son escasos los trabajos referentes a la sucesión de insectos en cadáveres en esta región. Destacaron en su publicación a países del Neotrópico como Venezuela, Perú, Colombia Brasil, a pesar de los pocos estudios por esa época contribuyeron al conocimiento de la fauna de dípteros y coleópteros en cadáveres.

Posteriormente Gómez-Gómez et. al (2007) en España; publicaron un artículo donde abordaron la evolución, sobre los estudios de la fauna cadavérica española, su pasado, presente y perspectivas de futuro. Destacaron que en las cinco universidades del país: Universidad de Alcalá, Universidad de Alicante, Universidad de Murcia, Universidad del País Vasco y Universidad de Cádiz, se llevaban a cabo los estudios de fauna cadavérica y que sus proyectos de investigación, en las cuatro primeras, estaban dirigidos a la catalogación de la fauna de cadáveres de determinadas zonas geográficas, al establecimiento de las sucesiones de insectos a medida que avanza el proceso de descomposición y al ciclo de desarrollo de las especies de dípteros que aparecen con más frecuencia en casos reales, así como a la influencia de estos estudios en su aplicación y formación de naturalistas.

Un poco más reciente Espinoza-Díaz et. al (2020) elaboraron un artículo donde se daba una valoración general de la evolución de los estudios de fauna cadavérica en Latinoamérica. En el plantearon que esta disciplina no es ejecutada en todos los territorios, como es el caso de Guatemala y México, cuyos avances son pocos y su aplicación es prácticamente nula. Pero que sin embargo, en países como Argentina, Bolivia, Perú, Ecuador y Venezuela si existen estudios

relacionados, pero que estos van estrechamente de la mano con instituciones universitarias, para dar soporte a sus bases teóricas.

El presente artículo propone a partir de ideas similares a los artículos referenciados anteriormente, la evolución de la Entomología Criminalística en Cuba, los trabajos realizados, las obras publicadas a partir de los resultados científicos alcanzados, declara las principales familias de dípteros y coleópteros en ecosistemas cadavéricos, en qué manera han influido estos estudios en la preparación profesional de peritos biólogos, su utilidad en casos trabajados y que proyecciones se pretenden para desarrollar esta disciplina en la Criminalística cubana.

Luego de una revisión exhaustiva de la literatura publicada sobre esta temática, se ha comprobado que son muy escasos los estudios realizados en el área de Las Antillas. Por lo que Cuba constituye el país de la región que más ha desarrollado investigaciones sobre fauna cadavérica en función de su utilidad pericial criminalística y del multilateral esclarecimiento de hechos delictivos en general. Con respecto a Centroamérica, a pesar de que los estudios también son escasos, destacan en esta zona además de Cuba, Guatemala, Panamá y Honduras. Esto denota que todavía falta mucho por hacer para diagnosticar la fauna cadavérica centroamericana.

El desarrollo paulatino de la Entomología Criminalística en Cuba ha permitido su aplicación en determinados hechos, donde se ha detectado la presencia de esta fauna particular (Tabla 1). En este ejemplo se utilizó la fauna de histéridos en la mayoría de los casos y en uno se utilizaron dos especies de moscas *Chrysomya rufifacies* Macquart, 1843 y *Chrysomya megacephala* Fabricius, 1794, de la familia Calliphoridae.

La siguiente tabla contiene datos de la aplicación de la Entomofauna cadavérica en cadáveres humanos con el uso de especies colonizadoras recolectadas en los dos primeros días del hallazgo del cadáver y a partir de las 72 horas, con el uso de especies de la familia Histeridae (Coleoptera) en Santiago de Cuba, con la utilización de dos especies de moscas *Chrysomya rufifacies* Macquart, 1843 y *Chrysomya megacephala* Fabricius, 1794 (Caso 2022). ML (Médico-legista), Ee (Estudio entomológico).

Tabla 1.

Aplicación de la Entomofauna cadavérica en cadáveres humanos con el uso de especies colonizadoras.

Años	Casos con cadáveres humanos	Recientes 1h-48h	Coincidencia entre la data Ml y Ee		Putrefactos 72h-216h	Coincidencia entre la data Ml y Ee	
			Si	No		Si	No
2009	2	1	x		1		x
2010	2	2	x				
2011	1				1		x
2012	2	1	x		1		x
2013	1				1		x
2014	1				1		x
2017	2				2		x
2018	2				2		x
2019	3	1	x		2		x
2022	1	1	x				
Total	17	6			11		

Nota: Datos obtenidos de la aplicación de la Entomología Criminalística en casos reales.

La (tabla 1) demostró que, en los cadáveres detectados durante las 48 horas, la data coincidía claramente con el estudio entomológico. Las mayores diferencias surgían posterior a las 72 horas, resultado que concuerda con lo planteado por Aso et. al (1998). Además, confirmó la presencia y utilidad de las especies de histéridos a partir de las 72 horas en ecosistemas cadavéricos en Cuba, a partir de los estudios propuestos por Naranjo et. al (2009), Lamothe (2011), Jiménez-Gómez (2010), Sánchez (2016), Columbié (2017) y Lamothe (2020). Estos resultados ayudaron a perfeccionar la estimación del intervalo postmortem en cadáveres humanos, por lo que prevalece la necesidad de profundizar el estudio de la fauna cadavérica cubana.

PROYECCIONES

1. Desarrollo de la base teórica y doctrinal de la Entomología Criminalística en Cuba.
2. Elaboración de metodologías, procedimientos, herramientas y técnicas particulares de Entomología Criminalística, para el desempeño pericial tanto en el Lugar del Hecho como

en los laboratorios.

3. Desarrollo de mecanismos y condiciones específicas de guarda y custodia según lo establecido en Ley.
4. Construcción de un Registro Criminalístico de fauna cadavérica de referencia en Cuba.
5. Desarrollo de claves taxonómicas, que permitan el diagnóstico de la fauna cadavérica cubana.
6. Diseño de un proyecto de I+D+i dirigido al estudio de la fauna cadavérica cubana, que además propiciará la capacitación de peritos, la gestión del conocimiento, la producción científica, la formación de especialistas, maestros y doctores en el tema.
7. Difusión del conocimiento entomológico criminalístico, así como de sus potencialidades informativas y probatorias entre los operadores de los resultados de la pericia entomológica criminalística (instructores, investigadores, oficiales operativos, abogados, fiscales, jueces, directivos, investigadores y docentes)
8. Socialización, mediante publicaciones en revistas de impacto, de materiales bibliográficos que avalen los resultados obtenidos sobre el estudio de la fauna cadavérica de Cuba.

CONCLUSIONES

- 1) La información analizada y sistematizada, obtenida durante la etapa referativa de esta investigación, constituye un aporte significativo (teórico y doctrinal) a la Entomología Criminalística y a su desempeño en Cuba durante la investigación y probanza de hechos delictivos y sucesos extraordinarios.
- 2) Con el análisis del material bibliográfico y experimental sobre fauna cadavérica, se pudo establecer a los coleópteros (escarabajos), dípteros (moscas) e himenópteros (hormigas), como los grupos de insectos más representativos, para estimar el IPM en Cuba.
- 3) Las proyecciones propuestas constituyen la base de una estrategia de desarrollo científico, que contribuirá al desarrollo sostenido de la pericia entomológico criminalística cubana, mientras que sus resultados encontrarán aplicación también en otros países con semejante fauna y condiciones climáticas, y el método científico empleado para conseguir los objetivos alcanzados, se puede extrapolar a cualquier situación según las legislaciones procesales imperantes.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arbeláez, J. O. (2019). *Dipterofauna de importancia forense asociada a cadáveres de Cavia porcellus en dos sectores de la ciudad de Guayaquil. Ecuador*. Tesis en opción al grado de biólogo, pp 1–3.

- Aso, E. J.; Corrons, P. J., & Cobo, J. A. (1998). El intervalo postmortal. Interés médico, policial, legal y forense. *Ed. Masson*, pp 4–53.
- Breto, D. (2016): *Ciclo de vida y descripción de los estadios inmaduros de las moscas (Diptera: Calliphoridae) de interés criminalístico en Cuba*. Trabajo de Diploma. Facultad de Biología, Universidad de La Habana, Cuba.
- Castañeda, Ch. D. (2020). *Revisión del efecto de sustancias de consumo habitual sobre el ciclo de vida de dípteros sarcosaprófagos y su interpretación en procesos policiales*. Trabajo de Diploma Facultad de Biología. Universidad de La Habana, Cuba.
- Castañeda, Ch. D. (2021). *Determinación de la artropodofauna asociada a restos animales en hechos de Hurto y Sacrificio Ilegal de Ganado Mayor enfrentados en la UTIC-4*. La Habana, Cuba. Tesis en opción a la obtención del diploma de Perito Criminalista. Dirección de Criminalística (DCrim). La Habana, Cuba.
- Castro, Y. (2021). *Estado del arte del efecto de determinadas sustancias de consumo habitual en el ciclo de vida de coleópteros sarcosaprófagos y su aporte en investigaciones criminalísticas*. Tesis de Diploma Facultad de Biología. Universidad de La Habana, Cuba.
- Castro, Y. (2022). *Efecto de la altura en la sucesión de la entomofauna cadavérica en una zona urbana utilizando como modelo animal el cobayo (Cavia porcellus)*. Tesis en opción al diploma de Perito Criminalista, Dirección de Criminalística (DCrim). La Habana.
- Cobos, A., & Lancis S. (1981). La putrefacción cadavérica al aire libre. Estudio médico-legal en las provincias de Santiago de Cuba, Granma y Guantánamo. *Rev. Actualidad de medicina legal*. Serie información temática. (1), 4-66.
- Columbié, A. K. (2017). *Especies de las familias Cleridae e Histeridae (Coleoptera: Polyphaga) presentes en cadáveres de cerdos*. Tesis de Diploma Facultad de Biología, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, Cuba.
- Correa R. C., Caneparo, M. F., Vairo, K. P., Lara, A. G. & Moura, M. O. (2019). What have we learned from the dead. A compilation of three years of cooperation between entomologists and crime scene investigators in Southern Brazil. *Revista Brasileira de Entomologia*, (63), 224–231.

- Espinoza Díaz, C., Verdugo, G. A., Saquipay O. H., Velásquez Z. C., Ganan P. J., Falconez C. K., Núñez, P. M., Morales C. Á. (2020). La entomología forense en Latinoamérica. *Archivos Venezolanos de Farmacología y Terapéutica*, (39), 1. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4064966>.
- Gómez-Gómez, A., Martín-Vega, D., Botías-Talamantes, C., Baz-Ramos, A., & Díaz-Aranda, L. M. (2007). La Entomología Forense en España: pasado, presente y perspectivas de futuro. *Cuad. Med. Forense*, 2007, 13(47), 21-32.
- Jiménez-Abreu, Y. (2009). *Caracterización de la comunidad de dípteros asociados a cadáveres de cerdos expuestos al aire libre en La Habana (Cuba)*. Tesis de Diploma. Facultad de Biología, Universidad de La Habana, Cuba.
- Jiménez-Abreu, Y. (2017). *Efecto de condiciones de temperatura controladas y no controladas sobre el ciclo biológico de Cochliomyia macellaria, Chrysomya rufifacies y Lucilia eximia (Diptera: Calliphoridae)*. Tesis de Maestría, Facultad de Biología, Universidad de La Habana, Cuba.
- Jiménez-Gómez, I. (2010). *Caracterización de la coleopterofauna asociada a la descomposición de cadáveres de cerdo en dos localidades con diferente grado de antropización Ciudad de la Habana y Nueva Paz (Cuba)*. Tesis de Diploma. Facultad de Biología, Universidad de La Habana, Cuba.
- Lamoth, Y. (2011). *Sucesión de artrópodos en cadáveres de cerdos parcialmente vestidos al aire libre en Santiago de Cuba (Cuba)*. Tesis en opción al título de Máster en Zoología y Ecología Animal, Universidad de La Habana, Cuba.
- Lamoth, Y. (2020). *Determinación de la data de muerte a partir del aporte taxonómico y criminalístico de la familia Histeridae (Coleoptera) en Santiago de Cuba, Cuba*. Tesis en opción al grado científico de Doctor en Ciencias Policiales, Dirección de Criminalística (DCrim), La Habana, Cuba.
- Mavárez-Cardozo, M. G., Espina de Fereira, A. I., Barrios-Ferre, F. A., & Fereira-Paz, J. L. (2005). La Entomología Forense y el Neotrópico. *Cuad. Med. Forense*, 11(39), 25.
- Mayea, Y., & Cruz, Y. (2007). *Estadios tanatológicos y sucesiones de artrópodos asociados a cadáveres de cerdos expuestos al aire libre en Santiago de Cuba (Cuba)*,

Trabajo de Diploma en opción al título de Licenciado en Biología, Universidad de Oriente. Santiago de Cuba, Cuba.

- Megna, Y. S., Lamoth-Mayet, Y., & Jiménez, Y. (2021a). Primer reporte del género *Chrysomya* Robineau-Desvoidy (Diptera: Calliphoridae) en Cuba: su importancia criminalística. *Boletín de la Sociedad Entomológica Aragonesa (S.E.A.)*, 68 (2021), 194–198.
- Megna, Y. S., Lamoth-Mayet, Y., Caterino, M., S., & Lackner, T. (2021). *Phelister* Marseul, 1854 in Cuba: first West Indies records of *Phelister completus* Schmidt, 1893, and notes on other Cuban species (Coleoptera, Histeridae, Histerinae). *Journal Check List*, 17 (1), 39–44. <https://doi.org/10.15560/17.1.39>.
- Murrugarra, V. Y. (2016). *Sucesión de artropofauna en cadáveres de cerdos (Sus scrofa L., 1758), en Pantanos de Villa, Chorrillos, Lima, Perú*. Tesis para optar el título académico de Máster en Zoología con mención en Ecología y Conservación, pp1.
- Nápoles, M. (2018). *Obtención de ADN humano a partir del contenido estomacal de larvas de insectos necrófagos procedentes de cadáveres de delitos sexuales*. Tesis presentada en opción al Título de Máster en Ciencias del Laboratorio Clínico. La Habana, Cuba.
- Naranjo C., Cruz Y., & Mayea, Y., (2009). Artrópodos presentes en la putrefacción de cadáveres de cerdos (*Sus scrofa*) en Santiago de Cuba, Cuba. *Bol. de la Soc. Entomo. Aragonesa (S.E.A.)*. (44), 441–447.
- Peck, S. B. (2005). A checklist of the beetles of Cuba with data on distribution and bionomics (Insecta: Coleoptera). *Arthropods of Florida and neighboring land areas*. (18), 123–125.
- Sánchez, D. (2016). *Análisis de la sucesión de insectos asociados a la descomposición de cadáveres de cerdos bajo condiciones de refugio y encierro, en Artemisa (Cuba)*. Trabajo de Diploma, Facultad de Biología, Universidad de La Habana, Cuba.
- Villanueva, J. C. (2016). *Entomofauna asociada a las fases de descomposición del cadáver de Sus scrofa L. Trujillo, 2015*. Biblioteca de Ciencias Biológicas. Dirección de Sistemas de Información y Comunicación. Universidad Nacional de Trujillo, pp.1

Perdurabilidad de Huellas Dérmicas Sobre Metal y Vidrio Sumergidos en Agua Estancada

Perdurability of Fingerprints on Submerged Metal and Glass in Stagnated Water

Durabilidade de Impressões Dérmicas em Metal e Vidro Submersos em Água Parada

Autores: Dailyn Domínguez López.

Unidad Especializada de Dermatoscopía, Dirección de Criminalística. La Habana, Cuba.

Correo electrónico: dailyndominguezlopez@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0007-5837-4186>

José Ángel Posada Jeanjacques.

Unidad de Preparación y Ciencia, Dirección de Criminalística. La Habana, Cuba.

Correo electrónico: japosada123@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0007-8402-8324>

Yunier Lamoth Mayet.

Unidad de Preparación y Ciencia, Dirección de Criminalística. La Habana. Cuba.

Correo electrónico: ylamothm@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6845-8050>

Artículo original

RESUMEN

Las huellas dérmicas constituyen uno de los elementos de prueba de principal contribución al esclarecimiento e identificación de comisores de hechos delictivos. Es por eso que los autores de estos hechos intentan destruirlas, al sumergir en agua objetos que hayan manipulado. La perdurabilidad de estas huellas sobre objetos sumergidos y reveladas con agentes reveladores físicos de producción nacional resulta una interrogante poca estudiada en Cuba. El presente estudio expone la perdurabilidad de huellas dérmicas sobre metal y vidrio sumergidos en agua dulce estancada. Se utilizó como agentes reveladores polvos *Angoniriz*, los colores “aluminio” (en el vidrio) y marrón (en el aluminio). Como resultado se muestra la efectividad de ambos agentes reveladores sobre las superficies de estudio, así como el valor identificativo de las huellas reveladas por horas sumergidas. La investigación además propone como tratar estas superficies portadoras de huellas latentes, para emplearlas en los procesos de identificación pericial criminalística.

Palabras claves: Huella dactilar; Hechos delictivos; Polvo *Angoniriz*.

ABSTRACT

Fingerprints constitute one of the elements of main trial contribution to the clarification and identification of the authors of crime scenes. That is why the authors try to destroy them, when submerging into water the objects they manipulated. The perdurability of these prints on surfaces objects submerged into water and revealed with physical developing agents of national production has become a question that has been not enough studied in Cuba. The present study exposes the perdurability of fingerprints on metal and glass submerged into stagnated fresh water. *Angoniriz*, "aluminum" colors (on glass) and "brown" (on aluminum) as agents developing powders were used. The effectiveness of both developing agents en the studied surfaces is shown on this study as a result, as well as the identification value of the revealed prints taking into account the submerging time into water. This study also propose the treatment of surfaces having latent prints to be used on Criminal identification processes.

Key words: Fingerprint, submerged; Water; Revealed.

RESUMO

As impressões digitais dérmicas são um dos elementos de prova com principal contributo para o esclarecimento e identificação dos autores de atos criminosos. É por isso que os autores desses atos tentam destruí-los, submergindo objetos que manipularam na água. A durabilidade desses vestígios em objetos submersos e desenvolvidos com agentes reveladores físicos de produção nacional é uma questão pouco estudada em Cuba. O presente estudo expõe a durabilidade de pegadas dérmicas em metal e vidro submersos em água doce estagnada. Foram utilizados como agentes reveladores os pós *Angoniriz*, as cores "alumínio" (no vidro) e marrom (no alumínio). Como resultado, mostra-se a eficácia de ambos os agentes reveladores nas superfícies de estudo, bem como o valor de identificação dos traços revelados pelas horas submersas. A pesquisa também propõe como tratar essas superfícies que carregam impressões digitais latentes, para utilizá-las nos processos de identificação forense.

Palavras-chave: Angoniriz em pó; Atos criminosos; Impressão digital.

INTRODUCCIÓN

Las huellas dérmicas son aquellas que se producen como resultado de la interacción de la piel humana con cualquier otra superficie. Esta huellas comúnmente se clasifican en dactiloscópicas (las producidas por las yemas y falanges de los dedos), quiroscópicas (las producidas por las palmas de las manos), podoscópicas (las producidas por las plantas de los pies), poroscópicas (las producidas por los poros de la piel humana), otoscópicas (las producidas por el pabellón de

la oreja), onioscópicas (las producidas por las uñas) y edgeoscópicas (las producidas por cualquier otra parte de la piel humana no comprendida en las clasificaciones anteriores) (Posada, 2018).

El mecanismo de producción es semejante en las huellas dactiloscópicas, quiroscópicas, podoscópicas, poroscópicas, otoscópicas y edgeoscópicas. Al producirse un contacto entre los elementos de la piel humana antes relacionados (superficies huella productoras) con cualquier otra superficie huella receptora, parte del compuesto sudor grasa que recubre la piel, se “imprime” (recapa) sobre las segundas y transfiere las cualidades superficiales del fragmento de piel humana productor de la huella; con un nivel de cualidades tales, que mediante procesos comparativos permite identificar al sujeto huella productor (Posada, 2015), lo que atañe al objeto social de peritos criminalistas de dos disciplinas diferentes de la Técnica Criminalística, los del Lugar del Hecho y los de Dermatoscopía.

A partir de los complejos y diversos escenarios a los que se enfrentan en Cuba diariamente los peritos criminalistas, específicamente los del Lugar del Hecho. El conocimiento sobre qué influencia ejerce el ambiente (bajo techo, a la intemperie, en lugares cerrados, sumergidas en agua dulce o salada) y sus diferentes variables (viento, temperatura, lluvia, humedad relativa, precipitaciones) en relación a la perdurabilidad de una huella dérmica resulta un reto a tener en cuenta.

A pesar de los escasos estudios relacionados con la perdurabilidad de las huellas dérmicas en Cuba, realizar estas investigaciones contribuye a dar mayor respaldo científico a nuestra labor. Cuba en la última década, desarrolla agentes reveladores físicos en función de perfeccionar la calidad del revelado de huellas dérmicas en el Lugar del Hecho a pesar de las condiciones imperantes. En tal sentido, resulta importante conocer cuál es el tiempo máximo de durabilidad de una huella dérmica latente sumergida en agua dulce estancada, lo cual incluiría otro aspecto novedoso como validación práctica de los agentes reveladores utilizados.

DESARROLLO

La piel cubre la totalidad de la superficie del cuerpo humano y en algunas zonas desarrolla formaciones apendiculares especiales (pelos y uñas), integra además numerosos órganos glandulares, de los cuales, los que mayor interés desarrollan para la Criminalística son las glándulas sudoríparas y las sebáceas. La piel de las manos y pies poseen una superficie en forma de “líneas de fricción” o relieves anti-resbalantes que forman diferentes figuras. Tales líneas de

fricción, no son un patrimonio exclusivamente de los humanos, también se aprecian en otros mamíferos (Giagnorio, 1990), en particular en los monos y los koalas (Henneberg, 1997).

Su espesor varía según las cualidades de los individuos y en un mismo sujeto según las regiones del cuerpo, es muy delgada en los párpados y gruesa en las palmas de las manos y la planta de los pies, donde su espesor se incrementa con el roce que experimenta de manera sistemática (las callosidades). El espesor de la piel oscila generalmente entre 0,5 mm y 2 mm, puede alcanzar hasta 3 mm y más en la palma de la mano y en la planta de los pies. Posee un peso aproximado de unos 4 Kg (durante toda la vida, como resultado del desgaste y otros accidentes perdemos como promedio 18 Kg de piel), 2 m² de superficie y contiene aproximadamente un tercio de la sangre circulante en nuestro organismo (Benedetti, 2024).

Las glándulas sebáceas se encuentran distribuidas por todo el cuerpo, menos en las palmas de las manos y las plantas de los pies, segregan un líquido espeso y aceitoso (compuesto por un Ph ácido, agua, ácido graso, ácido cúprico, ácido valeriana, amoníaco y ácido úrico), que sirve para suavizar la parte superior de la piel y mantenerla húmeda, así evita la evaporación del agua contenida en el cuerpo y la absorción por este último de ciertas materias dañinas (La Torre, 2016).

A lo largo de las crestas papilares y de una forma muy irregular, se disponen los poros, ellos constituyen la “salida exterior de las glándulas sudoríparas”, que están contenidas en la parte profunda de la piel y existen en toda ella, menos en los labios y los párpados. El número total de dichas glándulas en el cuerpo humano oscila alrededor de unos dos millones y se componen del poro, que comunica la glándula con el exterior, el conducto y el glomérulo (Valdés-Rodríguez et. al, 2012).

El sudor, que constituye el vehículo de la huella formación, está formado por agua en un 97 % y por otras sustancias perjudiciales a la salud, como: ácido úrico (compuesto nitrogenado, blanco, inodoro e insípido, de fórmula $C_3H_4N_4O_3$, que se forma en el cuerpo como resultado del metabolismo de las proteínas), urea (compuesto cristalino incoloro, de fórmula $CO(NH_2)_2$, conocido también como carbamida), cloruro de sodio (o sal común, NaCl), cloruro de potasio (o cloruro potásico, compuesto que forma cristales incoloros, inalterables al aire y de sabor salado, de fórmula KCl), sulfatos alcalinos, fosfatos y lactatos (resultantes de la combinación del ácido láctico con un radical simple o compuesto); el sudor se produce en el glomérulo y sale por el conducto excretor hacia el exterior, depositándose sobre la piel (Baker, 2019).

La cantidad de sudor que genera nuestro organismo es de 600 g diarios aproximadamente, volumen que suele variar con el ejercicio, el calor de la atmósfera, su humedad relativa, el consumo de algunas bebidas o medicamentos y ciertos alimentos. Su composición físico química es cuantitativa y cualitativamente diferente, no sólo en diferentes sujetos, sino también en uno mismo durante la práctica de deportes, el trabajo, el ejercicio sexual y la comisión de delitos. Además, puede presentarse con coloraciones azul, amarilla, roja y verde debido a absorciones determinadas (Posada, 2018). Todo esto hace que el sudor sea de una importancia vital para la Dermatoscopia en particular y en general para toda la pericia criminalística.

Lo más frecuente es que el sudor, la grasa y determinadas impurezas, que cubren la superficie de la piel, se trasladen a la superficie del objeto portador e imprime la silueta de los contornos de las crestas y su relieve de manera poco visible o invisible. Sin embargo, las condiciones de las superficies donde se realiza la huella formación, las cualidades del sector de la piel que interviene en la misma, las características del hecho y particularmente las de los diferentes eventos que lo componen, también definen la formación de huellas de otra naturaleza, ya que el proceso de aparición de las pruebas, como en cualquier proceso de reflejos, es situacional, es decir que depende de las condiciones en las cuales transcurre la situación (Belkin, 1970), de ahí que en la praxis pericial criminalística:

1. Las manos (o la piel) del sujeto productor de las huellas, pueden estar cubiertas de sustancias “pintantes” como impurezas, sangre, grasas comestibles, lubricantes, combustibles y colorantes, con lo que provocaría huellas superficiales por recapación, coloreadas y positivas, de fácil percepción.
2. La huella formación podría producirse sobre mezclas asfálticas, pintura fresca, sustancias gomoides en estado semisólido, goma de mascar, lacre u otras de similar naturaleza, sobre las que son susceptibles de producirse huellas dérmicas de carácter volumétrico.
3. En el caso de encontrarse los surcos saturados de impurezas (como ocurre con las manos de mecánicos, pintores o de los homicidas con las manos ensangrentadas), una presión sobre una superficie puede provocar la impresión de huellas coloreadas por recapación negativas.
4. Pero también pueden aparecer huellas por decapación periféricas, si el dedo (o la piel) humedecido, decapan el polvo depositado sobre la superficie receptora, con lo que sólo conoceremos la silueta de la superficie contactante, ya que este mecanismo, debido

a la naturaleza de la capa de polvo, impide la impresión de las crestas o las características de la superficie de la piel (Posada, 2015).

A partir de estos elementos Posada (2018) identifica como factores determinantes que intervienen (directa o indirectamente) en la producción, revelado, conservación y percepción de las huellas dérmicas:

- 1. La piel: el individuo que no presente patologías o alteraciones en la piel, al manipular o entrar en contacto con cualquier superficie, dejará impresa una reproducción nítida y exacta de sus dibujos dactilares, incluso en aquellos casos donde los dibujos presenten una lesión parcial o permanente. Estas desde el punto de vista criminalístico, sólo agregan a los dibujos papilares nuevas características particulares de significativo valor. Sin embargo, al encontrarse afectada la piel por efecto de actividades manuales, los dibujos se harán menos visibles (por ejemplo, el efecto que produce el cemento sobre la piel de las manos de los albañiles).
- 2. La presión ejercida sobre la superficie receptora: este factor influye directamente en la reproducción del dactilograma, ya que, a mayor presión, habrá mayor depósito de sudor, lo que lleva a obtener un mejor revelado del dibujo digital. Sin embargo, un apoyo o presión excesiva puede alterar el dactilograma haciéndolo poco discernible.
- 3. La calidad y cantidad de sudor sobre el segmento de piel huella productor: el revelado de los dactilogramas, dependerá en gran medida de la calidad de algunos elementos del sudor (aminoácidos, sales, grasa) y la cantidad apropiada de éstos sobre la huella, si el sudor recapado sobre la piel de los dedos es excesivo, entonces el reflejo de las crestas podrá “unirse” con lo que no sólo podrá perderse la huella durante el proceso de revelado, sino que tampoco podrán apreciarse sus características particulares.
- 4. Los reveladores elegibles: la elección del revelador apropiado es de suma importancia, ya que cada uno tiene cualidades específicas. Unos reaccionan con las grasas, las sales minerales o los aminoácidos, otros se emplean en huellas de mayor o menor data, mientras que otro grupo se emplea en dependencia de sus valores cromáticos; para contrastar las crestas reveladas sobre la coloración del fondo de la superficie portadora. El resultado dependerá exclusivamente, de la adecuada elección y aplicación del revelador, según las cualidades del soporte o de la superficie a peritar.
- 5. La manipulación inadecuada y acción mecánica de terceros agentes: las superficies o soportes contaminados, afectan en mayor o menor grado la calidad del dibujo papilar, desde una simple transformación o deterioro, hasta la destrucción total del dibujo. Esto

ocurre frecuentemente con las huellas dérmicas de carácter invisible y poco visible si se manipulan inadecuadamente, recapándose otras huellas sobre la que ocupa a la investigación o decapándola por fricción al ser embalado sin la debida protección el soporte de la huella.

- 4 Los factores climáticos: la duración de una huella sobre una superficie o soporte, va a depender entre otros factores (además de la naturaleza del soporte y la profusión de sudor sobre la piel al momento de la huella formación) de la temperatura imperante, la humedad relativa, la velocidad del aire y la incidencia de los rayos solares.
- 4 Las características del Lugar del Hecho: de las características de este sitio, dependen las medidas a tomar para preservarlo y con ello evitar que los soportes o superficies huella portadores se expongan a la acción de terceros agentes, que incidan negativamente sobre la calidad de estas huellas.
- 4 La idoneidad del perito: el personal especializado que intervenga en el proceso del revelado dactilar, debe poseer preparación especializada (debidamente certificada) y la experiencia requerida. Esto permitirá utilizar los procedimientos apropiados de búsqueda, detección, revelado, extracción, fijación, conservación de las huellas e investigación preliminar (valoración, descarte e incluso cotejo, si las condiciones imperantes lo posibiliten).
- 4 La calidad de los materiales empleados: los materiales de trabajo a utilizar deben cumplir con los requisitos de calidad y mantenimiento requeridos, debe garantizarse que las cerdas de los pinceles no presenten apelmazamiento y que no se hayan empleado para la aplicación de polvos reveladores de diferente naturaleza físico química, las placas o cintas adhesivas empleados para la extracción, deben conservar la adherencia y transparencia adecuadas, no deben quedar burbujas de aire entre las superficies de las placas y cintas adhesivas dermopapiloscópicas, las bases para ellas deben de estar limpias, los reveladores físicos secos y sin gránulos, y las cámaras, soportes de almacenamiento y la iluminación que se empleen. Como alternativa para la fijación de las huellas, deben de garantizar la filmación en cualquier circunstancia y sobre cualquier superficie, la filma se hará con la calidad requerida y la resolución de las imágenes deberá permitir la ampliación de la huella hasta niveles poroscópicos, sin detrimento de sus aspectos cualitativos.
- 4 La edad de la huella: debemos considerar el tiempo que lleva una huella en un soporte o superficie (al tener en cuenta que la edad de una huella, no cuenta desde que el hecho

es puesto en conocimiento del perito, o desde que se formula la denuncia y tampoco desde que la víctima percibió sus resultados, por lo que muchas veces, para conocer su data real, hay que acudir a elementos generales de la Táctica Criminalística o a herramientas experimentales). Las imágenes de mejor calidad se obtendrán a partir de huellas recientes, sin embargo, existen reveladores, técnicas y procedimientos aplicables durante la revelación de huellas de mayor antigüedad.

- 4 La textura de los soportes: estos se clasifican en buenos (lisos, pulidos, limpios e impermeables), regulares (presentan algunas características de los soportes buenos pero en menor escala) y malos (aquellos en los que es muy difícil revelar huellas dactilares mediante el empleo de reveladores convencionales, debido a que son irregulares, rugosos, permeables o ambos), la revelación de huellas dérmicas sobre soportes regulares y malos, siempre significa un reto interesante para cualquier perito, con independencia de sus conocimientos, habilidades y experiencia.

Las huellas producidas sobre las superficies poco porosas, con el transcurso del tiempo y la temperatura ambiental, la humedad del sudor se seca y sólo queda sobre las superficies portadoras la impresión provocada por la grasa, los componentes sólidos del compuesto sudor-grasa y otras impurezas que se encontraban sobre la piel huella productora y la superficie huella receptora durante la huella formación. A ellas normalmente se adhieren en virtud de sus propiedades (fundamentalmente el coeficiente de adherencia), los granos coloreados de los agentes reveladores físicos que utilizan los peritos en el Lugar del Hecho (en el caso de que se prefieran agentes reveladores químicos, su aplicación genera una reacción cromática visible con las grasas, en condiciones normales o irradiada la huella con luz UV) (Posada, 2018).

Se han realizado varias investigaciones en el mundo para conocer el comportamiento de las huellas dérmicas sometidas a la acción del agua:

- 4 En Ontario, Canadá, se llevó a cabo un estudio sobre el deterioro de huellas dactilares latentes en un sustrato metálico sumergido a varias profundidades de un entorno acuoso natural (Yuille et. al, 2019).
- 4 Se investigaron además los efectos de la velocidad de la corriente y el período de inmersión en el deterioro de huellas dérmicas en palas metálicas, después su inmersión en agua dulce (Devlin, 2009).
- 4 Se demostró que la duración de la exposición al agua estancada y los métodos seleccionados para la mejora influyen en la calidad de las huellas recuperadas en las superficies de vidrio y metal (Trapezar, 2012).

- También se informó la recuperación exitosa de huellas dactilares latentes de calidad, en portaobjetos de vidrio después de siete días de inmersión en agua de río, mar, del grifo o destilada (Soltyszewski et. al, 2007).
- En Cuba se experimentó la incidencia negativa sobre las huellas dérmicas, del agua contaminada con desechos de diferente naturaleza (García, 1995).

A pesar de que existen agentes reveladores para su empleo en superficies mojadas (como el Small Particle Reagent –SPR-), poco se conoce en la dirección de desarrollar procedimientos para el revelado de huellas dérmicas sumergidas en agua, con agentes reveladores físicos tradicionales.

Para verificar si la inmersión en agua de las huellas dérmicas, modifica o destruye en alguna medida las propiedades que las hacen identificantes, se diseñó un experimento consistente en modelar la producción de huellas dactilares en diferentes superficies y sumergirlas en agua común estancada, a temperatura ambiente, en frascos de vidrio, en condiciones controladas y durante períodos de 2 horas hasta que las huellas obtenidas carecieran del valor requerido, para su identificación comparativa.

Se eligieron como soportes fragmentos de vidrio convexo, de forma irregular y con un área de 30 cm² y aluminio (perfiles “T” de 15 cm de largo), por coincidir con las superficies en las que con mayor frecuencia se detectan huellas dérmicas en las condiciones cubanas. La temperatura del agua utilizada fluctuó entre los 20° C y 29° C, coincidente con la temperatura del agua en Cuba durante los meses de junio a agosto (los más cálidos del año), la que se mantuvo en reposo (estancada) a lo largo de todo el curso de los experimentos (Fig. 1).

Figura 1.

Recipientes con agua en los que se colocaron los huello-receptores durante el estudio.



Nota: Utensilios empleados durante la experimentación.

En calidad de envases se utilizaron frascos de vidrio descubiertos, de 300 ml de capacidad. Como sujetos productores se utilizaron a personas de ambos sexos, clasificados en dos grupos

por su sudoración: muy profusa y poco profusa. Como agente revelador se utilizaron polvos *Angoniriz* de producción nacional, de los colores “aluminio” (en el vidrio) y marrón (en el aluminio).

A los sujetos seleccionados para el experimento se les indicó provocar sus huellas estáticas por recapación, preferentemente con sus dedos índices y pulgares, sobre las superficies seleccionadas y que una vez producidas las huellas, personalmente introdujeran sus soportes hasta el fondo en los recipientes con agua.

El procedimiento empleado para revelar las huellas consistió en:

1. Extraer los soportes del agua con el empleo de pinzas metálicas con extremos antirresbalantes,
2. Poner a secar los soportes a temperatura ambiente (29° C) sobre papel de filtro, durante 30',
3. Revelar las huellas con brochas dactiloscópicas modelo 120LS de pelo de ardilla (para el polvo de aluminio *Angoniriz*) y aplicador de polvo magnético modelo 120 MD (para el polvo carmelita también *Angoniriz*), ambos de la firma SIRCHIE, se sigue el procedimiento establecido en las metodologías aprobadas en la DCrim., para el revelado de huellas dermopapiloscópicas,
4. Fijar fotográficamente los resultados de los experimentos, con el empleo de una cámara fotográfica Sony mod. A58 y objetivo DT 3.6-5.6/18-55 SAM II a 20 MP, e iluminación artificial.

El criterio utilizado para evaluar los resultados de los experimentos fue el de que las huellas tuvieran o no valor para investigaciones comparativas, es decir que sus características generales y particulares se percibieran con nitidez, con el empleo de una lupa convencional (de 2 a 6x). Durante la experimentación las huellas implantadas en los soportes fueron huellas ideales, por lo que la cantidad de puntos característicos en cada una de ellas es elevada. En Cuba las huellas dactilares como es el caso del estudio, poseen valor identificativo al poseer como mínimo ocho puntos característicos. Al evaluar la cantidad de puntos detectados por hora en cada huella, se fijó un valor de 12 puntos para buscar mayor probabilidad de identificación.

Revelado de huellas dérmicas sumergidas sobre vidrio

Al analizar las huellas reveladas de forma manual, durante las primeras 24 horas se pudo realizar un conteo de más de 12 puntos característicos, por lo que las mismas se consideraban aptas para su cotejo. No obstante, se tabuló el patrón establecido de 12 puntos para dar el valor

identificativo. Al observarse que las mismas no perdían características particulares en el tiempo, se extendió la observación del soporte de vidrio hasta las 24 horas, luego 72 horas, hasta que pierde su valor antes de los 7 días. Este resultado confirma la efectividad del agente revelador *Angoniriz* de aluminio hasta las 72 horas de haber estado sumergida una huella dérmica en esta superficie (Tabla I). Las huellas reveladas posteriores a las 72 horas no se observaron con nitidez, motivo por el cual fue imposible realizar el conteo de los puntos característicos; percibiéndose ensanchamiento en las crestas reflejadas hasta su empastamiento. Se filmaron fotográficamente las huellas obtenidas mientras poseían valor identificativo (Fig 2.).

Revelado de huellas dérmicas sumergidas sobre aluminio

Al analizar las huellas reveladas de forma manual, durante las primeras ocho horas se pudo realizar un conteo de más de 12 puntos característicos, por lo que las mismas se consideraban aptas para su cotejo. En este experimento, a pesar de que las huellas mantenían sus características particulares durante las primeras ocho horas, la tendencia a perder sus características era más evidentes, resultado que se manifestó a las 24 horas de iniciado el experimento. Este dato comprueba que este agente revelador para la condición de estudio resulta efectivo antes de las 24 horas (Tabla I). Posterior a las 24 horas fue imposible realizar el conteo de los puntos característicos; percibiéndose ensanchamiento en las crestas reflejadas hasta su empastamiento. Se filmaron fotográficamente las huellas obtenidas mientras poseían valor identificativo (Fig 2.).

Tabla I.

Perdurabilidad de las huellas dérmicas sumergidas en agua dulce sobre los soportes de estudio con la utilización de agentes reveladores Angoniriz Aluminio y Marrón.

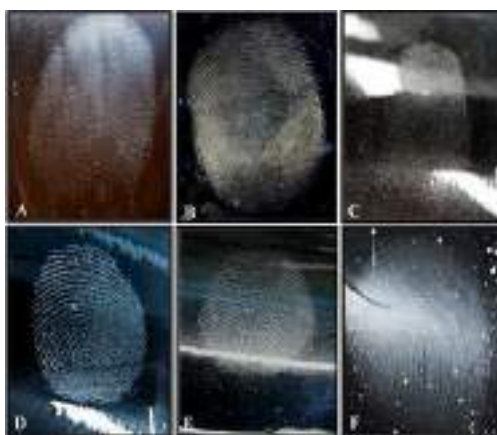
Superficies utilizadas	Agente revelador Angoniriz	Tiempo de producción de las Huellas dérmicas	Cantidad de puntos característicos	Resultado de la revelación
Vidrio	Aluminio	2 hrs	12	Con valor
		4 hrs	12	Con valor
		6 hrs	12	Con valor
		8 hrs	12	Con valor
		24 hrs	12	Con valor
		72 hrs	12	Con valor
		1 semana	5	Sin valor

Perfil "T" (aluminio)	Marrón	2 hrs	12	Con valor
		4 hrs	12	Con valor
		6 hrs	12	Con valor
		8 hrs	12	Con valor
		24 hrs	4	Sin valor

Nota: Resultados obtenidos durante los experimentos realizados.

Figura 2.

Resultados de los experimentos sobre el vidrio. A) Huella dérmica revelada a las dos horas de su inmersión en agua con agente revelador Aluminio; B) Huella dérmica revelada a las 4 horas de su inmersión; C) Huella dérmica revelada a las seis horas de su inmersión; D) Huella dérmica revelada a las ocho horas de su inmersión; E) Huella dérmica revelada a las 24 horas de su inmersión; F) Huella dérmica revelada a las 72 horas de su inmersión.



Nota: Filmación fotográfica de las huellas dérmicas reveladas sobre vidrio sumergido.

Figura 3.

Resultados de los experimentos sobre el soporte de aluminio. A) Huella dérmica revelada a las dos horas de su inmersión en agua con agente revelador Marrón; B) Huella dérmica revelada a las cuatro horas de su inmersión; C) Huella dérmica revelada a las ocho horas de su inmersión; D) Huella dérmica revelada a las 24 horas de su inmersión.



Nota: Filmación fotográfica de las huellas dérmicas reveladas sobre vidrio sumergido.

CONCLUSIONES

Las huellas dérmicas sumergidas en agua estancada conservan sus características generales y particulares en las condiciones sometidas a experimentación hasta las 72 horas en el vidrio y las 24 en aluminio.

Los resultados obtenidos se pueden revelar con agentes físicos de la marca *Angoniriz*, conforme a la metodología de trabajo aprobada para ello en la DCrim., una vez que los objetos huella portadores son secados a temperatura ambiente.

En todos los casos, los resultados periciales obtenidos responden a las exigencias planteadas para proceder a partir de una huella dérmica a una identificación comparativa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baker, L. B. (2019). Physiology of sweat gland function: The roles of sweating and sweat composition in human health. *Temperature*, 6 (3), 211–250.

Belkin, R. S. (1970). La Teoría Leninista del Reflejo y los problemas metodológicos de la Criminalística Soviética. *Moscú*.

Benedetti, J. (2024). Estructura y funcionamiento de la piel. Manual MSD. Versión para Profesionales. Disponible en: <https://www.msdmanuals.com/es/hogar/trastornos-de-la-piel/biolog%C3%ADa-de-la-piel/estructura-y-funcionamiento-de-la-piel>

Devlin, B. (2009). *Recovery of latent fingerprints after inmersión in various aquatic conditions*. Fairfax, va, George Mason University, degree of Master Tesis.

García, E. A. (1995). Revelado de huellas dérmicas afectadas por aguas contaminadas. X *Forum Nacional de Ciencia y Técnica del MinInt*. La Habana.

Giagnorio, R. D. (1990). “Impresiones dactilares. Escenario del delito, estadísticas”. <http://www.diariojudicial.com>

Henneberg, M. (1997). The problema of species in hominid evolution, Perspectives in Human Biology. Human Adaptability: *Future Trends and Lessons from the Post*, https://doi.org/10.1142/9789812816603_0003

La Torre, F. J., & Mesa, Á. L. (2016). Fisiología del sudor. *Piel: Formación continua en dermatología*, 31(5), 350-359. ISSN 0213-9251

Posada, J. A. (2015). Teoría criminalística de las huellas. *Editorial Capitán San Luis*. ISBN, 959211451X, 9789592114517.

Posada, J. A. (2018). La revelación de las huellas dérmicas. *Editora Centinela. La Habana*. ISBN 978-959-7243-60-1

Soltyszewski, I.; Moszczynski, J; Pepinsky, W.; Jastrzebowska, S.; Makulec, W. Zbiec, R.; Janica, J. (2007). Fingerprint detection and DNA typing on objects recovered from stagnant water. *Egyptian Journal of Forensic Sciences*. 2:48-53

Trapezar, M. (2012). Fingerprint recovery from wet transparent foil. *Egyptian Journal of Forensic Sciences*. 2:126-130

Valdés-Rodríguez, R., Torres, A. B., González, M. J., & Almeda, V. P. (2012). La piel y el sistema endocrinológico. *Gaceta médica de México*. 148 (2), 162-168, 2012.

Yuille, M. J. (2009). Deterioration of friction ridge impressions on a metallic substrate after submergence in lake water. *Identification Canada*, 48-62.

O Linchamento. Abordagem na Perspectiva de Vítimas do Bairro Golfe 2**The lynching. Approach from the perspective of victims in the Golfe 2 neighborhood****El linchamiento. Enfoque desde la perspectiva de las víctimas del barrio del Golfo 2****Autor:** Jacinto Gongga André Zua.

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7580-5045>e-mail: andrezua1998@gmail.com**Ensaio Académico****RESUMO**

O linchamento é um fenómeno que ainda persiste em diferentes partes do mundo. Em Angola tem alcançado proporções preocupantes, particularmente na cidade Capital. Os casos de linchamento acontecem essencialmente em jovens, adultos e poucas vezes em crianças. Esta prática além de ser um acto ilícito, por si só, traz inúmeras consequências em vários aspectos. O presente artigo científico basea-se no um estudo realizado no Bairro do Golfe 2, que tem como objectivo compreender o linchamento, na perspectiva de vítimas. Pese embora a palavra linchamento não faça parte do ordenamento jurídico angolano, não pressupõe dizer que o seu cometimento não constitui um acto ilícito, pelo contrário, esta prática é punível nos termos do ordenamento penal angolano. A referida pesquisa é importante, sendo que o estudo permitirá que os leitores comunidade do Golfe 2 e não só, compreendam que a prática do linchamento é um acto ilícito e constitui um crime.

Palavras-chave: Crime; Justiça; Linchamento; Vítimas.**ABSTRACT**

Lynching is a phenomenon that still persists in different parts of the world. In Angola it has reached worrying proportions, particularly in the capital city. Lynching cases essentially occur among young people, adults and rarely children. This practice, in addition to being an illegal act in itself, has numerous consequences in several aspects. This scientific article is based on a study carried out in Bairro do Golfe 2, which aims to understand lynching, from the perspective of victims. Although the word lynching is not part of the Angolan legal system, it does not mean that its commission does not constitute an illegal act, on the contrary, this practice is punishable under the terms of the Angolan criminal system. This research is extremely

important, and the study will allow readers of the Golfe 2 community and beyond to understand that the practice of lynching is an illicit act and constitutes a crime.

Keywords: Crime; Justice; Lynching; Victims.

RESUMEN

Los linchamientos son un fenómeno que aún persiste en diferentes partes del mundo. En Angola ha alcanzado proporciones preocupantes, particularmente en la capital. Los linchamientos ocurren esencialmente entre jóvenes, adultos y rara vez niños. Esta práctica, además de ser un acto ilegal en sí misma, tiene numerosas consecuencias en varios aspectos. Este artículo científico se basa en un estudio realizado en el Barrio de Golfo 2 y tiene como objetivo comprender los linchamientos, desde la perspectiva de las víctimas. Aunque la palabra linchamiento no forma parte del ordenamiento jurídico angolano, no significa que su comisión no constituya un acto ilegal, por el contrario, esta práctica es punible en los términos del sistema penal angolano. Esta investigación es importante y el estudio permitirá a los lectores de la comunidad de Golfo 2 y más allá comprender que la práctica del linchamiento es un acto ilícito y constituye un delito.

Palabras clave: Delito; Justicia; Linchamiento; Víctimas.

INTRODUÇÃO

O linchamento é um fenómeno de violência comum em muitas partes do mundo, caracterizado pela punição extrajudicial de indivíduos acusados por ter cometido um determinado crime. Embora tenha raízes históricas profundas, o linchamento continua a ser uma preocupação contemporânea, desafiando os princípios fundamentais do Estado de Direito e dos Direitos Humanos. O linchamento é universalmente condenado pela comunidade internacional e pelas organizações de Direitos Humanos devido a sua natureza violenta, extrajudicial e contrária aos princípios do Estado de Direito. Todavia, a sociedade angolana não está ausente deste problema social. Pelo contrário, também tem apresentado casos de linchamentos em diversas províncias do país. Essa prática é reprovada pelas autoridades, pelo facto de ser considerada como um acto ilícito. Entretanto, os meios de comunicação social, nomeadamente, a rádio, a televisão e o jornal, têm relatado sobre diferentes casos de linchamentos. Com base nisso, o governo tem criado políticas que visam reprimir ou reduzir substancialmente este mal social. Quanto à comunidade do Golfe 2, localizado no Município de Kilamba Kiaxi, em Luanda, tem registado alguns casos de linchamento, por sua vez, verifica-se quando uma determinada pessoa infringe a norma, na maior das vezes comete furto ou mesmo roubo e, em contrapartida, a população

queima ou espanca o infractor, por este ter cometido a infracção, acção que causa graves ferimentos ou até mesmo chegam a matá-lo. O presente artigo é de grande relevância, pois pode servir para a sensibilização dos leitores, que independentemente do facto ou crime cometido, nada justifica o linchamento, pelo que devesse trabalhar para prevenir e combater essa prática, fortalecendo o estado de direito, promovendo o respeito pelos direitos humanos e garantindo que os perpetradores sejam responsabilizados por seus actos perante a lei. O estudo do linchamento na academia é importante, porque fornece conhecimentos cruciais sobre questões sociais, direitos humanos e justiça, identifica factores de risco e causas subjacentes, desenvolve estratégias de prevenção e intervenção, promove o engajamento público e o desenvolvimento de políticas informadas. Com este trabalho científico, pretende-se trazer as particularidades que levam a população a cometer tal acto e suas consequências no ponto de vista das vivências das vítimas, de formas a servir de apoio para comunidade científica, em especial os estudantes de ciências criminais como também outros estudantes de outros cursos.

DESENVOLVIMENTO

Linchamento: Evolução Histórica do Linchamento

O Linchamento é um acto de violência colectiva em que um indivíduo ou grupo é agredido fisicamente ou verbalmente por uma multidão. O linchamento pode ser materializado de forma física, com agressões e até mesmo assassinatos, quanto de forma virtual, por meio de ataques nas redes sociais e exposição pública (Vieira, 2020). De acordo com Zini e Barbosa (2023), o linchamento é compreendido como conjunto de actos praticados por populares e que se caracterizam pela execução violenta de tortura, espancamento e uso de fogo para queimar a vítima até à morte. Linchagem, ou linchamento, ou lei de *Lynch*, trata-se de assassinato de um ou mais indivíduos, geralmente por uma multidão, sem processo judicial e em detrimento dos direitos básicos.

A forma de resolução de conflitos por mãos próprias, não é um acto que se vem verificando hoje, pelo contrário, esta é uma prática que vem desde antiguidade. Antigamente, quando um determinado infractor infringisse uma norma social, como ter relações sexuais com mulher casadas, era penalizado publicamente pela população. Entretanto, a prática de assassinatos por multidões era comum na antiguidade, com inúmeros relatos de apedrejamento de pecadores, queima de bruxas, entre outras situações de pessoas que eram punidas pela população por cometerem uma determinada infracção. Antigamente, a resolução de conflitos por mãos próprias, dava-se em função do período da vingança privada, que por sua vez foi aquela que foi regida pela filosofia do "olho por olho, dente por dente" denominada Lei do Talião, na qual

competia a vítima também causar a ofensa que a mesma sofreu na mesma proporção da ofensa, matando o infractor ou mesmo o seu grupo. Hoje, apesar de vivermos em uma sociedade modernizada, constituída por normas e princípio jurídicos que regem à nossa forma de viver, ainda temos visto determinadas pessoas a penalizarem outrem, ou seja, fazem a justiça por mãos próprias, pelo facto de um infractor ter infringido uma norma de carácter jurídica, tal como roubo, furto, violação, assassinato, entre outro tipo de crime e como punição de ter cometido tal conduta, a população espanca brutalmente causando várias lesões ou até mesmo chegando à tira a vida do infractor.

As Causas que Levam ao Linchamento

O linchamento pode ser motivado por diversos factores como a falta de confiança no sistema de justiça, a vingança, o preconceito, a discriminação e mobilização por meio das redes sociais (Costa & Cunha, 2023). A falta de confiança no sistema de justiça é frequentemente citada como uma das principais razões pelas quais as pessoas recorrem ao linchamento. Quando as pessoas acreditam que o sistema judicial é ineficaz, lento e corrupto, elas podem sentir que não receberão justiça adequada por meio dos canais formais. Essa falta de confiança pode ser alimentada por uma série de factores, incluindo casos de impunidade, corrupção policial ou judicial, discriminação sistemática e uma percepção de que certos grupos têm mais influência ou privilégios dentro do sistema. Em vez de esperar por um julgamento que pode ser longo e inclusivo, algumas pessoas optam pelo linchamento como uma forma de obter uma justiça rápida. Eles vêem o linchamento como uma maneira de garantir que o culpado seja punido imediatamente, sem passar pelo sistema judicial que consideram falho (Carvalho, 2020).

A vingança é uma das motivações comuns por trás do linchamento. Quando uma comunidade ou um grupo de pessoas sente que foi prejudicado de alguma forma, seja por um crime real ou percebido, pode surgir um desejo de retaliar rapidamente contra o suposto culpado (Duarte, 2017). O preconceito e a discriminação são motivadores significativos por trás do linchamento. Em muitos casos, o linchamento é direccionado a indivíduos ou grupos específicos com base em características como raça, etnia, religião, género, orientação sexual ou *status* socioeconómico. Quando existem preconceitos enraizados dentro de uma comunidade, essas atitudes discriminatórias podem manifestar-se em formas extremas de violência, como o linchamento. Os perpetradores podem ver o grupo alvo como diferente ou inferior e o linchamento pode ser usado como uma forma de impor poder e controlo sobre esse grupo. O linchamento baseado em preconceito e discriminação muitas vezes é alimentado por ódio racial ou étnico, xenofobia e outras formas de intolerância (Zini1 & Barbosa, S. d).

Para Macedo (2018), a mobilização por meio das redes sociais pode desempenhar um papel significativo na ocorrência de linchamentos. Com o advento das mídias sociais e a disseminação instantânea de informações, rumores e desinformação podem espalhar-se rapidamente e incitar acções violentas por parte de indivíduos ou grupos. As redes sociais podem ser usadas para disseminar notícias falsas, imagens manipuladas ou relatos exagerados de eventos, muitas vezes com o objectivo de inflamar emoções como raiva, medo ou indignação. Essas informações podem ser compartilhadas rapidamente, alcançam um grande número de pessoas e contribuem para a criação de uma atmosfera de pânico ou histeria colectiva. Em alguns casos, grupos organizados podem usar plataformas de mídia social para coordenar e planejar actos de violência, incluindo linchamentos. Isso pode envolver a identificação de supostos criminosos ou transgressores e a convocação de uma multidão para puni-los sem o devido processo legal. Além disso, as redes sociais podem criar um ambiente onde o comportamento violento é normalizado ou até mesmo incentivado. Comentários inflamados, *memes* agressivos e discurso de ódio podem alimentar uma cultura de violência e intolerância, tornando mais provável que as pessoas recorram ao linchamento como uma forma de resolver conflitos ou buscar justiça

Linchamento Físico

Segundo Rosek (2023), o linchamento materializa-se de diferentes formas, tal como do ponto de vista físico quanto no virtual. No linchamento físico, a vítima é agredida fisicamente pela multidão, podendo sofrer lesões graves e até mesmo ser assassinada. Esse tipo de linchamento geralmente ocorre em situações de grande presença da população, como casos de crimes hediondos ou de grande repercussão mediática. O linchamento físico, que ocorre por acusação da vítima, regra geral, de roubo ou violação sexual, em que, grosso modo, são linchados cidadãos do sexo masculino.

O linchamento físico tem acontecido com muitas regularidades na sociedade, o que pressupõe dizer que, acontece quando um determinado infractor comete um acto ilegal, como, por exemplo, furto de motorizada, assaltos a residências ou automóveis, roubo de telefones, violação e, fruto deste crime que o mesmo comete, a população faz a justiça com mãos próprias, causando vários ferimentos graves ou mesmo matá-lo. Para a materialização deste tipo de linchamento, utilizam-se vários elementos como por exemplos, paus, pedras, pneus entre outras. Neste tipo de linchamento o infractor é executado de variadas formas, como, por exemplo, depois de a população pegar o infractor, o mesmo é amarrado, posto no meio da multidão e em seguida é-lhe jogado inúmeras pedras até a população consentir se podem parar ou devem continuar até que ele morra.

Vítima e seu Processo de Vitimização

De acordo com Filho (2012), explica que vítimas são as pessoas que, individual ou colectivamente, tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de actos ou de omissões violadores das leis penais em vigor num Estado membro, incluindo as que proíbem o abuso de poder. Assim, vítima é quem sofreu ou foi agredido de alguma maneira em razão de uma infracção penal, cometida por um agente.

Barrerias (2022), faz questão de mencionar que a vítima pode ser directa ou indirecta. A vítima directa ou imediata é aquela que sofreu lesão directa causada pela acção ou omissão do agente. Ou seja, é a pessoa propriamente lesada, detentora do bem jurídico atacado. Ao passo que a vítima indirecta, ou mediata, são as pessoas que possuem relação de afecto ou parentesco com a vítima directa, até o terceiro grau, desde que convivam, estejam sob seus cuidados ou dela dependam, no caso de morte ou desaparecimento causado por crime, acto de infracção ou calamidade pública. Pode ainda ser entendido como aquela que suporta indirectamente as consequências do delito.

Classificação vitimária de Mendelsohn

Foi desenvolvida, portanto, com base na correlação de culpabilidade entre a vítima e o vitimador (delinquente): quanto maior a culpabilidade de um, menor a culpabilidade do outro (Silva, 2020). Para o mesmo autor, as categorias da classificação vitimária de *Mendelsohn* são: Vítima totalmente inocente: é aquela em que não tem “culpa” na infracção penal, ou seja, não concorre de forma alguma para o evento, como ocorre no caso do infanticídio e das pessoas com mediana prudência. É também chamada de vítima ideal; Vítima por ignorância: é aquela em que é menos culpada que o delinquente, como, por exemplo, aquele que anda com a bolsa aberta um lugar perigoso, sendo imprudente. São também chamadas de vítima de menor culpabilidade; Vítima tão culpada quanto o delinquente: é aquela em que dá causa ao resultado, como, por exemplo, no caso da rixa (briga), da eutanásia, da dupla suicida, do aborto consentido e dos crimes de *estelionato* em que a vítima tenta se aproveitar de uma situação pretensamente muito vantajosa que lhe é apresentada. É também chamada de vítima voluntária;

Vítima mais culpada que o delinquente: é aquela em que o provoca, como, por exemplo, a vítima de um homicídio privilegiado praticado após injusta provocação. São também chamadas de vítima por provocação; Vítima como única culpada: é aquela em que a pessoa se coloca em situação de completo risco, como o suicida ou um agressor que acaba por ser vítima de legítima

defesa. São também chamadas de vítimas agressoras, simuladas, simuladoras, imaginárias ou pseudovítimas. Nessas hipóteses não se está diante de uma vítima real. Não se trata de uma pessoa que coopera com o ânimo criminoso de alguém: ao contrário, a pseudovítima é a única culpada pela situação.

Dentre as tipologias citadas por *Benjam Mendelson*, a vítima de linchamento, enquadra-se a vítima mais culpada que o delinquent, pelo facto de ser aquela em que o provoca, ou incita o infractor a cometer uma infracção ou ainda por ela inicialmente cometer um acto ilícito que posteriormente venha a culminar com danos físicos ou a morte da vítima, perpetrado pelo infractor. A vítima mais culpada que o delinquent, por mais que depois de cometer uma conduta ilícita que por sua vez se venha a tornar vítima, não lhe é retirada a responsabilidade penal do cometimento.

No caso da vítima de linchamento, o facto de ser uma vítima não quer dizer que já não poderá responder criminalmente, pelo contrário, caso o linchamento cometido não culmine com a morte, o mesmo poderá ser penalizado criminalmente de acordo com o Código Penal. Esta tipologia de vítima quando infringe uma norma, como no caso do cometimento do furto ou roubo que, por sua vez, consubstancia-se com linchamento é penalizada de acordo com o Código Penal de Angola nos termos do 392º e 402º.

Vitimização e sua tipologia

Vitimização é o processo de ser vitimizado ou tornar-se uma vítima: a pessoa que sofre danos físicos, emocionais ou financeiros direitos ou ameaçados como resultado de um acto de outra pessoa, o que é um crime Souza, (S. d). Lima (2022), explica que a criminologia ao analisar a questão vitimológica, classifica a vitimização em três grandes grupos, conforme veremos adiante: Vitimização primária: é normalmente entendida como aquela provocada pelo cometimento do crime, pela conduta violadora dos direitos da vítima pode causar danos variados: materiais, físicos, psicológicos, consoante a natureza da infracção, a personalidade da vítima, sua relação o agente violador, a extensão do dano, etc.

Vitimização primária é o dano directo que ocorre no momento do delito. Vitimização secundária ocorre durante o processo investigativo e refere-se ao sofrimento imposto à vítima pelos agentes da justiça; Vitimização terciária: é aquela em que falta de amparo dos órgãos públicos às vítimas; nesse contexto, a própria sociedade não acolhe a vítima, e muitas vezes a incentiva a não denunciar o delito às autoridades, ocorre o que se chama de cifra negra (quantidade de crimes que não chegam ao conhecimento do Estado).

Consequências e Combate do Linchamento

As consequências do linchamento são extremamente graves, tanto para a vítima quanto para a sociedade na totalidade. No caso do linchamento físico, a vítima pode sofrer lesões permanentes, incapacidade física e até mesmo a perda da vida. Não obstante a isso, o linchamento gera um clima de violência e insegurança na comunidade, alimentando um ciclo de vingança e perpetuando a cultura da violência, ou seja, permite com que as pessoas se tornem violentas. No linchamento virtual, as consequências também são devastadoras. A exposição pública e os ataques nas redes sociais podem levar a vítima a desenvolver problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e até mesmo suicídio. Além disso, a reputação da pessoa pode ser arruinada ou prejudicada, afecta a sua vida pessoal e profissional. A vítima será difícil reconstruir a sua vida ou a imagem que apresentava noutra hora (Raymundo, 2022).

O combate ao linchamento é uma questão crucial em sociedades onde a justiça por vezes falha ou é percebida como falha. Para combater o linchamento, é essencial informar às pessoas sobre o sistema de justiça, seus procedimentos e a importância do devido processo legal pode ajudar a prevenir actos de linchamento. Isso pode ser feito por meio de campanhas de conscientização e programas educacionais. Investir na melhoria do sistema judicial para garantir que ela seja acessível, transparente e eficaz pode reduzir a incidência de linchamentos. Isso inclui fornecer recursos adequados para as autoridades policiais, procuradores e juízes (Zini1 e Barbosa, S. D). Segundo Costa & Cunha (2023), explicam que garantir que os responsáveis por linchamentos sejam identificados, processados e punidos de acordo com a lei é fundamental para dissuadir futuros incidentes. Isso requer uma aplicação eficaz da lei e uma resposta rápida e firme às ocorrências de linchamento. O envolvimento da comunidade na prevenção do linchamento pode ajudar a mudar atitudes e comportamentos. Isso pode incluir o estabelecimento de comités comunitários para resolver disputas locais e promover a resolução pacífica de conflitos. E é igualmente importante que se deva educar as pessoas sobre os direitos humanos e a dignidade de todas elas, pode ajudar a combater atitudes que levam ao linchamento. Isso inclui promover o respeito à diversidade e a igualdade perante a lei.

O combate ao linchamento virtual é uma questão cada vez mais relevante em um mundo digitalmente conectado. Esses ataques muitas vezes podem ter consequências devastadoras para a saúde mental, reputação e até mesmo a segurança física da vítima. É de extrema importância a promoção a educação sobre comportamento ético *online* é fundamental para prevenir o linchamento virtual. Isso inclui ensinar às pessoas sobre os impactos do *cyberbullying* e da difamação *online*. As empresas de *mídia* social e outras plataformas *online* devem implementar

políticas rigorosas contra o linchamento virtual. Isso inclui a remoção rápida de conteúdo difamatório e o banimento ou exclusão de usuários que participam de comportamentos abusivos. Desse modo, é importante desenvolver sistemas de monitoramento para detectar e responder rapidamente a casos de linchamento virtual é essencial. Fornecer apoio e recursos às vítimas de linchamento virtual é crucial para as ajudar a lidar com os impactos emocionais e práticos desses ataques. Isso pode incluir acesso a serviços de saúde mental e apoio jurídico. E não menos importante promover uma cultura *online* que valorize o respeito, a empatia e a diversidade pode ajudar a reduzir a incidência de linchamento virtual. Isso envolve incentivar comportamentos positivos e responsáveis nas interações *online*.

Teorias explicativas do comportamento desviante

Como é expectável, o referido artigo não apresenta o estudo profundo das teorias explicativas dos linchamentos. Pese embora o fenómeno em estudo ser muito antigo, não existem teorias especificamente construídas sobre o mesmo, mas sim, visões ou leituras paradigmáticas. Usamo-las tão-somente como o nosso modo científico de justificar, em termos gerais, determinados comportamentos tidos como desviantes, assim como o que justifica as acções sociais colectivas, de que o linchamento faz parte. Nesta perspectiva, escolheu-se as teorias sociológicas que explicam os comportamentos desviantes e o crime, tais como:

Crime e anomia: Perspectiva sociológica

O conceito de anomia foi introduzido pelo sociólogo francês Émile Durkheim e referia à ausência ou desintegração das normas sociais. Para Robert k. Merton, o desvio é uma resposta natural dos indivíduos às situações em que se encontram. Nesta perspectiva, o autor identifica cinco possíveis reacções às tensões entre os valores socialmente aprovados e os meios limitados de os alcançar - a categoria do conformismo: que integra aqueles que aceitam tanto os valores geralmente mantidos, como os meios convencionais de os tentar realizar, sem se importarem se têm sucesso. A maioria da população pertence a esta categoria de reacção; A categoria dos inovadores: composta por aqueles que aceitam, igualmente, os valores aprovados socialmente, embora usem meios ilegítimos e ilegais para os tentar atingir. Os criminosos que adquirem riqueza por meio de actividades ilegais são exemplos desta categoria de resposta; os ritualistas: que vivem consoante os modelos, socialmente aceitos, embora tenham perdido de vista os valores que estão na sua base. As regras são seguidas por si só, de modo compulsivo, sem um objectivo mais amplo em vista. Um ritualista será alguém que se dedique a um emprego enfadonho, mesmo que pouco compensador e sem perspectivas de carreira; Os retirados: são pessoas que abandonam por completo a perspectiva competitiva, rejeitam assim os valores

dominantes e os meios aprovados para os alcançar. Estes indivíduos colocam-se em grande medida à margem da sociedade. Os membros de uma comuna auto-sustentada são exemplos desta reacção; os rebeldes: que são os indivíduos que rejeitam tanto os valores existentes como os meios normativos para os alcançar, mas desejam activamente substituí-los por outros novos e reconstruir o sistema social. Os membros de grupos políticos radicais fazem parte desta categoria. Relativamente as cinco possíveis reacções às tensões entre os valores socialmente aprovados e os meios limitados de os alcançar, a vítima de linchamento enquadra-se na categoria dos inovadores que, por conseguinte, é constituída por aqueles que aceitam, igualmente, os valores aprovados pela sociedade embora usem meios ilegítimos e ilegais para os tentar atingir ou alcança-los. Todavia, a vítima de linchamento tem como objectivo ser bem-sucedido, mas o meio institucional utilizado para atingir este sucesso infelizmente é ilegal, influenciado assim no surgimento da anomia.

A Teoria da subcultura delinquente

A teoria criminológica da subcultura delinquente é uma dentre as várias teorias pertencentes à escola sociológica de Chicago. A subcultura delinquente, por sua vez, pode ser resumida como um comportamento de transgressão que é determinado por um subsistema de conhecimento, crenças e atitudes que possibilitam, permitem ou determinam formas particulares de comportamento transgressor em situações específicas. Para a teoria da subcultura delinquente o crime é resultado da interiorização e da obediência a um código moral ou cultural que torna a delinquência imperativa (Pereira & Silva, 2017). Entretanto, é importante contextualizar-se a relação existente entre a vítima de linchamento e teoria da subcultura delinquente. A teoria da subcultura delinquente propõe que certos grupos sociais desenvolvem suas próprias normas e valores que podem entrar em conflito com as normas da sociedade mais ampla. Essas subculturas, muitas vezes associadas a comunidades marginalizadas ou desfavorecidas, podem glorificar comportamentos considerados desviantes ou criminosos, como roubo, violência ou vandalismo. Deste modo, a vítima de linchamento envereda a subcultura delinquente no momento em que rejeita a cultura dominante e quando deixa de obedecer aos princípios, valores, crenças, normas estabelecidas socialmente, para ingressar a uma outra cultura que desobedece os princípios estabelecidos socialmente, tais como cometer comportamentos desviantes, criminosos ou delinquentes.

Associação diferencial

A associação diferencial é um processo de apreensão de comportamentos desviantes, que requer conhecimento e habilidade para se locupletar das acções desviantes. Isso é aprendido e

promovido por gangues urbanas, grupos empresariais, aquelas despertadas para a prática de furtos e arruaças, e estes, para a prática de sonegações e fraudes comerciais (Soares, 2020). Uma pessoa torna-se criminosa porque recebe mais definições favoráveis à violação da lei do que desfavoráveis a essa violação. A relação existente entre a teoria da associação diferencial e o linchamento na perspectiva de vítimas é que a teoria da associação diferencial sugere que o comportamento criminoso é aprendido por meio da interação com outros indivíduos que já estão envolvidos em actividades criminosas. O que pressupõe dizer que a vítima de linchamento comete infracção pelo facto de ter apreendido com as pessoas que já praticaram este tipo de conduta. Esta aprendizagem por parte da vítima verificar-se por intermédio da observação. Ou seja, adopção da vítima a um comportamento criminoso, que faz com que a mesma se torna linchada, é fruto da aprendizagem de conduta desviante que observa outras pessoas a cometer.

Teorias que abordam questões psicológicas sobre o linchamento

Não há uma teoria psicológica específica que se concentre exclusivamente nos transtornos psicológicos causados por linchamento. No entanto, algumas teorias gerais sobre trauma estressem pós-traumático e dinâmicas sociais, podem ser aplicadas para entender o impacto psicológico desse tipo de violência. Aqui estão algumas perspectivas relevantes:

Teoria do trauma psicológico: O linchamento, como forma extrema de violência e agressão, pode resultar em trauma psicológico. A teoria do trauma postula que eventos traumáticos podem causar alterações significativas na percepção de segurança, confiança e estabilidade emocional. A situação em si (estímulo que provoca o stress) não é considerada traumática: depende da forma como os indivíduos processam e interpretam o evento, da percepção e experiência subjectiva do indivíduo (Silva, 2020). Existem várias situações que podem ser consideradas como EPT's,: morte inesperada de uma pessoa significativa (familiar ou amigo); envolvimento num acidente ou desastre; agressão física; ameaça de morte; lesões significativas ou risco para a integridade (própria ou dos outros); violência sexual; sequestro; ser forçado a abandonar a sua casa ou o país; exposição a guerra; ataques terroristas; tortura; entre outras situações considerados potencialmente traumáticos.

Teoria do estresse pós-traumático: é uma condição psiquiátrica que pode ocorrer em pessoas expostas a eventos traumáticos significativos. Esses eventos podem incluir situações de guerra, desastres naturais, agressões sexuais, acidentes graves ou qualquer outra experiência em que a vida da pessoa ou a vida de outras pessoas esteja em perigo. A condição foi inicialmente reconhecida em veteranos de guerra, mas foi ampliada para incluir uma variedade de situações stressantes. A teoria é baseada na ideia de que, após a exposição a um trauma, algumas pessoas

podem ter dificuldade em processar e lidar com as memórias associadas a esse evento (Barnhill, 2020). O mesmo autor ainda argumenta que isso pode levar a uma série de sintomas que afectam a vida diária e o bem-estar psicológico da pessoa.

Teoria do preconceito e discriminação: Linchamentos frequentemente têm raízes em preconceitos e discriminação. Teorias psicológicas sobre preconceito examinam como estereótipos, preconceitos e discriminação podem afectar a saúde mental tanto das vítimas quanto dos perpetradores (Barnhill, 2020).

Teoria do desamparo aprendido: em situações de linchamento, as vítimas podem sentir-se impotentes e incapazes de evitar ou escapar do perigo. A teoria do desamparo aprendido sugere que experiências de falta de controlo podem levar a sentimentos de desamparo e desesperança (Silva, 2020).

Teoria da resiliência: a teoria da resiliência é uma abordagem psicológica que se concentra na capacidade das pessoas de se adaptarem, superarem adversidades e recuperarem-se de situações de estresse (Silva, 2020).

Enquadramento legal sobre o linchamento

A justiça é um conceito que envolve, necessariamente, a compreensão de dois valores humanos fundamentais: igualdade e liberdade. Qualquer sistema político que invoque a justiça como fundamento, deve tratar os homens que o compõem de forma igualitária. Para que a lei possa ser aplicada de forma justa, todos os homens devem ser iguais perante ela. Além de iguais, os homens devem ser livres, inclusive para optar pela sujeição à lei, não porque é uma forma de coerção, mas porque a lei deve garantir a todos uma sociedade mais justa e igualitária. Baseando-se nesta definição, associando o que está plasmado na CRA, nos termos do artigo 30.º, que diz: “o Estado respeita e protege a vida da pessoa humana, que é inviolável.” O que pressupõe dizer que compete simplesmente ao Estado, fazer a justiça.

O exercício ilícito da tutela privada que vislumbramos na prática do linchamento, constitui uma prática contrária ao Estado de Direito Democrático, uma vez que o poder de punir entregue ao Estado, é usado pelos linchadores, com a aplicação de “pena” de morte, em clara violação do consagrado no art.º 59.º da Constituição da República de Angola, e ainda em clara violação dos princípios orientadores da Declaração Universal dos Direitos do Homem (D.U.D.H) no seu artigo 3.º que estatui que “todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e a segurança pessoal” e ainda da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (C.A.D.H.P), que consagra no seu artigo 4.º que “A pessoa humana é inviolável. Todo o ser humano tem direito ao respeito da sua

vida e a integridade física e moral da sua pessoa. Ninguém pode ser arbitrariamente privado deste direito” Há aqui uma substituição pelos linchadores, daquilo que constitui a justiça formal, entregue aos tribunais nos termos do disposto no art.º 177.º da CRA que explica que os tribunais visam garantir e reforçar a legalidade como factor da estabilidade jurídica, garantir o respeito pelas leis, assegurar os direitos e liberdades dos cidadãos, assim como os interesses jurídicos dos diferentes órgãos e entidades com existência legal, penalizando as violações da legalidade e decidindo os pleitos conforme o estabelecido na lei. Entretanto, são, assim, os tribunais no que toca ao processo penal os únicos órgãos competentes como representantes da comunidade jurídica e do poder oficial do Estado em que aquela constitui-se, decidirem os casos jurídico-penais que processualmente sejam levados à sua apreciação.

Conforme o novo Código Penal Angolano, mesmo não tendo a terminologia linchamento como crime, ou seja, o presente Código não especifica o linchamento como uma infracção penal, mas isto não pressupõe que a prática do linchamento não seja crime. Todavia, a prática do linchamento é tida como crime de acordo ao *modus operandis* aplicados, isto quer dizer que, se os praticantes de linchamento causar ferimentos ao linchado, poderão ser acusados pelo crime de ofensas a integridade física segundo o artigo 159º do novo Código Penal de Angola. E se os linchadores assassinarem o linchado poderão ser acusados pelo crime de homicídio, nos termos do artigo 147º também do Código Penal.

A Prática de linchamento na Comunidade do Golfe 2

A comunidade do Golfe 2 é um dos bairros que faz parte do Município Kilamba Kiaxi, na Província de Luanda, capital de Angola. A comunidade do Golfe 2 é um bairro que está em via de crescimento em vários aspectos da vida social, com a construção de novas escolas, hospitais, esquadras da polícia, via terciária, bem como a distribuição de energia eléctrica e água potável para toda população desta comunidade. Apesar da implementação destes serviços básicos, a comunidade do Golfe 2 tem tido muito défice para suprir a demandada da população em diferentes aspectos da vida social. É comum ainda, encontrar algumas crianças e adolescentes que estão fora do subsistema escolar, os hospitais existentes, porém não têm sido auto-suficientes para combater alguns casos enfermos que dia-a-dia tem apoquentado as unidades sanitárias. De igual modo, as instituições policiais não têm sido suficientes e eficientes para dar resposta ao fenómeno criminal da comunidade em causa, levando em conta que, esta é uma localidade em que há existência de criminalidade bastante significativa.

Nesta comunidade, existem algumas pessoas que abandonaram a escola. Este absentismo escolar, deve-se por vários factores, quer seja de carácter financeiros, vontade própria entre

outras razões. Maior parte destes jovens, após absterem-se da escola pouco deles conseguem trabalho para dar resposta às suas necessidades pessoais e familiares, e aqueles que não conseguem, são facilmente influenciados a pertencerem aos grupos de *ganges*, que na gíria angolana são denominados por *Bolão*. O *Bolão* ou grupos de *ganges* é uma organização constituída por adolescentes e adultos que têm idades compreendidas entre os 13 aos 20 anos, estes, por sua vez, apresentam comportamentos desviantes, anti-social, que prejudica a vida na comunidade. Os jovens pertencentes ao *Bolão* ou grupo de *ganges*, na maioria das vezes, são aqueles que diariamente nas suas actividades interpelaram as pessoas que passam na rua e recebem os seus bens, que segundo o seu entender seja valioso. A situação é recorrente em todas as classes sociais da comunidade, inclusive aos automobilistas que estejam a fazer o serviço de táxi de viaturas ou moto-táxi. As ruas acordam agitadas, com rivalidade, lutas de *ganges*, tiroteio, nalguns casos infelizmente chegam mesmo a tirar-se a vida.

Inicialmente, com o surgimento das rixas entre *ganges* ou *Bolões*, passou-se a verificar o linchamento com maior frequência. A título de exemplo, se um membro de um grupo furtar um bem no bairro ou rua inimiga e o mesmo fosse pego, era-lhe espancado, causando-lhe vários ferimentos ou até mesmo assassiná-lo. Com o decorrer do tempo o *modus operandis* do linchamento foram mudando, depois de muitas vezes a prática deste delito ser cometido por grupos de *ganges*, a população civil via que, apesar de esta acção ser um delito, a população passou a encarar aquele acto como algo que, de certa forma, poderia intimidar quem quisesse infringir a lei. Foi então que, a partir desta forma que a prática do linchamento começou a ser praticada pela população desta comunidade.

Nos últimos anos, a comunidades Golfe 2 passou a verificar alguns casos de crimes de diferente tipologia. Todavia, era difícil deixar qualquer coisa em seu quintal e depois encontrar no dia seguinte e como se não bastasse pouco destes infractores eram pegos, e quando fossem pegos os infractores raríssimas vezes faziam a devolução dos bens furtados ou roubados. Essas razões faziam com que a população, quando visse que alguém cometeu um determinado crime, fazia a justiça por mãos próprias e ignoravam que este acto constituísse um crime e não denunciava quem praticava a justiça por mãos próprias. Hoje, a comunidade do Golfe 2 tem registado alguns casos de linchamento. Essa prática é materializada pela população de diferentes formas. Como, por exemplo, o infractor é batido com vários objectos que estiverem a volta, como paus, pedras, garrafas, causando-lhe vários ferimentos em que muitas vezes o deixam paralisado. Outra forma de linchamento que também tem ocorrido nessa comunidade, tem que a ver com a queima do

infractor por parte da população, este acontece de várias formas, mas o mais comum é aquele em que o infractor é posto vários pneus a volta, posto gasolina e, de seguida, ateiam fogo.

Actualmente os infractores que mais têm sido vítimas de linchamentos na comunidade do Golfe 2 são os taxistas de moto, que são comumente chamados de motoqueiros na gíria angolana. Muitos motoqueiros que furtam ou roubam a moto de seus colegas, quando os mesmos são pegos, também se tornam vítima de linchamento por parte dos seus próprios colegas. Um facto importante a ter-se em conta, na prática de linchamento nesta comunidade é que a população pratica este acto, mesmo não investigando a fundo de que este crime foi cometido pelo suposto infractor. Quanto aos tipos de linchamentos, na comunidade do Golfe 2 encontra-se dois tipos de linchamentos que já foram citados nas páginas anteriores, reitero, o linchamento físico e o linchamento virtual. O linchamento físico, é verificado quando o suposto infractor é pego pela população de seguida é linchado. Linchamento virtual verifica-se em sede das redes sociais e na internet, em que a vítima é exposta publicamente, sofre ataques verbais, ameaças e até mesmo perseguição *online*. Estes dois tipos de linchamento têm ocorrido nesta comunidade.

Considerações gerais sobre o linchamento

A prática do linchamento vivenciado por vítimas, na comunidade do Golfe 2, tem necessariamente que haver com uma acção de violência na qual uma multidão ataca os infractores e bate-os brutalmente, jogando-lhes com qualquer tipo de objecto que estiver em a sua volta que substancialmente pode ou não culminar com a morte dos mesmos. É importante referir que este acto é cometido por um grupo de pessoas, quando as vítimas cometem. Apesar das acções que gealmente são comotidas primariamente pelas vítimas serem errada e crime, é imporante reiterar que não é competência de a população fazer a justiça, mas, sim, do Estado representado pelas instituições de justiça, nos temos do artigo 177 do da Constituição da República de Angola.

Do ponto de vista da Vitimilogia, as vítimas são classificadas como a vítima directa, pelo facto de ter sofrido ou ter-lhe recaído directamente a acção danosa e concomitantemente, os seus familiares são vítimas indirectas, por sofrerem indirectamente as consequências do delito. Ao passo que, de acordo aos tipos de vítimas mencionadas por Benjamim Mederson, as vítimas de linchamento podem ser consideradas vítimas mais culpadas que o delinquente, pelo facto de cometerem primeiro a infracção e fruto dessa infracção influencia o linchador a cometer um delito sobre a vítima. Quanto ao processo de vitimização, é de referir que as mesmas também podem serem alvo de vitimização primária, secundaria e terciaria. Entretanto, a vitimização primária verifica-se no momento em que está a ser linchada pela população. Quanto a

vitimização secundária verifica-se em sede das instituições de justiça em que as vítimas sofrem estigmatizações por parte dos operadores de justiça. Já a vitimização terciária, materializa-se no momento em que a família e os grupos de pares das vítimas deixam de as apoiar e as estigmatizam. Quanto a situação socioeconómica frágil que tem influenciado com que as vítimas sejam vítima de linchamento é importante que tenhamos em conta que a nossa situação financeira precária não pode ser motivo pelo qual leve-nos ao cometimento de determinados comportamentos desviantes ou até mesmo ao crime. Relativamente a teoria da anomia podemos enquadrar esta situação segundo os modelos adaptativos de *Robert King Merton* que, por sua vez, enquadram-se na categoria dos inovadores que são que aceitam, igualmente, os valores aprovados socialmente, embora usem meios ilegítimos para os tentar atingir. Não obstante a isso, podemos enquadrar a teoria da subcultura delinquente, na qual verifica-se quando a vítima de linchamento rejeita a cultura dominante para enveredar para outra cultura que comete actos desviantes. É crucial que se saiba escolher determinadas amizades positiva e não negativa como explica *Sutherland*, sobre a teoria diferencial, em que argumenta que os indivíduos se tornam delinquentes ou criminosos através da sua associação ou aprendizagem com outras pessoas que são portadores de comportamentos desviantes ou criminais.

A prática do linchamento traz consigo inúmeras consequências de ponto de vista emocionais ou psicológicas, tanto para as vítimas directa ou indirecta. É perceptível notar que os danos ou as consequências psicológicas são muito profundas, pois estas vítimas não conseguem muitas vezes dormir, comer, pensam muito na ocorrência que as vitimou e quando saem a rua muitas delas são estigmatizadas. Todavia, é importante que se trabalhe muito no sentido em que transmita o sentimento de patriotismo, na qual as pessoas sejam capazes de respeitar a função do Estado e subsequente todos os seus órgãos, de modos a ajudarmos na redução do cometimento deste acto, é necessário, promover a educação sobre direitos humanos, cidadania e valores éticos desde a infância. Desenvolver campanhas de conscientização para alertar sobre os perigos e consequências do linchamento. Reforçar as instituições jurídicas para garantir que o sistema de justiça seja eficaz, justo e acessível. Implementar medidas que assegurem a rapidez nos julgamentos para evitar a impunidade. Incentivar campanhas contra a violência em geral, enfatizando a importância da resolução pacífica de conflitos.

CONCLUSÃO

O presente estudo, ao abordar o fenômeno do linchamento na perspectiva das vítimas do Bairro Golfe 2, revela uma realidade marcada por traumas profundos, injustiças e a fragilidade do tecido social local. As narrativas colhidas mostram que, além da violência física, as vítimas sofrem com estigmatizações que perpetuam a exclusão social e a marginalização. A análise dos relatos evidencia a importância de uma intervenção estatal mais eficaz, que vá além da repressão penal e inclua medidas de proteção e reintegração social para as vítimas. O linchamento, mais do que uma simples expressão de justiça popular, reflete a desconfiança da população nas instituições formais e a sensação de abandono sentida por muitos habitantes. Este trabalho ressalta a urgência de políticas públicas que contemplem a segurança comunitária de forma integrada, fortalecendo a presença do Estado e promovendo a cidadania activa. Além disso, é fundamental a realização de campanhas de conscientização que desestimulem a prática do linchamento e promovam uma cultura de respeito aos direitos humanos. Por fim, espera-se que os resultados aqui apresentados contribuam para uma reflexão mais ampla sobre a violência colectiva e seus impactos na sociedade, incentivando novas pesquisas que aprofundem o entendimento deste fenômeno e auxiliem na construção de estratégias eficazes para sua prevenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aquino, G. B. (2021). *A importância das teorias do labeling approach e da criminologia crítica na compreensão do encarceramento em massa*. Universidade Federal da Paraíba.
- Barrerias, B. (2022). *Criminologia –Vitimologia*. Grancousonline.
- Brito, M. P.(2020). *O Linchamento virtual, a cultura do cancelamento e o direito ao esquecimento*. Empório do Direito.
- Barnhill, J.W. (2020). *Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT)*. Manual MSD Versão Saúde para a Família.
- Costa, L. A.S & Cunha, E. L.(2023). *Linchamentos: o que queremos dizer com isso? uma breve revisão de literatura (Lynchings: what do we mean? a brief literature review)*. Revista Direitos Socias e Políticas Públicas.
- Catunda, R. (2020). *Criminologia sociologia Criminal*. Magano.
- Carvalho, M.B.C.(2015). *O Linchamento como fruto da revolta popular em face dos preceitos constitucionais e penais brasileiros*. Universidade Católica Brasileira.

Duarte, R.A.(2017). *O quê motiva os atos de linchamentos em Cuiabá e Várzea Grande? algumas considerações sociológicas*. Universidade Federal de Mato Grosso.

Filho, S.P.(2012). *Manual esquemático de criminologia*. Editora Saraiva.

Lima, F. M. (2022). *Vitimização secundária nos crimes contra a dignidade sexual: análise crítica dos reflexos à vítima mulher*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Lima, S. N. A & Cordeiro, T. C. (2023). *O impacto da cultura do cancelamento à luz do direito penal (The impact of the culture of cancellation according to the criminal law)*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE.

Lei que aprova o Código Penal de Angola N°:38/20 de 11 de Novembro. Diário da Republica, 1ª série – N°: 179.

Macedo, k.T.M. (2018). *Conflitos sociais contemporâneos: possíveis causas e consequências dos linchamentos virtuais. (Contemporary social conflicts: possible causes and consequences of virtual lynchings)*.Revista Humanidades e Inovação.

Pereira, J.G & Silva, L.G.(2017). *Uma análise da teoria criminológica da subcultura delinquente no contexto de adolescentes autores de atos infracionais*. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Raymundo, J. G. A. (2022). *Linchamento e a cultura do cancelamento na sociedade brasileira*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

Rosek, H. O. (2023). *Direito linchamento virtual e linchamento físico: repercussões jurídicas na comparação entre os dois fenômenos*. Universidade de Brasília Faculdade de Direito.

Soares, G. P. (2020). *A favela sob o manto da teoria da associação diferencial (the shanty towns under the veil of the differential association theory)*. Revista Internacional da Academia Paulista de Direito.

Silva, F. I. C. A. B. (2020). *Trauma psicológico, resiliência e crescimento pós-traumático: a experiência do encarceramento*. Universidade de Lisboa.

Souz, T. A.O.(S. D). *Vitimologia: vítima e crime*. Faculdade Atenas – Paracatu.

Silva, T. H. (2020). *Criminologia: a influência das vítimas nos crimes*. Curso de Direito – Unievangélica.

Vieira, B.E. (2020). *Entre o ficcional e o não ficcional: uma análise do fenômeno social dos linchamentos (Between the fictional and the non-fictional: an analysis of the social phenomenon of lynching)*. Curitiba, Vol. 8, nº 15: Revista Versalete.

Zini, J.C.F.& Barbosa,V. P. O.(2023). *O linchamento sob o olhar da psicologia das massas (The lynching under the view of the psychology of mass)*. Editora PUCRS.

Zini1, J.C..F& Barbosa, V. P.O. (S. D). *O Linchamento sob o olhar da psicologia das massas (The lynching under the view of the psychology of mass)*. Universidade Católica de Minas Gerais.

União de Facto e Direito de Família em Angola: Análise Crítica e Perspectivas
De Facto Unions and Family Law in Angola: Critical Analysis and Perspectives
Uniones de Facto y Derecho de Familia en Angola: Análisis Crítico y Perspectivas

Autores: Baltazar De Oliveira Domingos

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

Correio: geral.mundigest@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9533-9804>

Juan Rubén Herrera Masó

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

Correio: rh162678@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0259-0708>

Artigo de Revisão

RESUMO

As uniões de facto representam uma realidade crescente em Angola, refletindo mudanças nos modelos familiares tradicionais e destacando a importância de proteger juridicamente os companheiros que optam por essa forma de convivência. A legislação angolana, embora reconheça as uniões de facto em algumas circunstâncias, apresenta lacunas e limitações que dificultam a equiparação dessas uniões ao casamento, especialmente em questões como herança, partilha de bens e proteção social. Este artigo examina os direitos dos companheiros das uniões de facto na legislação angolana, considerando as normas existentes e os desafios enfrentados pelos envolvidos nesse regime de convivência. A análise aponta que, embora a Constituição da República e o Código da Família reconheçam direitos básicos aos companheiros, a regulamentação é insuficiente para abordar plenamente as complexidades e especificidades dessas relações. Ademais, fatores culturais e a ausência de um registro obrigatório das uniões dificultam a proteção e o acesso aos direitos previstos. Conclui-se que há necessidade de avanços legislativos que assegurem maior segurança jurídica aos companheiros, promovendo igualdade e efetividade no tratamento dessas uniões em comparação com o casamento. Este estudo contribui para o debate sobre o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a proteção das diversas configurações familiares, respeitando a pluralidade das relações conjugais em Angola.

Palavras-chave: Direitos dos casais; Direito de família; Legislação angolana; Segurança jurídica; União de facto.

ABSTRACT

De facto unions represent a growing reality in Angola, reflecting changes in traditional family models and emphasizing the importance of legally protecting partners who choose this form of cohabitation. Although Angolan legislation recognizes de facto unions in certain circumstances, it presents gaps and limitations that hinder the equal treatment of these unions compared to marriage, especially in areas such as inheritance, property division, and social protection. This article examines the rights of partners in de facto unions under Angolan law, considering existing regulations and the challenges faced by those involved in this cohabitation regime. The analysis indicates that while the Constitution of the Republic and the Family Code recognize basic rights for partners, the regulation is insufficient to fully address the complexities and specificities of these relationships. Furthermore, cultural factors and the absence of mandatory registration for such unions complicate the protection and access to the rights established. The study concludes that legislative advancements are needed to provide greater legal security to partners, promoting equality and effectiveness in the treatment of these unions compared to marriage. This research contributes to the debate on strengthening public policies aimed at protecting diverse family configurations while respecting the plurality of conjugal relationships in Angola.

Keywords: Angolan legislation; De facto unions; Family law; Partners' rights; Legal security.

RESUMEN

Las uniones de facto representan una realidad creciente en Angola, reflejando cambios en los modelos familiares tradicionales y destacando la importancia de proteger jurídicamente a las parejas que optan por esta forma de convivencia. Aunque la legislación angoleña reconoce las uniones de facto en ciertas circunstancias, presenta vacíos y limitaciones que dificultan la equiparación de estas uniones al matrimonio, especialmente en cuestiones como herencia, división de bienes y protección social. Este artículo examina los derechos de los compañeros en las uniones de facto según la legislación angoleña, considerando las normas existentes y los desafíos enfrentados por los involucrados en este régimen de convivencia. El análisis señala que, aunque la Constitución de la República y el Código de Familia reconocen derechos básicos a los compañeros, la regulación es insuficiente para abordar plenamente las complejidades y especificidades de estas relaciones. Además, los factores culturales y la ausencia de un registro

obligatorio de estas uniones dificultan la protección y el acceso a los derechos previstos. Se concluye que es necesario avanzar legislativamente para garantizar mayor seguridad jurídica a las parejas, promoviendo la igualdad y efectividad en el tratamiento de estas uniones en comparación con el matrimonio. Este estudio contribuye al debate sobre el fortalecimiento de las políticas públicas destinadas a proteger las diversas configuraciones familiares, respetando la pluralidad de las relaciones conyugales en Angola.

Palabras claves: Derechos de las parejas; Derecho de familia; Legislación angolense; Seguridad jurídica; Unión de Facto.

INTRODUÇÃO

A família, em suas diversas configurações, ocupa um lugar central na organização social e cultural de Angola, sendo reconhecida e protegida pela Constituição da República. Ao longo das últimas décadas, as transformações sociais, econômicas e culturais do país contribuíram para a emergência de novas formas de convivência familiar, entre as quais se destacam as uniões de facto. Essas uniões, caracterizadas pela convivência pública, estável e duradoura entre duas pessoas sem vínculo matrimonial formal, têm se consolidado como um modelo relevante de relacionamento, especialmente em contextos urbanos.

Apesar de sua crescente aceitação social, as uniões de facto enfrentam desafios no reconhecimento jurídico e na garantia dos direitos de seus companheiros. Embora o ordenamento jurídico angolano contemple disposições específicas para proteger os direitos desses indivíduos, ainda existem lacunas e ambiguidades que colocam em risco sua segurança jurídica, especialmente em questões patrimoniais e sucessórias.

Neste contexto, torna-se crucial analisar de forma crítica os direitos dos companheiros nas uniões de facto, identificando os avanços legais alcançados, as lacunas existentes e os desafios que persistem para a equiparação com outras formas de relacionamento conjugal, como o casamento. Este artigo propõe-se a contribuir para o debate sobre a necessidade de ajustes legislativos, promovendo maior proteção e igualdade de tratamento às uniões de facto no ordenamento jurídico angolano.

DESENVOLVIMENTO

A união de facto é um conceito que vem sendo cada vez mais reconhecido tanto no direito comparado quanto na jurisprudência, sendo entendida, de maneira geral, como uma relação de convivência pública, contínua e duradoura entre duas pessoas, sem a formalização do casamento. Doutrinariamente, a união de facto é descrita como uma espécie de convivência

conjugal em que os companheiros, apesar de não estarem formalmente casados, compartilham um laço afetivo e patrimonial, com uma relação de convivência similar à de um casamento.

No entendimento jurídico angolano, a união de facto é caracterizada pela existência de coabitação permanente entre duas pessoas com ânimo de constituição de família, mas sem o vínculo formal do casamento. Esse tipo de união não exige cerimônia pública ou formalização administrativa, o que dificulta, por vezes, o reconhecimento e a proteção dos direitos dos companheiros em situações de conflito ou de falecimento de um dos parceiros.

A Constituição da República de Angola, em seu artigo 35.º, reconhece a família como base da sociedade e assegura a sua proteção. Embora o texto constitucional faça referência explícita ao casamento como instituição familiar, o reconhecimento da diversidade das formas de convivência familiar, incluindo as uniões de facto, também é um princípio que se impõe no ordenamento jurídico angolano.

O artigo 35.º estabelece a liberdade dos cidadãos em constituírem família e reconhece os direitos dos filhos, independentemente do tipo de vínculo familiar. Contudo, a Constituição não trata de maneira aprofundada as especificidades das uniões de facto, o que tem gerado interpretações divergentes e lacunas legais que comprometem a efetividade da proteção dos companheiros nesse tipo de união.

O Código da Família de Angola, instituído pela Lei nº 1/2001, em seus artigos 28.º e 29.º, faz referência às uniões de facto, ainda que de forma genérica. De acordo com a legislação, a união de facto pode ser reconhecida para efeitos de sucessão e partilha de bens, desde que os companheiros apresentem provas de convivência contínua e duradoura. Além disso, o Código da Família prevê a possibilidade de equiparação das uniões de facto ao casamento em alguns aspectos, mas não estabelece de forma clara uma regulamentação que assegure direitos plenos aos companheiros, especialmente em relação à herança, regime patrimonial e outros direitos decorrentes da convivência conjugal.

Embora as uniões de facto e o casamento compartilhem alguns direitos e deveres, como a proteção dos filhos e o direito à coabitação, existem diferenças fundamentais entre ambos no direito angolano. O casamento, além de ser formalizado por meio de cerimônia religiosa ou civil, garante aos cônjuges uma série de direitos automaticamente, como a partilha de bens adquiridos durante o matrimônio, direitos sucessórios e pensões.

Por outro lado, a união de facto, ao não exigir qualquer formalização, carece de um regime claro de direitos e deveres. A principal diferença reside na maior segurança jurídica conferida pelo

casamento, com uma estrutura legal consolidada e uma maior proteção aos cônjuges em situações de falecimento ou divórcio. Embora o Código da Família angolano reconheça alguns direitos para os companheiros de união de facto, a ausência de um regime específico e a falta de formalização da união dificultam o acesso pleno a direitos patrimoniais e sucessórios, o que representa um grande desafio para a legislação vigente.

A União de Facto no Ordenamento Jurídico Angolano: Comparação com o Casamento e Lacunas a Serem Explorações nas Propostas de Melhoria Legislativa

1. Características da União de Facto no Ordenamento Jurídico Angolano

A união de facto, tal como é reconhecida no ordenamento jurídico angolano, configura-se como uma convivência contínua, pública e duradoura entre duas pessoas, sem a formalização legal do casamento. Ao contrário do casamento, que requer a celebração de um ato formal (seja civil ou religioso), a união de facto não exige cerimônia ou qualquer forma de formalização perante autoridades civis ou religiosas. Ela ocorre de maneira espontânea, por livre escolha dos indivíduos, e se caracteriza pela convivência de fato, baseada no afeto, coabitação e propósitos comuns, sem vínculo jurídico formal.

2. O Reconhecimento Jurídico da União de Facto em Angola

O Código da Família Angolano, aprovado pela Lei nº 1/2001, aborda as uniões de facto de forma genérica, no entanto, não estabelece um regime jurídico completo e detalhado que assegure direitos e deveres claros aos companheiros. O artigo 28º do Código menciona que a união de facto poderá ser reconhecida para efeitos de sucessão e partilha de bens, mas exige provas concretas de coabitação contínua e duradoura. Isto implica que, sem um reconhecimento formal, o acesso a direitos relacionados a bens adquiridos durante a convivência, herança ou proteção em casos de falecimento de um dos companheiros pode ser limitado ou dificultado.

A lacuna no Código da Família Angolano reside na falta de um regime claro e específico para as uniões de facto, o que gera uma insegurança jurídica para os companheiros em questões patrimoniais e sucessórias. A lei, ao não oferecer um caminho claro para a formalização ou a proteção jurídica da união de facto, coloca os parceiros em uma situação de vulnerabilidade.

3. Comparação com o Casamento: Direitos e Deveres

O casamento em Angola é formalizado através de um ato civil ou religioso, sendo um contrato público que impõe uma série de direitos e deveres automáticos para as partes envolvidas. Esses direitos incluem:

- Partilha de bens: no casamento, os bens adquiridos durante a convivência são, em regra, considerados propriedade comum do casal, regidos pelo regime de comunhão de bens.
- Direitos sucessórios: O cônjuge tem direito à herança do outro, na falta de testamento, conforme a ordem de sucessão legal estabelecida.
- Regime de pensões e benefícios sociais: O casamento garante ao cônjuge o direito a pensões alimentícias, pensões de morte e benefícios sociais.

Por outro lado, a união de facto, ao não ser formalizada, não garante automaticamente os mesmos direitos. Embora o Código da Família de Angola permita a partilha de bens adquiridos durante a convivência, a ausência de um regime patrimonial claro e a dificuldade em comprovar a relação de fato dificultam o acesso a direitos sucessórios e patrimoniais. Em relação à pensão e benefícios, os companheiros de união de facto enfrentam uma grande limitação, já que a legislação não reconhece a relação como suficientemente formalizada para garantir tais benefícios.

4. Lacunas na Legislação Angolana Relacionadas às Uniões de Facto

A principal lacuna da legislação angolana em relação às uniões de facto está na falta de um reconhecimento formal e de um regime jurídico específico que confere direitos claros e automáticos aos companheiros. As principais lacunas incluem:

- Insegurança patrimonial: A falta de um regime claro de bens na união de facto significa que, em caso de falecimento de um dos parceiros, o outro pode ser deixado sem acesso aos bens adquiridos em conjunto durante a convivência, dependendo da existência de testemunhas ou provas de coabitação.
- Direitos sucessórios limitados: A união de facto não garante automaticamente ao companheiro sobrevivente direitos sucessórios. Isso implica que, na ausência de testamento, o parceiro não tem prioridade na herança, o que é uma grande diferença em relação ao casamento.
- Falta de reconhecimento de direitos sociais: Benefícios como pensões de morte, herança previdenciária ou outros direitos decorrentes de vínculos formais com a segurança social não se aplicam às uniões de facto. Isso coloca os companheiros de facto em uma posição de desproteção, especialmente em casos de falecimento ou incapacidade.

- 4 Ausência de formalização e registro: A ausência de um processo formal de registro da união de facto faz com que a comprovação da relação dependa de provas subjetivas e muitas vezes difíceis de obter, o que pode resultar em dificuldades no reconhecimento da união em tribunais e perante entidades administrativas.

Nova Zelândia: A legislação da Nova Zelândia, por exemplo, define uma "relação de facto" com base em critérios específicos, como a coabitação por três anos ou mais. A lei trata as relações de facto de maneira semelhante ao casamento em termos de divisão de bens e suporte financeiro após a separação, mas com diferenças em termos de formalização e acesso a benefícios legais. No entanto, a legislação nova-zelandesa permite uma distinção clara, deixando espaço para a discricionariedade judicial em casos mais complexos, como relações de longa duração sem coabitação constante (Atkin, 2007; Miles, 2003).

Austrália: Na Austrália, as uniões de facto também são regulamentadas, mas o reconhecimento e os direitos atribuídos aos parceiros de uma união de facto podem variar significativamente entre os estados. Por exemplo, no estado de Nova Gales do Sul, um relacionamento de facto deve ser registrado para que se possam garantir certos direitos, como a divisão de propriedades após a separação. A lei também oferece uma proteção considerável para parceiros de união de facto, permitindo, por exemplo, que se beneficiem de direitos relacionados com a herança e o seguro social, assemelhando-se aos direitos do casamento formal, mas sem a necessidade de um contrato formal (New Zealand Law Review, 2003; Atkin, 2007).

Brasil: O Brasil oferece uma abordagem legalista à união de facto, reconhecendo-a como uma entidade familiar com direitos semelhantes aos do casamento, especialmente no que diz respeito à divisão de bens e direitos previdenciários. A Constituição Brasileira e o Código Civil asseguram que os companheiros em união de facto possam ter acesso a direitos como herança, pensão e outros benefícios legais, desde que haja comprovação da convivência pública, contínua e duradoura (STF, 2011).

Esses modelos internacionais podem servir de referência para um aprofundamento na análise das lacunas da legislação angolana, que ainda enfrenta desafios em termos de reconhecimento e proteção dos direitos dos companheiros em uniões de facto. A inexistência de uma regulação específica, como a que ocorre em países como a Nova Zelândia e o Brasil, pode ser uma área a ser explorada em propostas de melhoria legislativa, para assegurar uma maior justiça e proteção aos envolvidos em tais relações no contexto angolano.

5. Desafios e Limitações

A falta de uma regulamentação específica e detalhada sobre as uniões de facto em Angola apresenta um grande desafio para o reconhecimento formal desses relacionamentos, o que impacta diretamente os direitos dos seus integrantes. Essa lacuna na legislação deixa os companheiros de união de facto sem a proteção adequada em comparação aos casais formalmente casados. O Código da Família, por exemplo, não aborda suficientemente as dinâmicas das uniões de facto, gerando insegurança jurídica e dificultando a aplicação de direitos como a partilha de bens, pensões ou direitos previdenciários, especialmente após a separação ou falecimento de um dos companheiros (Sousa, 2020).

Além disso, a aceitação jurídica das uniões de facto enfrenta dificuldades culturais e sociais significativas. Em uma sociedade onde o casamento tradicionalmente tem um grande valor simbólico e legal, as uniões de facto muitas vezes não são vistas como entidades familiares legítimas, o que pode resultar em estigmatização e marginalização. Isso impede que os indivíduos em uniões de facto se beneficiem de direitos fundamentais que estariam garantidos se estivessem legalmente casados (Mendonça, 2018).

Outro ponto crítico é a falta de mecanismos de registro formal dessas uniões, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade dos parceiros de união de facto. Em países como o Brasil e a Nova Zelândia, por exemplo, há a possibilidade de registro formal das uniões de facto, o que assegura uma maior proteção legal e facilita o acesso a direitos como a herança ou a pensão. Contudo, em Angola, a ausência de um sistema de registro cria um vácuo legal que prejudica os envolvidos em tais uniões, pois a falta de formalização impede a comprovação de convivência duradoura e pública (Silva, 2019).

Esses desafios indicam a necessidade urgente de uma reforma legislativa que contemple a regulamentação e formalização das uniões de facto, garantindo os direitos dos companheiros, particularmente em uma sociedade em que as dinâmicas familiares estão em constante transformação.

A união de facto em países africanos tem sido tratada de forma variada, refletindo uma combinação de fatores jurídicos, sociais e culturais distintos. Enquanto em algumas nações a união de facto é reconhecida legalmente, outras ainda lutam para dar visibilidade a essa forma de convivência, comparada ao casamento formal. A seguir, discutimos algumas regularidades e diferenças nas abordagens jurídicas sobre a união de facto em diferentes países africanos.

Regularidades

1. Reconhecimento Parcial nas Leis de Família Muitos países africanos começam a reconhecer as uniões de facto de forma parcial, geralmente nas questões patrimoniais e sucessórias. A maioria das legislações exige algum tipo de comprovação da coabitação por um certo período, e em alguns países, como África do Sul e Namíbia, as uniões de facto são equiparadas ao casamento em aspectos como divisão de bens e direitos sucessórios, desde que o casal tenha vivido junto por um período mínimo e sem oposição pública.
2. Códigos de Família e Questões de Propriedade Em países como Moçambique e Angola, embora as uniões de facto não gozem de todos os direitos do casamento formal, algumas disposições sobre partilha de bens e direitos sucessórios já estão presentes nas legislações. No entanto, a falta de regulamentação clara para questões como herança e tutela de filhos pode gerar conflitos legais em caso de separação ou morte de um dos parceiros.
3. Resistência Cultural e Social A resistência cultural à união de facto é um fenômeno comum em muitas sociedades africanas, especialmente nas zonas rurais e entre as gerações mais velhas. O casamento formal é tradicionalmente visto como a única forma legítima de união, o que pode resultar em exclusão social para os indivíduos que optam pela união de facto.

Diferenças

Equiparação com o Casamento Formal

- 📌 **África do Sul:** o país tem um sistema legal avançado, que reconhece as uniões de facto com uma série de direitos semelhantes aos do casamento, principalmente após a promulgação da **Civil Union Act**. Qualquer união de facto que tenha durado mais de dois anos pode ser registrada e reconhecida legalmente, conferindo direitos de herança e divisão de bens.
- 📌 **Gana:** as uniões de facto não são amplamente reconhecidas pela legislação, embora existam algumas disposições no Código de Família de 1985 que permitem que os casais em união de facto busquem a proteção de seus direitos, caso tenham filhos ou vivam juntos por um longo período.

Definição Legal de União de Facto

- 📌 **Nigéria:** O Código Civil da Nigéria não reconhece formalmente as uniões de facto. Porém, a legislação comum permite que casais em união de facto, principalmente em áreas urbanas, possuam direitos sobre propriedades adquiridas em conjunto e, em alguns casos, sobre a herança.

- 4 **Zâmbia:** Reconhece as uniões de facto sob condições específicas e exige que as uniões sejam formalmente registradas, o que ainda não é amplamente implementado, mas o direito à herança e à partilha de bens está se tornando mais claro com a legislação recente.

Diferenças na Aceitação Social

- 4 **Sudão do Sul:** embora o país não tenha uma legislação clara sobre uniões de facto, muitas tribos e culturas locais reconhecem informalmente as uniões de facto, dando-lhes certa legitimidade social, mesmo sem respaldo jurídico.
- 4 **Egito:** embora as uniões de facto sejam comuns no Egito, especialmente em áreas rurais, elas são vistas como informais do ponto de vista legal e social. A aceitação legal e social dessas uniões ainda é limitada.

Embora haja uma tendência crescente no continente africano de reconhecimento das uniões de facto, as abordagens jurídicas e sociais variam substancialmente de país para país. Em muitos lugares, a falta de uma regulamentação clara e a resistência cultural dificultam o pleno reconhecimento dessas uniões. Contudo, a evolução das legislações em países como a África do Sul e Moçambique demonstra um movimento em direção ao reconhecimento mais amplo das uniões de facto, sugerindo que a tendência é de uma crescente equiparação com o casamento formal.

Propostas de Melhorias Legislativas

A falta de uma regulamentação específica e detalhada sobre as uniões de facto em Angola tem gerado uma série de desafios tanto para os parceiros envolvidos quanto para o sistema jurídico, que carece de uma estrutura robusta para assegurar os direitos desses indivíduos. Diante disso, algumas propostas de melhorias legislativas podem ser sugeridas para garantir uma maior proteção jurídica e um tratamento mais igualitário entre as uniões de facto e o casamento formal.

1. Registro Obrigatório das Uniões de Facto

A implementação de um sistema de registro obrigatório das uniões de facto é uma das medidas mais urgentes e eficazes para garantir a formalização dessas relações e assegurar os direitos dos companheiros. Com o registro, seria possível estabelecer oficialmente a data de início da convivência e assegurar o reconhecimento das uniões perante o Estado, facilitando o acesso a direitos como a partilha de bens, a herança e os benefícios previdenciários (Mendonça, 2018). Tal medida também ajudaria a combater a discriminação de casais não formalmente casados, que são frequentemente marginalizados social e juridicamente. Países como o Brasil e a Nova

Zelândia já implementaram modelos semelhantes, com grande sucesso na proteção dos direitos dos parceiros de uniões de facto (Silva, 2019; Atkin, 2007).

2. Ampliação dos Direitos Sucessórios

Outro ponto crucial diz respeito aos direitos sucessórios. Atualmente, em Angola, os companheiros de união de facto não têm acesso automático à herança do parceiro falecido, o que coloca os indivíduos em situações de vulnerabilidade, especialmente quando há a ausência de um testamento formal. A proposta de extensão dos direitos sucessórios às uniões de facto, garantindo aos companheiros o direito à herança em condições semelhantes às dos casados, é fundamental. Esse reconhecimento poderia incluir não apenas os bens adquiridos durante a convivência, mas também o direito de usufruir de pensões e seguros de vida. A Constituição Brasileira, por exemplo, assegura aos companheiros de união de facto os mesmos direitos sucessórios que os cônjuges, um modelo que poderia ser adotado por Angola, garantindo mais igualdade e justiça (STF, 2011).

3. Reconhecimento de Direitos Relacionados à Pensão Alimentícia e Assistência Social

O reconhecimento legal da união de facto também deve garantir direitos em situações de separação, como a pensão alimentícia. A legislação angolana poderia ser aprimorada para assegurar que o parceiro economicamente dependente tenha acesso à assistência financeira caso o relacionamento termine, assim como ocorre com o divórcio em casamentos formais. Além disso, a concessão de direitos previdenciários, como pensão por morte, poderia ser ampliada para abranger os parceiros de união de facto, alinhando-se a exemplos internacionais, como o caso da Austrália, onde os direitos dos parceiros de união de facto são reconhecidos em termos de pensões e benefícios de seguridade social (New Zealand Law Review, 2003).

4. Educação Jurídica e Sensibilização Social

Finalmente, é essencial que haja um esforço de sensibilização e educação jurídica, tanto para os profissionais do direito quanto para a população em geral. A aceitação social das uniões de facto é ainda limitada em muitas partes de Angola, o que impacta diretamente a aplicação dos direitos desses indivíduos. Programas educativos sobre os direitos das uniões de facto e a importância da sua regulamentação poderiam contribuir para a inclusão social e jurídica dos casais não formalmente casados, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

A equiparação gradual de direitos entre as uniões de facto e o casamento é uma proposta que visa oferecer uma proteção jurídica mais robusta aos parceiros de união de facto, sem desconsiderar as diferenças que existem entre essas duas formas de convivência. Embora o

casamento seja tradicionalmente reconhecido como uma união formal com direitos automáticos, a união de facto deve ser abordada de forma progressiva no que tange aos direitos legais, como uma forma de adaptação às novas realidades sociais sem desestabilizar a instituição do casamento.

A equiparação gradual pode começar com a introdução de direitos patrimoniais, como o direito de partilha de bens adquiridos durante a convivência, como ocorre no casamento, mas com prazos e procedimentos específicos para as uniões de facto, para evitar abusos ou relações de curto prazo sendo tratadas de forma similar a uniões duradouras. Em alguns países, como o Canadá, a lei prevê a divisão de bens para uniões de facto após um determinado período de coabitação, reconhecendo as especificidades de cada relação (Canada's Family Law Act, 2005).

Além disso, direitos sucessórios, como o direito de herança, poderiam ser progressivamente garantidos para os companheiros de união de facto, mas com um caráter mais restrito em comparação aos direitos dos cônjuges. O direito de herdar poderia ser condicionado ao tempo de convivência ou à existência de um pacto prévio de herança, algo que é frequentemente implementado em jurisdições como a Espanha, onde a união de facto tem uma abordagem diferente da do casamento, mas com garantias graduais de acesso à herança (Rodríguez, 2017).

Outro ponto importante é a assistência social e a pensão alimentícia. A inclusão dos companheiros de união de facto como beneficiários de pensões alimentícias ou previdenciárias pode ocorrer de forma gradual, após análise da duração e da dependência econômica da relação, respeitando a especificidade de cada caso. Este modelo gradativo é implementado em países como a França, onde a pensão alimentícia em caso de separação de uma união de facto não é automática, mas pode ser solicitada conforme a necessidade do dependente (Thibault, 2019).

Por fim, a formalização do registro de uniões de facto, com um processo simplificado, pode ser uma etapa inicial importante para garantir a eficácia dessa equiparação de direitos. O sistema de registro pode ser adaptado para evitar que casais que optam por essa modalidade não sejam reconhecidos, mas também sem o peso formal do casamento. Países como a Alemanha adotaram um modelo similar para reconhecer uniões de facto, oferecendo um status jurídico com proteção aos direitos dos parceiros sem necessitar do casamento (Koch, 2020).

Essas propostas permitem a equiparação gradual dos direitos das uniões de facto com o casamento, criando um equilíbrio entre a proteção dos indivíduos e a preservação das especificidades dessas uniões, respeitando as características particulares de cada uma.

CONCLUSÃO

Neste artigo, discutiu-se a relevância das uniões de facto no contexto social e jurídico de Angola, abordando as principais lacunas legislativas e os desafios enfrentados pelos companheiros dessas uniões. Através da análise comparativa com o casamento formal, destacou-se a desigualdade no tratamento jurídico entre esses dois tipos de convivência familiar, principalmente em áreas como direitos patrimoniais, sucessórios e assistenciais.

A reflexão sugere que ajustes legislativos são essenciais para garantir uma maior segurança jurídica para os companheiros de uniões de facto, reconhecendo seus direitos de maneira mais ampla e justa. A equiparação gradual dos direitos entre o casamento e a união de facto, com a implementação de um sistema de registro e a ampliação dos direitos sucessórios, representa um passo importante nesse processo. As propostas de melhoria, como o registro obrigatório das uniões de facto, a ampliação dos direitos sucessórios e a criação de mecanismos de assistência social mais abrangentes, são fundamentais para corrigir a desigualdade existente e garantir uma proteção jurídica mais eficaz para todos os cidadãos.

Por fim, futuras pesquisas podem se concentrar na avaliação da eficácia das reformas legislativas propostas, observando o impacto real nas uniões de facto e na sociedade angolana em geral. Além disso, seria importante explorar modelos internacionais de regulamentação que poderiam ser adaptados ao contexto angolano, contribuindo para a construção de um sistema jurídico mais inclusivo e eficiente para todas as formas de convivência familiar.

Essa análise permite não apenas uma maior compreensão do estado atual das uniões de facto em Angola, mas também abre caminho para novas discussões sobre o fortalecimento dos direitos civis e sociais das pessoas envolvidas nessas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Amaral, P. (2015). O regime de bens no direito matrimonial. Editora Jurídica.
2. Atkin, B. (2007). *Economic disparity – how did we end up with it? Has it been worth it?* New Zealand Family Law Journal, 5(3), 299–305.
3. Campos, J. (2008). Impedimentos matrimoniais: Uma análise jurídica. Lisboa: Almedina.
4. Canada's Family Law Act. (2005). *Division of property for common-law relationships*. Ottawa, Canada.
5. Canotilho, J. J. G., & Moreira, V. M. (2014). Constituição da República Portuguesa anotada. Coimbra Editora.

6. Código da Família Angolano. (1988).
 7. Constituição da República de Angola. (2010).
 8. Kant, I. (1986). Fundamentação da metafísica dos costumes. Editora Filosofia.
 9. Koch, R. (2020). *Legal recognition of de facto relationships in Germany: A comparative study*. German Law Journal, 24(2), 187-198.
 10. Medina, J. (2013). O direito da família contemporâneo. Lisboa: Editora Acadêmica.
 11. Mendonça, A. (2018). Desafios da união de facto no contexto jurídico angolano. Revista de Direito e Sociedade, 15(2), 95-110.
 12. Miles, J. (2003). *Dealing with economic disparity: An analysis of Section 15 Property (Relationships) Act 1976*. New Zealand Law Review, 21, 268–290.
 13. Neto, L. (2006). Contrato de coabitação: Uma perspectiva patrimonial. São Paulo: Direito Vivo.
 14. New Zealand Law Review. (2003). *Property and relationships: The New Zealand perspective on de facto relationships and property division*. New Zealand Law Review, 12(2), 183–210.
 15. Pillay, N. (2019). Os direitos humanos e a orientação sexual no século XXI. Relatório ONU.
 16. Rodríguez, M. (2017). *The Spanish Civil Code: Family law and common law marriage*. Spanish Journal of Family Law, 21(3), 34-45.
 17. Silva, L. (2019). Direitos das uniões de facto: A importância do reconhecimento jurídico e do registro formal. Estudos Jurídicos, 27(1), 43-60.
 18. Sousa, J. (2020). O Código da Família e as uniões de facto em Angola: Uma análise crítica. Revista Angolana de Direito, 32(1), 78-92.
 19. Supremo Tribunal Federal (STF). (2011). *União estável e direitos patrimoniais: Análise do Código Civil Brasileiro*. Jurídico, 18(1), 22-30.
- Thibault, C. (2019). *Alimony and social security rights in de facto unions in France*. International Review of

La Singularidad Inducida: Un Artificio para la Identificación Criminalística de las Huellas

Induced Uniqueness: An Artifice for Forensic Trace Identification

A Singularidade Induzida: Um Artifício para a Identificação Criminalística de Impressões Digitais

Autor: Félix Enrique Alfonso Martínez

Universidad del MININT. Cuba

Correo electrónico: felixam86@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9894-2113>

Artículo original

RESUMEN

Existe consenso en la comunidad científica, acerca de que no se puede demostrar la singularidad a través de procedimientos probabilísticos. En consecuencia, el paradigma bayesiano se impone como la regla de la lógica para la interpretación de los resultados de los cotejos criminalísticos. El autor, a través de un estudio exploratorio, emite sus consideraciones sobre cómo se pueden evitar inferencias, a partir del marcaje de los elementos participantes en el delito. Señala que, mediante este procedimiento se logra la singularidad de manera artificial, lo que permite arribar a conclusiones categóricas de identidad. El procedimiento sugerido se sustenta en la nueva clasificación de las características en naturales y artificiales. Señalando que, para estas últimas, se puede controlar la frecuencia con que aparecerán en la población, resultando en un conjunto restringido de elementos. Contrasta a través del modelo bayesiano las regularidades que se establecen con el procedimiento. Concluye que, a través del marcaje se logran adicionar características de modo artificial, lo que además de servir a la identificación criminalística de las huellas, permite asociar diferentes tipos de huellas y realizar su identificación combinada lo cual, también resulta beneficioso para el esclarecimiento del delito.

Palabras claves: Criminalística; Identificación; Individualización; Marcaje; Singularidad.

ABSTRACT

There is consensus in the scientific community that uniqueness cannot be demonstrated through probabilistic procedures. Consequently, the Bayesian paradigm is imposed as the rule of logic

for the interpretation of trace comparisons. The author, through an exploratory study, gives his considerations on how inferences can be avoided from the marking of the elements participating in the crime. He points out that through this procedure, uniqueness is artificially achieved, which allows arriving at categorical conclusions of identity. The suggested procedure is based on the new classification of characteristics into natural and artificial. Pointing out that for the latter, the frequency with which they appear in the population can be controlled, resulting in a closed set of elements. He contrasts through the Bayesian model the regularities established with the procedure. He concludes that through the marking it is possible to add characteristics in an artificial way, which in addition to serving in the criminalistic identification of traces, allows to associate different types of traces and to make the combined identification of the prints, which is beneficial to solve the crime.

Keywords: Forensic; Identification; Individualization; Taggants; Uniqueness.

RESUMO

Há consenso na comunidade científica de que a singularidade não pode ser demonstrada por meio de procedimentos probabilísticos. Consequentemente, o paradigma bayesiano é imposto como regra da lógica para a interpretação dos resultados das comparações forenses. O autor, por meio de um estudo exploratório, emite suas considerações sobre como as inferências podem ser evitadas, a partir da marcação dos elementos participantes do crime. Ele ressalta que, por meio desse procedimento, a singularidade é alcançada artificialmente, o que nos permite chegar a conclusões categóricas de identidade. O procedimento sugerido baseia-se na nova classificação das características em naturais e artificiais. Ressalta que, para estes últimos, a frequência com que aparecerão na população pode ser controlada, resultando em um conjunto restrito de elementos. Por meio do modelo bayesiano, ele contrasta as regularidades que são estabelecidas com o procedimento. Conclui-se que, por meio da marcação, podem ser adicionadas características artificialmente, o que além de servir para a identificação criminalística das impressões digitais, permite associar diferentes tipos de impressões digitais e realizar sua identificação combinada, o que também é benéfico para o esclarecimento do crime.

Palavras-chave: Criminalística; Identificação; Individualização; Marcação; Singularidade.

INTRODUCCIÓN

La esencia de la Identificación Criminalística es descrita por [Posada \(2015\)](#) como el establecimiento, a partir de las huellas y vestigios, del objeto o del sujeto empleados para

producir las huellas. Al proceso de determinación del origen de las huellas se le denomina identificación aunque, más correctamente debe llamarse individualización o atribución de la fuente ([Newburn et. al, 2007](#)).

La individualización es definida por [Cole \(2009\)](#), como la disminución de los posibles orígenes de una huella a un sólo elemento en el universo; mientras que, por identificación se define, la disminución de los posibles orígenes de una huella, sólo a un grupo o clase de elementos. Para [Kirk \(1963\)](#), la Criminalística es la ciencia de la individualización. No obstante, en el lenguaje técnico predomina aun el término identificación, que engloba ambos conceptos ([Biedermann, 2022](#); [Cole, 2014](#)).

A decir de [Posada \(2015\)](#), la conclusión sobre la identidad (individualidad) de un objeto, se basa en la coincidencia de un conjunto cualitativa y cuantitativamente suficientes de características estables, bien definidas individualmente e irrepetibles en otros objetos, que son valoradas en un conjunto. A lo que apunta además que, mientras más raros (infrecuentes) sean esos síntomas, mayor será su impacto en la identificación comparativa de las huellas.

En la comparación de las huellas resultan útiles los conceptos de características generales y características particulares. Las características generales separan un grupo de objetos de un universo de objetos diversos. Sirven para seleccionar un gran número de objetos, eliminando de la consideración a aquellos que no comparten las características comunes a todos los miembros de ese grupo, en cambio, las características particulares, son excepcionales porque permiten establecer la singularidad de un objeto ([Inman y Rudin, 2001](#)).

En tal sentido, [Lucena y Pombar \(2018\)](#) señalan que, “nunca podemos decir que una característica o combinación de características es única, hasta que no hayamos observado todos los objetos relevantes”. Como apunta [Kaye \(2010\)](#), la singularidad resulta imposible de alcanzar, debido a que no se logran verificar todos los elementos de la población relevante. En consecuencia [Saks y Koehler \(2019\)](#) aseguran que, la individualización constituye una inferencia, al realizarse una generalización sobre la distribución de las características observadas hacia toda la población, partiendo del análisis de una muestra”.

Es por ello que [Stoney \(1991\)](#) utiliza la imagen del "salto de fe", como el mecanismo por el cual el perito establece realmente la individualización. A lo que apunta: “durante el trabajo con las huellas, nos convencemos subjetivamente de la identidad; no la probamos. Detectamos una serie de rasgos, cada uno de los cuales es, en cierta medida, raro. Esto lleva a la inferencia de probabilidades conjuntas cada vez más pequeñas y a la conclusión de que el complejo resultante

sería muy, muy raro”. Concluye que: “la esencia del problema de la individualización reside en el hecho de que no podemos evitar inferir el origen de la fuente. Desde el punto de vista lógico, sólo podemos llegar a una conclusión de origen común si podemos excluir todas las otras fuentes, y eso es imposible”.

Sin embargo, existen situaciones donde el número de elementos de la población relevante se encuentra restringido siendo posible verificarlos a todos. Lográndose constatar la singularidad de un elemento, cuando el mismo integra un conjunto cerrado. No obstante, a decir de [Champod \(2013\)](#), esta no es la situación que predomina en la investigación de delitos. Entonces: ¿Cómo podría ser aprovechada esta condición en la práctica pericial criminalística?

DESARROLLO

Los elementos que participan en la comisión de un delito son heterogéneos. Diversidad que sustenta el axioma de que cada elemento en el universo es único. [Füszter \(2017\)](#), citando a Quetelet, asevera que, “la naturaleza nunca se duplica a sí misma, por lo que no hay dos objetos completamente iguales”.

A pesar de que estamos convencidos de su veracidad, resulta imposible constatarlo en la práctica, porque a criterio del autor, no existen los métodos que permitan la caracterización plena de un elemento. Requiriéndose entonces, del análisis integral de todo un conjunto de características independientes, para poder juzgar sobre su extensión en la población ([Belkin, 2001](#)). Por ello, a decir de [Cole \(2009\)](#), encontramos igualdades a nivel cualitativo, resultando muchos objetos indistinguibles bajo los mismos ensayos.

El surgimiento de las características se rige por las leyes de la naturaleza, las que actúan universalmente sobre todos los elementos de la población. Es lógico suponer que, al aumentar el tamaño de la población, será más probable encontrar un conjunto similar en otro elemento ([Kaye, 2013](#); [Lucena y Pombar, 2018](#)).

En cambio, el autor considera que será más fácil probar que una característica no aparecerá en una población de elementos, que estimar las frecuencias de aparición para cada una de las existentes. Su inobservancia en la muestra se constata al emplear el método de caracterización correspondiente, reafirmando que estamos ante una característica impropia cuando resulta imposible que puedan surgir en forma natural (conjunto vacío).

Las características artificiales.

La introducción artificial de características crea también diferencias sustanciales entre elementos similares. Con las características artificiales se crea una nueva clase o categoría de elementos. El hombre (y no la naturaleza) es quien decide cuáles elementos poseerán las características artificiales. Esto le permite definir la frecuencia con que se observarán tales características en la población. Incluso puede decidir sí, esas características serán exclusivas para uno o varios elementos.

De esta forma, podrá condicionarse la singularidad a través del control sobre la especificidad de las características artificiales, hasta lograr que se cumpla la condición, para la individualización descrita por [Kirk \(1963\)](#): que la clase esté poblada por un único elemento.

El marcaje de elementos.

Las características artificiales pueden generarse mediante la adición de nuevas características ajenas a los elementos, lo que el autor denomina: “*marcaje*”. Con este procedimiento se logra dividir la población en dos conjuntos: el conjunto de los elementos marcados y el conjunto de los elementos sin marcar. Consecuentemente, el conjunto de los elementos marcados siempre estará restringido.

La realización de marcas para fines identificativos constituye una actividad que el hombre realiza desde tiempos inmemoriales. Se recurre a la misma en forma casi intuitiva, cuando interesa resolver un asunto concerniente a la identificación.

Como apuntan [Silveyra y Silveyra \(2006\)](#), desde la más remota antigüedad se marcaba y mutilaba a los criminales para así posteriormente reconocerlos. Por su parte [Eliás \(2015\)](#) señala que, el marcado del ganado desde la antigüedad, se utilizaba fundamentalmente para evitar robos. Con los avances de la ciencia y la tecnología, se han desarrollado diversas formas de marcaje: rótulos, etiquetas, códigos de barras, códigos QR, marbetes, entre otros dispositivos, que facilitan la identificación ([FAO, 2016](#)).

El autor considera que, por depender de las decisiones del hombre, el marcaje deberá realizarse en forma regulada y con carácter oficial, para que las marcas realizadas (y en consecuencia, las identificaciones efectuadas a partir de estas), gocen de reconocimiento. Aquellas características artificiales cuya frecuencia de aparición en la población de elementos marcados se encuentra regulada oficialmente, son denominadas por el autor como: “características inducidas”.

Existen organismos que regulan el marcaje de productos sensibles, tales como: las sustancias explosivas ([Committee on Marking Rendering Inert and Licensing of Explosive](#)

[Materials, 1998](#)), las armas de fuego ([Committee on Smokeless and Black Powder, 1998](#)), y los medicamentos ([OMS, 2017](#)), entre otros.

Se han desarrollado además, técnicas de marcaje para diversos productos, tales como: combustibles [Lara \(2012\)](#), componentes electrónicos ([Hayward y Meraglia \(2011\)](#)), prótesis dentales ([Medina et. al, 2014](#)), documentos ([Sullivan, 2015](#)), tintas ([Smith, 2015](#)), trascendiendo esta práctica incluso al espacio virtual ([Colectivo de autores, 2013](#)). Aunque sin dudas, el empleo de los isótopos trazadores constituye una herramienta universal, dado que, es posible diferenciar a nivel atómico sustancias químicamente iguales, lo que ha contribuido al desarrollo científico de la Física, la Química, la Medicina, la Hidrogeología, la Biología, la Agronomía, la Prospección petrolífera, entre otras ramas del conocimiento ([Aley, 2019](#); [Grudner, 2015](#); [Zojer, 1988](#)).

[Gooch et. al \(2016b\)](#) señalan que, en la investigación de delitos, el marcaje se emplea con cuatro propósitos fundamentales: la individualización de bienes patrimoniales, la autenticación de productos, el rastreo y para la maculación de quienes interactúan con los objetos marcados.

La investigación criminalística mediante técnicas de marcaje.

A criterio del autor, con el marcaje se logra modular la frecuencia de aparición de las características artificiales, lo cual conlleva inexorablemente a la singularidad. Cuando un elemento marcado participa en un delito, las características inducidas también se reflejarán en sus huellas, indicios y vestigios. De ser singulares, se podrán emitir conclusiones categóricas sobre el resultado de la identificación criminalística: "La huella fue producida por el elemento marcado, con exclusión de los restantes elementos de la población, porque la característica se indujo únicamente en ese elemento".

Para obtener huellas con características inducidas, se requiere que los elementos participantes en el delito estén marcados. Esto se logra a través del marcaje directo de los elementos o mediante su marcaje indirecto a partir de su interacción con el primero ([Gooch et. al, 2015](#); [Gooch et. al, 2016a](#); [Nekhoroshev et. al, 2010](#)).

El marcaje directo lo realiza por los representantes del Sistema de la Técnica Criminalística (regulador oficial en Cuba), a partir del pronóstico criminalístico en aquellos lugares y bienes susceptibles al delito. Este pronóstico se sustenta en el análisis sobre la tendencia del delito, las vulnerabilidades existentes y las informaciones adelantadas ([Belkin, 2001](#)). El marcaje de los elementos susceptibles se realiza atendiendo a los requerimientos criminalísticos, investigativos y legales que garanticen el control y la legitimidad del procedimiento efectuado.

En cambio, el marcaje indirecto de los elementos ocurre a consecuencia de su interacción con aquellos directamente marcados, como resultado de la actividad delictiva. En tal sentido, se emplean técnicas de marcaje que favorezcan la transferencia de las características inducidas, cuyos reflejos (huellas) podrán observarse en el cuerpo y pertenencias de los comisores del delito ([Howarth et. al, 2009](#); [Gooch et. al, 2015](#); [Gooch et. al, 2016a](#)).

El peritaje comparativo entre la huella y la muestra extraída de los elementos directamente marcados permite, alcanzar la identificación criminalística a través de la observación de las coincidencias entre el conjunto de características inducidas observadas en la huella y aquellas controladas por el regulador oficial ([Selecta DNA, 2015](#); [Smartwater, 2019](#)).

Durante la identificación de las huellas, a partir de las características inducidas, se pueden establecer las siguientes probabilidades:

Probabilidad de sustraer al azar, al menos un elemento marcado en una población (distribución hipergeométrica) ([Wilhelmi, 2004](#)):

$$P(M) = 1 - h(x; N; n; N_M), \text{ para } x = 0 \text{ y } n > 0 \quad (1)$$

Probabilidad de seleccionar al azar otro elemento igualmente marcado, de entre todos los elementos de la población:

$$P(\gamma) = (M_M - 1) / (N - 1) \quad (2)$$

Donde: x, es la variable aleatoria que indica el número de aciertos; n, es el número de elementos sustraídos; N_M , es el número total de elementos marcados; M_M , es el número total de elementos igualmente marcados y; N, es el número total de elementos de la población.

El Teorema de Bayes permite ilustrar la relación condicional que se establece entre la percepción del caso por parte del tribunal antes (a priori) y después (a posteriori) en forma de apuestas ([Champod, 2013](#); [Lucena y Pombar, 2018](#)):

$$\Pr(ID|E, N) / \Pr(ID^*|E, N) = [\Pr(E|ID, N) / \Pr(E|ID^*, N)] [\Pr(ID|N) / \Pr(ID^*|N)] \quad (3)$$

En la ecuación 3, la relación de verosimilitudes (LR) corresponde al primer múltiplo del miembro derecho:

$$LR = \Pr(E|ID, N) / \Pr(E|ID^*, N) \quad (4)$$

Es interpretada por [Evett y Weir \(1998\)](#) como una relación entre similitud y rareza:

$\Pr(E|ID, N)$: Similitud, probabilidad de hallar una coincidencia entre las características de la huella y la muestra dada la condición de que el sospechoso es el comisore del delito (hipótesis

del investigador, instructor y/o fiscal). Siendo igual a 1 (variables discretas) cuando se obtiene una coincidencia positiva.

$\Pr(E|ID^*, N)$: Rareza, probabilidad condicional de que la característica en la huella provenga de otra persona de la población relevante, distinta al sospechoso (hipótesis de la defensa), es decir: $P(\gamma)$.

Al sustituir la ecuación 2 en la ecuación 4, el LR para las características inducidas resulta:

$$LR = 1 / [(M_M - 1) / (N - 1)] = N / M_M; \quad (5)$$

Al ser M_M una constante, entonces el LR depende solo del tamaño de la población (N). A criterio de [Lucena y Pombar \(2018\)](#), cuando el LR tiende al infinito, estamos ante una condición determinista, que en esta situación se manifiesta cuando aumenta indefinidamente el tamaño de la población.

Este resultado indica que, la identificación de la característica inducida en la huella, apoyará más a la hipótesis del investigador, que a la de la defensa. En otras palabras, que la identificación realizada tenderá a ser categórica.

La derivación de la ecuación de Bayes realizada por [Champod \(2013\)](#), para igualdad de probabilidades a priori, se expresa en la ecuación 6:

$$\Pr(ID|E, N) = 1 / [1 + (N - 1) \cdot P(\gamma)] \quad (6)$$

Al sustituir la ecuación 2 en la ecuación 6, para las características inducidas se obtiene:

$$\Pr(ID|E, N) = 1 / [1 + (N - 1) \cdot (M_M - 1) / (N - 1)] = 1/M_M \quad (7)$$

A partir de este resultado se logran establecer las siguientes condiciones:

- Cuando $N_M = N$, no se pueden realizar conclusiones de identidad ($LR = 1$).
- Cuando $N_M = M_M$, sólo se puede concluir la pertenencia de grupo.
- Cuando $M_M = 1$ (la singularidad), se pueden realizar conclusiones categóricas de identidad ($LR = N$).

Entonces, es posible realizar la individualización de un elemento cuando pertenece a un conjunto restringido, aplicando un razonamiento deductivo, porque la distribución de la característica entre los elementos de la población no se infiere, se conoce. Con lo cual, se pueden realizar análisis categóricos de identidad, sí la característica es única para un elemento; una condición (la singularidad) que ya no se intuye, se constata.

Otros beneficios del marcaje para la investigación pericial criminalística.

El empleo del marcaje para la obtención de huellas con características inducidas reporta beneficios a la investigación pericial criminalística. Además, de poder resolverse la identificación criminalística de la huella, permite asociar diferentes tipos de huellas a partir de una característica común. El reflejo de las características inducidas en un elemento no está supeditado a un tipo de huella en especial. [French et. al \(2012\)](#), señalan que tales características podrán transferirse de forma continua en un tipo de huella, posibilitando la formación de una sucesión o rastro, que brindará información valiosa en el Lugar de los Hechos. La diversidad de huellas que pueden contener características inducidas, dependerá de la técnica de marcaje utilizada.

Por otra parte, se puede realizar la identificación de las huellas, combinando las características naturales e inducidas presentes. Ambos tipos de características son independientes, por lo que se incrementa el valor del LR, el cual está definido por la ecuación 8:

$$LR_{\text{Conjunto Identificante}} = LR_{\text{Natural}} \times LR_{\text{Inducido}} \quad (8)$$

El resultado indica que la rareza de las características inducidas apreciadas en las huellas incrementa la razón de verosimilitudes del peritaje realizado. A diferencia de las naturales, la fuente de la huella no depende del tamaño de la población, porque su aparición es controlada a voluntad. De esta forma, aunque no se tenga suficiente convicción para concluir sobre la identificación criminalística de la huella a través de sus características naturales; con las características inducidas en cambio, se transforma el método de inferencias a la deducción.

CONCLUSIONES

Al clasificar las características en naturales y artificiales, puede modularse la frecuencia de aparición en los elementos para las características artificiales. En consecuencia, se restringe el número de elementos de la población relevante, permitiéndose alcanzar la singularidad.

A través del marcaje se pueden adicionar características artificiales a los elementos, constituyendo ello una herramienta de diferenciación. Siendo una práctica ancestral que ha avanzado acorde al desarrollo científico técnico, la que encuentra aplicaciones en la investigación de delitos.

Las características inducidas son características artificiales, cuya frecuencia de aparición en los elementos, está regulada oficialmente. Éstas se reflejan también en las huellas y permiten

resolver las cuestiones asociadas a la identificación criminalística. Cuando se realiza el marcaje singular de los elementos se logran identificaciones categóricas.

El empleo del marcaje durante la investigación pericial criminalística de los delitos, permite asociar diferentes tipos de huellas a partir de una característica común (la inducida) y realizar la identificación combinada de las huellas, lo que también resulta beneficioso para el esclarecimiento del hecho.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aley T. (2019). *Groundwater tracing handbook*. The Ozark Underground Laboratory.
- Belkin R. S. (2001). *Criminalística: Concepto y bases científicas de la identificación criminalística*. Disponible en: <http://be5.biz/pravo/k023/7.html>. Visitado por última vez: 25 de diciembre de 2023.
- Biedermann A. (2022). The strange persistence of (source) “identification” claims in forensic literature through descriptivism, diagnosticism and machinism. *Forensic Science International: Synergy*, 1100222 (1), 1-15.
- Cole S. A. (2009). Forensics without uniqueness, conclusions without individualization: the new epistemology of forensic identification. *Law, Probability and Risk*, 1 (1), 1-23.
- Cole S. A. (2014). Individualization is dead, long live individualization! Reforms of reporting practices for fingerprint analysis in the United States. *Law, Probability and Risk*, 13 (1), 117-150.
- Colectivo de autores. (2013). Managing piracy-sensitive assets across complex distribution workflows. A look at versatility and scalability challenges for enterprise-level forensic marking solutions. *Civolution*, 1 (1), 1-12.
- Committee on Marking Rendering Inert and Licensing of Explosive Materials. (1998). *Containing the Threat from Illegal Bombings: An Integrated National Strategy for Marking, Tagging, Rendering Inert, and Licensing Explosives and Their Precursors*. National Academy Press.
- Committee on Smokeless and Black Powder. (1998). *Black and Smokeless Powders: Technologies for Finding Bombs and the Bomb Makers*. National Academy Press.
- Champod C. (2013). Overview and Meaning of Identification/Individualization *Wiley encyclopedia of forensic science*. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd.

- Elias A. (2015). *Sistemas de Identificación en Animales de Producción*. Consejería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Rural, Instituto de Investigación y Formación Agraria y Pesquera.
- Evett I. y Weir B. (1998). *Interpreting DNA evidence. Statistical Genetics for Forensic Scientists*. The Forensic Science Service.
- FAO. (2016). *La Trazabilidad una herramienta de gestión para las empresas y los gobiernos*. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura.
- French J. et al (2012). Multiple transfers of particulates and their dissemination within contact networks. *Science and Justice*, 52 (1), 33-41.
- Füszter B. (2017). The Question of Identification and Individualization in the Science of Criminalistics. *Magyar Rendészeti*, 4 (27), 27-32.
- Gooch J. et. al (2015). Establishing evidence of contact transfer in criminal investigation by a novel peptide coding' reagent. *Talanta*, 144 (1), 1065-1099.
- Gooch J. et. al (2016a). Monitoring Criminal Activity through Invisible Fluorescent "Peptide Coding" Taggants. *Analytical Chemistry*, 88 (8), 4169-4582.
- Gooch J. et. al (2016b). Taggant materials in forensic science: A review. *Trends in Analytical Chemistry*, 83 (1), 49-54.
- Grudner E. (2015). Isótopo Trazador, tecnología y aplicaciones *Revista Tecnológica*, 11 (17), 22-26.
- Hayward J. y Meraglia J. (2011). *DNA Marking and Authentication: A unique, secure anti-counterfeiting program for the electronics industry* Applied DNA Sciences Inc., New York.
- Howarth J. et. al (2009). Simulating transfer and persistence of a chemical marker powder for *Lycopodium clavatum* spores. *Forensic Science International*, 192 (1), 72-77.
- Inman K. y Rudin N. (2001). *Principles and practices of criminalistics: the profession of forensic science*. CRC Press LLC.
- Kaye D. (2010). Probability, Individualization, and Uniqueness in Forensic Science Evidence: Listening to the Academies. *Penn State Law eLibrary*, 75 (1), 1163-1185.

- Kaye D. (2013). Beyond uniqueness: the birthday paradox, source attribution and individualization in forensic science testimony. *Law, Probability and Risk*, 12, 3-11. doi: 10.1093/lpr/mgs031
- Kirk P. (1963). The Ontogeny of Criminalistics. *Journal of Criminal Law and Criminology*, 54 (2), 235-238.
- Lara J. (2012). *Estudio para la implementación del sistema de trazadores en los combustibles por EP Petroecuador en el terminal de despacho de esmeraldas. Periodo 2011.* (Tesis de grado), Universidad Tecnológica Equinoccial, Quito.
- Lucena J. y Pombar F. (2018). *Conclusiones de cotejos criminalísticos: Una visión multidisciplinar* (Vol. 1). Editorial UNED.
- Medina S. et. al (2014). Técnicas, etiquetas y dispositivos de marcaje de prótesis dentales empleados en odontología forense como medio de identificación. Revisión sistemática de la literatura. *Odontologia Legal y Forense*, 33 (71), 19-28.
- Nekhoroshev S. et. al (2010). Identification and Chemical Labeling of Substances, Composites, and Final Articles. *Journal of Analytical Chemistry*, 65 (10), 988-994.
- Newburn T. et al (2007). *Handbook of Criminal Investigation*. Willan Publishing.
- OMS. (2017). *Mecanismo de Estados Miembros sobre productos médicos de calidad subestándar, espurios, de etiquetado engañoso, falsificados o de imitación*. Organización Mundial de la Salud.
- Posada J. (2015). *Teoria Criminalística de las Huellas*. Editorial Capitán San Luis.
- Saks M. y Koehler J. (2019). The Individualization Fallacy in Forensic Science Evidence. *Vanderbilt Law Review*, 61 (1), 199-219.
- SelectaDNA (2015). *SelectaDNA Forensic Marking*. SelectaDNA. Disponible en: www.selectadna.es. Visitado por última vez: enero de 2022.
- Silveyra J. y Silveyra P. (2006). *Sistemas de Identificación Humana* (Vol. 3). Ediciones La Roca.
- Smartwater (2019). *Forensic Coding System. Commercial application guide*. Smartwater. Disponible en: www.smartwater.com. Visitado por última vez: enero de 2022.
- Smith W. (2015). *Forensic security inks for track and trace*. UNIQUITY.

- Stoney D. A. (1991). What made us ever think we could individualize using statistics? *Journal of the Forensic Science Society*, 31 (1), 198.
- Sullivan K. (2015). *The Use of Forensic Taggants in Intelligent Banknote Neutralisation Systems*. European Intelligent Cash Protection Association.
- Wilhelmi M. (2004). *Combinatoria y Probabilidad* (Vol. 1). Departamento de Didáctica de la Matemática. Universidad de Granada.
- Zojer H. (1988). Técnicas de trazadores. *Ingenieria Hidraulica en Mexico*, 1 (1), 43-58.

Glosario Logopédico Electrónico Interactivo: Una Visión Novedosa de la Comunicación y el Lenguaje

Interactive Electronic Speech Therapy Glossary: A Novel View of Communication and Language

Glossário Interativo de Fonoaudiologia: Uma Nova Visão da Comunicação e da Linguagem

Autor: Fredi Fonseca Tamayo.

Dirección General de Educación de Manzanillo, Granma. Cuba

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7128-2493>

Correo electrónico: ffonsecatamayo@gmail.com

Artículo original

RESUMEN

El constante desarrollo de la educación y la sociedad en la época contemporánea y en particular a los profesionales de Logopedia plantea nuevos retos en su preparación didáctica y atención logopédica integral a los educandos por lo que necesita de las herramientas para lograr efectividad didáctica e integral en este proceso. Este artículo tiene como objetivo: referenciar al libro Glosario Logopédico Electrónico Interactivo de gran importancia para perfeccionar el proceso pedagógico de la comunicación y el lenguaje en las instituciones educativas ya que favorece la adquisición y sistematización de los conocimientos en esta área específica en logopedas en ejercicio y estudiantes en formación de las carreras Logopedia y Educación Especial. La propuesta se sostiene en los resultados del proyecto institucional “Perfeccionamiento del proceso pedagógico de la Educación en el municipio Manzanillo”. El libro electrónico fue programado utilizando la herramienta Flip PDF Professional, la cual permite trabajar con recursos multimedios como texto, imágenes, sonidos y vídeos. El software es de tipo ejercitador, el que cuenta con módulos con ejercicios específicos para la sistematización de las definiciones y trastornos más comunes que presentan los educandos. La propuesta se realiza a partir de un estudio de la problemática existente en la práctica pedagógica y se sustenta en las principales insuficiencias constatadas en este proceso, lo cual se fundamenta en los principales postulados de la escuela socio histórico cultural y la pedagogía cubana.

Palabras Clave: Comunicación; Glosario Logopédico Electrónico; Logopedas; Proceso pedagógico; Lenguaje.

ABSTRACS

The constant development of education and the society in the contemporary epoch and in particular the integral logopédica presents new challenges in his didactic preparation and attention to Logopedia's professionals to the pupils so that you are in need of the tools to achieve didactic and integral effectiveness in this process. This article has like objective: Referenciar to the book Glosario Logopédico Electrónico Interactivo of great importance to make perfect the pedagogic process of communication and the language at the educational institutions since you favor acquisition and systematization of the knowledge in this specific area in practicing speech therapists and students in formation of the races Speech Therapy and Especial Educación. The proposal the Olive Tree supports in the results of the institutional project Perfeccionamiento of the pedagogic process of the Education at the municipality itself. The electronic book was programmed utilizing the tool Flip PDF Professional, which allows working with resources multimedia like text, imagery, sounds and videos. The software is of type exerciser, the one that tells modules with specific exercises for the systematization of the definitions and more common upsets that they introduce pupils. The proposal comes true as from a study of the existent problems in the pedagogic practice and it is held in the principal insufficiencies verified in this process, which bases itself in the school's principal postulates historic cultural member and pedagogy Cuban.

Keywords: Communication; Interactive Electronic Speech Therapy Glossary; Speech therapists; Pedagogical process; Language.

RESUMO

O constante desenvolvimento da educação e da sociedade na contemporaneidade e em particular para os fonoaudiólogos coloca novos desafios em sua preparação didática e atendimento fonoaudiológico integral aos alunos, por isso eles precisam das ferramentas para alcançar uma eficácia didática e abrangente nesse processo. Este artigo tem como objectivo: referenciar o livro Glossário Interativo de Fonoaudiologia Eletrônica de grande importância para o aprimoramento do processo pedagógico de comunicação e linguagem nas instituições de ensino, uma vez que favorece a aquisição e sistematização de conhecimentos nessa área específica na prática fonoaudiológica e estudantes em formação das carreiras de Fonoaudiologia e Educação Especial. A proposta é baseada nos resultados do projeto institucional "Aperfeiçoando o processo pedagógico da Educação no município de Manzanillo". O e-book foi programado utilizando a ferramenta Flip PDF Professional, que

permite trabalhar com recursos multimídia como texto, imagens, sons e vídeos. O *software* é do tipo exercício, que possui módulos com exercícios específicos para a sistematização das definições e transtornos mais comuns apresentados pelos alunos. A proposta baseia-se no estudo dos problemas existentes na prática pedagógica e baseia-se nas principais insuficiências encontradas nesse processo, que se baseia nos principais postulados da escola socio-histórica cultural e da pedagogia cubana.

Palavras-chave: Comunicação; Glossário de Fonoaudiologia Eletrônica; Fonoaudiólogos; Processo pedagógico; Linguagem.

INTRODUCCIÓN

El desarrollo científico tecnológico alcanzado y la propia práctica social han confirmado en los últimos años la importancia que reviste el perfeccionamiento del proceso de enseñanza-aprendizaje de las diferentes asignaturas en todos los niveles de nuestro Sistema Nacional de Educación.

En Cuba, la sociedad reconoce lo expresado por Castro, F (2002) cuando señala que:

Nuestra educación tiene un carácter universal; se ha creado, se ha constituido, y se ha desarrollado en beneficio de todos los niños del país, tenemos que a todos atenderlos, tenemos a todos educarlos, tenemos que enseñarles a todos lo que se les pueda enseñar; ¡a todos, y cada uno de ellos! es el principio. (p.12)

En la Tercera Revolución Educacional se corrobora este planteamiento, a partir de convertir la igualdad de oportunidades en igualdad de posibilidades para todos. Para lograr esta aspiración, constituyen una necesidad imprescindible la atención a los trastornos de la comunicación y el lenguaje presentes en el proceso pedagógico de las instituciones educativas cubanas.

De aquí que, perfeccionar este proceso de manera que promueva la adquisición de conocimientos, hábitos, habilidades, capacidades y valores en los docentes y especialistas para atender de manera eficiente estas insuficiencias, es fundamental y se constituye en un objetivo primordial de las transformaciones de la educación cubana, de manera que estos cuenten con las herramientas suficientes y necesarias desde el punto de vista teórico para atenderlas.

La presente obra es fruto del esfuerzo de varios profesionales interesados por la temática el lenguaje y la comunicación, pues la atención a las personas con necesidades educativas especiales en el área de la comunicación oral y escrita es de significativa relevancia para la Pedagogía Especial, y particularmente para la Logopedia. Es bien importante resaltar, que cada vez se comprende con más claridad que se trata de un problema a resolver no solo por los

especialistas del área de la comunicación, sino de todos los que interactúan con el niño, los cuales deben contar con los conocimientos necesarios para que puedan desde el aula, desde el gabinete logopédico, desde las vías no institucionales o desde la propia casa del niño o niña ejercer una labor preventiva y desarrolladora.

Para contribuir a la formación de esos necesarios y útiles conocimientos es que se elaboró este Glosario Logopédico Electrónico Interactivo, dirigido fundamentalmente a los estudiantes de las carreras Logopedia y Especial de las diferentes universidades del territorio cubano, a los estudiantes de las escuelas pedagógicas de todo el país y a los logopedas en ejercicio para ser utilizado como material de consulta. En él presentamos términos logopédicos y otros relacionados con ciencias afines.

Los autores en su exposición han profundizado en las diferentes acepciones de los términos que se abordan, sin olvidar la necesaria asequibilidad que debe tener todo material de apoyo a la docencia. Presentamos así este recurso didáctico, y estamos seguros de que será muy útil, sobre todo para los estudiantes, lo cual contribuirá al desarrollo de la ciencia logopédica en nuestro país.

Con este modesto aporte, también hemos tratado de poner a disposición de todos los interesados por el área de la comunicación un valioso material de consulta que posibilitará un mayor conocimiento de diferentes términos relacionados con esta temática. Si el contenido logra credibilidad, ese será el crédito del esfuerzo realizado y el estímulo a nuestros mejores deseos de llevar a cabo esta obra de infinito amor.

A través de la observación, encuestas a maestros, a logopedas, estudiantes de las carreras Logopedia y Especial, los autores determinaron la existencia de insuficiencias en el proceso pedagógico del seminternado “Luis Ángel Rodríguez Muñoz” del municipio Manzanillo, entre las que se encuentran:

- ❖ Insuficiente material bibliográfico de consulta sobre las diferentes definiciones y terminología logopédica.
- ❖ Inexactitud en las respuestas dadas por estudiantes en formación sobre las definiciones y terminología de los trastornos logopédicos.
- ❖ Dificultades al identificar, diagnosticar un trastorno por desconocimiento de sus principales características.
- ❖ Limitaciones en los logopedas, estudiantes en formación para aprovechar las

potencialidades que brindan las nuevas tecnologías como recurso didáctico para ser utilizado en función del aprendizaje.

- 4 Inexistencia de un GLEI que promueva la gestión del conocimiento de los logopedas en ejercicio, de los estudiantes en formación de las carreras Logopedia y Educación Especial en las Universidades cubanas.

Lo anteriormente planteado, le permitió a los autores de esta investigación el diseño de un Glosario Logopédico Electrónico Interactivo como alternativa didáctica para el maestro, logopedas y estudiantes en el trabajo de corrección-compensación de las los trastornos de la comunicación y el lenguaje, para favorecer la efectividad didáctica e integral de este proceso.

Población y Muestra

En la investigación se estudia la población constituida por 75 educandos de las instituciones educativas “Escuela Pedagógica Celia Sánchez Manduley, 5 logopedas graduados de instituciones educativas del municipio y 5 logopedas en formación maestros de dichas instituciones, los que trabajaban o estudiaban en estos centros docentes durante el curso educando 2022-2023.

Materiales y Métodos

Los materiales utilizados fundamentalmente fueron los libros de textos, hojas de trabajo y software educativo, los que permitieron aplicar las acciones en la práctica educativa. En la investigación se utilizan métodos científicos de carácter empírico para evaluar la pertinencia y factibilidad de la propuesta tales como revisión bibliográfica, el método de evaluación por criterio de usuarios y el experimento pedagógico.

Principales Características del Glosario Logopédico Electrónico Interactivo

La necesidad latente de una bibliografía que permita a logopedas en ejercicio, estudiantes en formación poder retroalimentarse desde la teoría para atender la diversidad existente de educandos con necesidades educativas verbales en las instituciones educativas cubanas, nos motivó a diseñar este Glosario Logopédico Electrónico Interactivo, dirigido particularmente a logopedas en ejercicio de las instituciones educativas, a los estudiantes de las carreras de Licenciatura en Educación, en las especialidades de Logopedia y Educación Especial de las diferentes universidades del territorio cubano para ser utilizado como material de consulta. En él se presentan los términos logopédicos más usados y otros relacionados con ciencias afines dados por autores nacionales e internacionales.

La interacción del usuario con el Glosario Logopédico Electrónico Interactivo (GLEI) no requiere de grandes conocimientos informáticos, en tanto que su manejo es fácil: el usuario puede trabajar con él independientemente de que haya o no utilizado anteriormente otros sistemas computarizados, mediante los cuales hubiera desarrollado algunas habilidades. Para su confección se utilizó la herramienta Flip PDF Professional.

Descripción del “Glosario Logopédico Electrónico Interactivo” (GLEI)

Ejecución

 Dar doble clic primario (o clic primario/ENTER [□]) sobre el ícono correspondiente. La presente obra es fruto del esfuerzo de los autores, interesados en la temática del lenguaje y la comunicación, puesto que la atención a las personas con necesidades educativas especiales en el área de la comunicación oral y escrita es de significativa relevancia, particularmente para la logopedia.

Cada vez se comprende con más claridad que se trata de un problema a resolver, no solo por los especialistas del área de la comunicación, sino por todos los que interactúan con el niño, los que deben contar con los conocimientos necesarios para que puedan desde el aula, desde el gabinete logopédico, desde las vías no institucionales o desde la propia casa del niño o niña, ejercer una labor preventiva y desarrolladora.

Es por ello que se elaboró este glosario logopédico, dirigido particularmente a los estudiantes de las carreras de Licenciatura en Educación, en las especialidades de Logopedia y Educación Especial de las diferentes universidades del territorio cubano para ser utilizado como material de consulta. En él se presentan los términos logopédicos más usados y otros relacionados con ciencias afines dados por autores nacionales e internacionales.

Se ha profundizado en las diferentes acepciones de los términos que se abordan, citándose solamente aquellos autores de términos básicos que se abordan en el estudio de la ciencia logopédica en Cuba; sin olvidar la necesaria asequibilidad que debe tener todo material de apoyo a la docencia.

Se presenta así esta obra de insoslayable valor, sobre todo para los estudiantes de esta temática. Con este modesto aporte, se pone a disposición de todos los interesados por el área del lenguaje y la comunicación un valioso material de consulta. Si el contenido logra credibilidad, ese será el crédito del esfuerzo realizado y el estímulo a nuestro mejor deseo de haber llevado a cabo esta obra de infinito amor.

La manipulación del presente libro electrónico interactivo (LEI) no requiere de grandes conocimientos informáticos, en tanto que su manejo es fácil: el usuario puede trabajar con él independientemente de que haya o no utilizado anteriormente otros sistemas computarizados, mediante los cuales hubiera desarrollado algunas habilidades. Para la confección del libro electrónico se utilizó la herramienta **Flip PDF Professional**.

Presentación

Una vez activado, el LEI se presenta en la forma siguiente:

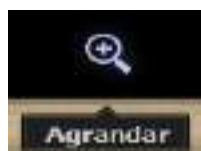


Nótese que en el extremo superior izquierdo aparece el nombre del LEI y en el derecho, los botones de minimizar, maximizar y cerrar, en ese orden.

Funcionamiento

Existen dos posibilidades para hojear el GLEI: se pueden pasar las páginas hacia adelante o hacia atrás, para lo cual se tienen dos botones (señalados en la figura con rectángulos rojos), los que funcionan según lo que se desee.

En la parte superior izquierda de la pantalla se presenta el logotipo del Departamento de Tecnología (Grupo SoftEE), de la Universidad de Granma, que fue el encargado de la confección del LEI. En el centro de la parte superior se cuenta con algunos botones que permiten al usuario interactuar con el libro en dependencia de lo que necesite o desee.

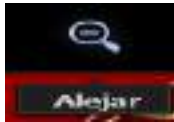


Los botones y su función se ofrecen a continuación, según el orden en que de izquierda a derecha.

Permite aumentar el tamaño de la imagen en la pantalla. Cuando se da clic primario sobre este botón, aparecen otros tres, los cuales se muestran a continuación.

Con el clic primario presionado sobre el círculo y arrastrándolo a la derecha o a la izquierda, se puede aumentar o disminuir, respectivamente, el tamaño en la pantalla.

Con este botón presionado, se puede realizar un desplazamiento por toda la pantalla. Para desactivarlo, se da doble clic primario en cualquier parte.



Además, después de activado, permite desplazar las hojas de izquierda a derecha o al revés, y hacia arriba o hacia abajo, mediante las teclas de desplazamiento del teclado (←; →; ↑; ↓).



Al dar clic primario sobre él, desaparecen los dos botones anteriormente descritos y él mismo, el libro electrónico retoma sus dimensiones iniciales y aparecen todos los botones que se mostraron al inicio. Permite regresar a la página de donde se partió.



Permite ir a la primera página desde cualquier otra página.



En este cuadro se indican el número de la página que en ese momento está en pantalla (la Nº 1) y la cantidad total de páginas (147).



Al dar clic primario dentro del cuadro, el color del fondo cambia y aparece el cursor parpadeando, en espera de que se teclee algún número.



Como ejemplo se ha tecleado el número 56. Si se da ENTER [□], se irá a la página cuyo número se tecleó.



Permite ir a la página siguiente a la que está en pantalla.

Permite ir a la última página desde cualquier otra página. Permite avanzar en las páginas.



Quando se da clic primario en este botón, aparece un cuadro que ofrece información de cómo seleccionar lo que se desea imprimir. Una vez hecha la selección, se da clic primario en el botón **Imprimir** (situado en la parte inferior derecha de este cuadro).



Para salir de este cuadro, se da clic primario en el botón de cerrar (X).

Quando se da clic primario en este botón, aparece un cuadro que permite saber en cuál o cuáles páginas se encuentra la palabra que se escribió en el cuadro superior (Como ejemplo, se escribió la palabra “logopedia”). Al dar clic primario en el fragmento de texto donde esta palabra aparece, se va a la página



donde se encuentra dicho fragmento. Para salir de este cuadro, se da clic primario en el botón de cerrar (X).

Permite obtener ayuda acerca del funcionamiento de los botones.

Que se ocupe toda la pantalla (en este caso no se verá la barra de tareas, en la parte inferior de la pantalla).



Verse la barra hace que no se ocupe la pantalla completa y pueda de tareas (Aparece después de dar clic primario en el anterior).

Sirve para seleccionar un fragmento de texto. Cuando este botón se activa, manteniendo el clic primario presionado y arrastrando el cursor, se puede seleccionar el texto que se desea y luego copiarlo en un documento Word o en una diapositiva de PowerPoint (aparece un cartel que dice **Copiar** cuando se deja de presionar el clic primario. Para copiar, se da clic primario sobre este cartel).

Ejemplo (Nótese que el texto seleccionado queda resaltado con un fondo amarillo):

Como puede observarse, todos los botones están acompañados de un cuadro que refleja la función del botón (Este cuadro aparece cuando el cursor del mouse se sitúa sobre él).

En la barra inferior se cuenta con cuatro botones: **Miniaturas**, **Auto pasar**, **Sonido Encendido** y **Cambiar el idioma**. Las funciones de estos botones son las siguientes.

Cuando se da clic primario sobre el botón **Miniaturas**, aparecen las páginas de dos en dos.



Nótese que en los extremos izquierdo y derecho se cuenta con dos botones

(destacados con rectángulos rojos) que permiten pasar las páginas a la derecha y a la izquierda.

Cuando el cursor se sitúa sobre una página determinada, aparece el par correspondiente. Se ponen como ejemplo las páginas # 60 y # 61. Nótese que estas dos páginas quedan destacadas con un color gris oscuro.

Si se da clic primario sobre ellas, en la pantalla aparecerán estas dos páginas.

Es preciso destacar que los números de las páginas que aparecen en miniaturas no coinciden exactamente con los de las páginas reales porque el programa cuenta las páginas a partir de la primera. Obsérvese que en el ejemplo que se puso, las páginas que aparecen en pantalla son la # 48 y la # 49.

Si se desea salir de **Miniaturas**, se da clic primario en el mismo botón.

Si lo que se quiere es hojear el libro electrónico automáticamente, se da clic primario en el botón **Auto pasar**: las páginas comienzan a pasar de izquierda a derecha (sin necesidad de dar clic primario en el botón correspondiente a esta acción) con un intervalo de tiempo entre

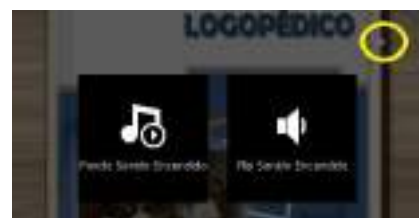


cada uno de los pasos para dar tiempo a que se pueda leer lo que

hay escrito en estas páginas. Cuando se desee salir del paso automático de las páginas, se da clic primario en el botón **Detener Auto pasar**, el cual aparece en el mismo lugar que **Auto pasar**, cuando se da clic primario en este último.

Cuando se da clic primario en el botón **Sonido Encendido**, la pantalla se oscurece y en su centro aparecen dos botones.

El de la izquierda (**Fondo Sonido Encendido**) brinda la posibilidad de interrumpir la música de fondo cuando sobre él se da clic primario; si se realiza esta acción, en su lugar aparece otro botón: **Fondo Sonido Apagado**, con un clic primario sobre el cual se puede continuar escuchando el fondo musical y aparece nuevamente el botón anterior.



Para salir de la pantalla oscurecida y poder seguir utilizando el libro, se da clic primario en el botón de cerrar (señalado con un círculo de color amarillo) o en cualquier parte de la pantalla.

El botón de la derecha (**Flip Sonido Encendido**) brinda la posibilidad de interrumpir el sonido que asemeja el paso de las hojas de un libro real, cuando sobre él se da clic primario; si se realiza esta acción, en su lugar aparece otro botón: **Flip Sonido Apagado**. Si se desea escuchar nuevamente el sonido de las hojas pasando, se da clic primario sobre este botón (en su lugar aparecerá nuevamente el botón anterior). Para salir de la pantalla oscurecida y poder seguir utilizando el libro, se da clic primario en el botón de cerrar (señalado con un círculo de color amarillo) o en cualquier parte de la pantalla. Es preciso señalar que las operaciones con estos dos botones se pueden hacer simultáneamente □es decir, desactivar (o activar) a la vez el fondo musical y el sonido de las hojas pasando□□y en cualquier hoja del libro electrónico.



Al dar clic primario en el botón ***Cambiar el idioma***, la pantalla se



oscurece y en el centro aparecen varios idiomas, para seleccionar uno de los cuales, se da clic primario sobre el que se desee. Por defecto, el idioma en que aparecen los carteles es el español. Si se selecciona otro idioma, todas las palabras que contienen los carteles se traducen a ese idioma. En este LEI, esta prestación no se implementó.

El índice es del tipo “Tabla de contenido”, por lo que para acceder a un tópico determinado, basta con dar primario clic primario en el título correspondiente, y se irá a la página donde se encuentra el contenido que se desea leer.

Por ejemplo: se seleccionó el término ***afasia infantil del desarrollo***. Nótese que este término aparece con un fondo de color magenta.

También se han utilizado



hipervínculos, los cuales permiten acceder al término que tenga relación

ese momento aparece en pantalla. Estos hipervínculos están resaltados en el texto mediante los términos correspondientes en azul, negritas y subrayados. Para acceder al tro término, basta dar clic primario sobre él. En el ejemplo que se muestra se observa el hipervínculo ***deglutir***

Características del Glosario Logopédico Electrónico Interactivo

- 1. **Carácter correctivo-compensatorio:** ya que las actividades e ilustraciones que se presentan están diseñados para atender las distintas necesidades de superación y preparación de los logopedas en ejercicio y estudiantes en formación de la especialidad, a partir de una adecuada motivación que favorezca la adquisición de los conocimientos y el desarrollo de habilidades profesionales.
- 2. **Integración de ilustraciones y definiciones en orden alfabético:** lo que favorece su búsqueda en el GLEI, la comprensión y fijación de los conocimientos, contribuye a motivar a los especialistas y estudiantes en formación de una forma más placentera, logra mejorar su atención, memoria, razonamiento y preparación integral.
- 3. **Retroalimentación inmediata,** es decir, ante cada acción que se realiza, aparecen efectos multimedia para orientar al usuario a través del sonido, la presentación de imágenes, movimiento de objetos y efectos, que permiten orientar acerca de las acciones que se deben hacer, así como de los resultados que va obteniendo en la interacción con el GLEI.

- 4 Carácter diferenciado: se puede escoger la información que se utilizará a fin de que el logopeda y el estudiante en formación pueda tratar de manera diferenciada los elementos del conocimiento que necesita sistematizar.
- 4 Contribución al desarrollo de habilidades informáticas: la utilización del Glosario Logopédico Electrónico Interactivo posibilita el desarrollo de habilidades informáticas tales como: seleccionar objetos, arrastrar, dar clic, seleccionar menú e interactuar.
- 4 Navegación segura.
- 4 En la parte izquierda y en la inferior derecha de cada pantalla del GLEI aparecen botones que permiten navegar de forma segura a sus distintas partes o realizar determinadas acciones.

Desde el punto de vista social tiene un gran impacto pues permite la preparación teórica de maestros, logopedas y estudiantes en formación para atención a los trastornos de la comunicación y el lenguaje para atender la diversidad escolar presente en nuestras instituciones educativas, es un medio de enseñanza eficaz puesto en manos de estudiantes, maestros, especialistas y la familia lograr la efectividad didáctica e integral de este proceso, es de fácil instalación en ambas versiones lo que facilita su socialización y la sistematización.

CONCLUSIONES

- 4 La aplicación del Glosario Logopédico Electrónico Interactivo, para perfeccionar el proceso pedagógico de la comunicación y el lenguaje en nuestras instituciones educativas a partir de la utilización de la Informática, como medio de enseñanza, ofrece a los maestros, estudiantes en formación y especialistas una alternativa didáctica novedosa que permite trabajar aspectos relacionados con la motivación, la adquisición de conocimientos, el desarrollo de habilidades y la formación de valores.
- 4 La aplicación del Glosario Logopédico Electrónico Interactivo en la práctica educativa y la evaluación realizada por expertos, dan cuenta de sus posibilidades para ser utilizado en la preparación integral de los maestros, logopedas y estudiantes en formación, en función de resolver las carencias detectadas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ardouin, J., Bustos, C., Gallo, R., y Jarpa, M. (2000) Trastornos del lenguaje en la infancia: <http://www.udec.cl/~clbustos/apsique/desa/traslen.html>. Consultado. 2002, enero 23.

Cobas Ochoa, Carmen L. Temas logopédicos para docentes. La Habana: Pueblo y Educación. 2010.

Colectivo de autores. Temas logopédicos para docentes. Editorial Pueblo y Educación. La Habana, 2010.

Copyright © MMVIII Zamora Editores LTDA, 2010.

Diachkov, A. I.: Diccionario de Defectología. 2da edición. Edit. Pedagogía. Moscú, 1970.

Diccionario médico Espasa Calpe, SA. España, 2000.

EcuRed. Enciclopedia cubana. Centro de Desarrollo Territorial Holguín – UCI. 2013-2014.

Enciclopedia Encarta® 2013. © 1993-2013. Microsoft Corporation.

Fernández Pérez de Alejo, Gudelia. Maestría en ciencias de la educación. Educación especial. Módulo III. Primera parte. Editorial Pueblo y Educación. La Habana, 2011.

Fernández Pérez de Alejo, Gudelia y Rodríguez Fleitas, Xiomara. Logopedia. Primera parte. Editorial Pueblo y Educación. La Habana, 2012.

Fernández Pérez de Alejo, Gudelia y otros. Logopedia. Segunda parte. Editorial Pueblo y Educación. La Habana, 2013.

Fernández Pérez de Alejo, Gudelia y Huepp Ramos, Félix. Fundamentos neuropsicológicos del lenguaje. Editorial Pueblo y Educación. La Habana, 2013.

Figueredo Escobar Ernesto. Logopedia I. Editorial Pueblo y Educación. La Habana, 1986.

Gran diccionario de la lengua española. Larousse. RAE. Madrid, España, 2010.

Machín López, Ramón. Glosario de términos logopédicos. Editorial Pueblo y Educación. La Habana, 1980.

MINED. CD Carrera Logopedia Plan D. Villa Clara, 2013.

Moreno Labrada, Fidel Antonio. Miniglosario de terminología logopédica. Carrera Logopedia. UCP Blas Roca Calderío. Granma, 2014.

Moreno Labrada, Fidel Antonio. La dislalia: consideraciones teórico-metodológicas. En Revista Roca No. 33. UCP Blas Roca Calderío, Manzanillo, 2012.

Pérez Bello, Teresa. Fonética y fonología españolas. La Habana. Editorial Pueblo y Educación. 2003.

Pérez Serrano, E., y Calzadilla González, O. Dirección del tratamiento logopédico en la dislalia en CD ROM Carrera Logopedia versión 1, 2006.

Sauca Balart, Andreu. Los trastornos del habla. [http: // www. e-logopedia.net](http://www.e-logopedia.net). Consultado. 2014, marzo 10.

Wikipedia. Sitio web en español, 2015.

El Análisis Fónico en el Diagnóstico de Habilidades: Una Mirada Actual en la Primera Infancia

The Phonic Analysis in the Diagnosis of Abilities: A Present-Day Look in Babyhood

Análise Fônica no Diagnóstico de Habilidades: um Olhar Actual Sobre a Primeira Infância

Autores: Zayda Mesa Fonseca.

Dirección General de Educación de Manzanillo, Granma. Cuba.

e-mail: zayda@ma.gr.rimed.cu.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9186-217x>.

Fredi Fonseca Tamayo

Dirección General de Educación de Manzanillo.

e-mail: ffonsecatamayo@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7128-2493>.

Yordan Polo Guisado.

Dirección Municipal de Educación de Manzanillo. Granma. Cuba.

e-mail: ypolog@ma.gr.rimed.cu

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1860-3616>

Artículo Original

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo: mostrar los resultados de la aplicación del diagnóstico, de la situación actual que presenta el proceso de enseñanza-aprendizaje en el diagnóstico de habilidades en el cuarto ciclo como elemento fundamental para el perfeccionamiento del análisis fónico en las niñas y los niños, contribuyendo a la preparación de estos en el aprendizaje de la lectura y el ingreso al primer grado en la escuela primaria. Se utiliza una población formada por 20 niñas y niños, 4 maestros y directivos de las instituciones educativas. El cual es resultado del proyecto institucional “Perfeccionamiento del proceso pedagógico de la Educación en el municipio Manzanillo” de la Dirección General de Educación de Manzanillo, en la provincia Granma. La propuesta se realiza a partir de un estudio de la problemática existente en la práctica pedagógica y las características de estos educandos, lo cual se sustenta en los principales postulados de la escuela socio histórico cultural de Vygotsky y la pedagogía cubana. Se utilizan los conceptos de diagnóstico de habilidades y análisis fónico como fundamentos esenciales para referir el papel del maestro, los educandos y las familias en este

proceso. En la investigación se utilizan métodos científicos de carácter teórico, tales como el análisis, la síntesis, la inducción y la deducción; y métodos empíricos: observación, encuesta, entrevista, la prueba pedagógica y el análisis de documentos.

Palabras claves: Capacidades intelectuales; Diagnóstico; Diagnóstico de habilidades; Educación de la primera infancia; Nivel de desarrollo.

ABSTRACT

This article has like objective: Showing the results of the application of the diagnosis of the present-day situation that presents the process of teaching, learning in the diagnosis of abilities in the fourth cycle like fundamental element for the perfecting of the phonic analysis in the girls and children, contributing to the preparation of these in the learning of the reading and the entrance to the first grade at the elementary school. A population formed by 20 girls and children, 4 teachers and the educational institutions' executives is utilized. Which is proven to be of the institutional project Perfeccionamiento of the pedagogic process of the Education at the municipality Olive Tree of Educación's Headquarters of Manzanillo, in the provinces Granma. The proposal comes true as from a study of the existent problems in pedagogic practice and these pupils' characteristics, which the Cuban holds in the school's principal postulates historic cultural Vygotsky's member and pedagogy herself. They utilize the concepts of diagnosis of abilities and phonic analysis like essential foundations to refer the teacher's role, the pupils and the families in this process. They utilize scientific methods of theoretic character, such like analysis, the synthesis, the induction and the deduction in investigation; And empiric methods: Observation, opinion poll, interview, the pedagogic proof and the documentary analysis.

Keywords: Intellectual abilities; Diagnosis; Skills diagnosis; Early childhood education; Level of development.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar os resultados da aplicação do diagnóstico, da situação atual apresentada pelo processo de ensino-aprendizagem no diagnóstico de habilidades no quarto ciclo como elemento fundamental para o aprimoramento da análise fônica em crianças, contribuindo para a preparação destas na aprendizagem da leitura e no ingresso na primeira série do ensino fundamental. Utiliza-se uma população de 20 crianças, 4 professores e diretores de instituições de ensino. Este é o resultado do projeto institucional "Melhoria do processo pedagógico da Educação no município de Manzanillo" da Direção Geral de Educação de

Manzanillo, na província de Granma. A proposta baseia-se em um estudo dos problemas existentes na prática pedagógica e das características desses alunos, que se baseia nos principais postulados da escola sócio-histórica e cultural de Vygotsky e da pedagogia cubana. Os conceitos de diagnóstico de competências e análise fônica são utilizados como fundamentos essenciais para se referir ao papel do professor, dos alunos e das famílias nesse processo. Na pesquisa, são utilizados métodos teóricos científicos, como análise, síntese, indução e dedução; e métodos empíricos: observação, survey, entrevista, teste pedagógico e análise documental.

Palavras-chave: Diagnóstico; Diagnóstico de habilidades; Educação infantil; Habilidades intelectuais; Nível de desenvolvimento.

INTRODUCCIÓN

La edad preescolar constituye una etapa fundamental en todo el desarrollo de la personalidad de las niñas y los niños. En esta etapa se sientan las bases, los fundamentos esenciales para todo el posterior desarrollo infantil, así como la evidencia de grandes reservas y posibilidades que en ella existen para la formación de diversas capacidades, cualidades personales y el establecimiento inicial de rasgos del carácter.

Por tal motivo este artículo resultado de una investigación, con el fin de dar respuesta a las nuevas necesidades que se plantean con el perfeccionamiento de la educación de la primera infancia en Cuba, la cual tiene que responder a las demandas que emergen a escala internacional y al mismo tiempo ha de adecuarse a las realidades de nuestra región latinoamericana, tanto como al contexto nacional y a los problemas propios de los territorios y todas las personas participantes en el proceso educativo.

Es importante considerar que la educación representa un proceso social complejo, de carácter histórico concreto y clasista, a través del cual tiene lugar la transmisión y apropiación de la herencia cultural atesorada por el ser humano. Lo anteriormente expresado evidencia la necesidad de transformaciones tanto en los sistemas educativos tradicionales como en los contenidos y los métodos de enseñanza.

En la bibliografía F. A. Sojin (1979) “El desarrollo del lenguaje en los niños de edad preescolar”, aborda elementos sobre las particularidades evolutivas del desarrollo del lenguaje, la formación de la cultura fónica del lenguaje y las etapas en que se divide. Si se logra que los niños ingresen a la escuela con un adecuado desarrollo y preparación, el maestro de primer grado podrá trabajar con éxito en el posterior desarrollo de estos y garantizar un alto nivel de aprovechamiento escolar.

El lenguaje se concibe como forma peculiar del conocimiento o concepción de los objetos y fenómenos de la realidad, una forma indirecta del conocimiento de esa realidad circundante, y que la refleja por medio de la lengua natal.

DESARROLLO

En el transcurso de los primeros años de vida se realizan profundas transformaciones en el proceso de comunicación de los niños con las personas que los rodean, parece totalmente aislada la actividad práctica sin embargo el intercambio de una Información valorativa, de caricias, sentimientos y cuando la palabra tiene un valor primordial para ellos se crean las condiciones óptimas para su autorregulación, para el logro de su identidad, estabilidad emocional y del establecimiento de sus relaciones recíprocas, adecuadas con las personas que están a su alrededor.

Los contenidos de la Lengua Materna en el grado preescolar muestran un desarrollo de sus habilidades comunicativas que le permiten mantener una comunicación rica y eficiente, con posibilidades de expresar sus sentimientos de forma intencionalmente clara con un orden lógico de las ideas y utilizando correctamente las reglas gramaticales en pasado, presente, y futuro, que pronuncie adecuadamente todos los sonidos establecidos relacionados entre ellos que tenga las destrezas motoras para asimilar de manera eficaz la escritura y sienta placer ante las formas bellas de expresión de la lengua.

Aguilar (2010) en su tesis “Estrategia didáctica para la etapa de aprestamiento del área del lenguaje en educandos de primer grado de la Educación Primaria”, expresa que todo lo relaciona con el análisis fónico y el control muscular solo se menciona el contenido, sin embargo no sugiere acciones orientadoras de cómo proceder.

Por otro lado Escalona (2008) en su tesis: Sistema de orientaciones metodológicas para el perfeccionar el proceso evaluativo en el 2do año de vida del Círculo Infantil, hace referencia a algunos elementos sobre cómo perfeccionar las actividades de lengua Materna desde las edades más tempranas con vista a elevar la calidad del proceso educativo, siendo de gran valor desde el trabajo metodológico ya que en la organización del proceso educativo se debe considerar, en primer lugar, al que se educa, lo cual significa focalizar las condiciones individuales de los niños, y la organización de las condiciones en que transcurre su educación y desarrollo.

Los pequeños preescolares de estos tiempos son niños que preguntan, que se cuestionan el mundo que los rodea, que quieren saber muchas cosas, que tienen curiosidad, que pueden llegar

a ser creativos, que pueden o quieren descubrir tantas cosas todavía incomprensibles para ellos, por lo que debemos verlo con otro prisma.

Tienen que ser comprendido como un ente dinámico, que no está totalmente vacío de nociones y vivencias, como alguien que puede participar activamente en su propia educación y formación. En definitiva, un niño que no tiene nada que ver con aquellos de otros tiempos.

El educador preescolar conduce, guía, promueve y enriquece el desarrollo de cada una de los niños a su cargo, si están preparados de manera óptima; les brinda una atención educativa personalizada, diferenciada, donde la búsqueda de nuevos recursos pedagógicos es una exigencia que no puede soslayar, para abarcar y darle la educación requerida a cada uno de ellos, a partir de sus necesidades e intereses, y de esta manera conducirlos hacia pleno desarrollo de todas sus potencialidades y prepararlos para asimilar los nuevos retos que para los niños representa el ingreso a la escuela primaria.

Una de las tareas principales de la lengua materna en el centro infantil es la preparación para la lectura y la escritura. Esto se garantiza mediante dos habilidades específicas: el análisis fónico de la palabra y el desarrollo de habilidades caligráficas o preescritura.

El análisis fónico cumple una de las tareas básicas del grado preescolar: darle a los niños una preparación que facilite el proceso de enseñanza de la lectura en el primer grado. Desde este punto de vista el análisis sonoro de las palabras posibilita la asimilación generalizada de los mecanismos básicos para la formación y combinación de las estructuras silábicas indispensables, para adquisición posterior

Es por ello que la enseñanza de la Lengua Materna se enfrenta a momentos de transformaciones estableciendo prioridades relacionadas con el dominio de la Lengua Materna en los educandos. Se basa en el entrenamiento de la comunicación, por lo que se hace necesario dirigir el proceder didáctico hacia la búsqueda de actividades con un enfoque comunicativo-motivacional ya que estos proporcionan al proceso de aprendizaje nuevas fuerzas que lo alejan del aplanamiento y el tedio.

Un número considerable de investigadores sobre el tema sistematizados por Aguilar (2010) tales como: Binet (1913), Arias (1995), Gesell (1921), expresan que: “se deben considerar que la evaluación es fundamental en los primeros años del desarrollo como un resultado de su maduración”. Aspecto con el cual se coincide en este artículo por la importancia que esta tiene en este proceso en las primeras edades.

Desde los primeros años de vida, los infantes inician un proceso madurativo general que culmina hasta la edad adulta. Los niños y niñas, al emprender su camino por la escuela, también ponen en ejecución diferentes habilidades básicas, y estas capacidades elementales del desarrollo se movilizan dentro y fuera del aula, al tiempo en que el escolar realiza una serie de actividades en interacción con su medio.

El proceso de madurez de estas destrezas es dinámico, continuo o discontinuo; de tal manera, que mediante su valoración y monitoreo oportuno se pueda predecir algún desfase, y con ello, establecer adecuadamente las estrategias necesarias para disminuir las brechas en el desarrollo.

De acuerdo a los resultados obtenidos después de la aplicación de los instrumentos propuestos en el estudio de la población tomada, de infantes de educación preescolar, con el propósito de valorar las habilidades básicas del desarrollo en las áreas: personal/social, adaptativa, motora, comunicación y cognitiva, se discuten los hallazgos más relevantes

RESULTADOS Y SUS ANÁLISIS

En la concepción de la investigación se realiza el estudio diagnóstico a partir de la aplicación de diferentes métodos empíricos y técnicas de investigación, dentro de los cuales se encuentran: la observación pedagógica, la encuesta a educandos, entrevista a educadoras, resultados de visitas y análisis crítico de documentos, que permitió revelar entre las principales insuficiencias del proceso de análisis fónico en el desarrollo de habilidades las siguientes. Las acciones de búsqueda de información permitieron detectar insuficiencias del proceso educativo:

- ❗ Falta de correspondencia entre los resultados del diagnóstico de habilidades del grado preescolar y el seguimiento que se le ofrece en la etapa de aprestamiento y adquisición, fundamentalmente en las áreas: desarrollo del lenguaje, organización perceptual y solución de problemas.
- ❗ Dificultades en la determinación del lugar que ocupan los sonidos en las palabras y su diferenciación en vocales y consonantes.
- ❗ Falta de interés y motivación por las niñas y los niños en las actividades planificadas por las maestras.
- ❗ Insuficiente creatividad en el uso de los medios de enseñanza tradicionales y el uso de las nuevas tecnologías.

- ⚠ No se aprovechan al máximo todas las formas organizativas del proceso para favorecer los conocimientos de los niños

De acuerdo a los resultados obtenidos, en nuestro estudio se determinó que:

- ⚠ La población estudiada presentó desfases significativos en las diferentes habilidades básicas de su desarrollo; lo anterior, si bien es una perspectiva general, también puede tomarse como un panóptico de una realidad presente en nuestra población infantil temprana.
- ⚠ Es en este contexto, que se requieren estudios de gran escala tanto de tipo cuantitativo como cualitativo, que adviertan de modo más específico las características de nuestra población y los factores asociados a las brechas madurativas entre diferentes grupos sociales.
- ⚠ Después de realizar un estudio profundo de las causas que provocan los desfases en el desarrollo neuropsicosocial infantil se podrán establecer mecanismos, estrategias y políticas educacionales para atender esta problemática, en todos los niveles y en diferentes direcciones.
- ⚠ En principio y como una estrategia de tipo remedial, es necesario implementar evaluaciones regulares de diagnóstico y monitoreo en las escuelas, con el propósito de que las instituciones educativas implementen planes de apoyo curricular que estimule de modo pertinente sobre las necesidades elementales de desarrollo de cada grupo de infantes.

POBLACIÓN Y MUESTRA

La selección de la muestra se realizó por el método no probabilístico intencional pues no es representativa de la población y es intencional porque de los 2 grupos que conforman el grado preescolar a juicio de los autores por lo que se escogieron a 47 educandos del CI “Bartolo Sotto Alba”. De ellos 22 son hembras y 25 varones.

MATERIALES Y MÉTODOS

Los materiales utilizados fundamentalmente fueron los cuadernos de trabajo, hojas de trabajo, componedores, combinadores, tarjetas y patrones con los sonidos, los que permitieron aplicar el sistema de orientaciones metodológicas para perfeccionar el análisis fónico en el diagnóstico de habilidades. En la investigación se utilizan métodos científicos de carácter teórico, tales como el análisis, la síntesis, la inducción y la deducción; y métodos empíricos: observación, encuesta, entrevista y la prueba para explorar el lenguaje.

Para cumplir con este objetivo se utilizaron distintos instrumentos de investigación, tales como:

- 🔊 Revisión de documentos y encuesta a docentes y familias.
- 🔊 Prueba para explorar el lenguaje en los niños.
- 🔊 Observación a actividades del área de análisis fónico.

Para este estudio, se utilizan los indicadores siguientes:

- 🔊 Identificación de vocales y consonantes.
- 🔊 Reconocimiento de la palabra y la cantidad de sonidos que la forman y su pronunciación.
- 🔊 Expresar en número de sonidos una vez formada la palabra realizando la pronunciación enfatizada de cada uno.

A partir de estos indicadores cualitativos, concebidos para valorar el estado actual, se efectuó el diagnóstico inicial donde se realizó la revisión de documentos, se aplicó la encuesta a docentes y familias, se les aplicó pruebas y técnicas a 47 niños del grado preescolar y la observación a 32 actividades de análisis fónico.

La revisión de documentos se aplicó con el objetivo de recopilar información acerca del tratamiento que se les ha dado a los contenidos de análisis fónico y conocer cuáles son los aspectos que no han sido solucionados satisfactoriamente en el grado preescolar.

Se revisaron los siguientes documentos:

- 🔊 Programas y orientaciones metodológicas.
- 🔊 Libros de textos referidos al área del lenguaje.
- 🔊 Planes de trabajo anual y mensual de la institución educativa y doce planes de actividades de maestros que imparten el área de desarrollo.

Estos resultados permitieron constatar que:

- 🔊 En la revisión de las actividades se comprobó que no todas las maestras son creativas para motivar a las niñas y niños en los diferentes contenidos, no se planifica el trabajo correctivo compensatorio.
- 🔊 En cuanto a la preparación manifiestan haberla recibido, pero no de manera sistemática en los tres períodos que requiere el curso escolar.
- 🔊 Además abordan que han sido preparadas por las metodólogas, directoras y subdirectoras docentes.

- ⚠ Durante todo el curso cada vez que se imparte una actividad demostrativa se aborda si el contenido se presta para darle seguimiento a las tareas del diagnóstico pero que hace Énfasis en cada una de estas tareas a partir de los meses de Marzo - Abril.

Resultado de la revisión de documentos

- ⚠ El tercer instrumento fue el estudio de documentos, materiales con el objetivo de constatar en los documentos normativos el tratamiento al diagnóstico de habilidades.
- ⚠ Se revisaron 8 actas del consejo de dirección de un periodo de 8 meses, en el 50% de ellas (4 actas) se abordan aspectos referidos al diagnóstico de habilidades así como el protagonismo en el análisis fónico presentando insuficiencia en su sistematicidad, se control que se ofrecen orientaciones a la subdirectora docente con relación a las dificultades encontradas en algún grupo evolutivo sobre manifestaciones de los niños y la necesidad de elevar la calidad del trabajo en este aspecto.
- ⚠ Al revisar las actas de los colectivos de ciclos y territoriales (12) se comprobó que en el 20 % de ellas no se le da seguimiento a algunas de las manifestaciones de niños y no se abordan actividades de forma sistemática para fortalecer dichos contenidos.

En las observaciones a las actividades de análisis fónico, se detectan las siguientes dificultades en cada dimensión en que se subdivide la guía de observación:

- ⚠ El 50% de las actividades presentan dificultades en la utilización de métodos y procedimientos.
- ⚠ El 35% de las actividades presentan insuficiencias, motivación y disposición hacia el nivel de desarrollo.

Se observaron actividades de Lengua Materna referidas al contenido de análisis fónico, se comprobó que:

- ⚠ No todos los niños poseían las habilidades para los diferentes contenidos
- ⚠ No se realizaba el trabajo correctivo compensatorio por parte de la maestra.
- ⚠ En los planeamientos y caracterizaciones psicopedagógicas de los niños (40) se comprobó en el 50% de ellos que no se recogen aspectos fundamentales a la asimilación de los contenidos de análisis fónico fundamentalmente por la importancia que tiene para la lectoescritura en primer grado el establecimiento de la correspondencia sonido - grafía.

- Otro aspecto fundamental fue la revisión de las dosificaciones donde (4) donde todavía quedan contenidos que no se dosifican y no se le da la cantidad de frecuencias para que los niños puedan resolver una dificultad determinada.
- En lo referente a la comunicación expresiva se identificó que los infantes carecían de un vocabulario lo suficientemente amplio que les permitiera comparar conceptos y usar palabras con mayor exactitud, al tiempo de emplearlas en frases más elaboradas en plural y singular.

Al interpretar los resultados obtenidos en el diagnóstico, se realizaron las siguientes generalizaciones:

- Insuficiente preparación de los maestros, especialistas, y directivos para organizar y desarrollar el proceso de tratamiento a los contenidos del análisis fónico.
- Pobre inserción de la familia de los niños del grado preescolar con la institución educativa, en función de favorecer el nivel de desarrollo, hábitos y habilidades en los contenidos del análisis fónico.
- Insuficiente organización del proceso educativo del círculo infantil en todas las formas organizativas del proceso, para la concepción en sus actividades del tratamiento a los contenidos de análisis fónico. Una vez analizados los resultados obtenidos se hace necesario revisar la concepción del proceso de enseñanza-aprendizaje sobre los contenidos de análisis fónico en el área del desarrollo del lenguaje en los niños del grado preescolar del círculo infantil Bartolo Sotto Alba.

A partir de los resultados se aplica un sistema de actividades diseñadas por los investigadores dirigidas a potenciar el análisis fónico en el diagnóstico de habilidades en los niños del cuarto ciclo. Se organizaron en las diferentes formas del proceso educativo. En un primer grupo, se ubicaron las actividades independientes. En un segundo grupo, las actividades de juego. En un tercer grupo las actividades programadas.

Resultados de la aplicación del sistema de actividades para el perfeccionamiento del análisis fónico en el diagnóstico de habilidades de los niños del cuarto ciclo del círculo infantil

- Las actividades fueron aplicadas de la misma forma en que fueron concebidas; desde el inicio mismo del experimento se aprecia que las mismas despertaron la atención de las madres y padres lo que constituye una premisa indispensable para asegurar el Éxito del experimento pedagógico.

- ♣ Durante su desarrollo las maestras se manifestaron activas, motivadas, participan alegres, permitiendo comprensión en lo que se le orientaba.
- ♣ Fue significativo el cambio logrado a partir de la aplicación del pre- experimento, pues sí bien al inicio varios niños tenían afectada el área de Análisis Fónico fueron evolucionando positivamente gracias a la preparación que lograron las maestras y estructuras de dirección por la propuesta introducida fueron capaces de favorecer esta área en el diagnóstico de habilidades de los niños del cuarto ciclo de desarrollo.
- ♣ Después de aplicar el sistema de orientaciones para el perfeccionamiento del análisis fónico en el diagnóstico de habilidades de los niños del cuarto ciclo del círculo infantil Bartolo Sotto Alba, se realiza otro muestreo sencillo y los resultados fueron: Se logró en todos los indicadores que los niños fueran cumplidores al 100% y fueran ubicados en nivel alto, lo que evidencia la efectividad del sistema de orientaciones metodológicas.

CONCLUSIONES

- ♣ La concepción actual sobre la aplicación de las tareas de Lengua Materna relacionada con los contenidos de análisis fónico no satisface las expectativas para lograr calidad en el sistema de asimilación por parte de las niñas y los niños de 4to ciclo.
- ♣ El sistema de orientaciones metodológicas para el perfeccionamiento del análisis fónico en el diagnóstico de habilidades del 4to ciclo constituye una vía fundamental a tener en cuenta en aras de lograr calidad en las formas organizativas del proceso educativo previsto.
- ♣ Los resultados obtenidos al poner en práctica el sistema de actividades para perfeccionar el análisis fónico en el diagnóstico de habilidades permiten confirmar su efectividad en la práctica pedagógica.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ♣ Aguilar, J (2010). Estrategia didáctica para la etapa de aprestamiento del área del lenguaje en educandos de primer grado de la Educación Primaria. Tesis en opción al grado académico de Máster en Ciencias de la Educación, ISP Blas Roca Calderío, Granma.
- ♣ Escalona, M. (2008): Sistema de orientaciones metodológicas para el perfeccionar el proceso evaluativo en el 2do año de vida del Círculo Infantil: Mi Pequeño Príncipe.

Tesis en opción al grado académico de Máster en Ciencias de la Educación, ISP Blas Roca Calderío, Granma.

- Sojin .F.A.(1979) Desarrollo del lenguaje en los niños de edad preescolar. Editorial Pueblo y Educación.

La Integración Social de los Educandos con Discapacidad: Una Mirada desde el Trabajo Preventivo

The Social Integration of the Pupils with Disability: A Look from the Preventive Work

A Integração Social de Alunos com Deficiência: Uma Visão do Trabalho Preventivo

Autores: Zulema Corona Castañeda.

Universidad de Granma

e-mail: zcorona@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2381-4774>.

Fredi Fonseca Tamayo

Dirección General de Educación de Manzanillo.

e-mail: ffonsecatamayo@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7128-2493>.

Clara María Rodríguez Vázquez.

Universidad de Granma.

e-mail: crodriguezv@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1089-2618>.

Artículo de Revisión

RESUMEN

El desarrollo científico técnico en la época contemporánea y en particular a los profesionales de Educación Especial, plantea nuevos retos en su preparación didáctica, orientación a los educandos y sus familias cuando estas reciben el diagnóstico de un menor con discapacidad, esta nueva situación en muchos casos es vivenciada de manera negativa y dolorosa, aspecto que desestabiliza el equilibrio y armonía familiar, y transitan por un momento de asimilación de esta situación independientemente de la etapa que están viviendo. En dependencia de la flexibilidad de la familia para procesar las informaciones brindadas y la organización demostrada ante el evento accidental, así será la ayuda que puedan transmitirle a sus hijos, por lo que necesitan de herramientas para lograr efectividad didáctica e integral en este proceso. El presente artículo tiene como objetivo: Sistematizar un conjunto de acciones de integración social en educandos con discapacidad para la aceptación al diagnóstico por la familia, donde se

destaca la importancia de su aceptación para lograr una mejor integración social de los niños, ajustado lo mayormente posible, a las exigencias de la sociedad y la incidencia del docente en este contexto. La propuesta se sostiene en los resultados del proyecto institucional “Perfeccionamiento del proceso pedagógico de la Educación en el municipio Manzanillo, a partir de un estudio de la problemática existente en la práctica pedagógica y las principales insuficiencias constatadas, lo cual se fundamenta en los principales postulados de la escuela socio histórico cultural y la pedagogía cubana.

Palabras claves: Aceptación; Educación especial; Diagnóstico; Integración social; Discapacidad; Familia.

SUMMARY

The scientific technical development in the contemporary epoch and in particular to Especial Educación's professionals, you present new challenges in his didactic preparation, orientation to the pupils and his families when these receive the diagnosis of a minor with disability, this new situation in many instances is vivenciada of negative and painful way, aspect that destabilizes the equilibrium and family harmony, and they transit for a moment of assimilation of this situation independently of the stage that they are living . In dependence of the flexibility of the family to process the offered reports and the organization demonstrated in front of the accidental event, it will that way be the help that may be broadcast to his children, which is why are in need of tools to achieve didactic and integral effectiveness in this process. The present article has like objective: Systematizing a set of actions of social integration in pupils with disability for the approval to the diagnosis for the family, where the largely possible, to the requirements of the society and the incidence of the teacher in this context highlights the importance of his approval to achieve a children's better social integration, fitting itself. The proposal is held in the results of the institutional project “ Perfeccionamiento of the pedagogic process of the Education at the municipality Olive Tree, as from a study of the existent problems in the pedagogic practice and the principal verified insufficiencies, which bases itself in the school's principal postulates historic cultural member and pedagogy Cuban.

Key words: Approval; Especial education; Diagnosis; Social integration; Disability; Family

RESUMO

O desenvolvimento científico e técnico na era contemporânea e em particular aos profissionais da Educação Especial, coloca novos desafios na sua preparação didática, orientação aos alunos e suas famílias quando recebem o diagnóstico de um menor com deficiência, esta nova situação

em muitos casos é vivida de forma negativa e dolorosa, aspecto que desestabiliza o equilíbrio e a harmonia da família. e estão passando por um momento de assimilação dessa situação, independentemente do estágio que estejam vivendo. Dependendo da flexibilidade da família para processar as informações fornecidas e da organização demonstrada em caso de acidente, essa será a ajuda que eles poderão transmitir aos filhos, por isso precisam de ferramentas para alcançar uma eficácia didática e abrangente nesse processo. O objetivo deste artigo é: sistematizar um conjunto de ações de integração social em alunos com deficiência para a aceitação do diagnóstico pela família, onde se destaca a importância de sua aceitação para alcançar uma melhor integração social das crianças, ajustada ao máximo, às demandas da sociedade e à influência do professor nesse contexto. A proposta baseia-se nos resultados do projeto institucional "Melhoria do processo pedagógico da Educação no município de Manzanillo, a partir de um estudo dos problemas existentes na prática pedagógica e das principais insuficiências encontradas, que se baseia nos principais postulados da escola socio-histórica cultural e da pedagogia cubana.

Palavras-chave: Aceitação; Educação especial; Diagnóstico; Integração social; Deficiência; Família.

INTRODUCCIÓN

En Cuba, como en cualquier parte del mundo, existen niños con alguna desviación que quizás esté dado en su sistema nervioso o en su cuerpo como tal. Estos por lo general son llamados discapacitados. Concurren otros que sufrieron a lo largo de su infancia, algún accidente o enfermedad severa, cuya consecuencia puede conllevar a una discapacidad. En su mayoría proceden de hogares, que nunca fueron capacitados para pasar por un evento semejante; pues cada familia siempre se prepara para recibir a un niño fuerte tanto física como mentalmente.

La sociedad a lo largo del tiempo ha sido educada bajo preceptos que rigen una niñez saludable, perspicaz y dotada de una inteligencia tal, con la que puedan llegar a ser el relevo de la nueva generación. No obstante, cuando por una razón u otra, no se llegan a cumplir las expectativas creadas con el nacimiento de un hijo, esto puede provocar el derrumbe de un hogar que ha costado años en ser construido. En gran medida, quien más sufre es el menor, el que crece, por lo general, careciendo de atención y amor, elementos indispensables para el logro de una buena integración social.

Actualmente se hace mayor énfasis en la comprensión y satisfacción de las necesidades especiales de estos niños “distintos” lo que requiere atender las peculiaridades de sus familias,

y apoyar a sus padres de múltiples formas. La Educación Especial desempeña un destacado papel social y educativo, pues cuenta con un variado conjunto de especialistas dedicados a satisfacer las exigencias familiares, en lo que a aceptación del diagnóstico se trata. El vínculo estrecho entre padres y educadores que atienden a estos niños es indefectible para la obtención de resultados positivos en ellos.

La familia educa en las tradiciones de la cultura y asegura el aprendizaje de los primeros y perdurables hábitos de vida. Cultiva el amor propio de los niños, su identidad de género, sus preferencias. Desarrolla la inteligencia y creatividad de los pequeños, aun cuando estos, presenten limitaciones de cualquier índole. Los padres contribuyen a la formación y los intereses infantiles, y paulatinamente inciden en las motivaciones y orientaciones valorativas de los mismos. Lo que solamente es posible cuando se educa con amor y entrega.

El afecto que los padres demuestran a sus hijos suscita su autoestima y su capacidad de amar. Ello influye también en las relaciones seguras que puedan crear con sus coetáneos; las que serán la antesala de la creación de buenas amistades, una pareja estable y una vida equilibrada. Desde el seno del hogar se proyectan los principios de cada familia hacia el mundo social. Las dificultades que pueda tener el niño en su aprendizaje, para nada debe influir en su integración como ente activo de la sociedad, si desde el ámbito familiar el tema es tratado con devoción y cuidado.

Según Castro, A. (2010)

La familia es el primer agente socializador porque mediatiza la influencia social, sobre la personalidad de sus miembros, en especial de sus hijos. La función de reproducción social que esta desempeña, consiste en formar en su descendencia las cualidades de una personalidad, a la que aspira la sociedad. (p.10)

En consecuencia, mientras más temprano sea aceptado el niño tal y como es, mayor será la comprensión y ayuda necesaria que necesite para el logro de esa personalidad, que tenga entre sus principios la honestidad y el trabajo, aspecto que se le brinda especial atención en este artículo.

No es su coeficiente de inteligencia lo que aparta a la persona de la sociedad. Su comportamiento cotidiano, la utilidad que pueda brindar con el trabajo de sus manos y el amor que profese, serán armas más que suficientes para ser querido y respetado por todos. Es en la familia donde han de educarse desde sus inicios estos principios que acompañarán al niño por el resto de sus días.

La práctica ha demostrado que la generalidad de los padres que presentan un niño con discapacidad, tardan en concientizar la dificultad. El diagnóstico es aceptado de forma tardía y luego de haber consultado con una serie de especialistas, muchas veces buscados por medios propios. La realidad objetiva es que mientras más se demore el proceso de aceptación del diagnóstico por parte de la familia, menos apoyo recibirá el niño de esta, y por tanto se dificultará en gran medida su desarrollo como persona y su integración a la sociedad. Es por ello que en este artículo se propone destacar la importancia que tiene la aceptación temprana del diagnóstico de un niño con discapacidad, por parte de la familia y el papel del maestro en el logro de este objetivo.

DESARROLLO.

Actualmente se pretende que los niños con discapacidad lleguen a lograr una integración social a la altura de las expectativas que se crean por parte de los especialistas y familiares, que con ellos conviven diariamente. Para eso primeramente se ha de partir de la creación de sólidos cimientos que devienen del crecimiento familiar en torno al tema. Al nacer un niño con discapacidad afloran sentimientos de culpa, rechazo, impotencia, entre otros. Lo más importante es que se cuente con la ayuda necesaria de especialistas que les informen, ayuden y orienten para enfrentar tempranamente la situación y lograr aceptar cuanto antes el nuevo reto al que son llamados.

Se pretende luchar intensamente en la actualidad por una educación inclusiva que no es otra cosa que la integración social, es esa integración física y eficaz, que se convierte un verdadero desafío para los maestros, quienes van a enfrentar directamente los riesgos y beneficios de la integración, quienes van a tropezar con algunos contratiempos de carácter más bien ideológico que son infundados por lo general sobre la base de prejuicios, principalmente de los padres de niños discapacitados, quienes deben ser los procuradores de una educación equitativa y, quienes junto al docente asegurarán el derecho a una educación para todos.

Una de las condiciones que permiten la correcta integración social del niño discapacitado es que las escuelas tengan una visión integradora. El maestro con la siempre incondicional ayuda de la familia, deberá empeñarse en el logro total de este objetivo. Ellos, en conjunto, serán los directos responsables de asumir la tarea de integrar a los niños con discapacidad, y, estos niños con discapacidad serán los directos beneficiados con los resultados de esa educación inclusiva, a quienes se pretende ofrecer un ambiente regularizado y no un ambiente separatista.

La primera dificultad que atraviesa hoy el niño discapacitado es su integración en la sociedad. Este va creciendo y llega el momento en que intenta tratar de vivir de modo más independiente en relación con su familia. La sociedad muchas veces no se encuentra en disposición de admitirlo en cuanto a persona humana, sujeto de derechos inviolables. En realidad, la persona discapacitada encuentra a menudo trabas para ejercer su derecho a vivir en la sociedad, a compartir espacio, trabajo y vivienda con los que no padecen discapacidad alguna. Es usual encontrarse con la falta de disposición para acoger al discapacitado.

Independientemente de los motivos de inquietud por algunos especialistas en cuanto a lo que respecta a la capacidad actual de la sociedad de acoger al discapacitado, también se encuentran motivos de perspectivas a partir de los estudios realizados desde el punto de vista médico, neurológico, pedagógico y educativo en relación con el tema. Se ha demostrado en esos estudios la «plasticidad cerebral», es decir, de la posibilidad de recuperación y desarrollo del cerebro a pesar de un defecto, eso hace esperar un buen futuro para los niños discapacitados. Los neurólogos han dado la confirmación que, durante los primeros años de vida, las relaciones que serán responsables de muchas funciones importantes del cerebro, como las emociones, la memoria y el comportamiento, siguen proliferándose.

En ocasiones las mayores preocupaciones giran alrededor de la ayuda que ha de brindarse a los niños con discapacidad y se va olvidando el eslabón fundamental de esta cadena: la familia. ¿Pudiera lograrse una buena integración social de los niños sin haber logrado antes una buena integración familiar? Lo más conveniente es que conjuntamente con el niño sean atendidos los miembros de la familia más cercanos a él y será como único podrá lograrse esa integración social a la que tanto se aspira.

La atención a niños con discapacidad constituye una premisa para todos los países. Esa atención debe partir entonces de la familia, la que ha sido objeto de estudio durante años. Son muchos los estudios realizados desde el punto de vista jurídico, económico, ecológico, axiológico, sociológico y demográfico que están implicados en la vida cotidiana de la familia. En Cuba se ha elaborado desde los años 90 una concepción teórica sobre la familia, se cuenta hoy con varias publicaciones que abordan y explican su funcionamiento. Todos de una forma u otra convergen en que la familia es el grupo humano en el cual las personas viven, donde manifiestan importantes motivaciones psicológicas y las realizan en diversas actividades.

Desde una concepción filosófica – materialista histórica y dialéctica la sociedad según expresa Engels (1884):

Determina la vida familiar y a su vez la familia condiciona en sus descendientes importantes cualidades de la personalidad. La familia tiene una importante misión de reproducción social porque desempeña un insustituible papel de transmisión entre lo social y lo personal. (p.56)

Se admite este planteamiento, pues en este caso se está en presencia del estudio de una familia que presenta entre sus miembros un niño con discapacidad e involuntariamente surgen dudas acerca de: ¿cuál será el desempeño de estas familias? ¿se demandan de otros elementos para entenderlas? Al responder estas interrogantes queda en manos del docente las herramientas suficientes y necesarias para una adecuada orientación de las familias con niños con diagnóstico de una discapacidad.

Al referirse a esta problemática, Martínez (2008) declara que:

...es importante hacer una evaluación sobre las implicaciones que tiene en una familia un niño con discapacidad, antes de intervenir con ella, independientemente del tipo de discapacidad que se presente. No es suficiente suponer que en todas las familias sucede lo mismo ni que presentan las mismas actitudes respecto a la discapacidad, y mucho menos que tienen los mismos conflictos ni los afrontan de la misma forma. p.(20)

Por consiguiente, siempre será impredecible la reacción inicial de la familia ante la discapacidad de uno de sus hijos, por lo que es recomendable que siempre que sea posible haya asesoría directa de un especialista desde el nacimiento. Esto propiciará que la herida sea menos profunda y tempranamente la familia se prepare y se informe, favoreciendo de esta manera un mejor desarrollo del niño y logrando más efectividad en cuanto a acciones como hablar, caminar e independizarse.

Autores como Cabezas, (2001) expresan que:

Un mejor futuro para los niños con discapacidad va a depender, en buena medida, de la colaboración entre padres, familias y profesionales. Y para que esto suceda no basta con que tengamos la intención de realizarla, sino que procede un debate y una clarificación a todas las instancias de los roles específicos de unos y otros. Los padres desean ser co-terapeutas en la educación de sus hijos, por lo que es necesario involucrarlos en el proceso educativo; su presencia es importante en las sesiones terapéuticas, esto les permitirá, con la ayuda del profesional, incorporar y poner en práctica los procedimientos conductuales y contribuir eficazmente a la educación de sus hijos. p.(25)

Se coincide con este planteamiento, ya que es significativo destacar que si bien la familia constituye el principal eslabón en la educación y crianza de sus hijos, más si tienen alguna discapacidad; resulta de vital importancia la intervención de un profesional capacitado para orientar y apoyar a dicha familia. Sin esa ayuda sería imposible lograr en ellos la integración social al que cada padre aspira.

En ocasiones subsisten dificultades que atentan contra la relación estrecha que ha de existir entre padres y educadores, en este artículo se admiten las que hace referencia Alfonso. N, (2010):

- ⚠ Excesivo distanciamiento entre el profesional y la familia.
- ⚠ Trato descortés de una parte hacia la otra.
- ⚠ Falta de información por ambas partes sobre el modelo educativo seguido en el otro contexto.
- ⚠ En algunos casos aparición de sobre expectativas en profesores y padres, con el riesgo evidente de ser defraudados.
- ⚠ Los profesores no aprecian la colaboración leal ofrecida por los padres.
- ⚠ Los profesores no han recibido la formación adecuada sobre cómo tratar a las familias.
- ⚠ Los profesores se sienten vigilados, inadecuadamente supervisados por los padres.
- ⚠ Los padres piensan que los problemas de sus hijo/as tienen su origen en la deficiente atención que reciben de sus profesores. p.(55)

Sin dudas todas estas dificultades entorpecerán el buen desarrollo del niño que hasta que no se logre una armonía entre todas las personas que con él interactúan; los objetivos a alcanzar en ambas partes (familia y educadores); se verán frustrados. Solamente se alcanzará el éxito rotundo si el trabajo se realiza en conjunto. Se hace esencial además que la familia mantenga estrecha relación con el niño demostrándole siempre seguridad y entrega. En este sentido Navarro,(1998) propone ciertas pautas específicas que el educador puede seguir para lograr la interacción efectiva entre los miembros de la familia y el niño, estas son las siguientes:

- ⚠ Ayudar a afrontar el cuidado y la educación del niño(a) después de superar el shock inicial.
 - ⚠ Implicar a la familia en la estimulación sensorial, motriz, cognitiva y comunicativa temprana ya que no sólo es beneficioso para el niño(a), sino también para ellos mismos.
3. Enseñar a la familia a adoptar y desarrollar estrategias adaptativas de interacción,

caracterizadas por una mayor sensibilidad y sincronización con las necesidades del niño(a), modificándolas a medida que el va evolucionando, observando, apreciando y respondiendo a las respuestas actuales.

- 4 Ayudar a establecer interacciones positivas en las que disfruten tanto la familia como el niño(a).
- 4 Conocer las creencias de las familias sobre su papel respecto a la interacción con el niño(a), ya que algunos creen que su papel es enseñarlo(a) y por eso corrigen sus errores, lo cual le impide explorar a su gusto. Otros creen que son mediadores, por lo que no proporcionan al niño(a) oportunidades de experimentar con objetos, cometer errores y esforzarse.
- 4 Conocer la organización y estructuración de la vida cotidiana familiar, aprovechando esta información para introducir nuevos elementos a adaptar, respetando el estilo natural de la familia al organizar sus actividades. p.(57)

Por último, es importante concientizar a las familias para que vean como un hecho natural el pedir ayuda a los profesionales y hacer uso de todos los recursos asistenciales que les proporcione la comunidad. Asimismo, es fundamental normalizar al máximo la situación de integración de su niño en todos los ámbitos de participación que ofrece el entorno social de la familia.

En toda sociedad, el acceso al trabajo asalariado sigue siendo la principal vía para la integración social. El desempeño de una actividad laboral posee un significado altamente normalizador para las personas con discapacidad, ya que proporciona una estructura básica para desarrollar la conducta social; es la manera de seguir sintiendo que se es útil a la sociedad y que se forma parte de ella. Es importante destacar que eso solamente constituye el fin que se pretende alcanzar con cada discapacitado; sin embargo, a de realizarse una labor intensa que debe comenzar con la aceptación y apoyo de la familia y con colaboración incondicional de especialistas y educadores.

Por todo lo antes expuesto los autores del presente artículo sugieren un conjunto de acciones con la familia, que ha de tener en cuenta el maestro para el logro de una buena integración social de las personas con discapacidad, siendo estas las pautas para su futuro y fortaleza como humano útil y cabal

- 4 Lograr la aceptación temprana del diagnóstico del niño(a) por parte de la familia, para propiciar la búsqueda de ayuda de diferentes especialistas en torno al tema.

- Realizar una caracterización real y detallada de cada familia donde se destaquen fortalezas y debilidades.
- Mantener actualizada dicha caracterización con los logros y retrocesos que se vayan obteniendo con el niño(a).
- Realizar talleres familiares donde se inviten los diferentes especialistas para ofrecer charlas educativas que mantengan actualizados los miembros de la familia.
- Establecer metas específicas y apropiadas para lograr en conjunto con la familia la integración social a la que se aspira, de los niños(as) con discapacidad.
- Realizar un seguimiento sistemático para reevaluar en forma regular las metas trazadas, los resultados que se van obteniendo y a partir de ahí trazarse nuevas acciones.
- Propiciar al menos una vez por mes un espacio de intercambio entre familias, donde se realicen dinámicas de grupo y se muestren las diferentes experiencias a partir de las vivencias cotidianas. Esto permite buscar soluciones ante las diferentes situaciones dadas y ganar en optimismo y seguridad.
- La intervención y estimulación deben ser generales, para abarcar integralmente el desarrollo del niño(a), aprovechando los recursos positivos que provea su entorno, y promoviendo, sobre todo, la interacción con niños aparentemente normales para que se imiten modelos adecuados y adaptados a la sociedad

Son diversos los especialistas que deben implicarse en la ardua labor de instrucción y educación a los niños con alguna discapacidad, entre los que se pueden citar: psiquiatras, pediatras, fisioterapeutas, rehabilitadores y docentes, entre otros. Cada uno de ellos aporta elementos de ineludible valor para la formación y desarrollo de habilidades que han de lograrse en cada etapa por la que transita durante su vida.

No obstante, es el educador, por excelencia, quien con sus estrategias educativas constituye para el niño discapacitado y su familia el eslabón fundamental en el establecimiento de las relaciones sociales y la comunicación. Es quien comparte gran espacio de tiempo diario con él y quien con empeño y sistematicidad se convierte en alguien de vital importancia en el trabajo con las familias y en el logro de la integración social con la que sueña cada padre.

Una vez analizado con profundidad cada uno de los elementos antes mencionados se exalta el papel irremplazable que posee el maestro en el proceso de integración social de los niños discapacitados. Es por ello que necesitan la ayuda incondicional de las familias en cuanto a

apoyo y aceptación del diagnóstico de forma temprana. El trabajo unido entre unos y otros favorecerá la preparación que se ha de tener para enfrentar la difícil tarea a la que son llamados.

Las personas que constantemente interactúan con el niño discapacitado deben tener siempre presente el siguiente pensamiento de Fierro, A. (s.a).

Integrar a los alumnos diferentes no es más ni tampoco menos que aceptarlos, reconocerlos como miembros de pleno derecho de nuestra comunidad humana de las diferentes instancias que forman la trama de nuestra convivencia: De la comunidad política, de la educativa, de la familiar, etcétera p(34).

CONCLUSIONES

- 🔔 El conjunto de acciones propuestas permite, desde un enfoque preventivo, fortalecer el trabajo del maestro en aras de una buena conducción a la familia del niño con discapacidad; siendo esta la premisa fundamental para una total integración social.
- 🔔 La integración social de los niños con discapacidad continúa siendo una materia muy compleja aún en la actualidad, debido a la aceptación temprana del diagnóstico por parte de la familia y poca preparación que manifiestan sentir los maestros para enfrentar dicha tarea.
- 🔔 Con una debida preparación y entrega de maestros y especialistas basadas en los logros de los niños con discapacidad, se logra un mejor trabajo con la familia y el desarrollo de habilidades que permitan su preparación para la vida adulta e independiente y a su vez una buena integración social.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Alfonso Naranjo, B. I. (2010). Alumnos con NEE, Familia y Escuela, juntos por la integración. La Habana: Pueblo y Educación.
2. Cabezas, H. (2001). Los padres del niño con autismo: una guía de intervención. Revista electrónica Actualidades Investigativas en Educación.
3. Castro, A. (2008). El maestro y la familia del niño con discapacidad. La Habana: Pueblo y Educación.
4. Engels Friedrich (1884). El origen de la familia, la propiedad privada y el estado. Editorial Roja
5. Fierro, A(1999). La integración educativa de escolares diferentes. Madrid, Siglo cero

6. Martínez, M. A. (2008). Acercamiento a la realidad de las familias de personas con autismo. Intervención psicosocial. La Habana: Pueblo y Educación.
7. Navarro, J. (1998). Familias con personas discapacitadas: características y fórmulas de intervención. La Habana: Pueblo y Educación.

El Trabajo Preventivo desde una Visión Personológica en la Educación Primera Infancia

Preventive work from a personological vision in Early Childhood Education

Trabalho Preventivo na Perspectiva Personológica na Educação Infantil

Autores: Mireya Sarmiento Peña

Dirección Municipal de Educación. Manzanillo. Granma. Cuba

Correo: mireya@ma.gr.rimed.cu

ORCID: 0009-0004-1860-3616

María Luisa Tiá Pacheco

Dirección Municipal de Educación. Manzanillo Granma. Cuba

Correo: marialuisatia025@gmail.com

ORCID: 0000-0002-6137-8715

Victoria Elvira Torres Moreno

Universidad de Granma. Cuba

Correo: elvira.torres.moreno475@gmail.com

ORCID: 0000-0002-3266-3920

Mireilys Dionnys Lastre Sarmiento

Dirección Municipal de Educación. Manzanillo Granma. Cuba

Correo: mirelore91@gmail.com

ORCID: 0000-0003-2485-1558

Artículo de revisión

RESUMEN

El trabajo preventivo adquiere en el contexto actual gran importancia, pues conduce al mejoramiento de determinadas manifestaciones en los escolares, desde una acertada dirección de la labor educativa; de esta manera el presente artículo tiene como objetivo describir las exigencias para el desarrollo del trabajo preventivo en el nivel educativo Primera Infancia, desde una visión personológica. Los métodos empleados fueron: analítico-sintético, inductivo-deductivo y el análisis documental, permitiendo revelar las particularidades del procedimiento para el diseño, ejecución y control de las acciones preventivas en el contexto educativo en función de lograr un desarrollo integral de las niñas y los niños de manera equitativa, inclusiva

y de calidad, con oportunidades para todos, tal como demanda la agenda 2030; constituye un resultado del proyecto de investigación “El perfeccionamiento del proceso pedagógico en la Educación del municipio Manzanillo”.

Palabras claves: Atención educativa; Diversidad; Trabajo preventivo.

ABSTRACT

Preventive work acquires great importance in the current context, since it leads to the improvement of certain manifestations in schoolchildren, from a correct direction of the educational work; in this way, the purpose of this article is to describe the requirements for the development of preventive work at the Early Childhood educational level, from a personological perspective. The methods used were: analytical-synthetic, inductive-deductive and documentary analysis, allowing to reveal the particularities of the procedure for the design, execution and control of preventive actions in the educational context in order to achieve an integral development of girls and boys in an equitable, inclusive and quality manner, with opportunities for all, as demanded by the 2030 agenda; it constitutes a result of the research project "The improvement of the pedagogical process in the Education of the Manzanillo municipality".

Keywords: Preventive work, Educational care, Diversity

RESUMO

O trabalho preventivo adquire grande importância no contexto atual, pois leva à melhoria de determinadas manifestações nos escolares, a partir de um correto direcionamento do trabalho educativo; dessa forma, o objectivo deste artigo é descrever as demandas para o desenvolvimento do trabalho preventivo no nível educacional da Primeira Infância, a partir de uma visão personológica. Os métodos utilizados foram: analítico-sintético, indutivo-dedutivo e análise documental, permitindo revelar as particularidades do procedimento de desenho, execução e controle de ações preventivas no contexto educacional para alcançar o desenvolvimento integral de meninas e meninos. crianças de forma equitativa, inclusiva e de qualidade, com oportunidades para todos, conforme exige a agenda 2030; constitui resultado

do projeto de pesquisa “A melhoria do processo pedagógico na Educação no município de Manzanillo”.

Palavras-chave: Atenção educativa; Diversidade; Trabalho preventivo.

INTRODUCCIÓN

Para la visión de este artículo la educación y la orientación constituyen procesos dirigidos a la preparación del hombre para la vida. (Torroella, 2011). En esta perspectiva Rodríguez (1996) señala que:

...orientar es, fundamentalmente, guiar, conducir, indicar de manera procesual para ayudar a las personas a conocerse a sí mismo y al mundo que los rodea; es auxiliar a un individuo a clarificar la esencia de su vida, a comprender que él es una unidad con significado capaz de y con derecho a usar de su libertad, de su dignidad personal dentro de un clima de igualdad de oportunidades y actuando en calidad de ciudadano responsable tanto en su actividad laboral como en su tiempo libre. (p.11)

Según este criterio, que se asume en este estudio, la orientación se enmarca en el desarrollo personal-social, dirigida a promover la autoestima, relaciones humanas, socialización y atención a las necesidades e intereses del individuo, de acuerdo a sus potencialidades, habilidades y destrezas. Desde el punto de vista individual tiene como objetivo facilitar al sujeto el conocimiento de sí mismo para que pueda establecer una línea de actuación personal que procure la felicidad interna y el equilibrio personal, la que está asociada con su dimensión social, enmarcada esta última en una serie de circunstancias espacio-temporales, humanas, sociológicas y antropológicas; el centro de atención es la ayuda al educando para que alcance un alto rendimiento académico y progrese en sus estudios. De ahí que esta conceptualización enmarca la orientación en la ayuda y asesoría en actividades de aprendizaje, formación de hábitos de estudio y técnicas de aprendizaje eficaz. (Molina, 2004)

Desde el punto de vista histórico se ha transitado desde una visión parcializada acerca de la orientación, hasta un enfoque más amplio, integral, y holístico que incide en una orientación que tome en consideración los distintos contextos educativos, que atienda al sujeto como un todo integrado, pero sobre todo, que asuma funciones de prevención y desarrollo; que atienda a los educandos y a todos los agentes que participan en el proceso educativo, en su sentido amplio y estrecho, a su vez, centrada en la atención, guía y asesoría del sujeto en lo personal, escolar y vocacional.

Desde esta mirada Martínez de Codés (2001) señala que la orientación es:

... el proceso de ayuda continua y sistemática, dirigida a todas las personas, en todos sus aspectos, poniendo un énfasis especial en la prevención y el desarrollo personal, social y de la carrera, que se realiza a lo largo toda la vida, con la implicación de los diferentes agentes educativos (tutores, orientadores, profesores) y sociales (familia, profesionales y para profesionales). (p. 8)

Sobre la base de los elementos expuestos la orientación y la educación constituyen procesos que incluyen el trabajo preventivo, el que, a su vez, dadas las tendencias actuales, toma como centro al individuo atendiendo a todos los elementos que caracterizan la personalidad y su desarrollo, es decir, desde una perspectiva personológica, dada la posición social que ocupa, así como la situación social del desarrollo de cada etapa por la que va transitando.

En este sentido, el trabajo preventivo, como elemento del proceso educativo, posee una extraordinaria importancia social y constituye una dirección priorizada del trabajo del Ministerio de Educación. Esta problemática es hoy un componente medular de todo el quehacer pedagógico en los centros; incluye a su vez la preparación de todos los educadores que han venido desarrollando acciones en función de alcanzar dichos propósitos.

Desde esta perspectiva, en relación con el contexto escolar, la prevención y el trabajo preventivo han sido objeto de estudio en diversas investigaciones a nivel internacional, regional y cubano, por lo que hacer frente a las problemáticas sociales que afectan a la educación y contribuir desde las instituciones sociales a la equidad y desarrollo sostenible, es una necesidad impostergable del nivel educativo Primera Infancia.

Esta es una labor muy compleja que implica la participación y protagonismo de todos los factores macro y microsociales y del esfuerzo de las personas para crear ambientes sanos y protectores que favorezcan el desarrollo de la humanidad.

DESARROLLO

El proceso educativo en la educación de la Primera Infancia está dirigido fundamentalmente al logro de un desarrollo integral, que se plantea como el fin de la educación; el proceso educativo es una aspiración permanente que abarca toda la vida del niño tanto en el hogar, como en la institución infantil, porque cuando el niño aprende, realiza alguna encomienda sencilla laboral, de servicios a otros, se asea, se alimenta, aun cuando duerme, todo debe ser organizado y concebido para contribuir a su desarrollo y formación integral, y que se garantice un ambiente socio afectivo favorable para que sea placentero. (Ministerio de Educación, 2023)

Este proceso, está dirigido fundamentalmente, al logro de las formaciones intelectuales, socio afectivo, actitudinales, motivacionales y valorativas de la personalidad, lo que incluye los conocimientos que el niño aprende, que adquiere; se destaca que en estas edades, estos conocimientos no constituyen un fin en sí mismos, sino un medio que contribuye al desarrollo y crecimiento personal de los niños y niñas.

Por la importancia que tiene este nivel educativo en la formación de las niñas y niños, el fin está dirigido al: "...logro del máximo desarrollo integral posible de cada niño y niña, desde su nacimiento hasta los seis años de edad". (Ministerio de Educación 2023, p. 2)

Para llegar a este fin se presentan los objetivos generales para cada año de vida, algo relevante en estos es que, a pesar de que el trabajo preventivo no aparece de manera explícita, queda clara la intencionalidad del nivel educativo Primera Infancia en la formación y desarrollo de las niñas y niños, por lo que es una necesidad, velar porque se desarrolle esta actividad de manera sana y con oportunidades de aprendizaje para todos.

El trabajo preventivo como resultado de la labor educativa de calidad, implica que se cumplan aspectos conceptuales metodológicos y prácticos en estrecha relación con todos los agentes educativos involucrados en la educación de las niñas y niños de la Primera Infancia, lo cual permite un proceso educativo de calidad, con atención individualizada y diferenciada que logre atender las vulnerabilidades que se presentan en los niños y sus familias.

La experiencia vivida demuestra que el trabajo preventivo en la actualidad es una necesidad, su diseño, ejecución y control es objetivo fundamental para el logro de una educación de calidad, este es definido por el Ministerio de Educación (2017) como:

Un sistema de acciones dirigidas a garantizar que las condiciones educativas y socio - ambientales en las que los adolescentes se educan sean las más propicias para el sano desarrollo de su personalidad y evitar la aparición de alteraciones en su comportamiento, las que constituyen acciones destinadas a prepararse y disponer de lo necesario, con anticipación, para alcanzar un fin. (p. 2)

Acanda (2023), considera que el trabajo preventivo:

Promueve la actuación anticipada para que no surjan problemáticas que se manifiesten de manera negativa en las niñas y niños, este debe potenciar las herramientas que les permita solucionar conflictos, ampliar sus potencialidades de desarrollo y transformar de manera creativa y sana su realidad. (p. 6)

Hernández (2014), expresa que el trabajo preventivo es: “... actuar para que un problema no aparezca o disminuya sus efectos. Es adelantarse de forma creativa. Es ajustarse de forma creativa a los problemas constantes y cambiantes en la búsqueda de soluciones y/o alternativas a los mismos”. (p. 20)

Se asume la definición de Acanda (2023), porque expresa que las acciones que se realizan en el proceso educativo constituyen por si solas medidas dirigidas a impedir que se produzcan alteraciones en el comportamiento de los niños y niñas, y que estas no trasciendan a trastornos de la conducta, mediante el trabajo preventivo.

De esta manera, para realizar una labor educativa de calidad en la Primera Infancia, en las instituciones infantiles en el grado preescolar de la escuela primaria y en el programa Educa a tu hijo, se ha establecido un procedimiento para el diseño ejecución y control del trabajo preventivo, que se constituye en pasos lógicos. (Ministerio de Educación, 2023).

Los pasos para el diseño ejecución y control del trabajo preventivo son los siguientes:

- 1. Preparación de directivos educadores especialistas y promotoras del programa Educa tu hijo.
- 2. Diagnóstico y caracterización de los niños y su familia.
- 3. Elaboración de la caracterización del grupo.
- 4. Caracterización de la institución.
- 5. Caracterización de la comunidad y del municipio.
- 6. Elaboración de la estrategia de atención educativa en correspondencia con los resultados de la caracterización, en los órganos técnicos de dirección y los grupos coordinadores del programa Educa tu hijo.
- 7. Ejecución de las acciones contentivas de la estrategia.
- 8. Análisis y valoración de los resultados del trabajo de los órganos técnicos de dirección en los grupos de trabajo preventivo y en los grupos coordinadores del programa Educa a tu hijo de los diferentes niveles.

Se comparte el criterio de Acanda (2023, p.16), que plantea: “para el desarrollo del procedimiento los colectivos pedagógicos deben tener en cuenta los diferentes niveles de

prevención, dígase la prevención primaria, la secundaria y la terciaria”, las que se detallan a continuación:

La prevención primaria, está dirigida a la toma de medidas cuando no han surgido deficiencias, relacionadas con las acciones que se pueden realizar para informar, orientar, educar, enseñar, sugerir, se trata de aquellas medidas, normas para evitar situaciones negativas en el desarrollo del sujeto. Se tiene en cuenta en este nivel a todos los educandos y miembros del colectivo pedagógico.

La prevención secundaria, se caracteriza por la adopción de medidas encaminadas a diagnosticar y atender de forma temprana la deficiencia ya existente para evitar consecuencias negativas. Una de las limitaciones de este segundo nivel es el hecho de enfocar el diagnóstico en función de la determinación de deficiencias y no en su carácter optimista y preventivo, aun cuando hayan surgido determinados trastornos; la terciaria, pretende retener o retardar la evolución de un proceso, dificultad, atenuando sus consecuencias, aunque persista el efecto inicial, es decir, se interviene para paliar consecuencias o para minimizar las limitaciones que para el educando tiene la dificultad.

El trabajo preventivo educativo incluye lo curricular, lo familiar y lo comunitario y está dirigido al fortalecimiento de la esfera afectivo- volitiva - motivacional de los niños y niñas de la Primera Infancia.

De manera similar Hernández (2014), hace referencia a que la labor educativo-preventiva en la escuela y la vulnerabilidad de los educandos se refieren al concepto de prevención educativa y lo define como:

Un proceso dialéctico, de orientación sistemática, anticipatorio, continuo del diagnóstico y la intervención que de él se deriva, donde se integra lo curricular, lo familiar y lo comunitario en un contexto interactivo y socializado, dirigido conscientemente a la formación y el fortalecimiento de cualidades y motivos, intereses, sentimientos, valores, capacidades intelectuales y de actitudes en los niños adolescentes y jóvenes. (p. 20)

Por lo que consecuentemente, resulta importante el diagnóstico como proceso, pues tiene como puntos de partida la valoración del desarrollo de los educandos y la entrega pedagógica, mediante los cuales se obtiene un primer acercamiento al conocimiento individualizado del niño, del grupo y de las familias al inicio de cada curso escolar con el objetivo de actualizar el diagnóstico psicopedagógico del niño, para identificar las tendencias positivas y negativas y las particularidades reales de cada niña niño.

En la caracterización del grupo, es necesario que los educadores y promotores busquen la relación que existe entre la manifestación que evidencia el niño y la atención que recibe de los diferentes agentes educativos ya que su actuación es resultado de sus influencias, lo que permitirá identificar signos de alerta para proyectar acciones en función de garantizar una atención de calidad atendiendo a la diversidad.

Los resultados de la caracterización del grupo se analizan en el colectivo de docentes y en la reunión del grupo coordinador del Consejo popular donde se planifican las acciones de capacitación que necesitan los agentes educativos y se aprovecha la estrategia de atención educativa que se va a desarrollar con las familias.

Consecuentemente, en los aspectos que se deben considerar para el fortalecimiento de la estrategia educativa resultan imprescindibles las acciones individuales y grupales, acciones para los educadores, acciones para los especialistas, acciones para la familia y acciones para la comunidad.

El trabajo preventivo que se realiza en el contexto educativo de la Primera Infancia se planifica, organiza, ejecuta y controla desde los órganos de dirección y técnicos, tales como: el consejo de dirección mensual, los colectivos de ciclo quincenal, los colectivos de docentes, el consejo de círculo y de escuela mensual, el grupo coordinador del Consejo Popular en el programa Educa tu hijo mensual, así como el grupo de trabajo preventivo institucional en la Primera infancia.

En el consejo de dirección mensual se analiza y valoran las potencialidades, limitaciones dificultades y vulnerabilidades que presentan los niños y su familia, se analizan las familias de niños con problemas sociales y de salud más complejos, se determinan cuáles serán las vías para su atención y seguimiento, se define la preparación metodológica que necesitan los educadores, se evalúa el comportamiento y la efectividad de la estrategia de atención educativa que se realiza con los niños y sus familias que requieren de una atención más particularizada, igualmente se informan los casos que fueron analizados en el grupo de trabajo institucional y las decisiones tomadas.

En los colectivos de ciclo quincenal se analizan y valoran las potencialidades, limitaciones y dificultades que presentan los niños y su familia en el ciclo, se valora el cumplimiento y se perfecciona la estrategia de atención educativa, se proyecta el trabajo diferenciado con las familias y niños en situaciones sociales y de salud más complejos, así mismo, se proponen al

consejo de dirección los casos de niños y familias que necesitan ser analizados en el grupo de trabajo preventivo institucional.

En el colectivo de docentes se analizan los niños que requieren de una atención más particularizada, se valora el cumplimiento de la estrategia de atención educativa y se determinan los casos de niños y familias que necesitan ser analizados en el grupo de trabajo preventivo institucional.

En el consejo de círculo y de escuela mensual se presentan los aspectos más significativos que arroja la caracterización para su posterior análisis y valoración, se precisan las acciones educativas que deben cumplir los miembros de manera coordinada y se determina el trabajo a desarrollar con las familias.

A través del Consejo Popular del programa Educa tu hijo, de manera mensual se presentan y analizan los resultados de la caracterización del Consejo popular para la determinación de la estrategia de atención educativa, se identifican y actualizan las familias y niños con problemas sociales y de salud más complejos, se determinan los temas de preparación a las familias, se proyecta el trabajo diferenciado con estas familias y niños el que se plasma en un plan de acción. Las acciones educativas que se derivan para la atención a los niños y sus familiares a mediano y largo plazo, constituyen una garantía para la participación intersectorial que se requiere.

Significativo es el papel que juega el grupo de trabajo preventivo institucional en la Primera infancia que tiene como objetivo fundamental:

El análisis, atención y seguimiento de aquellos niños y niñas que por su situación familiar social o de salud compleja requieren de la toma de decisiones, las que tienen una orientación preventiva y de atención pedagógica psicológica y social en correspondencia con lo que se requiera; las medidas que se determinen por el grupo van dirigidas a la familia, nunca al niño. (Ministerio de Educación 2017, p.31)

En el caso del Programa Educa a tu Hijo los análisis se realizarán en el propio grupo coordinador a nivel de consejo popular, municipio y provincia y si se necesita la toma de otras decisiones, por organismos como fiscalía y menores, se presentarán al grupo de trabajo preventivo a nivel municipal y provincial.

En el referido grupo se adoptan las decisiones y se controla su cumplimiento y efectividad con aquellos niños y familias que más lo necesitan; lo preside la directora la que estará preparada con propuestas y alternativas de atención para el caso que se analice, además valorará con profundidad las soluciones aportadas por otros miembros. Lo integran la directora docente y las

educadoras que por su experiencia y preparación tengan posibilidades de aportar propuestas para la toma de decisiones; se incorpora además una representación de familias seleccionadas, sobre todo, aquellas que muestren posibilidades por su preparación, discreción, disposición hacia la comunicación y las relaciones con el resto, las que pueden o no tener responsabilidades en el consejo de círculo, nunca será la familia del caso que se analiza.

Al finalizar el curso y con los resultados del trabajo desarrollado, el grupo de trabajo preventivo institucional determinará aquellos casos en los que resulta necesario incluir información en el expediente del niño.

En este proceso intervienen diferentes factores que actúan como agentes educativos que posibilitan la realización del trabajo preventivo con un enfoque personológico. Entre ellos se encuentran:

- ♣ Jefe del nivel educativo.
- ♣ Metodólogos.
- ♣ Promotoras del programa educa a tu hijo.
- ♣ Especialista del centro de Diagnóstico y Orientación (CDO).
- ♣ Directoras.
- ♣ Subdirectoras docentes.
- ♣ Educadoras.
- ♣ Psicopedagogos y logopedas.
- ♣ Especialistas (educadoras de educación musical, Computación e instructores de arte.
- ♣ La familia.
- ♣ Las organizaciones políticas y de masas.

El trabajo preventivo en la Primera Infancia es crucial, en tanto está dirigido a garantizar un clima sociopsicológico ideal, para educar a los niños y niñas alejados de los riesgos que puedan atentar contra la integridad, desarrollando aprendizajes para toda la vida y promoviendo el autocuidado de la salud.

CONCLUSIONES

Para lograr un desarrollo integral de las niñas y los niños se debe garantizar una correcta organización de todas las actividades del proceso educativo, propiciando una estrecha relación con el entorno natural y social más cercano, una satisfactoria comunicación con los adultos que les rodean, entre ellos, las educadoras y esencialmente la familia, adecuadas condiciones materiales de vida, así como propiciar un clima emocional adecuado en el que predomine el respeto y la camaradería, lo que contribuye a prevenir la aparición de conductas inadecuadas y de problemas sociales o de salud complejos; tales propósitos se alcanzarán en la medida en que predomine el enfoque personológico, que parte de una visión integral del proceso, que tiene en su centro el desarrollo de la personalidad en todas su facetas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acanda, L. (2023). El trabajo preventivo en la escuela cubana actual. *Revista Varona Volumen 21, no. 1, enero – marzo de 2023*. Disponible en: <http://revista.ucpejv.edu.cu/index.php/rPProf>
- Hernández, Y. (2014). *Preparación del maestro primario para la dirección de la labor preventiva educativa de sus educandos*. Disponible en: <https://dspace.uniss.edu.cu/bitstream/handle/123456789/3184/>
- Martínez, O. (2001). *Orientación Educativa en la escuela Básica. Una Propuesta de Cambio*. Caracas. UNA.
- Ministerio de Educación. (2017). *Procedimiento general para el diseño, ejecución y control del trabajo preventivo en todo los niveles educativos del Sistema Nacional de Educación. Resolución Ministerial 11/2017*. Pueblo y Educación.
- Ministerio de Educación. (2023). *Programa Educativo Primera Infancia. Segundo año de Vida*. Pueblo y Educación.
- Molina, D. (2004). Concepto de orientación educativa: diversidad y aproximación. *Revista Iberoamericana de Educación Volumen 35, No. 1(2004): Número especial*. Disponible en: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2924/3848>
- Rodríguez, M. (1996). *Orientación e Intervención Psicopedagógica*. CEAC.
- Torroella, G. (2011). La educación y la orientación como la preparación del hombre para la vida. Pueblo y Educación. En Recarey, S., Del Pino y Rodríguez, M. *Orientación Educativa I* (pp.1-10). Pueblo y Educación.

Impacto da Capacitação na Liderança dos Docentes no Complexo Escolar 16 De Junho, em Moçâmedes**Impact of Training on the Leadership of Teachers at the 16 De Junho School Complex, in Moçâmedes****Impacto de la Capacitación en el Liderazgo de los Docentes en el Complejo Escolar 16 de Junio, en Moçâmedes****Autores: Jackson Pereira Nongava**

Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo, Namibe. Angola

Correio: jacksonpereiranongava3@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8284-923X>**Jorge Luís Mena Lorenzo**

Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo, Namibe. Angola

Correio: jorgemenalorenzo@gmail.comORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3244-0129>**Juan Silvio Cabrera Albert**

Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo, Lubango. Angola

Correio: juansiporcuba@gmail.comORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5276-4123>**Gerardo Félix Mena Díaz**

Ministério da Saúde Pública. Cuba

Correio: gerardomd99@gmail.cuORCID: <http://orcid.org/0009-0001-5810-1184>**Wilfredo Falcón Urquiaga**

Universidade Gregório Semedo. Angola

Correio: falconcuba2007@gmail.comORCID: <http://orcid.org/0009-0009-0940-0530>**Artigo Original.****RESUMO**

Num contexto educacional em constante mudança, a formação contínua dos docentes é essencial para fortalecer a liderança escolar e melhorar os resultados educativos. A falta de formação específica em liderança pode afectar a gestão escolar e o desenvolvimento

profissional dos educadores, o que justifica esta análise. O artigo analisou o impacto da capacitação docente nas práticas de liderança no Complexo Escolar 16 de Junho, em Moçâmedes, em 2024, com o objectivo de compreender a sua influência na gestão escolar, no ambiente de aprendizagem e nos desafios dos educadores. Foi utilizado um enfoque quantitativo, que incluiu a observação de actividades de capacitação, entrevistas a gestores, questionários a docentes e estudantes, e análise de documentos. Os resultados indicaram que, embora tenham sido reconhecidos benefícios, os impactos na liderança e na gestão escolar foram limitados, especialmente na tomada de decisões, resolução de conflitos e motivação da equipa. As percepções dos docentes, especialmente das mulheres, foram mais críticas em relação à capacitação, reconhecendo que a implementação de práticas de liderança foi insuficiente. A formação deve ser mais específica, contínua e adaptada às necessidades de cada género, com ênfase na resolução de conflitos, nas tecnologias e nas inovações pedagógicas. Os especialistas consideraram este estudo pertinente e recomendaram a sua replicação em outras instituições.

Palavras-chave: Capacitação docente; Gestão escolar; Liderança educacional; Moçâmedes.

ABSTRACT

In a constantly changing educational environment, continuous teacher training is essential to strengthen school leadership and improve educational outcomes. The lack of specific leadership training can affect school management and the professional development of educators, which justifies this analysis. This article analyzed the impact of teacher training on leadership practices at the 16 de Junho School Complex in Moçâmedes in 2024, aiming to understand its influence on school management, the learning environment, and the challenges faced by educators. A quantitative approach was employed, which included observing training activities, interviewing school managers, surveying teachers and students, and analyzing documents. The results indicated that, although benefits were recognized, the impacts on leadership and school management were limited, particularly in decision-making, conflict resolution, and team motivation. Teachers' perceptions, especially those of women, were more critical of the training, acknowledging that the implementation of leadership practices was insufficient. Training should be more specific, continuous, and adapted to the needs of each gender, with emphasis on conflict resolution, technology, and pedagogical innovations. Experts deemed this study relevant and recommended replicating it in other institutions.

Keywords: Educational leadership; School management; Teacher training; Moçâmedes.

RESUMEN

En un entorno educativo en constante cambio, la formación continua de los docentes es esencial para fortalecer el liderazgo escolar y mejorar los resultados educativos. La falta de formación específica en liderazgo puede afectar la gestión escolar y el desarrollo profesional de los educadores, lo que justifica este análisis. El artículo analizó el impacto de la capacitación docente en las prácticas de liderazgo en el Complejo Escolar 16 de Junho, en Moçâmedes, en 2024, con el fin de comprender su influencia en la gestión escolar, el ambiente de aprendizaje y los desafíos de los educadores. Se empleó un enfoque cuantitativo, que incluyó la observación de actividades de capacitación, entrevistas a gestores, cuestionarios a docentes y estudiantes, y análisis de documentos. Los resultados indicaron que, aunque se reconocieron beneficios, los impactos en liderazgo y gestión escolar fueron limitados, especialmente en la toma de decisiones, resolución de conflictos y motivación del equipo. Las percepciones de los docentes, especialmente las mujeres, fueron más críticas respecto a la capacitación, reconociendo que la implementación de prácticas de liderazgo fue insuficiente. La formación debe ser más específica, continua y adaptada a las necesidades de cada género, con énfasis en resolución de conflictos, tecnologías e innovaciones pedagógicas. Los expertos consideraron este estudio pertinente y recomendaron replicarlo en otras instituciones.

Palabras clave: Capacitación docente; Gestión escolar; Liderazgo educativo; Moçâmedes.

INTRODUÇÃO

A influência da capacitação docente na liderança educacional é um tema fundamental para a melhoria da qualidade educativa, especialmente em contextos desafiadores. Segundo Weinstein e Simielli (2022), a liderança escolar tem sido reconhecida como uma força transformadora essencial para a qualidade da educação. Seu impacto está directamente relacionado à capacidade dos actores escolares, especialmente dos directores, de influenciar positivamente o trabalho colectivo nas escolas, com o objectivo de formar as novas gerações.

Nesse sentido, Silva et al. (2020) destacam que, nas últimas décadas, a liderança tem atraído crescente atenção, impulsionada pela dinâmica de um mercado global cada vez mais competitivo. Este tema tem despertado o interesse tanto de organizações educacionais quanto empresariais, pois acredita-se que uma liderança eficaz pode ser a chave para romper com as visões tradicionais, criando ambientes de trabalho mais gratificantes tanto para os gestores quanto para suas equipes (Baptista, 2023).

No contexto educacional, um dos maiores desafios enfrentados por gestores e docentes é a falta de preparação em liderança. A carência de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a gestão tem sido apontada como um obstáculo significativo ao bom funcionamento das instituições (González et al., 2022; Paredes et al., 2021). Como afirmam Contreras e Ramírez (2020), um excelente profissional em sua área pode ter dificuldades ao assumir funções de gestão se não possuir a formação adequada. No caso das escolas, um docente altamente qualificado pedagogicamente pode não estar preparado para exercer uma liderança eficaz sem a capacitação necessária em gestão educacional (Cabral e Alves, 2021).

Curiosamente, a formação em liderança muitas vezes não é contemplada nos currículos dos programas de formação docente, o que deixa muitos educadores sem as ferramentas essenciais para gerir suas equipes e recursos de forma eficiente. Além disso, os programas de capacitação nas instituições escolares geralmente priorizam a formação pedagógica, sem abrir espaço para a discussão de temas como a liderança educacional (Mena e Mena, 2020).

Neste sentido, a capacitação docente tem se mostrado um factor crucial para o desenvolvimento profissional dos educadores, não apenas no aprimoramento das competências pedagógicas, mas também no fortalecimento das habilidades de liderança (Alexandre e Vicente, 2021). A formação contínua desempenha um papel essencial na construção de líderes educacionais capazes de influenciar positivamente o ambiente escolar e promover uma gestão mais eficaz no processo de ensino-aprendizagem."

De acordo com Weinstein e Simielli (2022):

Os graus de incerteza e estresse que caracterizam o início da carreira docente criam a necessidade de estabelecer programas de capacitação, nos quais directores experientes orientem e apoiem seus colegas iniciantes, tanto profissional quanto emocionalmente. Actividades como workshops para discutir medos e barreiras, interpretação de papéis (role-playing), simulações, análise de casos e visitas a outras escolas podem ajudá-los a desenvolver autoconfiança e aumentar sua auto-eficácia, além de fornecer uma visão inicial sobre a experiência gerencial. (p. 101)

Confirmando esses pontos, Silva et al. (2020) e Lizote et al. (2021) destacam que a capacitação, além de ser sistemática e planejada, deve responder às necessidades reais e futuras de uma pessoa ou grupo. Seu objectivo é transformar os conhecimentos, habilidades e atitudes do capacitado, promovendo seu desenvolvimento integral. Acrescentam que a capacitação não só melhora a eficácia profissional, mas também prepara os indivíduos para funções de liderança e

gestão, com o intuito de otimizar o desempenho laboral ou preparar os trabalhadores para suas funções específicas (Burguet e Campaña, 2020).

A capacitação dos gestores e docentes é, nos dias de hoje, uma actividade crucial para o sucesso organizacional. No entanto, para que seja eficaz, esse processo não pode ser realizado de maneira improvisada ou sem uma estratégia clara, pois isso resultaria em confusão e falta de direcção. Assim, é fundamental que a capacitação seja cuidadosamente planejada, estruturada e acompanhada, com objectivos bem definidos, para garantir que produza os resultados desejados e contribua efectivamente para o desenvolvimento da organização.

Em resumo, a capacitação dos docentes focada no desenvolvimento de habilidades de liderança é essencial para promover uma gestão escolar eficaz e criar um ambiente de aprendizagem mais produtivo. Além de aprimorar as competências pedagógicas, essa formação permite aos educadores desempenharem papéis de liderança, influenciando positivamente suas equipes e contribuindo para a melhoria do desempenho académico dos alunos. Ao integrar essas habilidades no desenvolvimento profissional contínuo, as escolas podem estabelecer um ciclo de inovação e excelência no ensino.

Embora a literatura ofereça uma visão abrangente sobre a capacitação docente e a liderança educacional, ainda existem limitações teóricas, principalmente pela ausência de modelos adaptados ao contexto angolano (Gaspar et al., 2024). Isso destaca a necessidade de uma gestão mais eficaz dos recursos humanos nas instituições educacionais. Além disso, observa-se uma dificuldade em integrar os conceitos teóricos de liderança à prática curricular, gerando uma desconexão entre teoria e prática.

Problemática da investigação

A problemática central pesquisada gira em torno da identificação da percepção de gestores, docentes e estudantes sobre o impacto da capacitação profissional no contexto educacional do Complexo Escolar 16 de Junho, em Moçâmedes. A questão principal reside em como os programas de capacitação influenciam as práticas de liderança dos docentes e, consequentemente, o ambiente escolar e o desempenho académico dos alunos.

A falta de uma formação específica em liderança nas instituições educacionais pode comprometer a eficácia da gestão escolar e o desenvolvimento profissional dos educadores, o que justifica a análise deste fenómeno.

Objectivo geral:

O objectivo geral do artigo é analisar o impacto da capacitação docente na melhoria das práticas de liderança no Complexo Escolar 16 de Junho, em Moçâmedes, em 2024.

Busca-se compreender como a formação contínua dos docentes contribui para a promoção de uma gestão escolar mais eficaz e para o fortalecimento do ambiente de aprendizagem, além de identificar os principais desafios enfrentados pelos educadores na implementação de práticas de liderança no contexto local.

A investigação adoptou uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), descritiva e exploratória. Classifica-se como básica e estratégica, com um desenho não experimental e transversal, o que permite estudar o fenómeno em um momento específico no tempo. Os procedimentos incluem um estudo de caso simples, com desenho transversal, focado na análise do fenómeno em um ponto particular. A pesquisa tem um carácter social, abordando um problema relevante para os docentes do Complexo Escolar 16 de Junho, em Moçâmedes.

A investigação que sustenta o presente artigo foi realizada entre Janeiro e Julho de 2024, com o objectivo de obter dados representativos em diferentes fases do ano lectivo. Essa abordagem permitiu observar variações no ambiente escolar e nas dinâmicas de capacitação dos docentes ao longo do tempo, garantindo uma análise mais completa e precisa do impacto da capacitação na formação de liderança educacional.

A população do estudo foi composta por 72 indivíduos, dos quais 20 (28%) são do género masculino e 52 (72%) do género feminino. Para determinar o tamanho da amostra, foram utilizados os seguintes parâmetros: um nível de confiança de 95%, correspondente a um valor z de aproximadamente 1,96, uma margem de erro de 5% (ou 0,05 em termos decimais) e uma proporção esperada de 50% (ou 0,5 em termos decimais), que maximiza o tamanho da amostra. A Tabela 1 detalha o cálculo da amostra com base nesses parâmetros.

Tabela 1. Selecção da População, Amostra e Grupos Amostrais

Estratos	População	Género		Amostra	$f_0(\%)$	Tipo de amostragem
		Mulheres	Homens			
Docentes	72	52	20	60	83	Estratificado
Gestores	3	1	2	3	100	Intencional
Estudantes	99	30	30	60	61	Aleatória

Legenda. f_0 . Frequência relativa, em percentual.

Os critérios para a selecção da população e da amostra da pesquisa são orientados pelo problema científico e pelo objectivo estabelecido. Adicionalmente, foi considerada a possibilidade de incluir grupos amostrais (gestores e estudantes), o que promove um intercâmbio de experiências, aumenta o rigor, amplia a diversidade de critérios e reforça o compromisso com os resultados obtidos.

Os métodos Estatístico-Matemáticos foram empregues para o processamento da informação, possibilitando a interpretação, resumo, inferências e apresentação dos dados. Os dados foram processados com Word, Excel (versão 24) e SPSS para Windows. Para isso, foram utilizados os seguintes instrumentos de colecta de dados:

- 🔊 Guia para análise do conteúdo de documentos orientadores.
- 🔊 Guia de observação das actividades de capacitação docente.
- 🔊 Guia de entrevista para gestores escolares.
- 🔊 Questionário para docentes.
- 🔊 Questionário para estudantes.

Definição operacional da variável dependente

Neste caso, o **processo de liderança educacional** como variável dependente desta investigação pode ser definido operacionalmente como o efeito observado na capacidade de liderança dos gestores e docentes após a implementação de programas de capacitação. O processo de liderança educacional pode ser avaliado em duas dimensões principais com os seus respectivos indicadores:

Dimensão 1. Desenvolvimento de competências de liderança

Refere-se às habilidades e conhecimentos adquiridos pelos gestores e docentes para exercer uma liderança eficaz. Toma em consideração os seguintes indicadores como unidades mensuráveis que permitem avaliar o estado actual da dimensão:

- 🔊 Conhecimento sobre teorias e práticas de liderança
- 🔊 Habilidade para tomar decisões eficazes
- 🔊 Capacidade de motivar e inspirar a equipe
- 🔊 Competência na resolução de conflitos
- 🔊 Aptidão para planejar e implementar estratégias pedagógicas

Dimensão 2. Impacto na gestão escolar e clima organizacional

Avalia como a formação em liderança afecta a gestão geral da escola e o ambiente de trabalho, incluindo a colaboração e motivação entre a equipe. Toma em consideração indicadores como unidades mensuráveis que permitem avaliar o estado actual da dimensão:

- 🔊 Melhoria na comunicação entre gestores e docentes
- 🔊 Aumento na colaboração e coesão entre a equipe escolar
- 🔊 Redução de conflitos e problemas de disciplina
- 🔊 Melhoria na satisfação geral dos docentes e alunos
- 🔊 Aumento da eficiência nas práticas de gestão escolar

O estabelecimento dos parâmetros valorativos é expresso através de três níveis:

- 🔊 O Nível Alto (NA), que identifica uma evolução do indicador, dimensão e variável que supera os 70% do total.
- 🔊 O Nível Médio (NM), que identifica uma evolução do indicador, dimensão e variável entre 50% e 69%.
- 🔊 O Nível Baixo (NB), que identifica uma evolução do indicador, dimensão e variável que não supera os 49%.

DESENVOLVIMENTO

Resultado da análise do conteúdo de documentos orientadores

A análise dos sete documentos orientadores sobre capacitação docente no contexto angolano revela uma abordagem limitada à formação de competências de liderança. Embora a capacitação seja reconhecida, a liderança educacional não é tratada como uma prioridade estratégica. Em relatórios de avaliação, planos de formação e registros de participação, a capacitação é mencionada, mas sem foco claro na formação de líderes escolares, o que também se reflecte nas directrizes do Ministério da Educação e nas normas institucionais.

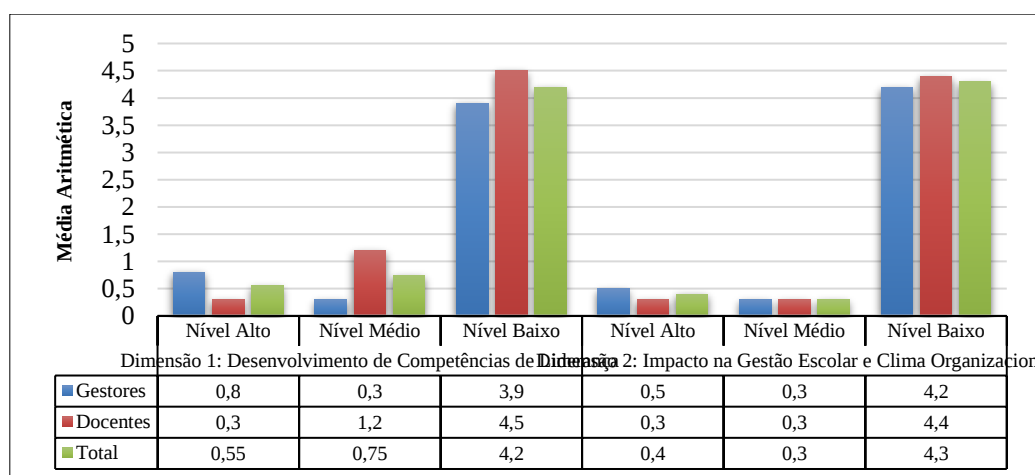
Além disso, o feedback da comunidade escolar indica que, apesar dos avanços pedagógicos, a liderança escolar não é vista como essencial para o progresso da instituição. O mesmo ocorre em fontes complementares, que abordam a capacitação pedagógica, mas negligenciam a liderança educacional. Em resumo, os documentos analisados não destacam a liderança como um factor central para a gestão escolar, o que é fundamental para melhorar os resultados educacionais. Como afirmam Porto e Pimenta (2022) é necessário que as políticas de

capacitação se concentrem na formação de líderes que possam guiar as escolas em direcção ao seu desenvolvimento sustentável.

Resultado da observação das actividades de capacitação docente

A observação das actividades de capacitação foi realizada por meio de uma guia, com o objectivo de avaliar a formação em liderança educacional, envolvendo a participação de três gestores e 60 docentes em seis actividades. Os resultados estão apresentados na figura 1.

Figura 1. Resultados da observação das actividades de capacitação docente



Na primeira dimensão, os resultados indicam que tanto os gestores quanto os docentes aplicam de forma limitada as competências de liderança, com médias baixas na categoria NA, sendo 0.8 para os gestores e 0.3 para os docentes. Isso reflecte uma lacuna significativa na formação e na prática de liderança, corroborando estudos como os de Da Silva e Fagundes (2020) e Cangue (2020, 2022), que ressaltam a necessidade urgente de programas de capacitação contínua alinhados às exigências da liderança educacional.

Na segunda dimensão, o impacto das competências de liderança na gestão escolar e no clima organizacional também foi insuficiente, com médias altas na categoria NB, sendo 4.2 para os gestores e 4.4 para os docentes, sugerindo que, apesar de alguns avanços, as mudanças nas áreas de comunicação, colaboração e resolução de conflitos ainda são limitadas. Esses resultados reforçam a importância de programas de formação contínua, como destacam Morina e Kanaane (2020) e Serra e Oliveira (2022), para aprimorar a eficácia da liderança e promover um ambiente escolar mais colaborativo e positivo.

Tendências Gerais:

- ⚠ A falta de formação pedagógica e capacitação contínua compromete o desenvolvimento das competências de liderança de gestores e docentes ao longo da carreira.
- ⚠ As acções de liderança têm impacto limitado na gestão escolar e no clima organizacional, evidenciando a necessidade de aprimorar as práticas de liderança para gerar mudanças.
- ⚠ A carência de competências em comunicação e colaboração afecta negativamente o ambiente escolar, prejudicando o sucesso das acções pedagógicas e a dinâmica entre gestores e docentes.

Resultado da entrevista para gestores escolares de Complexo Escolar 16 de Junho

A entrevista com os gestores do Complexo Escolar 16 de Junho revelou que, apesar de reconhecerem a importância da capacitação recebida, ainda identificam lacunas no desenvolvimento de competências chave, como o uso de tecnologias, motivação da equipe e gestão de conflitos. Embora a formação tenha sido positiva, há uma necessidade de capacitação contínua e mais focada nas práticas de liderança que impactem directamente a gestão escolar.

Em relação ao impacto das competências de liderança na gestão escolar e no clima organizacional, os gestores destacam avanços, mas também desafios persistentes, como a indisciplina estudantil e a sobrecarga de trabalho. Eles sugerem que a liderança deve ser constantemente aprimorada, alinhando-se à visão de Silva et al. (2020), que enfatizam a evolução contínua das habilidades de liderança para enfrentar os desafios educacionais.

Tendências Gerais:

- ⚠ A falta de inovação pedagógica e de uso eficaz de tecnologias prejudica a adaptação às demandas educacionais actuais.
- ⚠ A sobrecarga de trabalho e a falta de apoio para manter a motivação da equipe comprometem o desempenho e o bem-estar dos gestores e docentes.
- ⚠ A ausência de uma capacitação contínua e práticas de feedback eficazes dificulta a melhoria do clima organizacional e o fortalecimento da liderança escolar.

Resultado do questionário para docentes de Complexo Escolar 16 de Junho

O questionário aplicado aos docentes do Complexo Escolar 16 de Junho forneceu informações relevantes sobre o impacto da capacitação docente na liderança e gestão escolar. Na Tabela 2, são apresentados os dados demográficos mais significativos.

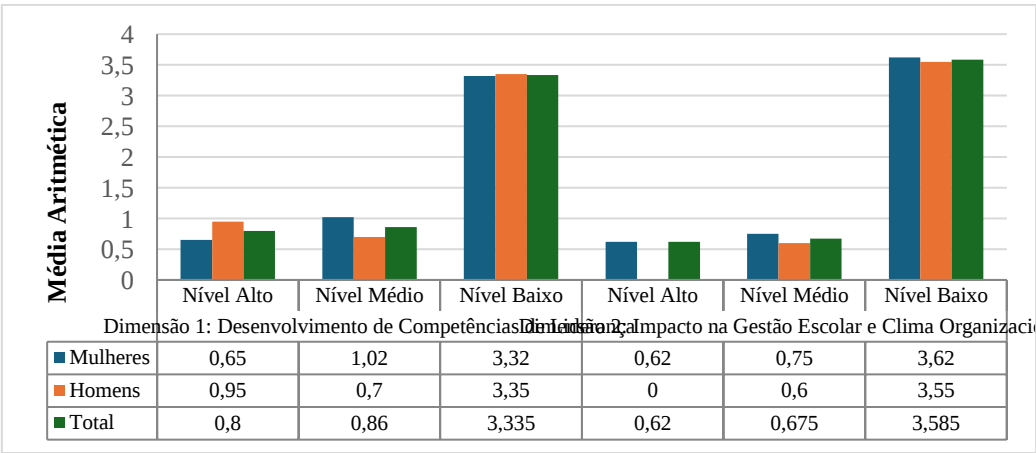
Tabela 2. Tabela de contingência dos dados demográficos (frequência observada e percentual)

Grau	Género		Faixa etária Mulheres (anos)			Faixa etária Homens (anos)		
	Mulheres <i>f_o(%)</i>	Homens <i>f_o(%)</i>	22-29 <i>f_o(%)</i>	30-39 <i>f_o(%)</i>	40-60 <i>f_o(%)</i>	22-29 <i>f_o(%)</i>	30-39 <i>f_o(%)</i>	40-60 <i>f_o(%)</i>
Licenciados	19	5	4 (20%)	11 (60%)	4 (20%)	0 (0%)	3 (60%)	2 (40%)
T. Médio	8	7	1 (12.5%)	5 (62.5%)	2 (25%)	3 (42.9%)	3 (42.9%)	1 (14.2%)
Formação	13	8	2 (15.4%)	5 (38.5%)	6 (46.1%)	0 (0%)	7 (87.5%)	1 (12.5%)
Índice global	40 (66.7%)	20 (33.3%)	7 (17.5%)	21 (52.5%)	12 (30%)	3 (15%)	13 (65%)	4 (20%)

A tabela mostra que a maioria das mulheres licenciadas (60%) e dos homens licenciados (60%) está na faixa etária de 30-39 anos. Entre os docentes com formação de Técnico Médio, as mulheres (62.5%) também se concentram na faixa de 30-39 anos, enquanto os homens estão divididos entre as faixas de 22-29 anos e 30-39 anos (42.9%). Na categoria "Formação", tanto mulheres quanto homens predominam na faixa de 30-39 anos. Esses dados reflectem uma diversidade nas idades e experiências dos docentes, destacando a necessidade de programas de formação contínua adaptados às diferentes faixas etárias e de acções para equilibrar a representatividade de géneros nas diversas áreas de formação.

Na Figura 2 é apresentada a comparação das dimensões 1 e 2 entre docentes da amostra.

Figura 2. Resultado geral de questionário para docentes de Complexo Escolar 16 de Junho



Os resultados da primeira dimensão, sobre o desenvolvimento de competências de liderança, indicam um impacto limitado da capacitação nas áreas-chave, como teorias de liderança,

tomada de decisões, resolução de conflitos e motivação. Embora as médias para mulheres (3.32) e homens (3.35) sejam semelhantes, os homens se mostraram mais críticos, especialmente em relação à resolução de conflitos e ao planeamento estratégico, onde os avanços foram mínimos. A maior melhoria observada foi na capacidade de motivar os colegas, mas de forma moderada, sem grandes mudanças nas demais áreas da liderança.

Na segunda dimensão, sobre gestão escolar e clima organizacional, os resultados também foram modestos, com médias de 3.62 para mulheres e 3.55 para homens, ambas dentro da categoria de Nível Baixo (NB). A capacitação foi vista como insuficiente para melhorar a comunicação entre gestores e docentes, a colaboração da equipe e a eficácia da gestão escolar. Embora alguns avanços limitados tenham sido notados, a maioria dos participantes relatou que as mudanças no ambiente escolar foram pouco significativas.

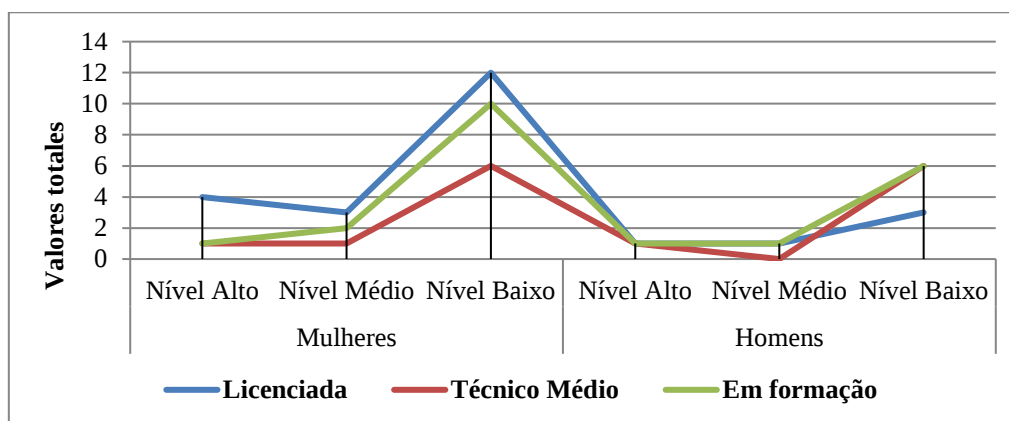
Esses achados sugerem que, apesar do reconhecimento dos benefícios da capacitação, os impactos na liderança e na gestão escolar ficaram abaixo das expectativas. Como apontam Albuquerque e Santos (2019) e Carvalho (2022), a capacitação deve ser contínua e abranger não apenas o desenvolvimento técnico, mas também a gestão emocional, a resolução de conflitos e a implementação de práticas pedagógicas inovadoras.

Em relação às diferenças de género, observou-se que as mulheres apresentaram uma visão mais crítica sobre os resultados da formação, especialmente nas áreas de resolução de conflitos e comunicação com gestores. Essa percepção diferenciada pode ser entendida a partir do conceito de diversidade, equidade e inclusão, conforme abordado por Mezia (2023) e BCSD e EY. (2023). Diversidade, Equidade & Inclusão no Meio Empresarial Português. Historicamente, as mulheres enfrentam desafios adicionais no ambiente escolar, como a sobrecarga de trabalho e o reconhecimento limitado de suas competências de liderança, o que impacta a forma como percebem e avaliam as iniciativas de capacitação.

Portanto, é essencial que os programas de capacitação integrem as especificidades de género, promovendo não apenas igualdade de oportunidades, mas também um ambiente inclusivo que valorize as diferenças. A formação deve ser adaptada para atender às realidades e necessidades de cada género, garantindo que todos os docentes possam se beneficiar de um processo formativo verdadeiramente transformador e que fortaleça a liderança de forma equitativa para todos.

Na Figura 3, é apresentada a distribuição dos docentes de acordo com o grau académico e as categorias de avaliação da variável dependente.

Figura 3. Distribuição dos docentes de acordo com o grau académico



A análise revela que, apesar do grau académico, muitos docentes não percebem um impacto significativo da formação nas suas competências. As mulheres licenciadas, por exemplo, apresentam a maioria das respostas no Nível Baixo (12), seguidas de Nível Médio (3) e Alto (4), indicando limitações na aplicação das competências adquiridas. Os homens licenciados têm uma distribuição mais equilibrada, mas também enfrentam dificuldades, com 3 no Nível Baixo, 1 no Médio e 1 no Alto.

Entre os docentes com Técnico Médio, tanto mulheres quanto homens apresentam predominância de respostas no Nível Baixo (6 em cada grupo), sugerindo que a formação não tem sido eficaz para gerar avanços na liderança e gestão escolar.

Além disso, docentes em formação, tanto mulheres (10) quanto homens (6), também apresentam a maioria das respostas no Nível Baixo, o que indica que a capacitação em andamento ainda não está gerando os resultados esperados.

Esses dados apontam para a necessidade urgente de revisar as práticas de capacitação, conforme sugerido por Carvalho (2022), adaptando-as para promover um impacto real nas competências de liderança e gestão escolar. Em relação às respostas fornecidas pelos docentes nas perguntas abertas do questionário:

a) Qual foi o principal benefício que você percebeu após participar da capacitação?

“O principal benefício foi a oportunidade de reflectir sobre algumas práticas de gestão e liderança. No entanto, os resultados práticos dessa reflexão ainda não se traduziram em melhorias concretas no meu trabalho diário. Senti que poderia ter sido mais focado em áreas mais específicas da minha actuação, como a gestão de sala de aula ou o uso de novas tecnologias”.

b) Descreva um exemplo específico de como a capacitação ajudou na sua prática diária.

“Não houve mudanças significativas ou imediatas na minha prática diária. Alguns conceitos de liderança podem ter sido úteis para reflectir sobre a dinâmica da equipe, mas na prática, a aplicação desses conceitos não foi tão clara, especialmente em relação à resolução de conflitos ou ao planeamento estratégico de aulas”.

c) Quais áreas da capacitação acredita que poderiam ser melhoradas?

“Acredito que a capacitação poderia ser mais prática e voltada para soluções do dia a dia. Faltaram mais exemplos aplicáveis à realidade das nossas escolas. Além disso, o uso de tecnologias e inovações pedagógicas deveria ser mais explorado, já que esses são pontos de grande necessidade para modernizar a gestão escolar e melhorar o aprendizado dos alunos”.

d) Considera que a capacitação teve impacto na sua satisfação geral? Explique.

“Não sinto que a capacitação tenha impactado de forma significativa minha satisfação. Embora tenha trazido alguns conhecimentos teóricos, não percebi uma mudança concreta nas minhas condições de trabalho ou nos resultados dos alunos. A falta de acompanhamento contínuo também prejudica o aproveitamento real das capacitações”.

Tendências Gerais:

- 🔊 A capacitação tem impacto limitado em liderança e gestão, com avanços mínimos em áreas chave como tomada de decisões e comunicação.
- 🔊 Mulheres são mais críticas em relação ao impacto da capacitação, reflectindo desafios específicos de género no contexto escolar.
- 🔊 Tanto docentes quanto gestores percebem a falta de melhorias significativas na colaboração entre equipas e na adopção de novas metodologias pedagógicas.

Em resumo, embora os resultados gerais sejam semelhantes, as tendências se concentram mais na aplicação pedagógica e na comunicação, enquanto as dos gestores estão mais voltadas para o desenvolvimento de habilidades de liderança organizacional e gestão de equipas. De qualquer forma, os resultados indicam que a capacitação precisa dar maior ênfase à liderança educacional, com o objectivo de fortalecer as competências de liderança no ambiente escolar.

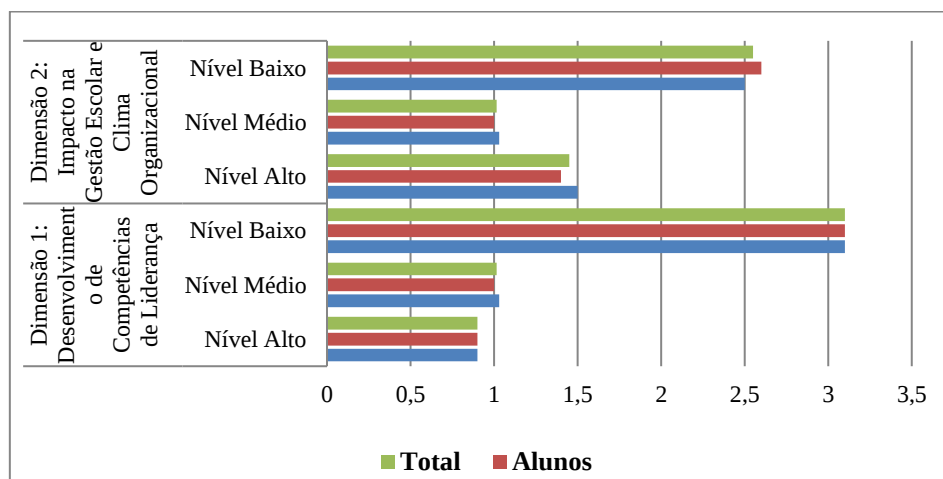
Resultado do questionário para estudantes de Complexo Escolar 16 de Junho

O questionário aplicado aos alunos teve como objectivo obter uma visão rápida e eficaz sobre a capacidade de liderança dos gestores e docentes, a partir da perspectiva dos estudantes. Foi aplicado a um grupo amostral de 60 estudantes (30 mulheres e 30 homens), com idades entre 14 e 34 anos, com maior concentração no intervalo etário de 15 a 17 anos, distribuídos desde a

nona classe até o segundo ciclo. Isso permitiu obter uma visão abrangente e equilibrada das percepções dos estudantes sobre a liderança e gestão escolar, levando em consideração as diferentes faixas etárias e níveis de ensino.

Na Figura 4, são apresentadas as médias aritméticas das respostas dadas pelos estudantes.

Figura 4. Distribuição das médias aritméticas das respostas dadas pelos estudantes



A análise dos resultados mostra que tanto as alunas quanto os alunos apresentaram uma percepção negativa sobre as competências de liderança dos gestores e docentes, especialmente no que diz respeito à transparência nas decisões e à resolução de conflitos. A maioria das respostas ficou no nível baixo (NB), refletindo uma insatisfação com a eficácia da liderança e a gestão escolar (Guimarães et al., 2021).

Esse cenário se repete na avaliação do impacto da capacitação na gestão escolar e no clima organizacional, com os estudantes, especialmente os alunos, destacando a falta de clareza nas expectativas dos docentes e a percepção de um ambiente escolar pouco produtivo e positivo. Esses dados indicam um impacto limitado da formação na melhoria da gestão e liderança, corroborando as observações Kumenda (2024) sobre a importância da comunicação eficaz e do papel transformador da liderança escolar.

A falta de progresso nas competências de liderança também se alinha com as abordagens de Weinstein e Simielli (2022), que defendem que uma liderança escolar eficaz deve ser capaz de melhorar a qualidade educacional e promover um trabalho colaborativo entre docentes. Além disso, como destacado por Albuquerque e Santos (2019), a liderança precisa ser inclusiva, integrando todos os membros da comunidade escolar e garantindo um ambiente de confiança e equidade. A análise sugere que os gestores falharam em estabelecer essa conexão entre a escola, a família e o Ministério da Educação, uma lacuna importante para o fortalecimento da gestão

escolar. Assim, como apontado pela integração desses diversos actores é essencial para melhorar as políticas educacionais e a eficácia da gestão escolar.

Tendências Gerais:

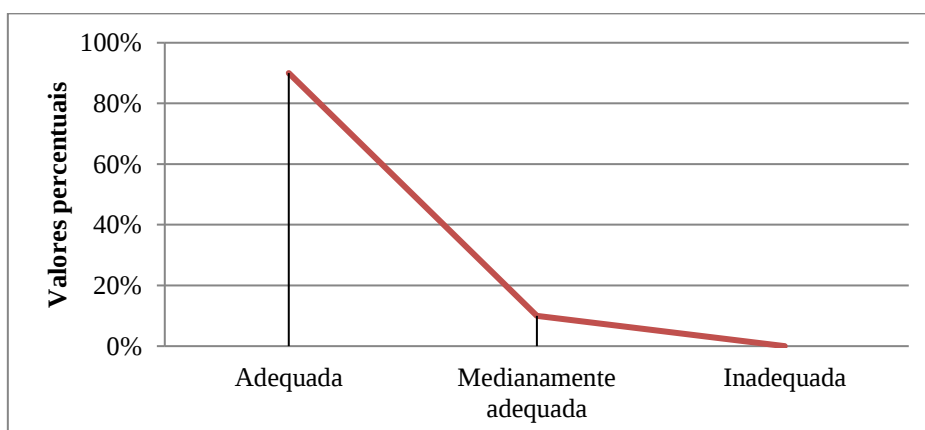
- ▲ Tanto alunas quanto alunos percebem a formação de forma negativa, com a maioria das respostas no nível baixo (NB), indicando que a capacitação não está atendendo às expectativas de forma eficaz.
- ▲ As diferenças de percepção entre os géneros são pequenas, com as alunas avaliando ligeiramente melhor a Dimensão 1, mas ainda assim, as percepções negativas predominam em ambos os grupos.
- ▲ As áreas críticas identificadas, como tomada de decisões, resolução de conflitos e ambiente escolar, indicam a necessidade urgente de melhorias para criar um ambiente educacional mais eficaz e positivo.

Com o objectivo de avaliar a validade deste estudo, foi realizada uma consulta a especialistas por meio do método Delphi. Os critérios seguidos para a sua selecção foram os seguintes:

- ▲ Prestígio alcançado em sua actuação profissional.
- ▲ Possuir título científico de Mestre ou grau de Doutor.
- ▲ Ter mais de 10 anos de experiência no ensino.
- ▲ Estar disposto a participar da pesquisa.

Contou-se com a colaboração de 15 especialistas. Ao avaliar seu grau de competência, apenas os critérios de 13 foram levados em consideração, uma vez que seu coeficiente de competência foi avaliado com um nível médio ou alto. Da mesma forma, todos os indicadores foram considerados bastante adequados (Figura 5).

Figura 5. Representação da matriz de opinião dos especialistas



De acordo com os critérios fornecidos pelos especialistas, com base nos indicadores avaliados, o estudo realizado é altamente pertinente. Ou seja, além de ser válido, atende aos requisitos de funcionalidade, o que significa que seus resultados e conclusões podem ser implementados de forma eficaz.

Além disso, é aplicável a outras instituições educacionais, considerando as semelhanças nos contextos e nas necessidades dos ambientes de ensino analisados. Esse nível de aplicabilidade amplia a relevância do estudo, tornando-o não apenas útil no Complexo Escolar 16 de Junho, em Moçâmedes, mas também um modelo adaptável a diferentes realidades educacionais, o que reforça sua contribuição para o avanço do conhecimento na área.

CONCLUSÕES

Como resultado da aplicação dos métodos teóricos e empíricos, pode-se concluir que:

- 1 A análise dos resultados mostra que a capacitação oferecida no Complexo Escolar 16 de Junho teve um impacto limitado nas práticas de liderança dos docentes. Embora tanto os gestores quanto os docentes reconheçam a importância da formação, a aplicação prática das competências adquiridas foi insatisfatória, especialmente nas áreas de resolução de conflitos, tomada de decisões e comunicação. A percepção predominante, tanto entre os docentes quanto entre os alunos, é de que a formação não gerou mudanças significativas no desempenho das lideranças escolares.
- 2 As conclusões indicam que a formação ainda é insuficiente para promover melhorias substanciais no ambiente escolar e na gestão pedagógica. A falta de um foco específico em competências de liderança nas capacitações reflecte-se directamente na ausência de resultados positivos nas práticas de gestão e no clima organizacional da escola. Além disso, torna-se evidente a necessidade de integrar a formação em liderança com o desenvolvimento de habilidades interpessoais e de comunicação, o que é fundamental para o fortalecimento da gestão escolar.
- 3 Por fim, a pesquisa destaca a importância de uma formação docente mais focada e contínua, com ênfase no desenvolvimento de competências de liderança adaptadas à realidade local. As lacunas observadas nos resultados apontam para a urgência de programas de capacitação que abordem de forma mais eficaz as necessidades de liderança, criando um ambiente mais colaborativo, inclusivo e produtivo. O impacto da capacitação no Complexo Escolar 16 de Junho, portanto, depende de uma abordagem mais estratégica e personalizada, que considere as necessidades específicas dos docentes e da escola como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, L.F.G. e Santos, A.S. (2019). Governança Corporativa: uma análise da representatividade das mulheres na directoria executiva das empresas listadas na B3. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 11 (3): 346–361. <https://doi.org/10.24023/futurejournal/2175-5825/2019.v11i3.458>
- Alexandre, F. e Vicente, L. (2021). O Bem-estar do Professor como Factor impactante no Sucesso Educativo dos Alunos. *Eduletters* 6: 1-7. <https://fep.porto.ucp.pt/pt-pt/asset/24026/file>
- BCSD, & EY. (2023). Diversidade, Equidade & Inclusão no Meio Empresarial Português. https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_pt/topics/ey_bscd-portugal-dei-no-tecido-empresarial-portugues.pdf
- Burguet, N. e Campaña, A. (2020). Propuesta de una estrategia de capacitación en bioseguridad en la Unidad Empresarial de Base Laboratorios Liorad. *CENIC Ciencias Biológicas*, 51 (3): 207-221. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=181272274005>
- Cabral, I. e Alves, J.M. (2021). Lideranças Educativas e Organização Escolar: pensar, investigar, disseminar. *Eduletters*. 106 p. https://www.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/FEP/SAME/Eduletters_AGO21_VF.pdf
- Cangue, J. (2020). Liderança nas escolas de Magistério em Angola. *Intersaberes*, 15 (35): 733-765. doi: <https://doi.org/10.22169/revint.v15i351959>.
- Cangue, J. (2022). Liderança para inovação-gerencial e formação docente em competências pedagógicas no âmbito pandêmico. *Educação, Pesquisa e Inclusão*, 3: 1-19. <https://doi.org/10.8227/2675-3294repi.V3i7.7130>
- Carvalho, R.M. (2022). *Deveres da Corporate Governance - Representação de Partes Interessadas no Conselho de Administração* (Lidel, Ed.). Lidel. 28 p. https://almedina.ams3.cdn.digitaloceanspaces.com/pdf_preview/9789897528453.pdf
- Contreras, N.A. e Ramírez, M.L. (2020). Problemas de liderazgo en la alta dirección de instituciones de salud. *Cirugía y cirujanos*, 88 (4), p. 527. <https://doi.org/10.24875/ciru.19001413>

- Da Silva, J.C. e Fagundes, P.M. (2020). O desenvolvimento de competências de liderança em mundos digitais virtuais tridimensionais. *Valore, Volta Redonda*, 5 (edição especial): 293-311. <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/662/463>
- Gaspar, I.F., Dias, J., Domingos, Z. e Chedian, R. (2024). Saúde e educação em Angola: serviço social como trajectória pétrea de interlocução. *ARACÊ, São José dos Pinhais*, 6 (2): 2832-2849. <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/852>
- González, M., Canós, L. e Hernández, D. (2022). Habilidades directivas: bases del liderazgo organizacional. *South Florida Journal of Development, Miami*, 3(4): 4495-4505. doi: <https://doi.org/10.46932/sfjdv3n4-029>
- Guimarães, L., Machado, M. & Silva, B. (2021). Estilos de liderança e satisfação no trabalho. *Revista Multidisciplinar. Humanidades e Tecnologias (FINOM)*, 28: 323-354. https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1532/1121
- Kumenda, J.S. (2024). Análise do Papel da Liderança na Resolução de Conflitos Organizacionais. *FARMHOUSE Ciência & Tecnologia. Revista multidisciplinar do Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia*, 4 (3): 1-21. <https://revista.insutec.ao/index.php/fct/article/view/70>.
- Lizote, S.A., Schvabe, M.L., dos Santos, J., dos Santos, N.P. e Moreira, N. (2021). Estilo de liderança dos docentes de graduação em ciências contábeis. *Competência*, 14 (2). <https://seer.senacrs.com.br/index.php/RC/article/view/833>
- Mena, J.A. e Mena, J.L. (2020). El método de formación en la actividad profesional productiva. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 53(1): 81-96. https://doi.org/10.14195/1647-8614_53-1_5
- Mezia, A.F. (2023). Reflexões sobre a Mulher Contemporânea na Governance. (Tese de Mestrado). Instituto Superior de Gestão, Lisboa. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/50176/1/TESE_Ana%20Filipa%20Mezia_VFdocx.pdf
- Morina, M.F. e Kanaane, R. (2020). O professor como mediador no desenvolvimento da liderança dos alunos: perspectiva psicossocial. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 40 (98): 35-49. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v40n98/a05v40n98.pdf>

- Paredes, D., Ibarra, L.E. y Moreno, Z.E. (2021). Habilidades directivas y clima organizacional en pequeñas y medianas empresas. *Investigación Administrativa*, 50 (127): 69-90. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=456065109006>
- Porto, A.C.R.C. e Pimenta, M.A. (2022). Liderança docente: desenvolvimento de instrumento de identificação de docentes-líderes. *In SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3964>
- Serra, L.M. e Oliveira, S. (2022). A influência da liderança partilhada no bem-estar docente. *Humanidades & Tecnologia (FINOM)*, 38: 137-162. doi: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7396776>
- Silva, J.C., Moreira, M.Z., Leopoldino, C.B. e Guimarães, E.T. (2020). A liderança transformacional no trabalho docente e na formação discente: um Estudo de Caso com Estudantes de Graduação em Administração. *Perspectivas Contemporâneas*, 15 (3): 1-20. <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas>
- Weinstein, J. e Simielli, L. (2022). Liderança escolar: diretores como fatores-chave para a transformação da educação no Brasil. UNESCO, 7, Paris. p. 101. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383601>

Oportunidades e Desafios do *Marketing Digital* nas Universidades Angolanas**Opportunities and Challenges of Digital Marketing in Angolan Universities****Oportunidades y Desafíos del Marketing Digital en las Universidades Angolanas****Autores:** Ana Pedro Kissaque Barbosa

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

Correio: anakisspedro@outlook.ptORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6393-2018>

Juan Rubén Herrera Masó

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

Correio: rh162678@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0259-0708>

Rouget Jesús Fundora Ruano

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

Correio: rouget_fundora@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5834-1990>**Artigo de Revisão****RESUMO**

Este artigo analisa os desafios e oportunidades do marketing digital (MD) nas universidades angolanas, destacando sua crescente relevância no sector educacional em função da globalização da informação e do avanço da internet. O estudo reconhece que, actualmente, é inconcebível imaginar uma universidade sem algum nível de utilização do MD. O referencial teórico aborda os fundamentos do marketing digital, suas fases de evolução e as principais tecnologias emergentes no contexto universitário. Os resultados apontam desafios significativos, incluindo a intensa competição no sector, a constante evolução no comportamento dos alunos das gerações Z e Millennial, e a resistência à adoção de novas tecnologias por parte dos gestores universitários. Além disso, problemas estruturais, como a qualidade das telecomunicações, a limitada penetração da internet em algumas áreas e a escassez de profissionais qualificados, comprometem a implementação de estratégias eficazes de MD. Por outro lado, as oportunidades oferecidas pelo MD são notáveis: as redes sociais emergem como ferramentas poderosas para alcançar públicos-alvo; a digitalização de serviços melhora a experiência dos estudantes; e a presença omnicanal promove maior proximidade

entre as instituições e os alunos. O estudo conclui que, apesar dos desafios enfrentados, o MD é indispensável no contexto universitário, especialmente com a crescente digitalização e as novas tecnologias que moldam estratégias mais inovadoras e eficazes.

Palavras – Chave. Desafios; Oportunidades; Marketing Digital; Universidades angolanas.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges and opportunities of digital marketing (DM) in Angolan universities, highlighting its growing relevance in the educational sector due to the globalization of information and the advancement of the internet. The study acknowledges that, nowadays, it is inconceivable to imagine a university without some level of DM utilization. The theoretical framework addresses the fundamentals of digital marketing, its stages of evolution, and the main emerging technologies in the university context. The results highlight significant challenges, including intense competition in the sector, the constant evolution in the behavior of Generation Z and Millennial students, and the resistance of university managers to adopting new technologies. Furthermore, structural problems such as the quality of telecommunications, limited internet penetration in certain areas, and the lack of qualified professionals hinder the implementation of effective DM strategies. On the other hand, the opportunities offered by DM are remarkable: social media emerges as a powerful tool to reach target audiences; the digitalization of services enhances the student experience; and omnichannel presence fosters greater proximity between institutions and students. The study concludes that, despite the challenges faced, DM is indispensable in the university context, especially with the growing digitalization and new technologies shaping more innovative and effective strategies.

Keywords: Challenges; Opportunities; Digital Marketing; Angolan Universities.

RESUMEN

Este artículo analiza los desafíos y oportunidades del marketing digital (MD) en las universidades angolanas, destacando su creciente relevancia en el sector educativo debido a la globalización de la información y al avance de internet. El estudio reconoce que, en la actualidad, es inconcebible imaginar una universidad sin algún nivel de utilización del MD. El marco teórico aborda los fundamentos del marketing digital, sus etapas de evolución y las principales tecnologías emergentes en el contexto universitario. Los resultados destacan desafíos significativos, incluyendo la intensa competencia en el sector, la constante evolución en el comportamiento de los estudiantes de las generaciones Z y Millennial, y la resistencia de los gestores universitarios a adoptar nuevas tecnologías. Además, problemas estructurales como

la calidad de las telecomunicaciones, la limitada penetración de internet en ciertas áreas y la escasez de profesionales cualificados dificultan la implementación de estrategias efectivas de MD. Por otro lado, las oportunidades que ofrece el MD son notables: las redes sociales emergen como herramientas poderosas para alcanzar a los públicos objetivo; la digitalización de servicios mejora la experiencia de los estudiantes; y la presencia omnicanal fomenta una mayor proximidad entre las instituciones y los alumnos. El estudio concluye que, a pesar de los desafíos enfrentados, el MD es indispensable en el contexto universitario, especialmente con la creciente digitalización y las nuevas tecnologías que moldean estrategias más innovadoras y efectivas.

Palabras claves: Desafíos; Oportunidades; Marketing Digital; Universidades.

INTRODUÇÃO

O Marketing Digital (MD) no âmbito universitário a escala mundial se caracteriza por diferentes estágios de desenvolvimento, embora as universidades de países desenvolvidos possuem estratégias sofisticadas e bem implementadas, quanto as universidades africanas ainda estão construindo suas infra-estruturas digitais e capacidades. No entanto, o potencial de crescimento é significativo, especialmente com o aumento do acesso à internet e a crescente importância da presença digital no recrutamento de estudantes.

Entretanto, a transição para o Marketing Digital não é isenta de limitações. Muitas universidades ainda enfrentam dificuldades em integrar essas novas práticas em seus currículos, devido a uma cultura organizacional que pode ser resistente à mudança.

Os principais benefícios do Marketing Digital para as universidades incluem o aumento da visibilidade, que ajuda a melhorar a presença on-line, tornando-as mais conhecidas e atraindo novos alunos e aumentando o número de matrículas; o aumento da interação e do envolvimento, que facilita a comunicação directa com os alunos, promovendo um relacionamento mais próximo; a segmentação do público para direccionar campanhas a públicos específicos e aumentar a eficácia; bem como a análise de dados, que fornece informações sobre o comportamento do usuário, permitindo que as estratégias sejam ajustadas. (Kellyn, 2024)

Nesse contexto, o MD nas universidades angolanas representa um terreno cheio de oportunidades e desafios que reflectem a transformação digital em andamento no país. À medida que Angola entra na era digital, as instituições de ensino superior têm a

responsabilidade de se adaptar e inovar, preparando seus alunos para um mercado de trabalho em constante evolução.

Assim, o MD nas universidades angolanas não é apenas uma questão de adoção de novas tecnologias, mas também um reflexo de uma mudança cultural e estrutural necessária para que as instituições se tornem agentes activos na transformação digital do país.

Estudos sobre a percepção dos estudantes universitários em relação ao MD revelam que essa estratégia é fundamental para a captação de novos alunos. Os alunos valorizam as interações em redes sociais, considerando-as mais eficazes do que métodos tradicionais de comunicação. A personalização das mensagens e a rápida difusão de informações são vistas como vantagens significativas do MD. (Kaisen, 2022). Além disso, a capacidade de comparar cursos e instituições online aumenta a satisfação dos estudantes na escolha do ensino superior. (Maia, Brito e Sebastião, João, 2022)

Esta pesquisa justifica-se pela importância do marketing digital como recurso para as universidades atraírem alunos, promoverem seus serviços e se tornarem mais competitivas e lucrativas. O estudo é relevante para administradores, directores, profissionais de marketing e académicos. O tema central é o MD, com a pergunta de pesquisa: Quais são desafios e oportunidades do marketing digital nas universidades angolanas?

O objectivo geral é identificar esses desafios e oportunidades. Os objectivos específicos incluem descrever as oportunidades que o MD oferece às universidades e os desafios que enfrentam ao utilizá-lo. O estudo é exploratório, bibliográfico e qualitativo, com base em pesquisa de dissertações e artigos. A análise se concentra no MD como unidade de análise, visando compreender as motivações e opiniões relacionadas ao tema (Bardin, 2011).

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO MARKETING

O *Marketing* é um conjunto de estratégias e táticas que coordenam os esforços de comunicação das empresas no mundo online. São acções que visam gerar uma ligação com os clientes, atraí-los e persuadi-los, de acordo com as suas preferências. Inclui tarefas e processos em canais virtuais, possibilidades de gestão e acompanhamento de resultados. É também um conjunto de estratégias personalizadas, direccionadas e precisas que permitem falar directamente com as pessoas, a partir de um conhecimento mais profundo de cada uma delas. Com isso, é possível analisar as reacções, respostas, comportamentos dos clientes e o perfil completo do seu público.

Isso se torna combustível para novas campanhas e ideias. O *Marketing* é feito através de canais digitais, incluindo blogs, e-mails, redes sociais, softwares de mensagens e outras plataformas.

O posicionamento no mercado é um factor fundamental para o desenvolvimento estratégico do *Marketing* de uma empresa. Para isso, é necessário seleccionar o mercados-alvo, segmentar o mercado, entender a jornada de compra dos consumidores e saber se diferenciar da concorrência. (Rez, 2020).

Desde seu surgimento, o Marketing tem mudado o foco das suas estratégias e se reconhecem 5 fases principais da evolução. (Carvalho, 2023)

Fase de evolução do Marketing¹

- 🔹 **Marketing 1.0 (Tradicional):** Foco nos produtos, destacando qualidades, benefícios e formas de uso.
- 🔹 **Marketing 2.0:** centrado no consumidor, utilizando dados para campanhas e estratégias voltadas à conquista de novos clientes.
- 🔹 **Marketing 3.0:** prioriza valores, propósito da empresa e responsabilidade socio ambiental.
- 🔹 **Marketing 4.0 (Digital):** Interacção personalizada com o consumidor por meio de ferramentas como Marketing Digital, Marketing de Conteúdo e Automação de Marketing.
- 🔹 **Marketing 5.0:** enfatiza qualidade de vida e bem-estar, combinando foco no produto, consumidor e valores.

Considerando que o *Marketing* é a forma pela qual as empresas comunicam suas mensagens aos consumidores, clientes, parceiros e à sociedade em geral, existem diferentes tipos de estratégias de Marketing empregadas pelas empresas para atingir esse propósito. (Dourado, 2024).

Marketing Digital

É um conjunto de informações e acções que podem ser feitas em diversos meios digitais com o objectivo de promover empresas e produtos. As estratégias mais empregadas pela maioria das empresas para obter resultados positivos, são: Redes Sociais. *E-mail Marketing*. *Marketing de Conteúdo*. *Marketing de Busca (SEM)* e *Optimização de Conversão (CRO)*. Uma das grandes

¹ <https://rockcontent.com/br/blog/origem-e-evolucao-do-marketing/>

vantagens do MD é a possibilidade de mensurar os resultados e os dados gerados pelos sistemas utilizados.

Marketing de Conteúdo

É a estratégia focada na produção de conteúdo útil para seu público-alvo, auxiliando no processo de compra e atraindo essas pessoas de forma natural e espontânea para a sua empresa. É, basicamente, o combustível do *Inbound Marketing*. Entre os formatos mais utilizados para aplicar e executar estratégias de *Marketing de Conteúdo* estão: Blogs. Vídeos, mídias sociais, materiais ricos e *Marketing por e-mail*.

Inbound Marketing (Marketing de Atracção)

Seu principal objectivo é atrair o público para se interessar pelo produto ou serviço que oferece. Para isso, o primeiro é saber quais são seus interesses, dúvidas e desafios, e depois oferecer materiais que resolvam seus problemas ou permitam identificar uma oportunidade, cuja solução é o serviço/produto oferecido pela empresa.

Outbound Marketing (Marketing tradicional)

Tem como principal objectivo aproximar os clientes por meio da oferta de serviços ou produtos. A ideia é perseguir activamente o cliente e não necessariamente gerar interesse genuíno desse cliente em potencial em sua empresa.

Marketing de Produto

É o segmento do *Marketing* que lida com a divulgação e comercialização do produto propriamente dito, para clientes potenciais ou recorrentes; também é o responsável por apresentar um novo produto da empresa ao mercado. Em geral, é dividido em 7 estágios principais: desenvolvimento do perfil dos consumidores; posicionamento e mensagem; educação da empresa sobre o posicionamento e mensagem; desenvolvimento de um plano de lançamento; desenvolvimento de conteúdo para o lançamento; treinamento da equipe; e lançamento.

Marketing Viral

Qualquer estratégia de *Marketing* que tenha como objectivo explorar as conexões entre as pessoas para se espalhar e viralizar. O sucesso dessa estratégia nem sempre pode ser previsto ou controlado pela marca, já que depende da reacção do público à campanha.

Segundo Kotler (2007), o aparecimento da internet e o surgimento do MD tem provocado mudanças no ambiente organizacional devido à presença das tecnologias de informação. As empresas precisam de se preparar, cada vez mais, na medida em que a presença do público-alvo nestes meios é cada vez mais comum. As oportunidades de comunicação entre utilizadores, a busca por informações sobre os serviços, comentários sobre as instituições e sobre a oferta formativa são características cada vez mais comuns. A rapidez e precisão no tempo e no espaço são também um dos pontos fortes destes meios.

O marketing digital envolve a comunicação, publicidade e criação de estratégias mais evoluídas em relação ao marketing tradicional. A presença da internet traz diversos benefícios ao mundo do trabalho, como interactividade, comunicação eficaz, canais de vendas eficientes, redução de riscos e custos, flexibilidade, melhor conhecimento do consumidor, alta taxa de participação e resposta, serviços acessíveis em qualquer lugar, excelente performance e segmentação facilitada (Aragão, 2020).

O MD tornou-se essencial na formulação de estratégias de instituições, pois tanto o marketing tradicional quanto o digital visam gerar valor para pessoas e organizações, diferenciando-se pelo meio utilizado. O MD envolve ferramentas aplicadas por canais digitais para atrair e manter audiências (Echeverri, 2022). Contudo, apesar de sua importância, poucos estudos exploram a evolução e aplicações do MD nas universidades (Alcolea, Bastidas-Manzano & Sánchez, 2024).

Na prática, as universidades que empregam estratégias eficazes de *Marketing* em linha e de redes sociais obtêm vários benefícios, incluindo: maior visibilidade e reputação, melhor comunicação com a comunidade universitária e adaptação ao comportamento actual dos estudantes, o que também reforçaria a sua liderança e preferência num ambiente competitivo e digitalizado (Pérez et al., 2021).

Segundo Rivero et al. (2022), as mudanças políticas, económicas, sociais actuais e a introdução das novas tecnologias digitais levaram à implementação do *Marketing* dentro das universidades; é assim, que na actualidade, as universidades empregam o *Marketing* educacional para promover sua imagem institucional, assim como para captar a atenção, percepção e satisfação dos alunos.

O Marketing Digital no âmbito universitário

O MD no âmbito universitário é uma estratégia crucial para instituições de ensino superior, especialmente as privadas, visando atrair e reter alunos. As principais acções incluem:

Entre as estratégias que ajudam a destacar a instituição em um mercado competitivo e a manter um fluxo constante de matrículas estão: a identificação do público-alvo e compreender as necessidades e interesses dos estudantes; o desenvolvimento de MD, através das redes sociais e *Marketing* de conteúdo para engajar e informar e a fidelização, orientada a gerar defensores da marca entre os alunos, promovendo uma experiência positiva.

As ferramentas digitais essenciais para o marketing incluem: Email Marketing (Mailchimp e RD Station) para manter o relacionamento com potenciais alunos e informá-los sobre novidades; Automação de Marketing (RD Station) para gerenciar contactos, criar landing pages e automatizar fluxos de comunicação, facilitando a conversão de leads em matrículas; e Análise de Dados (Google Analytics) para monitorar campanhas e entender o comportamento dos usuários no site da instituição. Essas ferramentas otimizam processos e melhoram a comunicação com os estudantes (Aragão, 2020; Echeverri, 2022).

A Automação de Marketing simplifica processos e aumenta a eficiência, mantendo o relacionamento personalizado com leads. Exemplos incluem o envio de e-mails, agendamento de *posts* e uso de *chatbots*. Ela também contribui para a retenção de alunos, mantendo-os informados sobre eventos e prazos, facilitando o monitoramento do progresso académico e colectando feedback regular para melhorar a experiência educacional (Echeverri, 2022).

Limitações e Insuficiências no Uso de Marketing Digital (MD) nas Universidades

Orçamento e Conhecimento Técnico: Restrição orçamentária limita campanhas de MD; falta de treinamento contínuo prejudica a actualização técnica das equipas.

Integração de Sistemas: Complexidade na integração de automação com plataformas académicas existentes.

Segmentação e ROI: Dificuldade em medir o retorno sobre investimento (ROI) e atribuir resultados directamente aos esforços de marketing.

Saturação do Mercado: Excesso de publicidade digital pode reduzir a eficácia das campanhas.

Criação de Conteúdo: Desafio em produzir conteúdo relevante e consistente para atrair estudantes.

Tecnologia e Ferramentas: Adoção de tecnologias avançadas, como IA e automação, é cara e complexa.

Privacidade e Regulamentação: Conformidade com regulamentos, como GDPR, e gestão de dados pessoais são difíceis e essenciais para manter a confiança.

Engajamento Digital: manter a interacção e lealdade dos estudantes em plataformas digitais é mais desafiador que em ambientes tradicionais.

Crise de Reputação: Comentários negativos em redes sociais podem afectar a imagem da universidade.

Falta de Personalização: Automação excessiva gera comunicações genéricas, desvalorizando os estudantes.

Resistência à Mudança: equipes habituadas a métodos tradicionais resistem à implementação de novas tecnologias.

Para superar essas limitações e insuficiências, é essencial que as universidades adotem uma abordagem estratégica e integrada ao MD, invistam em capacitação e tecnologia, e mantenham um foco constante na adaptação e melhoria contínua de suas práticas.

Para universidades, as **ferramentas** de MD mais eficazes geralmente incluem uma combinação de várias estratégias e plataformas para atrair e engajar estudantes, pais, ex-alunos e outros interessados. (Kellison, 2023). Algumas das principais são:

Implementar essas ferramentas de forma integrada e coordenada pode ajudar as universidades a alcançar seus objectivos de marketing, atrair mais alunos e manter uma boa comunicação com todas as partes interessadas.

Entre os **benefícios** do *Marketing* na captação de novos estudantes se encontram: (Fernandes da Cunha, 2024)

- 🔊 Impacto nos leads: aumenta a probabilidade de conversão de leads em alunos.
- 🔊 Despertar o interesse: faz com que os potenciais alunos se interessem novamente pela instituição.
- 🔊 Lembrar a marca: mantém a instituição presente na mente dos potenciais alunos.
- 🔊 Engajamento: aumenta o engajamento dos potenciais alunos com a instituição.
- 🔊 Aumento do tráfego: aumenta o tráfego em sites e blogs da instituição.
- 🔊 Gerar mais leads: cria mais oportunidades de conversão.
- 🔊 Aumento das conversões: melhora as taxas de conversão.
- 🔊 Relevância para o público: as mensagens são direccionadas a pessoas que já demonstraram interesse, tornando-as mais relevantes e eficazes.

O uso eficaz do MD teve alguns sucessos nas universidades, incluindo:

- 4 Aumento de Matrículas: Instituições que implementaram Marketing de automação viram um aumento de 37% nas matrículas, com uma taxa de conversão de 44% entre inscritos e matriculados. (Gonçalves, 2019)
- 4 Engajamento em Redes Sociais: Universidades que utilizam estratégias de conteúdo nas redes sociais conseguem criar uma conexão mais forte com potenciais alunos, aumentando a visibilidade e a interação. Boniatti, 2024)
- 4 Campanhas Personalizadas: A personalização das comunicações, adaptando-se aos interesses dos alunos, resultou em um aumento significativo na captação de novos estudantes. (Gonçalves, 2019; Boniatti, 2024)

Algumas universidades em Angola destacam-se no uso de MD devido à sua presença online robusta, campanhas de mídia social, e utilização de ferramentas digitais para comunicação e engajamento com estudantes. Entre as mais avançadas, estão:

Universidade Agostinho Neto (UAN)

Presença online: Site bem desenvolvido com informações detalhadas sobre cursos, eventos, notícias, e recursos para estudantes.

Redes Sociais: activa no *Facebook*, *Twitter* e *LinkedIn*, onde compartilham actualizações frequentes sobre actividades académicas e eventos.

Educação à Distância: utiliza plataformas de ensino online, especialmente impulsionadas durante a pandemia de COVID-19.

Universidade Católica de Angola (UCAN)

Marketing de Conteúdo: Produção de blogs e vídeos informativos sobre programas académicos e eventos.

Campanhas de Publicidade: Implementação de campanhas de publicidade digital para atrair novos estudantes.

Interactividade: Boa interacção nas redes sociais, respondendo a perguntas e engajando com a comunidade académica.

Universidade Lusíada de Angola (ULA)

Redes Sociais: Uso activo de *Facebook* e *Instagram* para comunicação e divulgação de eventos e informações institucionais.

Webinars e Lives: Realização de *webinars* e transmissões ao vivo para promover cursos e discutir tópicos relevantes.

Plataformas Digitais: Implementação de plataformas para facilitar o ensino à distância e o engajamento dos estudantes.

Universidade Metodista de Angola (UMA)

Conteúdo Digital: Criação de conteúdos digitais atractivos, incluindo vídeos e artigos sobre as vantagens dos seus programas.

Interacção online: Engajamento activo com estudantes através das redes sociais, respondendo a dúvidas e partilhando actualizações.

Publicidade Digital: Uso de anúncios pagos para aumentar a visibilidade dos programas de ensino.

Discussão dos Resultados

A partir da escolha do tema, realizou-se a pesquisa por meio de dissertações, artigos e livros que abordam sobre marketing, visita aos sites das universidades para obter as informações sobre as estratégias e acções de marketing usadas por elas como atracção de novos alunos e divulgação da oferta formativa.

Identificou-se que as oportunidades que o MD oferece as universidades são vastas e os desafios que elas enfrentam ao utiliza-lo, predominam em quase toda a pesquisa, em algumas universidades as oportunidades estavam presentes, este estudo, no entanto, não serviu para avaliar a frequência de cada tema nos artigos e dissertações seleccionadas.

O MD nas universidades enfrenta múltiplos **desafios** que as instituições devem superar para atrair e reter alunos. Alguns desses desafios incluem:

- ⚠ A competição intensa, dada pelo grande número de instituições (universidades e faculdades) e pelo aumento da popularidade dos cursos online.
- ⚠ A mudança de comportamento dos alunos da Geração Z e Millennial, com diferentes hábitos de consumo de mídia e plataformas digitais para busca de informações, além do crescente uso de dispositivos móveis que os obriga a otimizar o conteúdo para diferentes telas e formatos.
- ⚠ A preservação da reputação e credibilidade. Avaliações online: Comentários e avaliações em sites e redes sociais podem influenciar a decisão dos estudantes.

- ⚠ Transparência: os estudantes esperam informações transparentes sobre cursos, custos, e oportunidades de emprego.
- ⚠ Gestão orçamental, dadas as restrições financeiras de muitas instituições para investir no marketing, o que exige uma alocação eficiente de recursos para obter o melhor desempenho possível.
- ⚠ A adaptação às Novas Tecnologias requer constante adaptação e actualização das estratégias de marketing e a incorporação de IA e Automação e outras tecnologias avançadas para melhorar a eficácia das campanhas.
- ⚠ Engajamento nas redes sociais por meio da criação de conteúdo envolvente e relevante para envolver o público nas mídias sociais. Também na gestão de crises para lidar com comentários negativos ou crises de reputação que possam surgir online.
- ⚠ Presença online a través da optimização de Motores de Busca para garantir que a instituição seja facilmente encontrada online e para colocar conteúdo de qualidade que permita manter um fluxo constante de conteúdo valioso e relevante para atrair e engajar os estudantes.

Portanto, o *MD* desempenha um papel fundamental na captação e retenção de alunos, enfrentando esses desafios com estratégias eficazes e adaptáveis. Mas para isso é preciso dispor de uma estratégia sólida, que tenha em conta as particularidades do público-alvo e aproveite ao máximo as ferramentas e tecnologias disponíveis.

O uso de MD nas universidades angolanas é importante por várias razões significativas:

- ⚠ Atracção de Estudantes: as universidades competem activamente por estudantes em um mercado globalizado. O MD permite que as instituições alcancem potenciais alunos não apenas localmente, mas também internacionalmente, aumentando assim a diversidade e a qualidade do corpo discente.
- ⚠ Fortalecimento da Marca Institucional: uma presença forte e consistente online através do MD ajuda a construir e fortalecer a marca da universidade. Isso não só aumenta o reconhecimento da instituição, mas também reforça sua reputação como um centro de excelência académica e pesquisa.
- ⚠ Recrutamento de Talentos e Docentes: Além de atrair estudantes, o MD também pode ser usado para atrair talentos académicos e administrativos. Mostrar os pontos fortes da instituição e suas realizações através de plataformas digitais pode ser uma estratégia eficaz para recrutar professores, pesquisadores e funcionários qualificados.

- 🔗 **Melhoria da Experiência do Aluno:** pode ser utilizado para melhorar a experiência dos alunos, fornecendo informações claras e actualizadas sobre cursos, eventos, oportunidades de estágio, suporte estudantil e outros serviços. Isso pode ajudar a aumentar a satisfação dos alunos e melhorar as taxas de retenção.
- 🔗 **Análise de Dados e Tomada de Decisão Baseada em Dados:** O MD permite que as universidades colectem e analisem dados sobre o comportamento dos usuários online, o desempenho de campanhas e o impacto das estratégias de Marketing. Essa análise de dados pode informar decisões estratégicas, como alocação de recursos, ajustes de campanha e personalização da comunicação.

Em resumo, o MD é crucial para as universidades não apenas para atrair e reter estudantes, mas também para fortalecer sua reputação, melhorar a experiência do aluno e manter-se competitivas no cenário educacional global.

Ao iniciar um negócio, seja físico ou digital, implementar de antemão o MD é uma oportunidade única, porque com o tempo, quanto mais maduro o MD mais inteligência e responsabilidade para o negócio, aproveitando, assim mais oportunidades de mercado. (Oldra, 2022). Adolpho (2011) aponta que a cooperação do negócio e o cliente só se dá ao longo do tempo. É importante aproveitar a oportunidade de, desde o início do negócio, implementar o MD, porque seu alcance e sucesso não vai se dar da noite para o dia. Logo, quanto maior a maturidade digital do negócio, melhor aproveitamento ele terá das janelas de oportunidade do mercado.

Sugestões e Recomendações

As universidades têm mostrado avanços significativos no uso de MD, cada uma implementando estratégias que melhor se adequam às suas necessidades e aos seus públicos. A constante inovação e adaptação às novas tecnologias são essenciais para manter e melhorar cada vez mais.

Desafios

- 🔗 **Infra-estrutura Digital:** A infra-estrutura digital em Angola ainda é um desafio, com acesso limitado à internet em algumas áreas. Isso afecta a capacidade das universidades angolanas em alcançar todos os potenciais estudantes.
- 🔗 **Capacitação em MD:** investir na capacitação da equipe em técnicas e ferramentas de MD pode resultar em campanhas mais eficazes e uma presença online mais forte.

Colaboração com Influenciadores e Parceiros

- 4 Parcerias: colaborar com influenciadores digitais e empresas tecnológicas pode ajudar a aumentar a visibilidade e a credibilidade das universidades.
- 4 Testemunhos de Alunos: utilizar testemunhos de alunos e ex-alunos bem-sucedidos em campanhas de Marketing pode atrair novos estudantes.

CONCLUSÃO

Este artigo abordou as oportunidades e desafios do marketing digital (MD) nas universidades angolanas, com o objectivo de compreender suas potencialidades e limitações. Foram estabelecidos objectivos específicos como apresentar o referencial teórico, descrever as oportunidades proporcionadas pelo MD às universidades e analisar os desafios enfrentados na sua implementação. Acredita-se que os objectivos propostos foram plenamente alcançados.

A pesquisa, de carácter básico, exploratório, bibliográfico e qualitativo, baseou-se na colecta, selecção e análise de informações extraídas de artigos, dissertações e sites das universidades estudadas. As considerações finais foram construídas a partir das análises realizadas, com o MD nas universidades como unidade de análise e os desafios e oportunidades como unidades de contexto.

Com base em uma fundamentação teórica consistente, apoiada em autores como Gonçalves (2019), Rivero (2022), Kellison (2023) e Guerra (2013), entre outros, este estudo destacou como campanhas bem estruturadas, conduzidas por profissionais capacitados, podem gerar resultados significativos, como a atracção do público-alvo ideal e a retenção de alunos. O artigo demonstrou que os desafios enfrentados, como limitações orçamentárias, falta de conhecimento técnico e resistência à mudança, podem ser superados por meio de planeamento estratégico, investimento em qualificação profissional e adoção de tecnologias avançadas.

As oportunidades no campo do MD são vastas e dinâmicas, exigindo dos profissionais envolvidos criatividade e habilidade para aproveitá-las. A utilização de ferramentas tecnológicas de ponta não apenas aprimora os processos técnicos, mas também valoriza a dimensão humana presente na captação e retenção de estudantes, contribuindo para uma gestão mais eficiente e inovadora.

Por fim, este artigo foi elaborado com dedicação e rigor, considerando as estratégias adoptadas pelas universidades para promover seus serviços. Espera-se que o trabalho sirva como um recurso valioso para as universidades angolanas, auxiliando na melhoria da qualidade dos serviços ofertados aos estudantes. Além disso, almeja-se que o estudo inspire académicos e pesquisadores a aprofundarem a investigação sobre o marketing digital no contexto

universitário, contribuindo para a expansão do conhecimento nessa área tão relevante e em constante evolução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcolea Parra, M., Bastidas-Manzano, A.-B., & Sánchez González, O. (2024). *La producción científica del marketing en las universidades*. McGraw-Hill.

<http://hdl.handle.net/20.500.12226/2183>

Benites Medina, R. M., Erazo Álvarez, J. C., & Narváez Zurita, C. I. (2024). Protección de datos de estudiantes en Marketing Digital: Un desafío para las Instituciones de Educación Superior. *Revista Conrado*, 20(98), 124–131.

Boniatti, K. (2024, April 17). Guia completo de Marketing Digital para Universidades e Faculdades. <https://www.agenciakaizen.com.br/guia-de-marketing-digital-para-universidades/>

Carvalho, N. (2020, May 11). Marketing na Era Digital: Veja as mudanças, as tendências e os desafios da área. <https://blog.ipog.edu.br/comunicacao-e-marketing/marketing-na-era-digital/>

Casal Otero, L., Fernández Rodríguez, J. J., Fernández de la Iglesia, J. del C., Fernández Morante, C., & Cebreiro, B. (2022). Protección de datos personales en la universidad: hábitos, actitudes y conocimiento del profesorado. *Profesorado, Revista De Currículum Y Formación Del Profesorado*, 26(3), 337–352. <https://doi.org/10.30827/profesorado.v26i3.21193>

Curvelo, R. (2023, January 24). Marketing digital de sucesso: Aqui estão 5 erros para não cometer. <https://br.hubspot.com/blog/marketing/marketing-digital-suces>

Dourado, B. (2024, June 24). Tudo sobre Marketing: O que é, evolução, principais canais e tipos mais importantes. <https://marketingacessivel.com.br/tudo-sobre-marketing-o-que-e-evolucao-principais-canais-e-tipos-mais-importantes/>

Echeverri, L. M. (2022). *Marketing para instituciones de educación superior: Cómo crear valor extraordinario en la atracción de nuevos estudiantes* (1st ed.). Universidad del Rosario.

Escoté, A. (2023, June 13). Qué es un chatbot, cómo funciona y para qué sirve.

<https://www.inboundcycle.com/diccionario-marketing-online/chatbot>

Fernandes da Cunha, R. M. (2021). Importância do Marketing Digital na Captação de Estudantes de Ensino Superior: O caso do Politécnico de Leiria. Mestrado em Marketing e Comunicação, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Politécnico de Coimbra. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/38733/1/RUTE_CUNHA

Ferreira, K. (2023, May 29). 66 ferramentas de marketing digital que vão facilitar sua vida.

<https://rockcontent.com/br/blog/ferramentas-de-marketing-digital/>

Gestão Universitária. (2015, July 31). As ferramentas de interação do ambiente virtual de aprendizagem: Instrumentos que viabilizam as inter-relações entre professores e alunos.

<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/as-ferramentas-de-interacao-do-ambiente-virtual-de-aprendizagem-instrumentos-que-viabilizam-as-inter-relacoes-entre-professores-e-alunos>

Goncalves, G. (2019, October 14). 4 cases de sucesso no Marketing Digital para área da educação. <https://www.mkt4edu.com/blog/4-cases-de-sucesso-no-marketing-digital-para-area-da-educacao>

Guerra, D. M. T. (2013). Marketing digital: Um estudo das empresas em Angola.

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29327/>

IBM Maximo Application Suite. (2024, May 20). O que é IoT? <https://www.ibm.com/br-pt/topics/internet-of-things>

Jain, V., Mogaji, E., Sharma, H., & Babbili, A. (2022). A multi-stakeholder perspective of relationship marketing in higher education institutions. *Journal of Marketing for Higher Education*, 1-25. <https://doi.org/10.1080/08841241.2022.2034201>

Ilanes Choque, E., & Becerra Hidalgo, G. N. (2024). Campaña de Marketing No Coman Takis y Percepción de Marca en Centennials de Universidades del Cusco 2024. *Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar*, 8(2), 5066–5079.

https://doi.org/10.37811/cl_rcm.v8i2.10923

Lorena Scaglia. (2023, July 31). Os 7 Erros Mais Comuns em Marketing Digital que os Iniciantes Deveriam Evitar! <https://www.primecursos.com.br/blog/erros-mais-comuns-em-marketing-digital-que-os-iniciantes-deveriam-evitar/>

Marketing Digital. (2023, December 11). Marketing para instituições de ensino: Qual a importância?

Miranda, M. F., & d'Angelo, M. J. (2019). Limitations of the use of e-mail as communication strategy in downstream social marketing for the people from Espírito Santo–Brazil. *Revista Brasileira de Marketing*, 18(2), 198–223. <https://doi.org/10.5585/remark.v18i2.4004>

Okada Ioko, S., & Moreina Sá de Souza, E. (2011). Estratégias de Marketing Digital na era da busca. *REMark - Revista Brasileira de Marketing*, São Paulo, 10(1), 46–72.

Pereira, J. R., Souza, C. V., Shigaki, H. B., & Lara, J. E. (2019). Between Social Welfare and Public Power: An Analysis of Social Marketing Strategies for Blood Donation. *Brazilian Journal of Marketing*, 19(1), 73–85. <https://doi.org/10.5585/remark.v18i1.3842>

Pérez, M., Tárrega, S., & Vilajosana, J. (2021). Análisis del uso de las redes sociales de las instituciones de educación superior catalanas. *REIRE Revista de Innovación e Investigación en Educación*, 14(1), 1–20. <https://doi.org/10.1344/reire2021.14.131558>

Rez, R. (2020). O que é Marketing: Conceito e definições. <https://novaescolademarketing.com.br/o-que-e-marketing-conceito-e-definicoes>

Rivero, M., León, E., & Flores, E. (2022). Tendencias actuales y estrategias del Marketing educativo en instituciones universitarias: Una revisión de la literatura científica. *Experior Revista de Investigación ADEN*, 1(1), 62–75. <https://doi.org/10.56880/experior11.7>

Rodriguez, M., & Angelozzi, S. (2024). La gestión de la comunicación externa digital en bibliotecas universitarias: El caso de las bibliotecas pertenecientes a la Red de Bibliotecas de Universidades Católicas y de Orientación Católica en Argentina. *Revista Interamericana De Bibliotecología*, 47(2), e353152. <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v47n2e353152>

Rodríguez, M., & Angelozzi, S. (2024). La gestión de la comunicación externa digital en bibliotecas universitarias. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 47(2).

Santini, C., Moraes Silva, I., & Nunes, T. (2021, January 16). As dificuldades enfrentadas por alunos e professores universitários nas aulas online. <https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/educacao/as-dificuldades-enfrentadas-por-alunos-e-professores-universitarios-nas-aulas-online/>

Savita, A. (n.d.). As 10 Melhores Agências de Marketing Digital em Angola: Desbloqueie o potencial do seu negócio. <https://xbytessolutions.com/agencias-marketing-digital-angola/>

Soares, J. C., Sarquis, A. B., Cohen, E. D., & Soares, T. C. (2019). Social media marketing communication: Effect of interactivity and vividness on user engagement. *Brazilian Journal of Marketing*, 18(4), 244–268. <https://doi.org/10.5585/remark.v18i4.14321>

Velasco, A. (2019, November 24). O que é realidade virtual? Conheça esta tecnologia que pode mudar o mundo. <https://canaltech.com.br/rv-ra/o-que-e-realidade-virtual-conheca-esta-tecnologia-que-pode-mudar-o-mundo-154999/>

Diagnóstico sobre o uso de Meios Digitais e Redes Sociais. Estudo de caso: Estudantes do INSUTEC**Diagnosis on the use of Digital Media and Social Networks. Case Study: INSUTEC Students.****Diagnóstico Sobre el Uso de los Medios Digitales y las Redes Sociales. Caso de Estudio: Estudiantes de INSUTEC****Autores:** Rouget Jesús Fundora Ruano

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

Email: rouget_fundora@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5834-1990>

Juan Rubén Herrera Masó

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

Email: rh162678@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0259-0708>**Artigo original****RESUMO**

Este artigo apresenta os resultados de um diagnóstico sobre o uso de tecnologias digitais e redes sociais por estudantes universitários, com o objetivo de avaliar sua relação com a comunicação institucional. O estudo foi realizado no Instituto Superior de Tecnologias e Ciências (INSUTEC), envolvendo um grupo de estudantes. Os resultados indicam que a maioria dos participantes conheceu a instituição por meio de recomendações interpessoais, destacando a importância da boca a boca. Em relação aos meios digitais, a maioria dos estudantes possui telefone e computador, e grande parte tem acesso à internet particular, facilitando a implementação de estratégias de marketing digital. No que se refere às redes sociais, o *WhatsApp* e o *Facebook*, combinado com outras redes, foram as mais mencionadas, evidenciando a relevância dessas plataformas na interação institucional. A comunicação verbal foi identificada como o principal meio de transmissão de informações, seguida pela comunicação escrita. O diagnóstico sugere que há espaço para melhorar o uso de ferramentas digitais, como websites institucionais e redes sociais, para ampliar o alcance das mensagens e fortalecer o vínculo com os estudantes. Conclui-se que o INSUTEC pode otimizar suas práticas

de marketing e comunicação, explorando a popularidade das redes sociais e a familiaridade dos estudantes com meios digitais. O estudo reforça a necessidade de estratégias que combinem a eficiência da tecnologia com o impacto das interações interpessoais.

Palavras-chave: Interação Institucional Digital; Marketing Digital Educacional; Redes Sociais Universitárias.

ABSTRACT

This article presents the results of a diagnosis on the use of digital technologies and social networks by university students, with the aim of evaluating their relationship with institutional communication. The study was carried out at the Higher Institute of Technologies and Sciences (INSUTEC), involving a group of students. The results indicate that most participants got to know the institution through interpersonal recommendations, highlighting the importance of word of mouth. Regarding digital media, most students have a telephone and computer, and most have access to the private internet, facilitating the implementation of digital marketing strategies. With regard to social networks, *WhatsApp* and Facebook, combined with other networks, were the most mentioned, evidencing the relevance of these platforms in institutional interaction. Verbal communication was identified as the main means of transmitting information, followed by written communication. The diagnosis suggests that there is room to improve the use of digital tools, such as institutional websites and social networks, to expand the reach of messages and strengthen the bond with students. It is concluded that INSUTEC can optimize its marketing and communication practices, exploiting the popularity of social networks and the familiarity of students with digital media. The study reinforces the need for strategies that combine the efficiency of technology with the impact of interpersonal interactions.

Keywords: Digital Institutional Interaction; Educational Digital Marketing; University Social Networks.

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de un diagnóstico sobre el uso de las tecnologías digitales y las redes sociales por parte de estudiantes universitarios, con el objetivo de evaluar su relación con la comunicación institucional. El estudio se llevó a cabo en el Instituto Superior de Tecnologías y Ciencias (INSUTEC), con la participación de un grupo de estudiantes. Los resultados indican que la mayoría de los participantes conocieron la institución a través de recomendaciones interpersonales, destacando la importancia del boca a boca. En cuanto a los

medios digitales, la mayoría de los estudiantes cuenta con teléfono y computadora, y la mayoría tiene acceso a internet privado, lo que facilita la implementación de estrategias de marketing digital. En cuanto a las redes sociales, *WhatsApp* y *Facebook*, en conjunto con otras redes, fueron las más mencionadas, evidenciando la relevancia de estas plataformas en la interacción institucional. Se identificó la comunicación verbal como el principal medio de transmisión de información, seguida de la comunicación escrita. El diagnóstico sugiere que hay espacio para mejorar el uso de herramientas digitales, como los sitios web institucionales y las redes sociales, para ampliar el alcance de los mensajes y fortalecer el vínculo con los estudiantes. Se concluye que INSUTEC puede optimizar sus prácticas de marketing y comunicación, aprovechando la popularidad de las redes sociales y la familiaridad de los estudiantes con los medios digitales. El estudio refuerza la necesidad de estrategias que combinen la eficiencia de la tecnología con el impacto de las interacciones interpersonales.

Palabras claves: Interacción Institucional Digital; Marketing Digital Educativo; Redes Sociales Universitarias.

INTRODUÇÃO

O marketing digital tem se consolidado como uma ferramenta estratégica em diversos setores, incluindo o ambiente acadêmico. Em instituições de ensino superior, ele desempenha um papel crucial na divulgação de informações, na promoção de cursos e no fortalecimento do relacionamento com os estudantes. Plataformas digitais, como websites institucionais e redes sociais, oferecem oportunidades únicas para ampliar o alcance de mensagens e criar canais de interação direta com o público-alvo (Kotler et al., 2021).

No contexto universitário, onde os estudantes têm grande familiaridade com meios digitais, o uso de estratégias de marketing digital possibilita a comunicação rápida, personalizada e eficiente. Ferramentas como redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas se tornam especialmente relevantes, pois, além de acessíveis, permitem um alto nível de engajamento, favorecendo a construção de comunidades ativas e conectadas (Chaffey & Smith, 2022).

Este estudo tem como objetivo principal identificar os padrões de uso de tecnologias e redes sociais por estudantes universitários e avaliar como essas ferramentas se relacionam com a comunicação institucional. Busca-se, ainda, compreender as preferências digitais dos estudantes e como elas podem ser utilizadas para aprimorar as estratégias de marketing e comunicação acadêmica. A análise dos dados obtidos fornece insights para tornar as práticas

institucionais mais alinhadas às necessidades e comportamentos digitais desse público (Fernandes & Silva, 2020).

O diagnóstico foi realizado no Instituto Superior Politécnico Ciências e Tecnologia (INSUTEC), que busca promover o acesso à educação tecnológica e científica. O público-alvo do estudo inclui 39 estudantes universitários, cuja diversidade em termos de acesso a tecnologias, redes sociais utilizadas e formas de comunicação preferidas reflete as tendências gerais do público acadêmico.

A relevância desse diagnóstico está em oferecer subsídios para que o INSUTEC não apenas fortaleça sua presença digital, mas também melhore os mecanismos de interação com seus estudantes. Em um cenário em que a transformação digital é uma realidade inevitável, compreender as preferências e hábitos do público é essencial para a construção de estratégias eficazes de comunicação e marketing (Zuboff, 2019).

DESENVOLVIMENTO

Análise dos Resultados do Questionário sobre Marketing Digital para Estudantes do INSUTEC.

O questionário contém respostas sobre o tema de Marketing Digital para Estudantes do INSUTEC, abordando tópicos como conhecimento prévio sobre o tema, meios digitais utilizados, acesso à internet, redes sociais preferidas e a percepção da utilidade de websites institucionais.

1. Conhecimento prévio sobre Marketing Digital

A totalidade dos participantes (100%) respondeu afirmativamente à questão sobre se já haviam ouvido falar sobre Marketing Digital antes do questionário. Isso indica que o tema é amplamente reconhecido entre os estudantes, sugerindo que a maioria dos alunos está familiarizada com os conceitos básicos de marketing digital, o que é uma vantagem ao considerar sua implementação em estratégias institucionais de comunicação.

2. Forma de Conhecimento do INSUTEC

O principal meio pelo qual os estudantes conhecem o INSUTEC é por meio de recomendações de amigos, familiares ou conhecidos (69,2%), seguida de televisão (12,8%) e pesquisas na internet (7,7%). A publicidade nas redes sociais representa apenas 5,1%.

- 4 A boca a boca se destaca como a forma mais eficaz de divulgação, indicando que estratégias de marketing digital devem explorar ainda mais esse tipo de comunicação. O uso da televisão também é significativo, o que sugere que a instituição tem algum

tipo de visibilidade através de meios tradicionais. No entanto, **redes sociais** como forma de divulgação ainda têm potencial de expansão.

3. Meios Digitais Possuídos

A maioria dos participantes possui telefone e computador (51,3%), com 28,2% possuindo apenas telefone e 15,4% com telefone, computador e *tablet*. Apenas 5,1% possuem somente computador.

- 4 A posse de múltiplos dispositivos é um reflexo do comportamento moderno dos estudantes, que buscam flexibilidade para acessar conteúdo de qualquer lugar. Telefones móveis são essenciais para estratégias de marketing digital, indicando a necessidade de otimizar os conteúdos para dispositivos móveis.

4. Acesso à Internet

A grande maioria (82,1%) tem acesso à internet particular, enquanto 17,9% não têm acesso pessoal.

- 4 O acesso à internet não é um obstáculo para a maioria dos estudantes, o que facilita a implementação de estratégias de marketing digital. Contudo, a **inclusão digital** ainda é um desafio para uma parte significativa dos estudantes que não têm acesso.

5. Rede Social Mais Utilizada

As redes sociais mais utilizadas são *Facebook* e *WhatsApp*, com 33,3% dos participantes usando ambas, seguidas por combinações com *Instagram* e *LinkedIn*.

- 4 *Facebook* e *WhatsApp* são as redes sociais dominantes, sugerindo que as estratégias de marketing digital do INSUTEC devem priorizar essas plataformas. A diversidade de combinações de redes sociais mostra que os estudantes estão ativos em várias plataformas, oferecendo oportunidades para campanhas multicanais.

6. Como Recebe as Orientações Institucionais

A maior parte dos estudantes recebe orientações por comunicação verbal (38,5%) e comunicação escrita (20,5%). A comunicação através de *WhatsApp* foi mencionada por 2,6%, enquanto e-mail e site institucional também foram indicados.

- 4 A comunicação verbal ainda é predominante, refletindo uma prática institucional mais tradicional, embora a comunicação escrita também tenha uma presença considerável. O *WhatsApp*, apesar de ser uma rede social predominante, não é amplamente utilizado para comunicação institucional. Isso sugere uma oportunidade de integração do

WhatsApp e outros canais digitais como o site institucional para uma comunicação mais eficaz e acessível.

Os dados indicam que o INSUTEC pode melhorar sua presença digital e aumentar o engajamento dos estudantes através de estratégias direcionadas para as redes sociais dominantes (*Facebook*, *WhatsApp*). A divulgação boca a boca continua sendo um dos canais mais eficazes de marketing, mas as plataformas digitais oferecem grande potencial para expandir esse alcance. A posse de múltiplos dispositivos e o acesso à internet facilitam a implementação de campanhas digitais, e a personalização do conteúdo (como comunicações mais dinâmicas via *WhatsApp* ou site institucional) pode aumentar a efetividade da comunicação institucional.

Além disso, a comunicação verbal ainda prevalece nas orientações institucionais, sugerindo que a integração de canais digitais mais interativos poderia complementar e otimizar o alcance e a interação entre o INSUTEC e seus estudantes.

Análise das Percepções dos Professores sobre as Estratégias de Marketing Digital no INSUTEC

Com base nas respostas dos professores, observam-se algumas regularidades e tendências nas opções selecionadas as principais tendências e padrões que emergem dos dados são:

1. Oportunidades para melhorar a presença digital do instituto

- 🔊 Tendência: A maioria dos professores (66,7%) vê como uma oportunidade aumentar a presença nas redes sociais. Essa escolha reflete a crescente importância das plataformas digitais para engajamento com o público acadêmico e para a promoção institucional.
- 🔊 Observação: apenas uma resposta (33,3%) selecionou "todas as anteriores", o que pode indicar que a maioria dos professores ainda não vê uma integração de várias oportunidades simultâneas como uma prioridade para melhorar a presença digital.

2. Uso de novas tecnologias (IA, *chatbots*, Integradores, etc.) para marketing digital

- 🔊 A opção mais popular (66,7%) foi "todas as anteriores", o que sugere que os professores reconhecem o potencial das novas tecnologias para uma abordagem mais completa e integrada no marketing digital. A análise de dados avançada foi mencionada por apenas um professor, o que indica que a ênfase está mais na utilização abrangente dessas ferramentas.

3. Colaborações ou parcerias para fortalecer a estratégia de marketing digital

4. A opção de "todas as anteriores" (33,3%) foi escolhida por todos os professores. Isso aponta para um consenso sobre a importância de várias colaborações para melhorar a estratégia de marketing digital do instituto. As parcerias com empresas de tecnologia e colaboração com influenciadores digitais são consideradas igualmente válidas, sugerindo uma visão ampla da importância dessas colaborações.

4. Personalização de conteúdo nas campanhas de marketing digital

4. A opção "todas as anteriores" também foram selecionadas por dois professores (66,7%), o que reflete uma percepção compartilhada de que a personalização de conteúdo — como ofertas de cursos baseadas nos interesses dos usuários — é uma estratégia importante a ser aplicada nas campanhas.

5. Tendências emergentes em marketing digital que o instituto poderia aproveitar

4. A maior parte dos professores (66,7%) selecionou "todas as anteriores", indicando uma aceitação do marketing de influenciadores como uma estratégia promissora. A opção "marketing de influenciadores" foi selecionada por apenas 33,3%, evidenciando que, embora reconheçam o potencial da tendência, ainda há uma ênfase maior em outras abordagens.

6. Principais desafios enfrentados pelo instituto na implementação de estratégias de marketing digital

4. A opção "todas as anteriores" foi escolhida por dois professores (66,7%), sugerindo que os desafios enfrentados pelo instituto são múltiplos e complexos. A resposta "não sei" foi escolhida por um professor (33,3%), o que indica que alguns não têm uma visão clara sobre os obstáculos.

7. Barreiras para alcançar uma maior presença digital

4. A resposta mais comum foi "todas as anteriores", escolhida por 33,3%, o que sugere que os professores percebem que as barreiras para uma presença digital mais forte são multifacetadas, envolvendo aspectos como baixa visibilidade online. A opção "não sei" também apareceu com 33,3%, indicando incertezas sobre as barreiras específicas.

8. Concorrência digital com outras instituições de ensino superior

4. A maior parte dos professores (66,7%) acredita que o instituto está lidando com a concorrência investindo em campanhas publicitárias. No entanto, a opção "todas as anteriores" foram também escolhidas por 33,3%, refletindo que as campanhas

publicitárias são vistas como uma medida importante, mas que há outros aspectos envolvidos na competitividade digital.

9. Dificuldades na criação de conteúdo digital que ressoe com o público-alvo

- 4 A opção "todas as anteriores" (33,3%) foi selecionada por dois professores, o que indica que os desafios na criação de conteúdo digital vão além da frequência de publicação. A "frequência de publicação" foi um desafio mencionado por apenas um professor (33,3%), o que sugere que a produção de conteúdo de qualidade é mais importante do que simplesmente aumentar o volume.

10. Medição do retorno sobre investimento (ROI) das campanhas de marketing digital

- 4 A opção "não sei" foi a mais escolhida (66,7%), o que revela que a maioria dos professores tem dificuldades ou falta de clareza sobre como o instituto mede o retorno sobre o investimento em suas campanhas digitais. A opção "todas as anteriores" foi escolhida por um professor (33,3%), sugerindo que, embora reconheçam a importância da medição, o instituto ainda não tem um sistema claro e eficaz para isso.

As respostas indicam que, de maneira geral, os professores reconhecem a importância de diversas estratégias no marketing digital, como o uso de novas tecnologias, parcerias e personalização de conteúdo. No entanto, há também desafios em áreas como medição de ROI, criação de conteúdo relevante e a superação de barreiras digitais. Além disso, as respostas indicam um alinhamento no reconhecimento da relevância do marketing digital, mas uma diversidade nas abordagens sobre como o instituto pode implementar melhorias em sua estratégia digital.

Tabela # 1

Comparação das Percepções dos Estudantes e dos Professores sobre o Marketing Digital

Aspecto	Percepções dos Estudantes	Percepções dos Professores
1. Conhecimento sobre Marketing Digital	100% dos estudantes já ouviram falar sobre Marketing Digital.	Professores reconhecem a importância das novas tecnologias no marketing digital, com foco em abordagens mais integradas.
2. Forma de Conhecimento do INSUTEC	A maior parte conhece o INSUTEC por recomendações de amigos/familiares (69,2%),	Professores sugerem melhorar a presença digital, especialmente nas redes sociais.

Aspecto	Percepções dos Estudantes	Percepções dos Professores
	seguido por televisão (12,8%) e pesquisa na internet (7,7%).	
3. Meios Digitais Possuídos	A maioria possui telefone e computador (51,3%), seguido por telefone único (28,2%) e telefone, computador e <i>tablet</i> (15,4%).	Professores enfatizam a utilização de novas tecnologias (como IA e <i>chatbots</i>) e análise de dados avançada no marketing digital.
4. Acesso à Internet	82,1% dos estudantes têm acesso à internet particular.	Professores percebem que o instituto enfrenta desafios em termos de baixa visibilidade online e barreiras digitais.
5. Rede Social Mais Utilizada	<i>Facebook</i> e <i>WhatsApp</i> são as plataformas dominantes, com 33,3% usando ambas.	Professores acreditam que as redes sociais são essenciais, e marketing de influenciadores é uma tendência importante, mas não universalmente adotada.
6. Como Recebem as Orientações Institucionais	A maior parte recebe orientações por comunicação verbal (38,5%) e escrita (20,5%), enquanto <i>WhatsApp</i> e e-mail são menos usados.	Professores sugerem que a personalização de conteúdo e parcerias devem ser integradas nas estratégias de marketing.
7. Desafios e Barreiras para Estratégias de Marketing Digital	Não há grandes desafios identificados, mas a inclusão digital é uma área de atenção devido a 17,9% de estudantes sem acesso à internet.	Professores identificam dificuldades em criar conteúdo relevante, concorrência digital e a medição de ROI como desafios principais.
8. Medição do Retorno sobre Investimento (ROI)	Não abordado diretamente pelos estudantes.	A maioria dos professores (66,7%) não sabe como o instituto mede o ROI das campanhas de marketing digital, indicando uma falta de clareza ou ferramentas eficazes para isso.
9. Colaboração com Parcerias para Melhorar o Marketing Digital	Não abordado diretamente pelos estudantes.	Todos os professores (100%) reconhecem a importância de parcerias com empresas de tecnologia e colaboração com influenciadores digitais para fortalecer a estratégia de marketing digital.

Análise Comparativa

- 1. Conhecimento sobre Marketing Digital: Ambos os grupos, estudantes e professores, reconhecem a importância do marketing digital, sendo o conhecimento mais universal entre os estudantes (100% familiaridade). Os professores destacam o uso de novas tecnologias e abordagens mais integradas.
- 2. Forma de Conhecimento do INSUTEC: Para os estudantes, a boca a boca (69,2%) e a televisão (12,8%) são os principais meios de conhecer o INSUTEC. Isso sugere que o marketing tradicional ainda é relevante. Os professores, por outro lado, veem nas redes sociais a principal oportunidade para aumentar a visibilidade digital da instituição.
- 3. Meios Digitais Possuídos: Ambos os grupos reconhecem a importância de dispositivos móveis. A maioria dos estudantes possui telefone e computador, o que é um bom indicativo de que estratégias de marketing digital focadas em dispositivos móveis podem ser muito eficazes.
- 4. Acesso à Internet: A grande maioria dos estudantes tem acesso à internet (82,1%), facilitando a implementação de campanhas de marketing digital. No entanto, a inclusão digital de estudantes sem acesso à internet é uma área que precisa ser considerada.
- 5. Redes Sociais Mais Utilizadas: O Facebook e o *WhatsApp* são amplamente utilizados pelos estudantes, com 33,3% utilizando ambas. Os professores reconhecem a relevância das redes sociais, mas também mencionam o marketing de influenciadores como uma tendência emergente.
- 6. Formas de Comunicação Institucional: Para os estudantes, a comunicação verbal ainda predomina, enquanto os professores reconhecem que há espaço para personalizar conteúdo e utilizar novas tecnologias (como IA, *chatbots*) para melhorar as campanhas de marketing digital.
- 7. Desafios e Barreiras: Os professores mencionam várias barreiras, incluindo concorrência digital, dificuldades em criar conteúdo relevante e falta de clareza sobre a medição de ROI. Para os estudantes, o principal desafio é a inclusão digital, já que 17,9% não possuem acesso à internet.
- 8. Parcerias e Colaboração: Ambos os grupos vêem parcerias com empresas de tecnologia e influenciadores digitais como estratégias valiosas para melhorar o marketing digital da instituição.

Em resumo, tanto os estudantes quanto os professores percebem a importância do marketing digital, mas com focos diferentes. Para os estudantes, a boca a boca e a televisão ainda têm um grande papel na disseminação de informações, mas o *Facebook* e o *WhatsApp* são essenciais para o marketing digital. Já os professores vêem uma maior necessidade de integrar novas tecnologias, como IA e *chatbots*, e de explorar mais profundamente parcerias e marketing de influenciadores. Ambos os grupos concordam que a personalização de conteúdo e a medição de ROI devem ser áreas de foco para otimizar as estratégias de marketing digital no INSUTEC.

Principais Autores sobre Marketing Digital no Contexto Universitário: Contribuições e Aplicações

Vários autores têm se dedicado ao estudo do marketing digital, particularmente no contexto universitário, destacando-se pela adaptação de estratégias tradicionais para o ambiente online e pela integração de novas tecnologias. Alguns dos principais nomes que se destacam nesse campo incluem:

- 4 Kotler, Philip e Keller, Kevin Lane: Embora não se concentrem exclusivamente no contexto universitário, são referências fundamentais no campo do marketing e marketing digital. Seus conceitos de segmentação, posicionamento e marketing de conteúdo são amplamente aplicáveis ao setor educacional, especialmente nas estratégias de promoção de instituições de ensino superior.
- 4 Chaffey, Dave: Chaffey é um dos maiores especialistas em marketing digital, com foco na utilização de canais digitais para atrair, engajar e converter consumidores. Suas ideias sobre SEO, mídias sociais e e-mail marketing podem ser facilmente adaptadas para atrair estudantes e promover instituições de ensino superior.
- 4 Ryan, Damian: Autor de diversos livros sobre marketing digital, Ryan explora como as estratégias digitais podem ser adaptadas para o contexto acadêmico, enfatizando o uso de mídias sociais e campanhas online para atrair e engajar estudantes.
- 4 Tuten, Tracy L. e Solomon, Mary Lou: Esses autores abordam como as marcas podem construir e engajar comunidades através das mídias sociais, uma estratégia essencial para universidades que buscam criar uma identidade digital e interagir com seus públicos, como alunos, pais e ex-alunos.
- 4 Fitzgerald, Mike: Fitzgerald foca nas transformações digitais dentro do setor educacional, discutindo a digitalização de processos administrativos e de marketing,

como campanhas de recrutamento de estudantes e o branding institucional das universidades.

Semelhanças e Diferenças nas Percepções de Estudantes e Professores sobre Marketing Digital

Após a análise dos questionários realizados com estudantes e professores, é possível identificar algumas semelhanças e diferenças significativas nas percepções de ambos sobre o marketing digital no contexto universitário.

Semelhanças:

1. Reconhecimento da importância do marketing digital: Tanto estudantes quanto professores reconhecem a crescente relevância do marketing digital. Os estudantes estão amplamente familiarizados com o conceito (100% dos inquiridos), e os professores percebem as redes sociais como uma ferramenta crucial para o engajamento do público acadêmico. No entanto, 66,7% dos professores veem a presença digital como uma oportunidade a ser explorada.
2. Uso predominante de redes sociais: As redes sociais mais utilizadas pelos estudantes são o Facebook e *WhatsApp*, refletindo uma preferência por plataformas sociais e instantâneas. Os professores também reconhecem as redes sociais como ferramentas importantes para promover o instituto, com 66,7% apontando essas plataformas como uma oportunidade para ampliar o alcance da instituição.
3. Desafios na criação de conteúdo digital eficaz: Ambos os grupos enfrentam dificuldades na criação de conteúdo digital que ressoe com o público-alvo. Para os estudantes, a comunicação institucional via *WhatsApp* e e-mail nem sempre é eficaz, enquanto os professores apontam desafios semelhantes, como a necessidade de produzir conteúdo relevante e de alta qualidade.

Diferenças:

1. Fontes de conhecimento sobre o instituto: Os estudantes costumam conhecer o INSUTEC principalmente por meio de recomendações pessoais (69,2%), enquanto os professores sugerem que a promoção digital poderia ser mais eficaz com maior integração de diversas estratégias de marketing digital. Para os professores, a colaboração com influenciadores e o uso de novas tecnologias, como IA e chatbots, são abordagens relevantes para potencializar o marketing digital, enquanto os estudantes não mencionam essas ferramentas diretamente.

2. Acesso à tecnologia: Os estudantes possuem maior acesso a dispositivos móveis e à internet, com 82,1% tendo acesso à internet particular, o que facilita o engajamento com as estratégias de marketing digital. No entanto, os professores não indicam o mesmo nível de familiaridade ou uso constante dessas tecnologias para o desenvolvimento de campanhas digitais.

CONCLUSÕES

- 1 O estudo realizado sobre o marketing digital no contexto universitário, com foco no INSUTEC, revela importantes insights sobre a percepção de estudantes e professores em relação à implementação de estratégias digitais dentro dessa instituição. Em primeiro lugar, tanto estudantes quanto professores reconhecem a crescente importância do marketing digital, especialmente no uso de redes sociais para o engajamento e promoção do INSUTEC. Essa tendência reflete um cenário de transformação digital, onde as universidades precisam adaptar suas estratégias para se manter competitivas e relevantes, especialmente em um ambiente tão dinâmico como o da educação superior.
- 2 As semelhanças nas respostas dos dois grupos destacam a familiaridade com as principais plataformas digitais, como *Facebook* e *WhatsApp*, e a consciência da necessidade de conteúdo digital de qualidade. Além disso, tanto estudantes quanto professores enfrentam desafios na criação de conteúdo eficaz e atrativo, especialmente nos canais institucionais de comunicação do INSUTEC. Este fato revela a necessidade de aprimorar as estratégias de marketing digital da instituição para atingir seus objetivos de forma mais eficaz.
- 3 As diferenças também são notáveis. Enquanto os estudantes conhecem o INSUTEC principalmente por meio de recomendações pessoais, os professores sugerem que a promoção digital poderia ser mais eficaz com a maior utilização de influenciadores digitais e a integração de novas tecnologias, como inteligência artificial e *chatbots*, nas estratégias de marketing digital. Essa disparidade indica que, embora o INSUTEC tenha uma boa base de alunos por meio de canais tradicionais, há uma oportunidade significativa para explorar novas abordagens de marketing digital e promover a instituição de forma mais ampla e inovadora.
- 4 Por fim, o acesso à tecnologia entre os estudantes é um fator relevante, pois muitos têm fácil acesso a dispositivos móveis e à internet, facilitando o engajamento com as estratégias de marketing digital. Em contraste, os professores parecem estar mais distantes de algumas dessas ferramentas. Para que o INSUTEC aproveite as

oportunidades do marketing digital, seria essencial investir na formação digital tanto dos alunos quanto dos professores, além de adaptar suas campanhas para atender a diferentes perfis de público, considerando as variáveis de acesso e familiaridade com as tecnologias digitais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrei, A., Mihaila, S., & Ilie, M. (2018). *Marketing digital în instituțiile de învățământ superior* [Digital marketing in higher education institutions]. Universitatea din București.
- Chaffey, D. (2015). *Digital marketing: Strategy, implementation, and practice* (6th ed.). Pearson.
- Chaffey, D., & Smith, P. R. (2022). *Digital marketing excellence: Planning, optimizing, and integrating online marketing*. Routledge.
- Fernandes, R., & Silva, A. (2020). Estratégias de marketing digital no ensino superior: Um estudo exploratório. *Revista Brasileira de Marketing*, 19(2), 45-58.
- Kotler, P., & Keller, K. L. (2012). *Marketing management* (14th ed.). Pearson Education.
- Kotler, P., Kartajaya, H., & Setiawan, I. (2021). *Marketing 5.0: Technology for humanity*. Wiley.
- Ryan, D. (2016). *Understanding digital marketing: Marketing strategies for engaging the digital generation* (4th ed.). Kogan Page.
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. PublicAffairs.

**Espaço Físico no Rendimento Escolar dos Alunos da Escola Primária N° 68 de
Soyo/Zaire****Physical Space in the Academic Performance of Students at Primary School N° 68 In
Soyo/Zaire****El Espacio Físico en el Rendimiento Académico de los Alumnos de la Escuela Primaria
N° 68 De Soyo/Zaire****Autor:** Fernando André Pedro

Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda. Angola

e-mail fernandomestre2021@gmail.com

Telefone: 949569213

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9216-6388>**Ensaio académico****RESUMO**

O presente artigo tem como tema: Espaço físico no rendimento escolar dos alunos da Escola primaria nº 68 de Soyo/Zaire, sendo a escola como um espaço público onde a maior parte dos alunos e entre outros elementos que compõe o processo de ensino e aprendizagem se interagem praticando o exercício de convívio e outras actividades do cunho pedagógico é fundamental para o crescimento intelectual dos alunos do ensino primário, ao permitir desenvolvimento as suas capacidades de aprendizagem adquirindo novas habilidades psicomotora, cognitiva e afectiva. Como objectivo geral: compreender o Espaço físico no rendimento escolar dos alunos da Escola primaria nº 68 de Soyo/Zaire. Realizou-se uma investigação de exploratória baseada no enfoque quantitativo. Foram aplicados métodos de nível teórico, empírico e estatístico-matemático. O diagnóstico realizado revelou que a escola, apresenta espaço físico inadequado para o desenvolvimento cognitivo, motor e cultural dos alunos por falta de Colagem de panfletos e desenhos de cunho da educação infantil que simbolize a escola, falta de brinquedos, ausência de espaço para práticas de brincadeira e outras actividades no período de intervalo e ausência de jardim escolar para pratica de actividades no recreio.

Palavras chave: Espaço físico; Escola; Rendimento escolar.

ABSTRACT

This article has as its theme: Physical space in the academic performance of students at Primary School nº 68 in Soyo/Zaire, with the school being a public space where the majority of students and among other elements that make up the teaching and learning process are Interacting through socializing and other pedagogical activities is fundamental for the intellectual growth of primary school students, as it allows them to develop their learning abilities by acquiring new psychomotor, cognitive and affective skills. The general objective: to understand the Physical Space in the academic performance of students at Primary School nº 68 in Soyo/Zaire. An exploratory investigation was carried out based on a quantitative approach. Theoretical, empirical and statistical-mathematical methods were applied. The diagnosis carried out revealed that the school has inadequate physical space for the cognitive, motor and cultural development of students due to a lack of pamphlets and early childhood education drawings that symbolize the school, lack of toys, lack of space for playing activities and other activities during the break period and absence of a school garden to practice activities during recess.

Keywords: Academic performance; Physical space; School.

RESUMEN

Este artículo tiene como tema: El espacio físico en el desempeño académico de los estudiantes de la Escuela Primaria nº 68 de Soyo/Zaire, siendo la escuela un espacio público donde se encuentran la mayoría de los estudiantes y entre otros elementos que conforman el proceso de enseñanza y aprendizaje. Interactuar a través de la socialización y otras actividades pedagógicas es fundamental para el crecimiento intelectual de los estudiantes de primaria, ya que les permite desarrollar sus capacidades de aprendizaje adquiriendo nuevas habilidades psicomotoras, cognitivas y afectivas. El objetivo general: comprender el Espacio Físico en el rendimiento académico de los estudiantes de la Escuela Primaria nº 68 de Soyo/Zaire. Se realizó una investigación exploratoria basada en un enfoque cuantitativo. Se aplicaron métodos teóricos, empíricos y estadístico-matemáticos. El diagnóstico realizado reveló que el colegio cuenta con un espacio físico inadecuado para el desarrollo cognitivo, motor y cultural de los estudiantes debido a la falta de folletos y dibujos de educación infantil que simbolicen el colegio, falta de juguetes, falta de espacio para actividades lúdicas y otros. actividades durante el periodo de recreo y ausencia de un huerto escolar para practicar actividades durante el recreo.

Palabras claves: Espacio físico; Escuela; Rendimiento académico.

INTRODUÇÃO

As instituições da educação nos dias de hoje, geraram consequências profundas na sociedade tornando a necessidade da adequação dos espaços físicos escolares no nível do subsistema de ensino primário em Angola. Diane deste facto, o sistema de educação e ensino do estado angolano promove o respeito pelos símbolos nacionais e a valorização da história, da cultura nacional bem como dos valores morais, dos bons costumes e da cidadania.

Sabe-se que na perspectiva da lei de bases do sistema de educação e ensino de Angola (Lei 32/20 art. 2) faz menção da [educação como um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem, que visa preparar de forma integral o indivíduo para as exigências da vida individual e colectiva e se desenvolve na convivência humana] para que estes sejam capazes de enfrentar os desafios social e cultural. O ensino primário deve articular o que os alunos aprendem na sala de aula com aquilo que o aluno vivencia em conjunto com seus colegas na sociedade.

Uma das preocupações actuais das comunidades educativas no município do Soyo está centrada na problemática na adequação dos espaços físicos escolar do subsistema de ensino primário. Sabe-se que muitas escolas, principalmente as públicas, passam por sérios problemas de infra-estrutura, mas um dos caminhos possíveis para superar essa dificuldade passa pela criação de ambientes adequados no espaço físico ao nível do ensino primário, que propiciem aos alunos um desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico.

A visibilidade do espaço físico escolar influencia o ambiente de ensino e dinamiza o processo de ensino/aprendizagem, pois, além da questão visual da escola, aparência da sala de aula, e disponibilização de recursos didácticos, faz com que ensino ao nível do ensino primário seja mais atractivo e significativo. Diante desta perspectiva, a educação tem como objectivo o crescimento geral dos alunos, garantindo-lhes a melhor forma de desenvolvimento genético, intelectual e cultural.

Beltrame, (2009) também partilha a mesma ideia ao fazer a relação sob a sua preocupação destacando o ambiente físico escolar apropriado para o crescimento das actividades alunos deve se estender nas estruturas escolares, visto que estes locais abrigam os alunos adquirir conhecimentos gerais e culturais. Assim, é necessário que a estrutura das escolas do ensino primário deve ser definitivamente adequada para receber alunos e propositar o máximo o material de aprendizagem no dentro do seu recinto. Diante deste facto é importante que o

professor e outros agentes da educação percebam que o espaço físico escolar é o mediador do aprendizado do aluno em formação com a cultura através da sua interação com o mundo real.

Nesta conformidade escola a em pesquisa não brinda aos seus alunos um espaço físico escolar adequado para facilitar a convivência sadia entre os alunos durante o intervalo, com equipamentos que lhes possibilita brincar de forma segura e prática como:

- ♣ Brinquedos no interior do espaço físico escolares;
- ♣ Espaço livre para práticas de brincadeiras durante ao intervalo (futebol, garrafinha, handebol, basquetebol, corridas de gato e rato etc.).
- ♣ Manutenção do ambiente (pinturas e desenhos infantis dentro e fora da sala de aula).
- ♣ Cultivo de jardim escolar.

O ambiente escolar ou espaço físico escolar para os alunos do ensino primário deve se apresentar como um espaço multifuncional com imagem ou escritas diversas para favorecer a socialização dos alunos e proporcionar uma aprendizagem atractiva. Com base estas implicações destacamos a seguinte questão científica: como o espaço físico pode contribuir no rendimento escolar dos alunos da escola primária nº 68 de Soyo/Zaire?

O artigo em destaque tem como objectivo geral compreender o espaço físico no rendimento escolar dos alunos da escola primária nº 68 de Soyo/Zaire. Para melhor compreendermos a situação em estudo, pretendemos identificar fundamentos teóricos existente que abordam sobre o espaço físico no rendimento escolar dos alunos e diagnosticar a realidade actual sobre o espaço físico no rendimento escolar dos alunos.

Nesta coerência o artigo está estruturado em três fases, além da introdução, destacamos o desenvolvimento, conclusões e referências bibliográficas.

DESENVOLVIMENTO

Espaço Físico Escolar na Visão Sócio Construtivista

Sendo a escola como espaço físico e muita das vezes são considerados como espaço público, onde a maior parte dos alunos de diferentes classes sociais se interage ao longo do intervalo permitindo o exercício de convívio com os professores.

Para o Libâneo (2022) a prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração, da actividade humana. Neste sentido, educação é o conjunto das acções, processo influencia estruturas, que intervém no desenvolvimento humano com suas relações sociais.

Neste afecto, o espaço físico escolar ao nível do ensino primário deve ter um cunho ético, preparada, limpa para melhor socialização dos alunos. Os teóricos que da abordam a **sócio-construtivista** explicam que aprendizagem do ser humano acaba sendo fruto da interacção entre o sujeito, objecto e o meio social resultando assim na construção e reconstrução do conhecimento.

O sócio construtivismo é uma teoria que vem se desenvolvendo, com base nos estudos de Vygotsky e seus seguidores, sobre o efeito da interacção social, da linguagem e da cultura na origem e na evolução do psiquismo humano. Segundo este referencial, o conhecimento não é uma representação da realidade, mas um mapeamento das acções e operações conceituais que provaram ser viáveis na experiência do indivíduo. Portanto, a aprendizagem é um resultado adaptativo que tem natureza social, histórica e cultural. Na perspectiva de que o processo de desenvolvimento é otimizado pelo aprendizado e que a presença ou a colaboração de outra pessoa mais capaz conduz este processo, o referencial sócio construtivista situa a educação e a escola como tendo um papel essencial na promoção do desenvolvimento dos indivíduos, e o professor, como planejador, observador, promotor e desafiador do desenvolvimento dos mesmos. Neste sentido, o papel do professor é caracterizado como o de mediador entre os significados pessoais dos seus alunos e os culturalmente estabelecidos, promovendo o aprendizado e o desenvolvimento dos mesmos. Boiko (2001)

Na visão do sócio construtivista o espaço físico escolar dos alunos do ensino primário deve determinar a interacção com o meio social proporcionando modelos ou representações básicas a partir de uma estrutura hereditária já constituída, mas o desenvolvimento do indivíduo lhe vai dotando de conhecimentos sobre a realidade que, ao relacionar-se de outra forma entre si, amplia-se e dá entrada a outros novos conhecimentos, configurando sistemas progressivamente diferenciados e característicos de etapas que se repetem em todos os indivíduos. Para se compreender o processo de construção do conhecimento aos alunos do ensino primário, é necessário evidenciar a configuração dos sistemas que integram o espaço físico da escola e os processos desenvolve adquirir novos conhecimentos diante da interacção entre o sujeito, objecto e o meio.

Nesta perspectiva, Fosnot citado por Boiko (2001) reconhece como aspectos essenciais da prática educativa dos agentes do processo de ensino aprendizagem, numa perspectiva sócio construtivista na vertente de felicitar os alunos a criarem as próprias questões proporcionando investigações desafiadoras também ao incentivar a abstracção reflexiva nos alunos como força

dinamizadora da aprendizagem, na medida em que, através dela, os alunos organizam, os seus conhecimentos através das experiências vivenciadas.

A estrutura física de ensino com o ambiente adequado incentiva os alunos a habilidade comunicativa, a argumentativa das ideias e pensamentos na busca da produção e da construção significativa do processo de ensino e aprendizagem dos alunos do ensino primário em angola concretamente no município de Soyo.

Importância Espaço Físico Escolar no Crescimento Intelectual dos Alunos do Ensino Primário

A aprendizagem que ocorre dentro do espaço físico escolar é fundamental na construção da personalidade como também na autonomia do aluno, tendo a mesma como própria construtora de seu conhecimento. O conhecimento se constrói a cada momento em que a aluno tem a possibilidade de poder explorar os espaços disponíveis.

De Souza (2012) enfatiza a importância do espaço físico no crescimento intelectual dos alunos, por permitir que haja interação entre aluno/ aluno, professor/aluno e muitas das vezes professor/professor elementos no recinto escolar para dinamizar a boa relação no aprendizado como também ajudar estabelecer relações entre o mundo e as pessoas. Nessa dimensão o espaço escolar é entendido como algo conjugado ao ambiente estudantil e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma simples exige colaboração e a boa vontade de todos os agentes vinculado deste processo. Logo no mesmo espaço podem-se adquirir ambientes diferentes, ao promover o cunho de igualdade entre os alunos no processo de ensino aprendizagem.

Rinaldi (2002), enfatiza ainda que o ambiente escolar deve ser um lugar que acolha os alunos ou conjunto de elementos com compõe o processo de ensino aprendizagem para propiciar um ambiente sadio e reflexivo. Até hoje a escola as escolas do ensino primário angola principalmente na escola em estudo, não esta organizada fisicamente para acolher os alunos e integrá-la a este ambiente, oferecendo o sentimento de perecimento moral e cultural. Por outro lado, Galardini e Giovannini (2002) defendem que os espaços escolares são grandes parceiros no processo de ensino e aprendizagem, ao afirmarem que a qualidade e a organização do espaço e educacional podem estimular aprendizagem do aluno ao incentivar o desenvolvimento das capacidades intelectual de cada aluno ao manter a concentração.

Na contextualização da República de Angola, sendo a sua missão de formar o homem novo, torna-se necessário repensar nas políticas de construção de um ambiente escolar organizado, higienizado e referencial para a melhor aprendizagem dos alunos no ensino primário.

Para Dórea (2013) os edifícios escolares surgem, nesse momento, com uma finalidade específica o lugar onde se processa a formação do cidadão para vida futura como representatividade de uma época para o progresso social. Não obstante, os grupos escolares, assim como as reformas educacionais, as construções físicas escolares ao nível do ensino primário são diferenciadas nas diversas regiões de Angola principalmente na província de Zaire, município do Soyo.

O espaço físico escolar para os alunos do ensino primário na visão de Oliveira (2020), torna-se um ambiente ideal para cultivo da tolerância, do combate ao preconceito, do aprendizado com bases nas diferenças sociais dos alunos. Nesta conformidade a escola pode promover a realização de assembleias para os alunos escolhem e avaliem os seus projectos de trabalho, que podem por sua vez incluir actividades preservação ambiental.

Diante desta situação importante que a escola do ensino primário que se organize com os espaços flexíveis e versáteis, compostos por ambientes que possibilitem a criação de novos saberes e novas experiências, espaços que favorecem o autoconhecimento, a autonomia e o desenvolvimento de habilidades tais como: cognitivas, afectivas, social e cultural.

Influência da Organização do Espaço Físico Escolar na Vida dos Alunos do Ensino Primário

O desenvolvimento de infra-estrutura no ensino primário tem uma grande influencia no estímulo do crescimento de uma instituição digna e qualificada para atender de uma forma sabia as necessidades dos alunos.

Segundo Hank, citado por de Souza (2012), busca uma perspectiva de sucesso para o desenvolvimento e aprendizagem do educando no contexto do ensino primário o espaço físico torna-se um elemento indispensável a ser observado e a organização deste espaço deve ser pensada tendo como princípio oferecer um lugar acolhedor e prazeroso para a criança, isto é, um lugar onde as crianças possam brincar, criar e recriar suas brincadeiras sentindo-se assim estimuladas e independentes dentro de um espaço físico escolar.

A organização das infra-estruturas no ensino primário melhora a produtividade dos alunos e, conseqüentemente, torna a escola mais competitiva e dá novo impulso para angariar de aprendizagem mais solida dos alunos.

Para o Souza (2012), a valorização das crianças é vista muitas vezes nas paredes, corredores, Teto, mas, percebe-se que essa exposição dos trabalhos se torna apenas uma exposição. A construção do conhecimento, passo a passo, percebida pela criança ou grupo de crianças, ao utilizar as paredes, corredores, Teto e demais espaços da escola, como meio de registo das suas descobertas interactiva.

As salas de aulas no ensino primário devem ser consideradas como um espaço fundamental da vida escolar do aluno porque é trave dela onde os alunos desenvolvem as suas habilidades por meio da interacção com professores/instrutores e alunos ao trabalharem em conjuntos, comunicar e resolver problemas. Nesta conformidade destaca-se a importância da organização dos espaços no ensino primário para o desenvolvimento integral dos alunos a este nível de escolaridade, desenvolvendo suas capacidades e novas competências sejam elas: motoras, cognitivas ou afectivas.

Procedimentos Metodológicos e Análise dos Resultados

Em consonância com o exposto acima, neste artigo foram utilizados três tipos de métodos de investigação que são Métodos Teóricos: onde seleccionamos os métodos de Análise bibliográfica, analítico - sintético, e indutivo - dedutivo; Métodos Empíricos: observação indirecta e Directa e por fim método estatístico: onde efectuamos análise percentual. Utilizou-se uma combinação de modelos de pesquisa, nomeadamente a Pesquisa quantitativa Como técnica de pesquisa visto que o usou-se o questionário dirigido aos professores.

Seleccção da população em estudo

Para realização de qualquer pesquisa é fundamental o investigador identifique a população geral que compõe a sua pesquisa. A população trata-se de conjuntos de elementos formados que descrevem o fenómeno em estudo. A mesma esta composta por três (3) membros do corpo directivo, dezanove (19) professores e mil quinhentos (15000) alunos matriculados.

Seleccção da amostra em estudo

A amostragem corresponde ao envolvimento de uma pequena porção do universo geral da população, visto que nela se relaciona a quantidade mínima para se elaborar uma técnica para recolha de informação. Para efectivação desta pesquisa usou-se amostra aleatória simples. Onde extraímos uma mostra que corresponde a 10 professores. Optamos em trabalhar somente com os professores por serem os verdadeiros artistas no acompanhamento activa dos alunos.

Análise e discussão dos resultados dos dados recolhidos aos professores

Neste âmbito, apresentamos resultados obtidos consoante os instrumentos aplicados ao nosso público alvo na qual deram uma consistência na pesquisa tal como, ilustra nas tabelas.

Tabela nº 3:

Existência de panfletos com desenhos do cunho infantil que simbolize a escola primaria no exterior da escola.

Indicadores	Sim		Não		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Professores da escola	4	40	6	60	10	100

Fonte: elaboração própria.

Diante dos factos relatados sobre se a escola tem colado panfletos com desenhos do cunho infantil, visto que 4 professores que correspondem a 40% afirmaram que a sim e 6 professores que corresponde a 60% afirmaram que não. Logo pode-se concluir, a escola primaria nº 68 de Soyo/Zaire não tem colado panfletos com desenhos infantis que simbolize uma escola de ensino primaria. De acordo facto é fundamentável realçar a importância da colagem dos panfletos ou mesmos desenhos infantis no exterior da escola do ensino primário como: o abc, livros infantis, caderno, lápis, mapa da região e panfleto com desenho do aluno do ensino primário com seu uniforme escolar para permitir que haja fácil localização para os novos alunos que prendem a estudar na mesma escola.

Tabela nº 4.

Existência de quadras desportivas caprichadas de matérias desportivas para da educação física ao intervalo na escola.

Indicadores	Sim		Não		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Professores da escola	=	=	10	60	10	100

Fonte: elaboração própria.

Quanto à segunda questão dirigida aos professores, notou-se uma uniformização no tipo de resposta apresentado. Ou seja, os 100% da amostra dos professores questionados, consideram que o espaço físico da escola não conta com quadras desportivas caprichadas de matérias

desportivas para pratica da educação física, pode-se concluir que a escola primaria nº 68 de Soyo/Zaire não conta com matérias desportivas. É importante que a escola do ensino primário nº 68 de Soyo/Zaire para adquirir matérias desportivas como: equipamentos desportivos, espaço adequado, bolas diferenciados (futebol, andebol voleibol e basquetebol) e entre outras ferramentas do cunho desportivo para incentivar a relação entre aluno/aluno para o melhor funcionamento do processo de ensino aprendizagem, visto que a pratica da educação física possibilita a diversão e aprendizagem que favorece o crescimento intelectual dos alunos no ensino primário.

Tabela nº 5.

Formas de organização dos alunos no recinto escolar

Indicadores	Sim		Não		Total	
	Fi.		Fi.			
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Professores da escola	10	100	=	=	10	100

Fonte: elaboração própria.

Quanto à terceira questão dirigida aos professores, notou-se uma uniformização no tipo de resposta apresentado. Ou seja, os 100% da amostra dos professores questionados, consideram as formas de organização dos alunos no recinto escolar é adequada. O recinto escolar trata-se de um espaço para socialização dos alunos e entre outros elementos que compõe o processo de ensino aprendizagem permitindo que haja crescimento intitula dos mesmos. Nesta organização os professores devem incentivar trabalhos de grupos entre alunos como: desenhos, pinturas, jogos e entre outras actividades de socialização estudantil na escola primaria em estudo para a melhor interacção.

Tabela nº 6.

A escola conta com desenhos infantis dentro e fora

Indicadores	Sim		Não		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Professores da escola	=	=	10	100	10	100

Fonte elaboração própria.

Já na à quarta questão dirigida aos professores, notou-se uma uniformização no tipo de resposta apresentado. Ou seja, os 100% da amostra dos professores questionados, consideram escola pesquisada a escola não conta com desenhos infantis dentro e fora.

É fundamental que a escola do ensino primaria repensar sobre as políticas educativas que favoreça os desenhos dentro e fora da escola, diante deste facto pode-se entender que é através dos desenhos e pequenas esculturas desenhada nas paredes da escola permitirá o desenvolvimento psico-motora dos alunos na medida em vai observando as imagens reais e ajuda ampliar as percepções visuais, alem de melhorar o visual também estimula a criatividade concentração no processo de ensino dos alunos.

Tabela nº 7:

Procurou-se saber se escola conta com jardim escolar no recinto

Indicadores	Sim		Não		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Professores da escola	2	20	8	80	10	100

Fonte: elaboração própria.

Para maior esclarecimento em relação à temática em estudo, procurou-se entender se escola conta com jardim escolar no recinto, diante deste facto 2 professores que corresponde a 20% respondeu “sim”, enquanto que 8 professores que corresponde a 80% responderam “não”.

As respostas aqui apresentadas são uma clara evidência de que o espaço físico escola do ensino primário nº 68 de não conta com jardim escolar no seu recinto. É importante que na escola do ensino primário tenha jardim escolar para os alunos possam brincar e relacionarem-se com os outros para construção da sua própria aprendizagem.

Tabela nº 8.

Existência de brinquedos suficientes para prática das actividades no recreio

Indicadores	Sim		Não		Total	
	Fi	%	Fi	%	Fi	%
Professores da escola	1	10	9	90	10	100

Fonte: elaboração própria.

Já na sexta questão dirigida aos professores, procurou-se saber se existem brinquedos suficientes para pratica das actividades no recreio visto que 10% do professor inquerido respondeu que sim, enquanto 90% dos professores inqueridos responderam que não. Isto esclarece a realidade que na escola ensino primário nº 68 não existem brinquedos suficientes para pratica das diversas actividades dos alunos no recreio. Os brinquedos no processo de ensino dos alunos do ensino primário ajudam no crescimento intelectual, criativo e social dos alunos, também ajuda despertar o senso da imaginação dos mesmos. Diante deste facto é fundamental que escola adquira os brinquedos no seu recinto escolar para favorecer o desenvolvimento integral dos alunos a este nível de escolaridade em estudo.

CONCLUSÃO

Os referentes teóricos que relatam sobre o espaço físico escolar no processo de ensino/aprendizagem dos alunos do ensino primário apresentam conteúdos com bases científicas que revelam a legítima importância do espaço físico escolar na aprendizagem dos alunos para a formação integral dos alunos do ensino primário da escola em estudo. O diagnóstico realizado na escola do ensino primário nº 68, revelam o espaço físico da escola do ensino primário é considerado desagradável por: falta de Colagem de panfletos e desenhos de cunho da educação infantil que simbolize a escola, falta de brinquedos, ausência de espaço para práticas de brincadeira e outras actividades no período de intervalo, ausência de jardim escolar na escolar e insuficiências de brinquedos para aos alunos praticarem as actividades no recreio. Na verdade, facto que preocupa os professores no que diz respeito o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Diante dessas conseqüências é fundamental O espaço físico escolar dos alunos do ensino primário tenha todo material estudantil para atrair e motivar efectivamente os alunos para permanecerem na escola por muito tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boiko, V. A. T., & Zamberlan, M. A. T. (2001). A perspectiva sócia construtivista na psicologia e na educação: o brincar na pré-escola. *Psicologia em estudo*, 6, 51-58. Resgatado em <https://www.scielo.br/j/pe/a/f3FJJkXGVQL5JnsL7J5JP3C/>
- Catela, H. (2011). Comunidades de aprendizagem: em torno de um conceito. *Revista de educação*, 18(2), 31-45.
- Souza, J. P. (2012). Espaço físico e o desenvolvimento cognitivo e social na educação infantil. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9NUHNV>

- Kamii, C., Morgado, J. (1996). A teoria de Piaget e a educação pré-escolar. Portugal: Instituto Piaget.
- Matui, J. (2001). Cidadão e professor em Florestan Fernandes. Brasil: Cortez Editora.
- Lajonquière, L. de. (1997). Piaget: Notas para uma Teoria Construtivista da Inteligência. *Psicologia USP*, 8(1), 131–142. <https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000100008>
- Lakatos, A. M. (2005). *A. Fundamentos de Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas Editora.
- Ferreira, M.C.R. (2023). *Os fazeres da educação infantil*. 6 ed. São Paulo: Cortez.
- Rosseti, F. M .C. (2003). Os fazeres na educação infantil. 6 ed. São Paulo: Cortez, 199 p.
- Oliveira, Z.M. R. (2020). *Educação infantil: muitos olhares*. 1ª ed. São Paulo: Cortez. ISBN 78-655555-328-4
- Libaneo, J.C. (2022). Pedagogia e pedagogos, para que? [livro electrónico] /José Carlos Libânio. 1ª ed. São Paulo: Cortez. ISBN 978-5555-306-2
- Angola. Lei nº32/20 de 12 de Agosto. Lei de bases do sistema de educação e ensino. Diário da república, serie nº123. Luanda.
- Leonardo, N. S. T., Bray, C. T., & Rossato, S. P. M. (2009). Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 15, 289-306. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382009000200008>
- Dórea, C. R. D. (2013). A arquitectura escolar como objecto de pesquisa em História da Educação. *Educar em Revista*, 161-181-<https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000300010>
- Tenório, M. C. M., Tassitano, R. M., & de Carvalho Lima, M. (2012). Conhecendo o ambiente escolar para as aulas de educação física: existe diferença entre as escolas? *Revista Brasileira de Actividade Física & Saúde*, 17(4), 307-313. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.17n4p307-313>
- Böhm, O. (2015). Jogo, brinquedo e brincadeira na educação. *Chapecó: Universidade Comunitária da Região de Chapecó*.
- Magalhães, J. S., Kobal, M. C., & de Godoy, R. P. (2009). Educação Física na Educação Infantil: uma parceria necessária. *Revista Mackenzie De Educação Física E Esporte*, 6(3). Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1223>
- Beltrame, M. B., & Moura, G. R. S. (2009). Edificações escolares: infra-estrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem escolar.

El Proceso de Enseñanza-Aprendizaje de Economía de Empresas en la Formación del Profesor de Economía**The Teaching-Learning Process of Business Economics in the Training of Economics Teachers****O Processo de Ensino-Aprendizagem de Economia Empresarial na Formação de Professores de Economia**

Autoras: **Arelys Rodríguez Montero.**

Instituto Politécnico General Luis Ángel Milanés Tamayo. Granma. Cuba.

Correo: arelys035@gmail.com

Código ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2899-6500>

María Luisa Tiá Pacheco

Dirección Municipal de Educación. Manzanillo. Granma. Cuba

Correo: marialuisatia025@gmail.com

Código ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6137-8715>

Susana Martínez Garlobo.

Universidad de Granma. Bayamo. Cuba.

Correo: 1234567890susansyefrain@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5672-3673>

Adis Nubia Cutiño Reynaldo.

Universidad de Granma. Cuba.

Correo: adiscutino60@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7856-1874>

Artículo original**RESUMEN**

En el presente artículo se caracteriza el proceso de enseñanza-aprendizaje de la asignatura Economía de Empresas desde una perspectiva desarrolladora, en el que se abordan las principales concepciones teóricas que desde el punto de vista filosófico, psicológico, pedagógico y didáctico sirven de referente para la formación del profesor de nivel medio de la Educación Técnica y Profesional de Economía. Para ello se utilizaron métodos teóricos, empíricos y estadísticos que permitieron hacer un estudio de la bibliografía utilizada; así como, diagnosticar la situación del comportamiento de dicho proceso, con relación al campo de acción, que permitió argumentar la importancia del tema y llegar a la conclusión acerca de la

necesidad de su estudio para lograr un aprendizaje desarrollador, a partir de la apropiación de contenidos esenciales de la profesión.

Palabras claves: Aprendizaje desarrollador; Apropiación de contenidos; Economía de empresa; Indicadores técnico-económicos; Recursos educativos

SUMMARY

Learning of the subject of study characterizes the process of teaching itself in the present article Empresas's Economy from a perspective developer, in the one that are approached the principal theoretic conceptions than from the philosophical, psychological, pedagogic and didactic point of view they suit someone's purposes of referent for Economía's formation of the professor of half a level of the Technical Education and Profesional. They utilized theoretic methods, empiricists and statisticians that they allowed doing a study of the utilized bibliography for it; That way I eat, diagnosing the situation of the behavior of the aforementioned process, with respect to the range of activity, the fact that it allowed argumenting the importance of the theme and coming to the conclusion about the need of his study to achieve a learning developer, as from the appropriation of essential contentses of the profession.

Keywords: Learning developer; Appropriation of contentses; Company's economy; Technical indicators cheap to run; Educational resources

RESUMO

No presente artigo é caracterizado o processo de aprendizagem-aprendizagem da atribuição Economia de Empresas a partir de uma perspectiva desenvolvida, no que se aborda as principais concepções teóricas que desde o ponto de vista filosófico, psicológico, pedagógico e didático sirven de referência para a formação do professor de nível médio da Educação Técnica e Profissional de Economia. Para isso são utilizados métodos teóricos, empíricos e estatísticos que permitem fazer um estudo da bibliografia utilizada; assim como, diagnosticar a situação do comportamento de seu processo, em relação ao campo de ação, que permitiu argumentar a importância do tema e tirar a conclusão sobre a necessidade de seu estúdio para lograr um aprendizado de desenvolvimento, a partir da apropriação de conteúdos essenciais da profissão.

Palavras-Chave: Aprendizagem de desenvolvimento; Apropriação de conteúdo; Economia de empresa; Indicadores técnico-económicos; Recursos educativos.

INTRODUCCIÓN

La educación, como una de las ramas esenciales que determina el desarrollo de la sociedad, transita por un proceso de transformaciones, en ella constituye una tarea priorizada encontrar

las vías, métodos y estrategias que contribuyan a perfeccionar la formación de educadores como tarea permanente de la sociedad cubana.

En este sentido la educación de los jóvenes que se forman como profesores de la Educación Técnica y Profesional en Economía, a través del proceso pedagógico está dirigido a la formación de la personalidad por medio de las asignaturas de las especialidades de la rama de Economía.

Ante este reto, se determina que existen insuficiencias al abordar el proceso de enseñanza-aprendizaje de Economía de Empresas que limitan la formación del profesor de nivel medio de la Educación Técnica y Profesional en Economía que no siempre permiten ampliar el sistema de conocimientos y habilidades esenciales necesarias para el desarrollo profesional. Por lo expuesto anteriormente, el presente artículo tiene como objetivo caracterizar el proceso de enseñanza-aprendizaje de la asignatura Economía de Empresas desde una perspectiva desarrolladora.

DESARROLLO

El proceso enseñanza-aprendizaje de la asignatura Economía de Empresas en la formación del profesor de nivel medio de la Educación Técnica y Profesional en Economía, transcurre en un escenario que se caracteriza por el desarrollo de diversos procesos que debe favorecer la aplicación de estrategias de aprendizaje con carácter reflexivo y desarrollador con énfasis en el sistema de conocimientos y habilidades esenciales necesarias para el desarrollo de la actividad económica, el uso de las tecnologías y otros medios de enseñanza.

El análisis del proceso de enseñanza-aprendizaje en la asignatura Economía de Empresas parte de la dialéctica materialista como base metodológica general y su implicación en las concepciones sociológicas, psicológicas, pedagógicas y didácticas que, desde el punto de vista epistemológico, sustentan este proceso.

En este se considera la teoría del conocimiento aportada por el materialismo dialéctico, así como la categoría actividad. La actividad, en tanto forma de existencia, desarrollo y transformación de la realidad social, penetra todos los ámbitos del quehacer humano; es una forma específica humana de relación activa hacia el mundo circundante, cuyo contenido es su cambio y transformación racional. En la actividad, los seres humanos modifican la naturaleza, las condiciones de vida, se autotransforman, esta expresa la síntesis de lo ideal y lo espiritual del hombre.

La actividad humana se manifiesta en los procesos de comunicación y de socialización, su premisa fundamental interna es la necesidad, y es la que dirige la actividad de las personas en su medio; entiéndase entonces que la escuela como agente socializador contribuye a potenciarla

y a la vez que los estudiantes sientan satisfacción por lo que hacen, se crean en ellos nuevas necesidades, motivos e interés por aprender. En este sentido, Blanco (2002, p. 24) expresa que “...paralelamente a la socialización se realiza la individualización del sujeto, aportando los resultados de su propia creación como ente social activo”.

El conocimiento media toda actividad humana e incluye su fundamento sustancial: la práctica. Tiene carácter mediador y deviene proceso de aproximación constante del sujeto al objeto. El conocimiento, escribe Lenin (1981).

Es el reflejo de la naturaleza por el hombre. Pero no es un reflejo simple inmediato, completo, sino el proceso de una serie de abstracciones, la formación y el desarrollo de conceptos, leyes y estos conceptos, leyes;... abarcan condicional, aproximadamente el carácter universal, regido por leyes de la naturaleza en eterno desarrollo y movimiento. (p. 36)

La actividad cognoscitiva se manifiesta como interacción dialéctica sujeto-objeto, cuyo resultado se expresa en un determinado conocimiento de la realidad aprendida en dicho proceso y se comprueba en la práctica pedagógica; permite la interacción del sujeto con su realidad, en la que se desarrollan sentimientos de pertenencia, en el que cada sujeto recibe las influencias sociales y cuyo resultado es su propio desarrollo.

Pupo (1992) expresa “que la actividad práctica, entendida por el marxismo como modo de existencia, cambio, transformación y desarrollo de la realidad social, deviene como relación sujeto-objeto y está determinada por leyes objetivas” (p. 27). La actividad cognoscitiva y la actividad práctica del hombre se manifiestan como una unidad en la actividad del sujeto que conoce y valora los objetos y fenómenos de la realidad objetiva.

La actividad cognoscitiva constituye una forma esencial de la actividad espiritual del hombre. Condicionada por la práctica, refleja la realidad y la reproduce en forma de conocimiento que se expresa en principios, leyes, categorías, teorías; conduce al desarrollo del individuo, cuando tiene como resultado la correcta asimilación del conocimiento y las posibilidades de aplicarlo en las más diversas situaciones, pero esta solo se logra cuando los conocimientos se asimilan a través de las acciones necesarias que favorezcan una verdadera gestión de aprendizaje y de autoaprendizaje.

El análisis acerca del proceso de enseñanza-aprendizaje en la asignatura Economía de Empresas, se orienta a partir del enfoque histórico-cultural de Vigotsky (1988), acerca del desarrollo del individuo y el papel de la actividad en este, retomadas por Mendoza & Hidalgo (2023) y las ideas de Leontiev (1981), citadas por González (2023, p.190); en el que se

revaloriza el papel de la enseñanza y el aprendizaje; en este enfoque, el aprendizaje desempeña un papel central para el desarrollo de los conocimientos.

Asimismo, se tiene en cuenta lo relacionado con la ley de la doble formación de los procesos psíquicos superiores y el concepto de zona de desarrollo próximo, los que, a nuestro juicio, adquieren en el momento actual una total vigencia y sirven de base para la ejecución del proceso de enseñanza-aprendizaje desarrollador.

De igual manera, en relación con el aprendizaje, en esta teoría se aborda el concepto de situación social de desarrollo, entendiéndose como la combinación de condiciones externas e internas de cada etapa evolutiva, que condiciona la dinámica del desarrollo psíquico durante el período, así como la aparición de nuevas condiciones internas cualitativamente superiores; denota así la función que desempeña la educación en el proceso de crecimiento y desarrollo intelectual y personal. Por lo tanto, el único tipo de instrucción adecuado es el que marcha delante del desarrollo y lo conduce; debe ser dirigida más a las funciones de maduración que a lo ya maduro.

El análisis anterior permite considerar el proceso de enseñanza-aprendizaje en la asignatura Economía de Empresas como un proceso que tiene lugar en la actividad y la comunicación y como parte del contexto histórico-social concreto en que este tiene lugar, sin dejar de considerar las posibilidades que poseen los estudiantes para aprender por ellos mismos y las necesidades que genera el período de desarrollo intelectual y físico en que se encuentran.

La teoría de la actividad de Leontiev (1981) considerada por González (2023); constituye uno de los fundamentos esenciales de la concepción materialista del aprendizaje; este define la actividad como:

El proceso de interacción sujeto-objeto, dirigido a la satisfacción de las necesidades del sujeto, como resultado del cual se produce una transformación del objeto y del propio sujeto. Su esencia está relacionada con el carácter activo del sujeto que ejerce la acción sobre el objeto, así como por la interrelación que ocurre, tanto de manera externa como de forma interna con objetos ideales. (p. 401)

Según Leontiev (1981), los componentes de la actividad son intencionales y procesales. Los primeros le dan intención, dirección, orientación y finalidad a los segundos, que constituyen la manifestación y expresión del propio proceso de la actividad. Los motivos y los objetivos de la actividad integran los componentes intencionales y las acciones y operaciones están dentro de los componentes procesales.

La acción constituye el proceso subordinado a una representación del resultado a alcanzar, o sea, a una meta u objetivo conscientemente planteado. La operación se define como las formas

y los métodos por cuyo intermedio se realiza la acción. En esta relación entre acciones y operaciones, en la actividad cognoscitiva que despliega el estudiante, se produce la formación de hábitos y habilidades como componentes del contenido y los objetivos de la enseñanza de las diferentes asignaturas y, dentro de ellas, Economía de Empresas.

Es importante señalar, al reiterar la relación entre los componentes de la actividad, que para Bermúdez et al. (2012), toda actividad responde a un motivo, por lo que entonces no existe actividad sin objetivo y sin motivo; este último constituye la manifestación concreta de la motivación del sujeto. Esta aseveración permite reconocer la importancia que tiene la motivación en el proceso de enseñanza-aprendizaje de los contenidos económicos.

La acción como unidad de análisis de la psiquis y en el proceso de formación de las acciones psíquicas mediante la interiorización; constituyen componentes estructurales y funcionales. Los componentes estructurales de la acción según Bermúdez y Pérez (2004) son: su objeto, su objetivo, su motivo, sus operaciones, su proceso y el sujeto que la realiza. Los componentes funcionales de la acción son: la parte orientadora, la parte de ejecución y la parte de control.

Para la ejecución de la actividad de aprendizaje es necesario partir de la parte orientadora de la acción, la cual tiene que incluir, por lo tanto, todos los conocimientos y condiciones necesarias en que se debe apoyar la ejecución y control de la acción, así como la motivación para su ejecución.

Por lo señalado en el párrafo anterior, en el proceso de enseñanza-aprendizaje en la asignatura Economía de Empresas, el trabajo de orientación se hace más efectivo cuando se enseña al estudiante a que participe junto al profesor en la construcción de la base orientadora de la acción.

Particular relevancia adquieren las ideas de Galperin (1982) y Talizina (1992) sobre las etapas del proceso de asimilación, las cuales tienen su base en la relación entre los planos inter e intrapsicológico, expresados por Vigotsky (1988), consideradas por Tiá (2014) lo que fundamenta cómo ocurre el proceso de asimilación o apropiación del contenido de la enseñanza en una lógica que se integra a la explicación materialista dialéctica acerca del proceso del conocimiento, lo que en el caso de las reacciones químicas se completa con el análisis de las características específicas y la lógica de la ciencia.

La primera etapa es la de motivación, la cual significa que para enseñar algo al estudiante, este debe tener cualquier motivo para aprender; la siguiente etapa es la formación de la base orientadora, en esta el profesor tiene que descubrir y mostrar a los estudiantes el conocimiento que debe asimilar; en la tercera, denominada de las acciones externas materializadas, los

estudiantes tienen que resolver problemas representándolos de forma externa, viéndolos en el libro, en el pizarrón, en la experimentación, entre otros.

La cuarta etapa se dedica al trabajo independiente que deben de realizar los estudiantes dirigidos por el profesor; la siguiente etapa es de las acciones en forma de lenguaje, sin apoyo en acciones externas; y la última es la llamada de la acción mental, en la cual todos los eslabones de la acción adquieren la forma de lenguaje interno.

El tránsito por las etapas del proceso de asimilación transcurre bajo la dirección del profesor como expresión directa del paso por los eslabones del proceso de enseñanza-aprendizaje y el cumplimiento de las funciones didácticas como un proceso único.

El análisis anterior revela la importancia que posee la consideración de la actividad humana en general y de la actividad cognoscitiva en particular, para el desarrollo de un proceso de enseñanza-aprendizaje de la asignatura Economía de Empresas en la especialidad de Contador, al reconocer que el hombre se forma en la actividad y la comunicación.

Constituyen fundamentos para la ejecución del proceso de enseñanza-aprendizaje de Economía de Empresas, la concepción desarrolladora, como exigencia de la Pedagogía cubana actual; son varios los investigadores cubanos que abordan el proceso de enseñanza-aprendizaje entre ellos se destaca Zilberstein (2002); los cuales precisan las bases teórico-metodológicas para un proceso de enseñanza que permita el desarrollo integral de la personalidad del estudiante.

Moncayo et al. (2020) refiere que el proceso de enseñanza-aprendizaje desarrollador:

Constituye la vía mediatizadora esencial para la apropiación de conocimientos, habilidades, normas de relación emocional, de comportamiento y valores, legados por la humanidad, que se expresan en el contenido de enseñanza, en estrecho vínculo con el resto de las actividades docentes y extradocentes que realizan los estudiantes. (p. 285)

En la presente investigación se asume la definición anterior, que considera elementos fundamentales como la apropiación, que comprende las más diversas formas y recursos a través de los cuales el estudiante de la especialidad de contabilidad hace suyos los conocimientos, actitudes y valores, la cultura, que condiciona los contenidos que deben apropiarse, en un clima que propicia la actividad y la comunicación.

Resulta imprescindible, para concretar dicha concepción, abordar qué es el aprendizaje desarrollador, de Castellanos (2002), retomadas por Arteaga et al. (2023):

Es aquel que garantiza en el individuo la apropiación activa y creadora de la cultura, propiciando el desarrollo de su auto-perfeccionamiento constante, de su autonomía y

autodeterminación, en íntima conexión con los necesarios procesos de socialización, compromiso y responsabilidad social. (p. 399)

En correspondencia con esta definición hay que hacer referencia por su significación a las dimensiones del aprendizaje desarrollador: activación-regulación, significatividad y motivación por aprender. Arteaga et al. (2023, p. 401)

Para remodelar el proceso de enseñanza-aprendizaje de Economía de Empresas, y que este se acerque gradualmente a una concepción desarrolladora, es necesario considerar los principios de la enseñanza, pues son los que permiten orientar la actividad del profesor y de los estudiantes. En este sentido, se tienen en consideración los ofrecidos por Abreu y Soler (2014), por ser este sistema el que mejor refleja y expresa en su esencia la estructuración lógica del contenido económico en forma de sistema principio de la integralidad, cooperación y atención a la diversidad del proceso de enseñanza aprendizaje en la educación técnica y profesional.

El principio de la contextualización socio económica y productiva del proceso de enseñanza aprendizaje en la educación técnica y profesional; principio de la unidad de lo académico, lo laboral y lo investigativo del proceso de enseñanza aprendizaje en la educación técnica y profesional; principio de la atención al protagonismo estudiantil en el colectivo escolar y laboral en el proceso de enseñanza aprendizaje en la educación técnica y profesional y principio de la proyección anticipada e innovadora de la profesión u oficio en el proceso de enseñanza aprendizaje en la educación técnica y profesional.

Desde este análisis se considera necesario significar que en el proceso de enseñanza-aprendizaje de Economía de Empresas, hay que tener en cuenta la relación de los componentes didácticos del proceso de enseñanza-aprendizaje formativo en la Educación Técnica y Profesional: objetivo, contenido métodos, medios, formas de organización y evaluación, caracterizados por Menéndez y León (2014). Sin desconocer su carácter de sistema, por interés de esta investigación, se hace referencia a algunos de ellos.

El objetivo es el componente rector del proceso de enseñanza-aprendizaje y constituye, según Menéndez y León (2014) ... Son los propósitos y aspiraciones que durante el proceso de enseñanza aprendizaje se van conformando en el modo de pensar, sentir y actuar de los estudiantes” (p. 57). En él entran a formar parte no solo aspectos cognoscitivos, el aprendizaje de conocimientos, desarrollo de habilidades, sino también la parte referida a la actividad valorativa y la afectiva, condiciones esenciales para que se produzca la relación necesaria entre los aspectos instructivos y educativos en el proceso.

El contenido se considera como componente primario del proceso. A tal efecto, Menéndez y León (2014) expresa que el contenido es:

La adquisición de la experiencia histórico-social, pero no de cualquier experiencia histórico social, sino de aquella que para el sujeto es importante, necesaria, aquella que tiene significación y sentido personal en su vida en el momento en que la aprende y en función de los planes y proyectos futuros de cada uno. (p. 69)

Según este concepto, es evidente que el contenido ha de comprender exigencias relacionadas con la instrucción, la educación y el desarrollo de la personalidad de los estudiantes, y para dar respuesta a estas hay que tener en cuenta sus componentes: el sistema de conocimientos, el sistema de habilidades y hábitos, el sistema de normas de relación con el mundo y el sistema de experiencias de la actividad creadora.

En el caso del sistema de conocimientos Menéndez y León (2014) expresan que son:

Aquellas informaciones relacionadas con la naturaleza, la sociedad, el hombre, el arte, los deportes, la ciencia, la técnica, los modos de actuar, entre otros, que responden a los objetivos y exigencias sociales del país en cuestión. Tal es el caso de los conceptos, las regularidades y leyes, las teorías, entre otros. (p. 70)

El sistema de habilidades y hábitos no puede existir sin el sistema de conocimientos, Menéndez y León (2014) expresan que :

Constituyen la base para su formación y desarrollo, en tanto que las habilidades, representan el dominio consciente y exitoso de la actividad, en estrecha relación con los hábitos que también garantizan el dominio de la acción, pero de forma más automática. (p. 67)

Importante es para el profesor lograr en sus estudiantes, no sólo el aprendizaje de los conocimientos sino que sepan operar, saber hacer, con ellos. En cuanto al proceso de formación de las habilidades, es bien complejo, para empezar el profesor deberá conocer cuáles son las que compete desarrollar a sus estudiantes y representarlas en las acciones de los objetivos a cumplir por estos.

En el proceso de enseñanza-aprendizaje de economía de Empresas, es relevante dar tratamiento a la formación y desarrollo de las habilidades; en torno al proceso de desarrollo de habilidades se debe tener como punto de partida la relación que existe entre las categorías habilidad y actividad, entendida esta última según Hernández (2014, p.27) como “aquellos procesos mediante los cuales el individuo, respondiendo a sus necesidades, se relaciona con la sociedad, adoptando determinada actitud hacia la misma”.

Este autor, (p. 29) expresa que “son formaciones psicológicas mediante las cuales el sujeto manifiesta de forma concreta la dinámica de la actividad con el objetivo de elaborar, transformar, crear objetos, resolver situaciones y problemas, actuar sobre sí mismo” y agrega:

“Estos modos de actuación, se caracterizan por ser útiles en diferentes contextos ya sea aplicando conocimientos y acciones ya conocidas, ya sea experimentando, extrapolando o elaborando nuevas combinaciones sobre la base de viejos estereotipos y experiencias”.

Según Menéndez y León (2014) la habilidad:

Es el dominio de la acción por parte del sujeto, en este caso, el estudiante, ya que se está hablando de las acciones de aprendizaje. Se habla de un dominio de la acción cuando el sujeto la ejecuta sin errores, con rapidez, alcanza su resultado sin dificultades y puede aplicarla en distintas situaciones que guardan similitud entre sí. Para lograr este dominio, se requiere, una vez formada la acción por el estudiante, de una ejercitación que sistematice dicha acción. (p. 117)

Valdés et al. (2019, p. 513) “Considera las habilidades del educador como habilidades profesionales pedagógicas pues estas lo distinguen desde su accionar, de la actuación de otros profesionales”.

En este sentido (Mena y León 2020, p. 350) expresa “La formación de habilidades sociales implica el establecimiento de un paralelo entre los requerimientos que deben incluirse en la estructura ejecutiva para formar habilidades”.

Martínez y León (2023, p. 5), plantean que: “Las habilidades son el resultado de la sistematización de la acción subordinada a un fin consciente”.

Lo antes expresado permite asumir en la investigación la clasificación de métodos de enseñanza problemática Menéndez y León (2014), los que proponen los métodos: explicativo-ilustrativo, reproductivo, de exposición problemática, de búsqueda parcial o heurístico y el investigativo, subdivididos en dos grupos: productivos y reproductivos.

Sobre la base de lo expresado anteriormente, se precisa puntualizar que en el proceso de enseñanza-aprendizaje de Economía de Empresas se manifiestan las leyes de la Didáctica planteadas por Álvarez (1999) retomadas por Contrera et al. (2014, p. 392). La primera ley: “Relaciones del proceso docente-educativo con el contexto social: la escuela en la vida”, expresa que la vida es el todo, es la realidad tal como ella se manifiesta; la preparación para la vida se desarrolla en el proceso de enseñanza-aprendizaje, el acercamiento paulatino a la vida. La segunda ley: “Relaciones internas entre los componentes del proceso docente-educativo: la educación a través de la instrucción”, establece las relaciones entre los componentes que garantizan el alcance del objetivo por parte del estudiante.

Es preciso destacar que, desde otro punto de vista, la estructuración lógica del contenido se relaciona con las funciones didácticas (Cordovés y Beltrán 2023, p. 5): preparación para la nueva materia, orientación hacia el objetivo, tratamiento de la nueva materia, consolidación y

el control, lo que demanda la consideración de la lógica u ordenamiento secuencial en la formación de las habilidades científico-investigativas.

De la consideración de los eslabones y funciones didácticas se precisa la estrecha relación entre conocimientos y habilidades, el carácter gradual de su apropiación y la necesaria consolidación del contenido a partir de la relación de la teoría con la práctica, como resultado de los procesos de generalización, profundización y sistematización.

CONCLUSIONES

La caracterización del proceso de enseñanza-aprendizaje de Economía de Empresas en la formación del profesor del nivel medio en Economía revela como principales referentes el sistema dialéctico materialista, la teoría del conocimiento, la teoría de la actividad y la teoría de los sistemas desde la filosofía Marxista-Leninista, los postulados de la Escuela Histórico Cultural del desarrollo de la psiquis humana de Vigostky y sus seguidores, los criterios de autores cubanos que defienden un proceso de enseñanza-aprendizaje desarrollador y los aportes de autores cubanos al perfeccionamiento de la Didáctica de la Educación Técnica y Profesional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, R. y Soler, J. (2014). *Didáctica de la Educación Técnica y Profesional*. Universidad de Ciencias Pedagógicas. “Héctor Alfredo Pineda Zaldívar.
- Álvarez, C. (1999). *La escuela en la vida*. Pueblo y Educación.
- Arteaga, E., Rodríguez, Y. & del Sol, J. (2023). Estrategia didáctica para promover el aprendizaje desarrollador en la asignatura Matemática III. *Revista Conrado*, 19 (95), 397-406. Disponible en: <https://conrado.ucf.edu.cu/index.php/conrado/article/view/3440/3286>
- Bermúdez, R. y Pérez, L. (2004). *Aprendizaje Formativo y Crecimiento Personal*. Pueblo y Educación.
- Bermúdez, R., Menéndez, A. y León, M. (2012). El proceso de enseñanza-aprendizaje en la Educación Técnica y Profesional. Modelo para su dirección. En Abreu, R. y Cuevas, C. (Comps.). Compendio de trabajos de postgrado para la Educación Técnica y Profesional. pp. 33-42. Pueblo y Educación.
- Blanco, A. (2002). *La educación como factor de la práctica social*. En *Nociones de Sociología, Psicología y Pedagogía*. Pueblo y Educación.

- Castellanos, D. Castellanos, B., Llivina, M., Silverio, M. y Reinoso, C. (2002). *Aprender y Enseñar en la Escuela: Una Concepción Desarrolladora*. Universidad Pedagógica Enrique José Varona. (En soporte electrónico).
- Contrera, M., Martí, Y., y Torres, H. (2024). La Didáctica como ciencia en la formación del pro-fesional de la educación. Apuntes necesarios. *Revista Conrado*, 20(96), 390-396. Disponible en: <https://conrado.ucf.edu.cu/index.php/conrado/article/view/3593/3426>
- Cordovés, R. y Beltrán, C. (2023). Las funciones didácticas en la enseñanza de la Matemática. Disponible en: <http://scielo.sld.cu/pdf/eds/v21n75/1729-8091-eds-21-75-1.pdf>
- Galperin, P. (1982). *Introducción a la psicología*. Pueblo y Educación.
- González, Y. (2023). El enfoque desarrollador en el proceso de enseñanza-aprendizaje de la Geografía en el Preuniversitario. *Revista Conrado*, 19(91), 187-191. Disponible en: <https://conrado.ucf.edu.cu/index.php/conrado/article/view/2940/2839>
- Hernández, R. (2014). Metodología para el desarrollo de la habilidad resolución de problemas informáticos en la formación inicial de los profesores de educación laboral-informática. [Tesis doctoral]. Universidad de Granma.
- Lenin, V. I. (1981). *Obras Completas*: (t 29). Mir.
- Leontiev, A. (1981). *Actividad, conciencia, personalidad*. Pueblo y Educación.
- Martínez, M., Moreno, V. y Ferrer, M. (2023). Las habilidades profesionales pedagógicas del estudiante de la primera infancia desde la disciplina integradora. Varona. *Revista Científico-Metodológica*. No. 76 enero-junio2023. ISSN: 1992-8238, Disponible <http://revistas.ucpejv.edu.cu/index.php/rVar/article/view/1748/2350>
- Mena, J., Alum, N. y Ordaz, M. (2020). Habilidades sociales en estudiantes de Licenciatura en Educación. *Pedagogía-Psicología: una metodología para su formación. Revista Mendive*. Vol. 18 No. 2(abril-junio) 366 p. 347- ISSN. 1815-7696 RNPS 2057 Disponible en: <http://mendive.upr.edu.cu/index.php/MendiveUPR/article/view/1873>
- Mendoza, I., Gómez, G. & Hidalgo, L. (2023). Tareas docentes integradoras: vía para propiciar un aprendizaje desarrollador en los estudiantes de Educación Primaria. Varona. *Revista Científico-Metodológica*. No. 76 enero-junio2023. ISSN: 1992-8238, Disponible en: <http://revistas.ucpejv.edu.cu/index.php/rVar/article/view/1748/2350>

- Menéndez, A. y León, M. (2014). El sistema de componentes didácticos en el proceso de enseñanza aprendizaje formativo en la Educación Técnica y Profesional. En Abreu, R. y Soler, J. (Comps.). Didáctica de la Educación Técnica y Profesional. Universidad de Ciencias Pedagógicas. “Héctor Alfredo Pineda Zaldívar.
- Moncayo, O., Manjarrez, N. y Boza, J. (2020). Objeto de estudio de la didáctica en la unidad de Aprendizaje Administración de empresas de la Universidad Estatal de Quevedo, Ecuador. *Revista Conrado*, 16(74), 284-290. Disponible en: <https://conrado.ucf.edu.cu/index.php/conrado/article/view/1363/1353>
- Pupo, R. (1992). *La actividad como relación sujeto-objeto*. En *Selección de lecturas sobre Filosofía Marxista Leninista*. pp. 22-27. Pueblo y Educación.
- Talizina, N. (1992). *La formación de la actividad cognoscitiva de los escolares*. Ángeles.
- Tiá, M. (2014). *Metodologías para el tratamiento de las reacciones químicas en la educación Técnica y profesional*. [Tesis doctoral, Universidad de Ciencias Pedagógicas Blas Roca Calderios] Ciencias Pedagógicas.
- Valdés., A., Fernández Alejo., G. y Perojo, D, A. (2019). El desarrollo de habilidades profesionales pedagógicas en la formación inicial del logopeda. *Revista Mendive*. Vol.17 No. 4 (octubre-diciembre) p.512-523. ISSN. 1815-7696RNPS 2057, Disponible en: <http://mendive.upr.edu.cu/index.php/MendiveUPR/article/view/1653>
- Vigotsky, L. (1988). *Pensamiento y lenguaje*. Pueblo y Educación.
- Zilberstein, J. (2002). *Hacia una didáctica desarrolladora*. Pueblo y Educación.

El Trabajo Metodológico en el Nivel Medio Superior: Una Visión Diagnóstica Actual**Work Metodológico In The Half Superior Level: A Diagnostic Present-Day Vision****Trabalho Metodológico no Nível Médio Superior: Uma Visão Diagnóstica Atual**

Autores: José Torres Calzada.

Dirección General de Educación. Manzanillo. Granma. Cuba.

Correo: jose@ma.gr.rimed.cu.

ORCID: <http://orcid.org/0009-0009-8221-3061>.

María Luisa Tiá Pacheco.

Dirección General de Educación. Manzanillo. Granma. Cuba

Correo: marialuisatia025@gmail.com.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6137-8715>.

Fredi Fonseca Tamayo.

Dirección General de Educación de Manzanillo, Granma. Cuba

Correo: ffonsecatamayo@gmail.com.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7128-2493>.

Artículo original**RESUMEN**

Ante las exigencias del proceso educativo cubano se aprecia la necesaria búsqueda de la excelencia educativa en correspondencia con los desafíos y demandas del mundo contemporáneo, caracterizado por el elevado desarrollo científico- técnico. En este sentido el trabajo metodológico es un eslabón fundamental para elevar la calidad de la educación, constituyendo el proceso estratégico de planificar, organizar, dirigir y controlar el proceso de enseñanza-aprendizaje para alcanzar la eficacia continua y así lograr la elevación de la calidad de la clase y el aprendizaje de los educandos. Sobre esta base se considera que subsisten problemáticas en el municipio de Manzanillo, que se manifiestan como: Insuficiencias en el desarrollo del trabajo metodológico, que limitan los resultados del aprendizaje de los educandos. Dada la relación existente con esta problemática el artículo tiene como objetivo: caracterizar el estado actual del trabajo metodológico sobre la base de los resultados del diagnóstico, para lo cual fueron utilizados métodos teóricos y empíricos. y refleja los resultados del proyecto institucional “El perfeccionamiento del proceso pedagógico en la Educación del municipio Manzanillo”.

Palabras claves: Aprendizaje; Enseñanza; Trabajo metodológico.

ABSTRACT

Given the demands of the Cuban educational process, the necessary search for educational excellence is appreciated in correspondence with the challenges and demands of the contemporary world, characterized by the high scientific-technical development. In this sense, methodological work is a fundamental link to raise the quality of education, constituting the strategic process of planning, organizing, directing and controlling the teaching-learning process to achieve continuous efficiency and thus achieve the elevation of the quality of the class and the learning of the students. On this basis, it is considered that there are still problems in the municipality of Manzanillo, which are manifested as: Insufficiencies in the development of methodological work, which limit the learning results of the students. Given the existing relationship with this problem, the article aims to: characterize the current state of methodological work on the basis of the results of the diagnosis, for which theoretical and empirical methods were used and reflects the results of the institutional project "The improvement of the pedagogical process in Education in the municipality of Manzanillo".

Keywords: Methodological work, Teaching, Learning.

RESUMO

Dadas as exigências do processo educativo cubano, aprecia-se a necessária procura da excelência educativa em correspondência com os desafios e exigências do mundo contemporâneo, caracterizado por um elevado desenvolvimento técnico-científico. Nesse sentido, o trabalho metodológico é um elo fundamental para elevar a qualidade da educação, constituindo o processo estratégico de planejar, organizar, dirigir e controlar o processo de ensino-aprendizagem para alcançar a eficácia contínua e assim conseguir um aumento na qualidade da educação. aula e a aprendizagem dos educandos. Nesta base, considera-se que persistem problemas no município de Manzanillo, que se manifestam como: Insuficiências no desenvolvimento do trabalho metodológico, que limitam os resultados de aprendizagem dos alunos. Dada a relação existente com esta problemática, o artigo pretende: caracterizar o estado atual do trabalho metodológico com base nos resultados do diagnóstico, para o qual foram utilizados métodos teóricos e empíricos. e reflete os resultados do projeto institucional "A melhoria do processo pedagógico na Educação no município de Manzanillo".

Palavras-chave: Aprendizagem; Ensino; Trabalho metodológico.

INTRODUCCIÓN



Con el perfeccionamiento del Sistema Nacional de Educación se ha redimensionado el trabajo metodológico; la búsqueda sistemática de procesos de transformación dirigidos a elevar la calidad de la labor educativa de la escuela cubana ha constituido propósitos de trabajo sistemático y progresivo en diversos momentos.

Esto hace que el trabajo metodológico, con el empleo de todas sus formas y vías, sea esencial para alcanzar el éxito en la labor educativa y su manifestación en el proyecto educativo institucional. Las dos direcciones del trabajo metodológico: la docente metodológica y la científica metodológica, deben ser aprovechadas con creatividad y utilizando al máximo los recursos de la red escolar en la que se encuentra ubicada la institución o modalidad educativa.

De esta manera la realización de toda actividad metodológica debe estar encaminada a que los cuadros, funcionarios y el personal docente graduado y en formación, se preparen política e ideológicamente y dominen los contenidos, la metodología del trabajo educativo, la didáctica de las asignaturas, especialidades o áreas de desarrollo que se imparten con un enfoque científico y con un uso adecuado de las Tecnología de la Información y otras fuentes del contenido

En el sistema de trabajo, según Ministerio de Educación (2014) “en cada nivel de dirección se planifican los espacios y momentos para el desarrollo de las actividades metodológicas previstas, tanto para la preparación interna de la estructura de dirección de que se trate como del nivel de dirección subordinado, sobre la base de satisfacer las exigencias siguientes:

- 1) Elevar la calidad del proceso educativo mediante el perfeccionamiento constante de su labor profesional.
- 2) Lograr la preparación en la práctica, de manera sistémica y sistemática, de todos los dirigentes, metodólogos, docentes graduados y en formación, así como de los técnicos.
- 3) Perfeccionar el desempeño profesional científico y creativo sobre la base de actuaciones éticas en correspondencia con la tradición pedagógica cubana y la cultura universal. (p. 1)

En un estudio fáctico realizado en los Institutos Preuniversitarios del municipio Manzanillo se pudo comprobar que los progresos en el aprendizaje en algunos educandos son lentos, lo que provoca que no alcancen los objetivos establecidos para cada etapa.

Estas insuficiencias se relacionan con causas relacionadas con la preparación de los directivos, funcionarios y docentes para lograr la integralidad del proceso educativo, teniendo en cuenta la formación integral que debe recibir el educando, en tanto las vías que se utilizan tienen un

carácter general y no apuntan de manera significativa hacia las particularidades que presentan los docentes.

De esta manera se realizó un proceso investigativo que incluye un estudio diagnóstico para corroborar los elementos expresados como insuficiencias. Así, el artículo tiene como objetivo: caracterizar el estado actual del trabajo metodológico sobre la base de los resultados del diagnóstico.

DESARROLLO

El propio perfeccionamiento que ha tenido lugar en la Educación en Cuba ha obligado a redimensionar el trabajo metodológico con la búsqueda sistemática de procesos de transformación dirigidos a elevar la calidad de la labor educativa de la escuela cubana, desde el redimensionamiento del trabajo metodológico.

A partir del primer perfeccionamiento del Sistema Nacional de Educación, se introdujo el concepto trabajo metodológico, existiendo diferentes definiciones dadas por investigadores como Miqueli y Polo (2017) que resaltan que el trabajo metodológico “es la labor del colectivo pedagógico y la correcta dirección por los directivos, con significación en las características del grupo de educandos”. (p. 43)

Autores como Soto (2011) reconoce al trabajo metodológico como “un proceso de dirección del proceso docente-educativo, en el cual se desarrollan tanto la planificación y organización del proceso, como su regulación y control”. (p.75)

El trabajo metodológico, tal y como plantea la RM 200/14 Ministerio de Educación (2014) es:

El sistema de actividades que de forma permanente y sistemática se diseña y ejecuta por los cuadros de dirección, funcionarios y los docentes en los diferentes niveles y tipos de Educación para elevar la preparación político-ideológica, pedagógico-metodológica y científica-técnica de los funcionarios en diferentes niveles, los docentes graduados y en formación, mediante las direcciones docente metodológica y científico metodológica, a fin de ponerlos en condiciones de dirigir eficientemente el proceso educativo. (p. 1)

De esta manera las actividades que como parte del trabajo metodológico se realizan, están orientadas a preparar al personal docente para alcanzar el fin y los objetivos del nivel, sin desconocer la diversidad en que transcurre el proceso educacional y en consecuencia

capacitarlos para que puedan adecuar las orientaciones generales a las situaciones concretas que se presentan en cada lugar.

El trabajo metodológico es determinante en la construcción del currículo institucional y de la misma manera encuentra su expresión en el Proyecto educativo y debe propiciar espacios para lograr consensos, debates y reflexiones que mejoren las condiciones para el aprendizaje de los educandos.

Concebir el trabajo metodológico, no solo desde la estructura de dirección, sino con la participación e implicación de todos y la utilización de variadas formas de trabajo que posibiliten la preparación de los docentes en las direcciones docente metodológica y científica metodológica. (Instituto Central de Ciencias Pedagógicas, 2020). Sobre esta base, se realizó un diagnóstico que revele con profundidad la corroboración de las insuficiencias derivadas del estudio fáctico.

El estudio diagnóstico realizado se desarrolla con una población formada por 1237 educandos de los grados décimo, onceno y duodécimo cinco institutos preuniversitarios urbanos del municipio Manzanillo, 266 docentes, cinco directores, veinte coordinadores de áreas del conocimiento, cuarenta y nueve coordinadores de grupos y veinte tres profesores de Informática. La muestra formada por 91 docentes, tres directores, doce coordinadores de áreas del conocimiento, diecisiete coordinadores de grupos y siete profesores de Informática. Para ello se revisaron varios documentos, se aplicó la encuesta a docentes a los docentes, coordinadores de áreas, observación a clases de diferentes áreas de conocimiento.

El criterio para realizar el estudio se fundamenta en: las adecuaciones curriculares transformaciones realizadas en los programas de estudio para la enseñanza de las disciplinas en la Educación Media Superior. Para este estudio, se utilizan los indicadores siguientes:

- 1. Concepción didáctica del proceso de enseñanza-aprendizaje para una clase desarrolladora.
- 2. La preparación didáctico-metodológica de los docentes para el tratamiento a los contenidos con mayores dificultades.
- 3. Vías utilizadas para el tratamiento metodológico a los contenidos con mayores dificultades.
- 4. Atención dada a educandos con dificultades en el aprendizaje en la Educación Media Superior.

La revisión de documentos se aplicó con el objetivo de recopilar información acerca del tratamiento que se les ha dado a los contenidos con dificultades en las diferentes asignaturas y conocer cuáles son los aspectos que no han sido solucionados satisfactoriamente en el proceso de tratamiento a los contenidos significativos en educandos con dificultades en el aprendizaje de la Educación Media Superior

Se revisaron los siguientes documentos: Adaptaciones Curriculares para la Educación Preuniversitaria; programas y libros de texto de las asignaturas de las Áreas del conocimiento la Educación Preuniversitaria; planes de trabajo anual y mensual de las a instituciones educativas y quince planes de clases de docentes de las diferentes áreas del conocimiento.

Se obtuvieron los siguientes resultados:

- 1 En el Modelo de escuela Adaptaciones Curriculares para la Educación Preuniversitaria se trata aspectos referidos a: la dirección, organización educando, el trabajo con la familia y la comunidad, de manera general brinda algunos elementos para atender a la diversidad presente en las aulas; sin embargo, se prioriza el aprendizaje y no aparecen elementos conceptuales dirigidos al tratamiento los educandos con dificultades en el aprendizaje (definición, preparación, atención diferenciada y evaluación de este proceso).
- 2 Los programas proponen el abordaje del contenido a partir de plantear como objetivo central de las asignaturas en estos grados el dominio de los contenidos y las habilidades básicas para la formación integral de las nuevas generaciones, pero se enfatiza en su comprensión y dominio como premisa para aplicar estos en la solución de problemas docentes y de la vida diaria.
- 3 Los libros de texto utilizados están contextualizados y los contenidos que abordan tienen relación con los contenidos de las asignaturas de las diferentes áreas del conocimiento; sin embargo, son homogéneos sin contemplar ejercicios para el tratamiento diferenciado por elementos del conocimiento en educandos con dificultades en el aprendizaje.
- 4 Los planes metodológicos de la institución educativa de manera general presentan carencias en el tratamiento metodológico a los contenidos con dificultades, se limita la atención a las diferencias individuales, sin definir plazos y metas para la solución de los problemas, ni se realizan análisis de la efectividad de las acciones

desarrolladas a partir de sus necesidades y potencialidades para favorecer el vencimiento con calidad de los objetivos propuestos.

- En el trabajo metodológico de la institución educativa, se utilizan métodos y procedimientos sistematizados para esta educación sin profundizar en procedimientos que permitan brindar una atención individual integral a educandos con dificultades en el aprendizaje.
- En la revisión de los planes de clases a los treinta docentes que imparten las asignaturas, se constató que el contenido de las asignaturas es tratado generalmente con la utilización por parte del docente de métodos reproductivos, con limitada atención a las dificultades en el elemento del conocimiento afectado en los educandos.
- La información recopilada en los documentos anteriores evidencia el insuficiente tratamiento que se le ha dado al tratamiento al contenido por elementos del conocimiento en educandos con dificultades en el aprendizaje, proceso que no está claramente estructurado en la Educación Media Superior, donde perduran aspectos que no han sido solucionados satisfactoriamente en los documentos normativos para este nivel educativo.

Por otra parte, la encuesta a los docentes, coordinadores de áreas y entrevista a los psicopedagogos con el objetivo de constatar el nivel de conocimiento que poseen los docentes, especialistas y coordinadores de áreas acerca de la clase desarrolladora, arrojó los siguientes resultados:

- El 100% de los docentes tienen insuficiencias para diferenciar los indicadores a tener en cuenta para lograr el desarrollo de una clase desarrolladora, incidiendo de forma errónea en los métodos y procedimientos.
- Se utilizan alternativas incorrectas en el tratamiento a los elementos del conocimiento afectado en los educandos con dificultades en el aprendizaje.
- Los docentes no cuentan con una estrategia didáctica que le permita realizar una correcta planificación del sistema de clases en las asignaturas, que tenga en cuenta el tratamiento a los elementos del conocimiento afectado y el 100% tienen limitaciones para instrumentar adecuaciones curriculares eficientes a los programas de las asignaturas, en correspondencia con las características de los educandos con dificultades para el logro de los objetivos propuestos en plazo previsto.

- Los coordinadores de áreas reconocen la importancia del tratamiento a los elementos del conocimiento afectados en educandos con dificultades en el aprendizaje, desde el proceso enseñanza-aprendizaje de las asignaturas, así como la interrelación entre todos los participantes del proceso; pero no emplean todas las vías para su concreción en la práctica pedagógica.

Por otra parte, en la entrevista aplicada a los psicopedagogos educandos con el objetivo determinar cuál es la atención brindada a los educandos con dificultades en el aprendizaje, arrojó los siguientes resultados:

- Plantean que la vía fundamental que utiliza es el tratamiento individual a través de actividades docentes para la consolidación de los conocimientos, el trabajo con el diagnóstico, la atención diferenciada a los educandos y la preparación metodológica del docente con ese fin.
- Reconocen que el 100% de las familias de los educandos con dificultades en el aprendizaje se implican poco en el apoyo a sus hijos desde el hogar al no conocer las formas para dar tratamiento a las causas que provocan las dificultades, plantea que no cuenta con el material de apoyo suficiente para su tratamiento.
- Manifiestan que la mayoría los educandos con dificultades en el aprendizaje presentan dificultades en la concentración y la atención; así como en el dominio de los contenidos precedentes.
- Demuestran, además, un insuficiente conocimiento teórico sobre el diagnóstico, su actualización, seguimiento y tratamiento didáctico a seguir a través de la clase.

Estos resultados permitieron constatar que el tratamiento se realiza fundamentalmente de manera individual y se atienden principalmente las dificultades en el contenido, con limitaciones didácticas al no concebir el tratamiento de manera integral con el trabajo mancomunado de todos los integrantes del proceso y el uso eficiente de las Tecnologías de la información y las comunicaciones.

Los 30 educandos, para un 100% presentan dificultades en la comprensión de ejercicios más complejos, además, manifiestan imprecisión al repetir y recordar enunciados. En la asignatura Matemática, de forma general, los 30 educandos para un 100%, tienen dificultades en: la la abstracción y la comparación. Esto se aprecia en la solución de los ejercicios de exámenes de ingreso al Ministerio de Educación Superior; así como en la solución de problemas. No logran fijar los conceptos y teoremas básicos; además de no solucionar correctamente el problema, en

ocasiones no utilizan la vía de solución adecuada o realizan mal las operaciones de cálculo impidiéndole llegar a la solución y dar la respuesta correcta.

Un total de 26 educandos provienen de familias funcionales para un 83,3 % y cuatro de familias disfuncionales para un 13,3 %, los que además son hijos de padres divorciados con poca comunicación entre ellos; por lo que en este caso constituye un factor de riesgo. Los educandos tienen como potencialidades el uso del teléfono, a través de él se motivan ante las actividades.

El tratamiento dado al contenido en los educandos con dificultades en el aprendizaje se realiza de forma individual por los docentes de las asignaturas implicadas y el psicopedagogo que trabajan aspectos referidos a la atención a las diferencias individuales, el trabajo con el diagnóstico por elementos del conocimiento, la realización de adecuaciones curriculares, el trabajo con la base teórica y la sistematización del contenido en el hogar desde la orientación a la familia.

En la aplicación de la prueba pedagógica exploratoria inicial, realizada se detectan las siguientes regularidades: en el dominio de contenidos básicos: 24 educandos (80 %), con dificultades al identificar propiedades de figuras geométricas correctamente, seis educandos(20%), confunden teoremas parecidos y propiedades de las figuras; en la clasificación de los diferentes tipos de ángulos: 23 educandos (76,6%), al establecer semejanzas y diferencias entre ángulos, siete educandos (23,3 %), en los cálculos mentales: 15 educandos (50%), al memorizar y solucionar ejercicios básicos de adición y sustracción, seis educandos (20 %), en la exactitud y rapidez en la respuesta, nueve educandos (30%), con dificultades en la simplificación de términos semejantes 26 educandos (86,6 %).

Estos resultados muestran que los educandos presentan limitaciones en la apropiación de los conocimientos y en el aprendizaje de los contenidos del nivel; así como en su aplicación a situaciones de la práctica social, por lo que se hace necesario transformar la concepción del proceso de enseñanza-aprendizaje de las asignaturas a partir de utilizar medios y métodos que motiven más a los educandos y en particular los que presentan dificultades en el aprendizaje.

En las observaciones de diez clases en la asignatura Matemática, se detectan las siguientes dificultades en cada dimensión en que se subdivide la guía de observación:

- 4 El 50% de las clases presentan dificultades en la utilización de métodos y procedimientos que orientan al educando hacia la búsqueda de conceptos, propiedades y teoremas estudiados.

- 🔊 El 37,3% de las clases presentan insuficiencias en los conocimientos precedentes, motivación y disposición hacia el aprendizaje, orientación hacia los objetivos y comprensión de la orientación.
- 🔊 El 30 % de las clases presentan dificultades en las acciones de ejecución, fundamentalmente en las relaciones esenciales entre conceptos y habilidades donde debía realizar reflexiones y valoraciones; así como en los niveles de aplicación y creación, al existir insuficiencias en la promoción del debate grupal y el intercambio de estrategias de aprendizaje; además, es muy pobre la estimulación de la búsqueda de conocimientos a través de diferentes fuentes.
- 🔊 El 70 % de las clases presentan insuficiencias en el control grupal y por equipos de trabajo cooperado en la evaluación del proceso y en los resultados de las tareas de aprendizaje para promover la autorregulación.
- 🔊 El 60 % de las clases presentan insuficiencias en el empleo de medios de enseñanza novedosos para favorecer el aprendizaje como el software educativo y el resto de las nuevas tecnologías, al exigir a los educandos corrección en sus respuestas, lograr una comunicación positiva, de seguridad y confianza para expresar sentimientos y plantear proyectos propios.

Cada vez es más frecuente encontrar en los docentes que egresan de la Educación Superior dificultades para comprender y emplear el vocabulario técnico pedagógico o emplear los términos para el empleo de las formas de trabajo metodológica que le solucionar problemas de aprendizaje de sus educandos, identificar los problemas que afectan el aprendizaje y dar seguimiento a la secuencia de pasos de trabajo con el diagnóstico para la solución del problema, los cuales pueden ser portadores de una carencia en el empleo de métodos adecuados para el desarrollo del proceso enseñanza-aprendizaje.

En su primer año de trabajo se constata con mucha frecuencia insuficiencias en el uso de métodos y procedimientos pedagógicas, motivado por un problema de autopreparación del docente conocido como problemas metodológicos, que suele aparecer asociado a la falta de motivación, asesoramiento y tutoría, los que afectan la calidad de la clase dificultan el aprendizaje de los educandos y el cumplimiento de los propósitos establecidos por el Ministerio de Educación.

En el tratamiento a los problemas metodológico de estos docentes incorporados se necesita un apoyo dirigido a corregir o compensar sus faltas de motivación o carencias de intereses y atender sus potencialidades, por lo que es necesario que el tutor y los directivos conozcan sus

características, carencias y las causas que la producen; así como los conceptos y habilidades pedagógicas básicas, cómo se adquieren y qué procesos cognitivos requieren, para de esta forma utilizar adecuadas estrategias metodológicas y de superación para su tratamiento, tales como la utilización de medios de enseñanza novedosos donde se combinen el tratamiento al área académica (Videoclases, documentales mapas, gráficas, láminas, así como el trabajo en los laboratorios de ciencias) y los contenidos significativos afectados.

Las dificultades en la utilización de métodos y procedimientos por parte de los docentes, ocasionan problemas para el aprendizaje en los educandos y su formación integral; por lo que en la actualidad constituye una necesidad, la búsqueda desde la investigación científica, de nuevos métodos y procedimientos para dotar al egresado de una preparación adecuada.

De esta manera, se corrobora insuficiencias en el desempeño de los docentes egresados de la Educación Superior en el desarrollo del proceso de enseñanza-aprendizaje, las que afectan la calidad de la clase y el aprendizaje de los educandos, entre las que se encuentran:

- ⚠ Bajo nivel de motivación o carencias de intereses por la superación.
- ⚠ Insuficiente preparación metodológica para aplicar métodos y procedimientos de enseñanza activos en el proceso de enseñanza-aprendizaje.
- ⚠ Insuficiente atención individual y colectiva de los problemas de metodológicos.
- ⚠ Insuficiente aprovechamiento de las potencialidades de las tecnologías informáticas para el desarrollo del trabajo metodológico.
- ⚠ Insuficiente tratamiento didáctico diferenciado a los contenidos con mayores dificultades desde la preparación metodológica.

Estas insuficiencias se deben a las siguientes causas:

- ⚠ El Modelo de educación Preuniversitaria no explicita los elementos conceptuales que permitan el tratamiento al diagnóstico en educandos con dificultades en el aprendizaje;
- ⚠ Falta de preparación teórica y metodológica de los docentes para asumir el tratamiento al diagnóstico y diferencias individuales en educandos con dificultades en el aprendizaje.
- ⚠ Insuficiente aplicación de medios de enseñanza, métodos y procedimientos didácticos dirigidos al tratamiento al diagnóstico en educandos con dificultades en el aprendizaje.

- ⚠ Escasa integración de los participantes del proceso pedagógico para el tratamiento al diagnóstico en educandos con dificultades en el aprendizaje y el uso eficiente de las tecnologías.
- ⚠ Falta de orientación y preparación a la familia de educandos con dificultades en el aprendizaje para contribuir a su tratamiento desde el contexto familiar.

Al interpretar los resultados obtenidos en el diagnóstico, se realizaron las siguientes generalizaciones:

- ⚠ Insuficiente tratamiento al diagnóstico en educandos con dificultades en el aprendizaje como proceso, al no explicitar su estructuración en la Educación Preuniversitaria.
- ⚠ Insuficiente preparación de los docentes, especialistas, y directivos para organizar y desarrollar el proceso de tratamiento a los contenidos con mayores dificultades en educandos con dificultades en el aprendizaje en el proceso de enseñanza-aprendizaje.
- ⚠ Pobre integración de la familia de educandos con dificultades en el aprendizaje con la institución educativa, en función de favorecer el aprendizaje.
- ⚠ Insuficiencias en la concepción didáctica para una clase desarrolladora.
- ⚠ Pobre utilización de vías utilizadas para el tratamiento metodológico a los contenidos con mayores dificultades.

De estos resultados se infiere entonces la necesidad de que en el proceso de la preparación metodológica de los docentes, en la Educación Media Superior, se introduzcan nuevas estrategias que permitan darle tratamiento al uso del diagnóstico en los educandos para favorecer su desarrollo, a partir de perfeccionar y modernizar lo relacionado con: la preparación, didáctico-metodológica y evaluación de este proceso desde la utilización del enfoque personológico integral y participativo (Fonseca, 2019), al tener en cuenta: la preparación del docente, las potencialidades y debilidades cognitivas de los educandos, la motivación, la atención integral de los educandos y la utilización eficiente de las tecnologías, de manera que se logren los objetivos propuestos.

CONCLUSIONES

La caracterización de la situación inicial estado actual del trabajo metodológico sobre la base de los resultados del diagnóstico permite revelar que es pobre el desarrollo de actividades

metodológicas que propicien la preparación científico-metodológica de los docentes para alcanzar el fin y los objetivos del nivel.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Instituto Central de Ciencias Pedagógicas. (2020). *Propuestas para la transformación de las instituciones y modalidades educativas*. Pueblo y educación.

Ministerio de Educación (2014). *Resolución Ministerial 200/2014*. Pueblo y Educación.

Miqueli Rodríguez, Bertha y Melba Polo Robaina. (2017). El trabajo metodológico en el año académico: necesidad para elevar la calidad de la clase en la Educación Superior. *Revista Unidad Cooperación Universitaria Sociedad. RECUS.* 2(2).
<http://revistas.utm.edu.ec/index.php/Recus>

Soto Rodríguez, Alejandro Jorge. (2011). El trabajo metodológico una herramienta valiosa para el proceso docente-educativo-deportivo. *Revista Olimpia. Revista de la Facultad de Cultura Física de Granma. Vol. VIII No. 29.* Disponible en:
<https://revistas.udg.co.cu/index.php/olimpia>

Nuevas Tecnologías, Sexualidad y Disfunciones Sexuales Femeninas**New Technologies, Sexuality and Female Sexual Dysfunctions****Novas Tecnologias, Sexualidade e Disfunções Sexuais Femininas****Autores:** María del Carmen Vizcaíno Alonso

Universidad de Ciencias Médicas de La Habana. Facultad Victoria de Girón.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0259-0708>e-mail: maryvizcaino@infomed.sld.cu

Soura Sonia Formental Hernández;

Universidad de Ciencias Médicas de La Habana. Facultad Victoria de Girón.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7095-9987>e-mail: sourasonia@infomed.sld.cu

Yuleimis Montero Vizcaíno

Universidad de Ciencias Médicas de La Habana. Facultad Victoria de Girón.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9702-7263>e-mail: yulimv1979@gmail.com

Iyamira Hernández Pita,

Universidad de Ciencias Médicas de La Habana. Facultad Victoria de Girón.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2069-5973>e-mail: iyamirah71@gmail.com

Odalys Esteban Quevedo

Universidad de Ciencias Médicas de La Habana. Facultad Victoria de Girón.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7158-3499>e-mail: estebanq@infomed.sld.cu**Artículo de Revisión****RESUMEN**

La sexualidad, se expresa en un momento histórico-social concreto de manera diversa. Este estudio tiene como objetivo describir la repercusión de nuevas tecnologías en la sexualidad y disfunciones sexuales femeninas, así como en la terapia sexual. Se realizó una revisión narrativa, en las bases de datos Scielo, Clinical Key y Pubmed mediante el uso de descriptores en español e inglés, en el período de mayo de 2019 hasta mayo 2023, También se utilizaron resultados de investigaciones relacionadas con el tema,

presentadas en sitios web. Las palabras clave empleadas fueron: nuevas tecnologías; sexualidad; sexualidad femenina; disfunción sexual. Finalmente se seleccionaron 30 artículos. Se encontró que con la tecnología digital aparece la infidelidad online, el consumo de

pornografía en Internet y recursos terapéuticos como la filmografía erótica. Además, se han diversificado la utilización de juguetes sexuales. Las nuevas tecnologías han tenido un impacto positivo en la sexualidad, pero algunas de ellas pueden conllevar a comportamientos anómalos. Es necesario que se desarrollen investigaciones científicas sobre el empleo de terapias novedosas, manteniendo una visión humanista sobre la base de principios éticos.

Palabras claves: Disfunción sexual; Nuevas tecnologías; Sexualidad; Sexualidad femenina.

ABSTRACT

Sexuality is expressed in a specific historical-social moment in a diverse way. This study aims to describe the impact of new technologies on female sexuality and sexual dysfunctions, as well as on sexual therapy. A narrative review was carried out in the Scielo, Clinical Key and Pubmed databases using descriptors in Spanish and English, in the period from May 2019 to May 2023. Results of research related to the topic, presented in websites. The keywords used were: new technologies; sexuality; female sexuality; sexual dysfunction. Finally 30 articles were selected. It was found that with digital technology, online infidelity, the consumption of Internet pornography and therapeutic resources such as erotic filmography appear. In addition, the use of sex toys has diversified. New technologies have had a positive impact on sexuality, but some of them can lead to anomalous behavior. It is necessary to develop scientific research on the use of novel therapies, maintaining a humanistic vision based on ethical principles.

Words key: Female sexuality; New technologies; Sexuality; Sexual dysfunction.

RESUMO

A sexualidade se expressa em um momento histórico-social específico de uma maneira diferente. Este estudo tem como objetivo descrever o impacto das novas tecnologias na sexualidade feminina e nas disfunções sexuais, bem como na terapia sexual. Foi realizada uma revisão narrativa, nas bases de dados Scielo, Clinical Key e Pubmed utilizando descritores em espanhol e inglês, no período de maio de 2019 a maio de 2023, também foram utilizados resultados de pesquisas relacionadas ao tema, apresentados em sites. As palavras-chave utilizadas foram: novas tecnologias; sexualidade; sexualidade feminina; disfunção sexual. Por fim, foram selecionados 30 artigos. Verificou-se que com a tecnologia digital a infidelidade online, o consumo de pornografia na Internet e recursos terapêuticos como a filmografia erótica aparecem. Além disso, o uso de brinquedos sexuais se diversificou. As novas tecnologias tiveram um impacto positivo na sexualidade, mas algumas delas podem levar a comportamentos

anômalos. É necessário desenvolver pesquisas científicas sobre o uso de novas terapias, mantendo uma visão humanística baseada em princípios éticos.

Palavras-chave: Disfunção sexual; Novas tecnologias; Sexualidade; Sexualidade feminina.

INTRODUCCIÓN

La sexualidad, se expresa en un momento histórico-social concreto, de manera diversa, vinculada a las diferencias personalógicas entre un individuo y otro, la experiencia personal y porque la conducta humana va a estar determinada por el contexto social en que se desenvuelven los hombres y las mujeres con las particularidades culturales de las sociedades y los tiempos. Por ello, es de significar que aunque la sexualidad interviene en el bienestar del ser humano, el valor que se le concede es variable. (Vizcaíno, Montero, Alcorta, Montero, de Vales, 2020)

La sexualidad es parte del ser humano y se determina por factores biológicos, hormonales y psicológicos matizados por la cultura, la religión, la etnia, entre otros (Aldana y Cervantes, 2021). De igual manera, se señala que el encuentro sexual para la mujer va cargado de elementos como la estimulación previa, los acuerdos en pareja, la comunicación, y el deseo, también necesitan del compromiso del hombre para brindar satisfacción y no solo recibirla (Salazar, 2020). Tanto, factores individuales, de la relación dual y del contexto social pueden afectar el disfrute sexual y provocar disfunciones sexuales.

La disfunción sexual femenina (DSF) se define como un trastorno en el deseo, excitación, orgasmo y/o dolor durante la relación sexual, que genera estrés personal y tiene impacto en la calidad de vida. (Ramos, Rivera, López, Quiñones, 2022)

Se considera que las disfunciones sexuales en la mujer se hallan con una alta prevalencia en las diferentes etapas de la vida (Carrizales, Centeno, Hernández, Traslaviña, 2020). La disfunción sexual perturba al 41% de las mujeres en edad reproductiva. (Mohammadian y Dolatshahi, 2019)

Entre las féminas se presentan con mayor prevalencia el deseo hipoactivo (López, Cantellano, Staufert, Gómez, Herrera, 2018), es el motivo de consulta más frecuente (Jurado, 2020), el desinterés sexual altera el comportamiento sexual de ellas e inhiben su capacidad de pensar y fantasear sobre el sexo (Ajila, Cojitambo, Vera, Romero, 2020). Se plantea que le siguen la anorgasmia (Vizcaíno, 2016), y otros trastornos (López, Cantellano, Staufert, Gómez, Herrera, 2018), con una elevada demanda oculta (Vizcaíno, Montero, 2017). El trastorno de excitación

sexual femenina, se muestra en etapas reproductivas y pos reproductivas con una implicación negativa en la salud sexual y general. (Formental, Rojas, de Dios, Vizcaíno, 2021).

En estudio colombiano realizado a 50 991 mujeres, encontró una prevalencia de disfunción sexual del 32,97 %. Se presentaron dificultades con el deseo (32,97 %), el orgasmo (21,93 %), la excitación (16,86 %), la lubricación (14,79 %) y dolor (7,56 %) (Gallego, Cardona, Restrepo, Vallejo, Cardona, Mejía, 2021).

En Cuba, Vizcaíno y Montero reportaron en 209 mujeres de centros laborales que el 16,7% aquejaban disfunción sexual y un 37,3 % señalaron algún grado de insatisfacción sexual (Vizcaíno, Montero, 2017). Las estadísticas señaladas, avalan la importancia del tema como problemática de salud.

En la práctica clínica se imbrican factores que perturban la calidad de vida de las mujeres, entre los cuales se encuentran: autoestima baja, temor a la soledad, dificultades en los afrontamientos, pobre creatividad, ausencia de fantasías eróticas, comunicación deficiente con la pareja en cuestiones de sexualidad, falta de privacidad en la relación íntima, problemas familiares, falta de información sexual, preocupaciones de salud y técnicas sexuales inadecuadas (Vizcaíno, 2016; Vizcaíno, Montero, 2017). Lo cual requieren de una atención especializada.

Se realizó una revisión narrativa, en las bases de datos Scielo, Clinical Key y Pubmed mediante el uso de descriptores en español e inglés, en el período de mayo de 2019 hasta mayo 2023. También se utilizaron resultados de investigaciones relacionadas con el tema presentado en sitios *web*. Las palabras clave empleadas fueron: nuevas tecnologías, sexualidad, sexualidad femenina, disfunción sexual. Finalmente se seleccionaron 30 artículos. El objetivo del trabajo es describir la repercusión de nuevas tecnologías en la sexualidad y disfunciones sexuales femeninas, así como en la terapia sexual.

DESARROLLO

Repercusión de la tecnología moderna en el incremento de problemas de salud sexual, las relaciones de pareja y en derechos humanos

La tecnología posibilita maneras instantáneas y prácticas para el cortejo amoroso (Gallego, Cardona, Restrepo, Vallejo, Cardona, Mejía, 2021), el intercambio de mensajes por *whatsapp* puede convertirse en extraordinario medio para que una pareja se mantenga conectada (Pérez, 2019). También, aparecen la infidelidad online (Sánchez, 2020), y el consumo de pornografía (Nebot, Elipe, García, Antelo, Ballester, 2020). La industria del porno ha sido de las primeras en hacer uso de Internet y de las más desarrolladas en la Red (Castro, 2007). Se ha planteado

entre los aspectos negativos del consumo de pornografía, su uso para compensar la soledad o la falta de apoyo social, con los diferentes estilos de apego, así como su relación con agresividad, baja satisfacción, problemas sexuales, expectativas irreales y dificultades de pareja. (Villena, Ferrer, Chiclana, Rama, 2021)

El consumo de pornografía en internet de los varones es mayor que en las mujeres (Nebot, Elipe, García, Antelo, Ballester, 2020; Chocron, Santacroce, Ziallorenzo, 2020). En España, el porcentaje de jóvenes entre los 18 y los 25 años que afirman haber buscado pornografía es del 59% en chicos y 24,2% en chicas (Castro, García, Gil, Morell, Ballester, 2018). En Argentina, se registra en el 93% de varones, y en las mujeres en un 71% (Chocron, Santacroce, Ziallorenzo, 2020); evidenciándose diferencias entre los géneros.

El cibersexo se trata de una actividad sexual online cada vez más prevalente cuya principal motivación es la búsqueda de gratificación y disfrute sexual y como tal, habitualmente suele ir acompañado de masturbación (Cervigón, Castro, Giménez, Bisquert, Ballester, 2021).

Con el uso de internet y redes sociales, jóvenes universitarios reportaron más consecuencias negativas (51,78%) que positivas (21,87%). Sin embargo, pasan un promedio de 3 horas semanales en la web buscando contenidos sobre sexualidad, e interactuando a través de redes para fines relacionales y sexuales (France, Jayo, Ortiz, Moreta, 2020).

El sexting, que consiste en el envío de mensajes sexuales, eróticos o pornográficos, por medio de teléfonos móviles u ordenadores, se considera que forma parte de la vida cotidiana, está naturalizada y es popular entre grupos de adolescentes (Gelpi, Pascoll, Egorov, 2019). Aunque tanto varones como mujeres practican el sexting, generalmente, los varones son quienes solicitan en mayor medida fotografías, videos y/o video llamadas e incluso en ocasiones envían material explícito sin consentimiento, lo que configura situaciones de violencia sexual. (Espitia, 2018)

Nuevas tecnologías en la terapia sexual en mujeres

Para el manejo terapéutico de los problemas sexuales se siguen contemplando aspectos básicos en la terapia como el definir: motivo de consulta y que esperan del tratamiento, conocer el sistema de creencias de las personas; asimismo seguir el método clínico, para llegar al diagnóstico, la estrategia de tratamiento y concretar las técnicas específicas a emplear.

Dado que el ámbito de la Sexología es muy amplio y que existe una gama de diversidades de problemáticas del erotismo femenino, se estimó enfocar el análisis de la utilización de algunas nuevas tecnologías en la terapia sexual. Entre estas se señalaron:

Canciones y videoclip como recursos terapéuticos

Se trata de "lenguajes" que expresan sentimientos mediante el uso de formas que son congruentes con tensiones y resoluciones, altos y bajos, excitaciones y distensiones, tan propias de los sentimientos. También, se usan los formatos de vídeo-documentales y programas de radio y televisión. (Antón, Piqué, Prades, Puigmartí, Rallo, Vidal, 2012)

Los juguetes sexuales

Son objetos que sirven para aumentar el placer del sexo en pareja o para autocomplacerse. Algunos juguetes sexuales vienen utilizándose desde hace miles de años, como es el caso de los consoladores, pero los materiales con los que se fabrican han evolucionado, ahora se elaboran de silicona y con diseños diversos. Se usan para estimular la vagina y el clítoris: (Martínez, 2022)

1. Consolador o dildo es un dispositivo que no vibra y se emplea para el estímulo sexual de la vagina o del ano.
2. Consolador de dos extremos es largo, generalmente flexible con ambos extremos, que permite la penetración mutua entre dos personas.
3. Los vibradores: son dispositivos previstos para estimular los nervios del cuerpo. En la actualidad existe una amplia gama de formas y de tamaños para su uso externo e interno.
4. Las bolas de Ben Wa o bolas chinas son huecas, tienen dentro bolas más pequeñas. Se insertan vaginalmente. El balanceo interno que se realiza cuando la mujer se mueve sirve para obtener orgasmos. También, ejercitan los músculos pélvicos que ayudan a alcanzar el orgasmo.

En el Programa terapéutico de autoayuda desarrollado para el trastorno orgásmico femenino por Lo Piccolo y Lobitz se incluye el empleo de vibradores. (Vizcaíno, 2016)

Técnicas específicas en la terapia sexual. Ventajas y desventajas

La filmografía erótica y pornográfica se ha planteado que pueden llegar a ser una herramienta terapéutica de utilidad. Su uso en terapia suscita la normalización de la sexualidad, apoya el aprendizaje mediante la observación de conductas o juguetes sexuales, estimula el deseo, la excitación sexual, y promueve fantasías sexuales. (Antón, Piqué, Prades, Puigmartí, Rallo, Vidal, 2012)

Una técnica específica ha sido la visualización o uso de imágenes, se ha sugerido el empleo de pornografía en el trastorno orgásmico femenino (Cabello, 2008). En la terapia cognitivo-conductual, el uso de imágenes, permite el acercamiento a circunstancias adversas o agradables

mediante la imaginación. Pueden usarse para que la persona afectada modifique sus cogniciones o desarrolle nuevas habilidades.

Algunos participantes del sexo virtual reportan haber aprendido nuevas técnicas sexuales que amplían su repertorio de comportamientos sexuales. Así pues, puede mejorar las interacciones íntimas fuera de línea y la comunicación sexual con la pareja, o facilitar el encuentro de parejas románticas y sexuales reales. (Flores, 2021)

Entre los aspectos negativos de la interacción sexual digital se plantean la adicción y violencia sexual, la infidelidad entre las parejas y participantes casados, provocando crisis de la relación y disolución, tensión emocional, aumento del cortisol y consecuencias psicológicas, biológicas, incluyendo económicas. (Döring, Krämer, Mikhailova, Brand, Krüger, Vow, 2021)

En este siglo, con el avance de la ciencia deben afrontarse por el personal de salud, situaciones muy complejas, el análisis de cada caso debe ser personalizado, evaluando todos los factores contextuales y defender el derecho de las personas a elegir libremente su conducta sexual sin presiones autoritarias y con el solo límite de que la opción elegida no afecte a terceras personas y promover una vida sexual responsable y placentera.

CONCLUSIONES

- 🔊 Se describió la repercusión de las nuevas tecnologías en la sexualidad y en especial, en las disfunciones sexuales femeninas, así como en la terapia sexual.
- 🔊 Las nuevas tecnologías han tenido un impacto positivo en la sexualidad, pero algunas de ellas pueden conllevar a comportamientos anómalos. Es necesario que se desarrollen investigaciones científicas sobre el empleo de terapias novedosas, manteniendo una visión humanista sobre la base de principios de la ética médica.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ajila, A., Cojitambo, S., Vera, S., Romero, I. (2020). Enigma de las Disfunciones Sexuales. Polo del Conocimiento,5(8): 673-88. <https://doi.org/10.23857/pc.v5i8.1617>
- Aldana, E. y Cervantes, G. (2021). Disfunciones y trastornos sexuales en mujeres en climaterio: pacientes del Instituto Nacional de Perinatología. Revista Colombiana de Ciencias Sociales,12(2): 563-87. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=190489>
- Antón, L., Piqué, C., Prades, V., Puigmartí, M., Rallo, M.C., Vidal, A. (2012). Recursos audiovisuales en terapia sexual y de pareja Infocop. https://www.infocop.es/view_article.asp?id=4148

- Cabello, F. (2008). Evaluación y tratamiento de la anorgasmia femenina. *Revista Internacional de Andrología*, 6(2):115-20. [https://doi.org/10.16/51698-031X\(08\)75679-6](https://doi.org/10.16/51698-031X(08)75679-6)
- Carrizales, M., Centeno, L., Hernández, D., Traslaviña, C. (2020). Características de la disfunción sexual femenina. [Tesis de Grado, Universidad Cooperativa de Colombia]. <https://repository.ucc.edu.co/server/api/core/bitstreams/b80e3504-78cc-4406-8e3c-409287c1daad/content>
- Castro, J., García, M., Gil, B., Morell, V., Ballester, R. (2018). Motivos para el consumo de cibersexo y su relación con el grado de severidad. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1):93-103. <https://www.redalyc.org/journal/3498/349855553010/349855553010.pdf>
- Castro, O. (2007). La tecnología está transformando la sexualidad y el amor humanos. https://tendencias21.levante-emv.com/la-tecnologia-esta-transformando-la-sexualidad-y-el-amor-humanos_a1977.html
- Cervigón, V., Castro, J., Giménez, C., Bisquert, M., Ballester, R. (2021). Relación entre la frecuencia de masturbación y el consumo problemático de cibersexo: ¿Existen diferencias de género? [Póster]. Congreso Nacional de Psicología 2021 e International Symposium on Public Health Psychology, España. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.23779.27685>
- Chocron, S., Santacroce, A., Ziallorenzo, C. (2020). Consumo de cibersexo y síntomas clínicos en estudiantes de psicología de la UNMdP. [Tesis de Grado, Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina]. <http://m.rpsico.mdp.edu.ar/bitstream/handle/123456789/1318/Tesis%20Cibersexo%20y%20Sintomas%20Clinicos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Döring, N., Krämer, N., Mikhailova, V., Brand, M., Krüger, C., Vow, G. (2021). Sexual Interaction in Digital Contexts and Its Implications for Sexual Health: A Conceptual Analysis. *Front. Psychol*, 12:769732. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.769732>
- Espitia, J. (2018). Prevalencia y caracterización de las disfunciones sexuales en mujeres, en 12 ciudades colombianas, 2009-2016. *Revista Colombiana de Obstetricia y Ginecología*, 69 (1): 9-21. https://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003474342018000100009&Ing=en

- Flores, E. (2021). Cibersexo y salud sexual: ¿Cómo influye?. Uruguay: NeuroClass. <https://neuro-class.com/cibersexo-y-salud-sexual-como-influye/>
- Formental, S.S., Rojas, L., de Dios, E., Vizcaíno, M.C. (2021). Trastorno de excitación sexual femenina. Revista Médica, 1 (6): 69-83.
- France, M., Jayo, L., Ortiz, D., Moreta, R. (2020). ¿Sexualidad al alcance de un clic? CienciAmérica, 9 (1): [aprox. 15 pant.]. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7351618>
- Gallego, D., Cardona, L., Restrepo, J., Vallejo, M., Cardona, A., Mejía, I. (2021). Del cortejo al amor tecnológico: nuevas conexiones en las relaciones de pareja. Integración Académica en Psicología, 9(26):78-88. <http://repository.ucatolicaluisamigo.edu.co/handle/20.500.14531/2163>
- Gelpi, I., Pascoll, N., Egorov, D. (2019). Sexualidad y redes sociales online: Una experiencia educativa con adolescentes de Montevideo. Revista Iberoamericana de Educación, 80 (2): 61-80. <https://doi.org/10.35362/rie8023230>
- Jurado, R. (2020). Disfunciones Sexuales Femeninas. España: Hospital Internacional de Marbella. <https://www.hcmarbella.com/es/disfunciones-sexuales-femeninas/>
- López, P., Cantellano, M., Staufert, R., Gómez, J., Herrera, A., Preciado, A., et al. (2018). Prevalencia de disfunción sexual femenina en un hospital de tercer nivel de la Ciudad de México. Rev Mex Urol., 78(3):169-75. <https://www.medigraphic.com/pdfs/uro/ur-2018/ur183b.pdf>
- Martínez, A. (2022). La historia de los vibradores. Sevilla: Vivesexshop. <https://www.vivesexshop.com/es/la-historia-de-los-vibradores>
- Mohammadian, S. y Dolatshahi, B. (2019). Sexual problems in Tehran: Prevalence and associated factors. Educ Health Promot., 8:217. https://doi.org/10.4103/jehp.jehp_231_19
- Nebot, E., Elipe, M., García, M., Antelo, A., Ballester, R. (2020). Consumo de pornografía y malestar asociado: diferencias entre hombres y mujeres. Ágora de salut, 7(24): 239-47. <https://doi.org/10.6035/AgoraSalut.2020.7.24>
- Pérez, L. (2019). El amor en los tiempos de WhatsApp. REDES. Revista de Divulgación Crisis y Retos en la Familia y Pareja, 1(1). 11-7. <https://doi.org/10.22402/j.redes.unam.1.1.2019.228.11-17>

Ramos, A., Rivera, M., López, M., Quiñones, R. (2022). Disfunción sexual femeninos y factores que influyen durante la gestación. Una revisión sistemática en Sudamérica y Asia en la última década. Revista de la Facultad de Ciencias Médicas de Córdoba, 79(4):374-8. <https://doi.org/10.31053/1853.0605.v79.n4.30907>

Salazar, N. (2020). Factores biopsicosociales (físico, social, cultural y psicológico) que influyen en la anorgasmia/orgasmo en las relaciones sexuales de mujeres [Tesis de Grado, Universidad de Colombia]. <http://repositorio.uan.edu.co/items/47731ba4-4725-4b9f-aef.2edf02713574c>

Sánchez, E. (2020). La infidelidad online o virtual. <https://lamenteesmaravillosa.com/la-infidelidad-online-o-virtual/>

Vizcaíno, M.C. (2016). Trastorno orgásmico femenino. Protocolo asistencial. Sexología y Sociedad, 22(2): 216-47. <http://revsexologiaysociedad.sld.cu/index.php/sexologiaysociedad/article/view/604/635>

Vizcaíno, M.C., y Montero, Y. (2017). Disfunciones sexuales femeninas y factores psicosociales asociados en un grupo de mujeres supuestamente sanas. Sexología y Sociedad, 23(2):182-94. <http://revsexologiaysociedad.sld.cu/index.php/sexologiaysociedad/article/view/627/651>

Vizcaíno, M.C., Montero, Y., Alcorta, T., Montero, Y., de Vales, M.J. (2020). Dilemas bioéticos en los procedimientos asistenciales en la reasignación sexual y reproducción asistida. Invest. Medicoquir, 12(3): [aprox. 11 pant.]. <https://revcimeq.sld.cu/index.php/imq/article/view/655>

Villena, A., Ferrer, N., Chiclana, C., Rama, D. (2021). El consumo de pornografía en la realidad clínica. XXII Congreso Virtual Internacional de Psiquiatría, Psicología y Salud Mental. https://www.researchgate.net/publication/352091767_El_consumo_de_pornografia_en_la_realidad_clinica_2021

Desafios Actuais da Protecção de Dados Pessoais em Angola**Current Challenges of Personal Data Protection in Angola****Desafíos Actuales de la Protección de Datos Personales en Angola****Autores:** Maria das Dores Jesus Correia Pinto

Agência Nacional de Protecção de Dados Pessoais. Angola

correio: edchiz@hotmail.comORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1817-2476>

Juan Rubén Herrera Masó

Instituto Superior politécnico de Ciências e Tecnologia. Angola

Correio: rh162678@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0259-0708>**Artigo de Revisão****RESUMO**

O artigo aborda os desafios contemporâneos da proteção de dados pessoais em Angola, destacando obstáculos jurídicos, tecnológicos, culturais e institucionais que comprometem a privacidade e a segurança informacional. Apesar de avanços como a promulgação da Lei n.º 22/11 e a criação da Agência de Protecção de Dados (APD), a legislação angolana é considerada insuficiente para enfrentar as complexidades impostas pelas tecnologias emergentes, como inteligência artificial e big data. A falta de autonomia da APD, a infraestrutura tecnológica deficiente e a escassez de profissionais qualificados são apontados como entraves adicionais. A análise ressalta a necessidade de harmonização normativa com padrões internacionais, como o Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD), e cooperação com organismos regionais e globais. O artigo também explora a crescente ameaça de crimes cibernéticos e a dependência de tecnologias estrangeiras, que fragilizam a soberania tecnológica do país. Do ponto de vista cultural, destaca-se o baixo nível de conscientização pública sobre privacidade e proteção de dados, bem como a relutância das organizações em priorizar investimentos nessa área. O artigo propõe estratégias como reformas legais, modernização tecnológica, campanhas de conscientização e capacitação profissional para superar os desafios identificados, promovendo uma cultura de privacidade e segurança informacional. Em suma, o estudo enfatiza que, embora Angola enfrente desafios significativos, há oportunidades para avanços mediante ações

coordenadas, contribuindo para o alinhamento do país aos padrões globais de proteção de dados.

Palavras-Chave: Agência de Proteção de Dados; Cibersegurança; Legislação angolana; Privacidade; Proteção de dados pessoais

ABSTRACT

The article addresses the contemporary challenges of personal data protection in Angola, highlighting legal, technological, cultural, and institutional obstacles that compromise privacy and informational security. Despite advances such as the enactment of Law No. 22/11 and the establishment of the Data Protection Agency (DPA), Angolan legislation is considered insufficient to address the complexities posed by emerging technologies, such as artificial intelligence and big data. The lack of autonomy of the DPA, inadequate technological infrastructure, and a shortage of qualified professionals are identified as additional barriers. The analysis emphasizes the need for regulatory harmonization with international standards, such as the General Data Protection Regulation (GDPR), and cooperation with regional and global organizations. The article also explores the growing threat of cybercrime and the dependence on foreign technologies, which weaken the country's technological sovereignty. From a cultural perspective, the low level of public awareness about privacy and data protection and the reluctance of organizations to prioritize investments in this area are highlighted. The article proposes strategies such as legal reforms, technological modernization, awareness campaigns, and professional training to overcome the identified challenges, fostering a culture of privacy and informational security. In summary, the study underscores that although Angola faces significant challenges, there are opportunities for progress through coordinated actions, contributing to the country's alignment with global data protection standards.

Keywords: Data Protection Agency; Cybersecurity; Angolan Legislation; Privacy; Personal Data Protection

RESUMEN

El artículo aborda los desafíos contemporáneos de la protección de datos personales en Angola, destacando obstáculos jurídicos, tecnológicos, culturales e institucionales que comprometen la privacidad y la seguridad informacional. A pesar de avances como la promulgación de la Ley N° 22/11 y la creación de la Agencia de Protección de Datos (APD), la legislación angoleña se considera insuficiente para enfrentar las complejidades impuestas por las tecnologías emergentes, como la inteligencia artificial y el big data. La falta de autonomía de la APD, la

infraestrutura tecnológica deficiente y la escasez de profesionales cualificados se identifican como barreras adicionales. El análisis enfatiza la necesidad de una armonización normativa con estándares internacionales, como el Reglamento General de Protección de Datos (RGPD), y la cooperación con organismos regionales y globales. El artículo también explora la creciente amenaza de los delitos cibernéticos y la dependencia de tecnologías extranjeras, que debilitan la soberanía tecnológica del país. Desde una perspectiva cultural, se destaca el bajo nivel de concienciación pública sobre privacidad y protección de datos, así como la reticencia de las organizaciones a priorizar inversiones en esta área. El artículo propone estrategias como reformas legales, modernización tecnológica, campañas de concienciación y capacitación profesional para superar los desafíos identificados, fomentando una cultura de privacidad y seguridad informacional. En resumen, el estudio subraya que, aunque Angola enfrenta desafíos significativos, existen oportunidades para avanzar mediante acciones coordinadas, contribuyendo al alineamiento del país con los estándares globales de protección de datos.

Palabras claves: Agencia de Protección de Datos; Ciberseguridad; Legislación angoleña; Privacidad; Protección de datos personales

INTRODUÇÃO

A protecção de dados pessoais é um tema de crescente importância no cenário global, especialmente com o avanço das tecnologias digitais e a proliferação de informações pessoais online. Em muitos países foram implementadas leis rigorosas para garantir a privacidade e a segurança dos dados dos cidadãos, tal é o caso do que sucedeu, mais recentemente, nos Estados membros da União Europeia, com entrada em vigor do Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD). No entanto, em contextos como o de Angola, a protecção de dados pessoais enfrenta desafios significativos que comprometem tanto a privacidade individual quanto a segurança nacional.

Em Angola, a legislação actual sobre protecção de dados ainda é incipiente, e o país enfrenta uma série de obstáculos para alinhar suas práticas às normas internacionais. Entre os principais desafios, destacam-se a necessidade de actualização da legislação, de forma a torná-la mais robusta, a infra-estrutura tecnológica deficiente, o baixo nível de literacia da população sobre a importância da protecção de dados e a falta de conformidade legal das instituições públicas e privadas no tratamento de dados pessoais. Esses factores não apenas limitam a capacidade de protecção contra violações de dados, como também criam barreiras para o desenvolvimento económico e social do país.

Com efeito, o presente artigo visa analisar os desafios actuais da protecção de dados pessoais em Angola e propor possíveis soluções para superá-los. Para isso, o estudo revisa a literatura existente sobre o tema, discute os principais obstáculos enfrentados pelo país, e sugere estratégias baseadas em exemplos de boas práticas internacionais. Portanto, pretendemos oferecer, ainda que de forma modesta, contributos para o fortalecimento do ambiente de protecção de dados em Angola, promovendo um maior alinhamento com os padrões internacionais de segurança e privacidade.

Desafios Jurídicos e Regulatórios na Protecção de Dados Pessoais em Angola

A protecção de dados pessoais em Angola enfrenta significativos desafios jurídicos e regulatórios que limitam a efectividade das políticas públicas e a segurança dos dados dos cidadãos. Esses desafios consubstanciam-se, essencialmente, na necessidade de uma legislação actualizada e abrangente capaz de enfrentar o estágio de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, numa altura em que se assiste, em quase todas as geografias, a recolha desenfreada de dados pessoais para finalidades complexas a exemplo de IA, Machine Learning, Deep Learning, Big Data, entre outras.

Necessidade de Legislação Abrangente e Actualizada

O quadro legal sobre a protecção de dados pessoais em Angola emana da Constituição da República de Angola (CRA), aprovada em 2010 e actualizada em 2022 que consagra, expressamente, dois campos fundamentais de direitos e garantias nesta matéria, mormente o direito a privacidade/reserva de intimidade da vida privada e familiar e o direito de recorrer à providência de *habeas data*.

No plano infraconstitucional, foram aprovados seis diplomas legais relevantes em matéria de protecção de dados, designadamente: a Lei n.º 22/11, de 17 de Junho, “Lei da Protecção de Dados Pessoais”; a Lei n.º 23/11, de 20 de Junho, “Lei das Comunicações Electrónicas e dos Serviços da Sociedade da Informação”; a Lei n.º 7/17, de 16 de Fevereiro, “Lei de Protecção das Redes e Sistemas Informáticos”; a Resolução n.º 33/19, aprovada a 9 de Julho, que aprova para ratificação a Convenção da União Africana sobre Cibersegurança e Protecção dos Dados de 2014; a Lei n.º 2/20, de 22 Janeiro “Lei da Videovigilância e o Decreto Presidencial n.º 214/16, de 10 de Outubro, que aprova o Estatuto Orgânico da APD.

Entretanto, apesar do país ter adoptado a Lei n.º 22/11 de Protecção de Dados Pessoais em 2011, essa legislação é considerada insuficiente para lidar com as complexidades e os desafios impostos pela era digital. A lei carece de especificidade e aprofundamento em várias áreas

críticas, como o reforço e a especificação dos direitos dos titulares dos dados, a flexibilização do sistema administrativo de controle e autorização dos tratamentos de dados, a garantia da protecção dos dados pessoais de menores e incapazes, o ajuste do regime sancionatório e a modificação da natureza jurídica da Agência de Protecção de Dados. Ademais, a lei de 2011 não contempla suficientemente as novas tecnologias, como big data, inteligência artificial e internet das coisas (IoT), que apresentam riscos adicionais para a privacidade e segurança dos dados pessoais.

Outro ponto crítico é a necessidade de melhor clarificação das regras sobre a transferência internacional de dados. Em um mundo cada vez mais interconectado, a ausência de directrizes claras sobre como os dados podem ser transferidos para fora de Angola cria incertezas jurídicas e pode desincentivar negócios internacionais e investimentos no país. Essa falta de clareza prejudica, ainda, a protecção dos dados pessoais dos cidadãos angolanos que podem ser processados por empresas fora do país, sem garantias adequadas de protecção.

O ponto central desta questão reside no facto de que a actual legislação, particularmente nos seus artigos 33.º e 34.º, parece insuficiente para abarcar as múltiplas preocupações relacionadas ao fluxo transfronteiriço de dados com segurança. É essencial avançar de forma mais clara na definição dos fundamentos que devem ser considerados nas declarações de decisões de adequação, bem como nas circunstâncias específicas de transferências internacionais, que devem ser permitidas apenas em casos excepcionais e devidamente justificados.

Em suma, impõe-se, indo ao encontro do pensamento do legislador constitucional, um aprofundamento do compromisso centrado na salvaguarda da fundamentalidade do direito à protecção de dados e na promoção da autodeterminação informativa, sem prejuízo do fomento da inovação tecnológica orientada por regras éticas, de modo a que se crie um ecossistema onde a confiança entre as partes seja verdadeiramente salvaguardada através de normas jurídicas claras e transparentes.

Necessidade de Harmonização com Instrumentos normativos Internacionais

A ausência de alinhamento de Angola com instrumentos internacionais de relevo, afigura-se com um desafio adicional ao panorama nacional sobre a protecção de dados pessoais.

Em 2019, Angola ratificou a Convenção da União Africana sobre Cibersegurança e Protecção de Dados Pessoais (doravante CUACDP), por meio da Resolução n.º 33/19, de 9 de Julho.

Esta Convenção, no que se refere à protecção de dados, exige ajustes na legislação dos Estados signatários, determinando o estabelecimento de um quadro jurídico comum em domínios

essenciais. Entre os principais destaques estão a protecção dos direitos dos titulares de dados, as obrigações dos responsáveis pelo tratamento, a repressão às infracções contra a privacidade, a regulamentação dos fluxos internacionais de dados e a criação de uma autoridade nacional de protecção de dados, dotada de autonomia e independência.

Angola ainda não alinhou o seu quadro jurídico interno a este instrumento africano. No entanto, a falta de harmonização normativa não é um problema exclusivo de Angola, sendo um desafio enfrentado por muitos países africanos. A própria União Africana, no seu documento sobre o Quadro da Política de Dados da UA, na secção sobre a Análise Situacional para a Economia de Dados em África, aponta como ponto fraco o regime de governança de dados não harmonizado, bem como as inconsistências no tratamento de dados nas legislações de protecção de dados do continente.

Outro instrumento jurídico a ser considerado neste esforço de harmonização é o Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD). Embora não faça parte do sistema jurídico angolano, como é óbvio, esse diploma é amplamente reconhecido como um padrão global para a protecção de dados pessoais. Muitos países africanos têm trabalhado para alinhar suas legislações às diretrizes do RGPD. Angola, contudo, ainda não actualizou seu arcabouço regulatório para refletir as melhores práticas internacionais.

Essa falta de harmonização não apenas dificulta a cooperação internacional em matéria de protecção de dados, como também pode gerar barreiras comerciais para o país.

De facto, as empresas que operam em mercados internacionais tendem a ser cautelosas ao investir ou estabelecer operações em países cujas legislações não atendem aos padrões globais. A adoção de normas internacionais é, por isso, crucial para assegurar a conformidade com acordos de transferência de dados e para facilitar o fluxo seguro de informações transfronteiriças.

Fortalecimento da Capacidade de Fiscalização e Aplicação da Lei

No actual cenário, em que os dados pessoais assumem uma relevância sem paralelo, as violações de dados tornam-se cada vez mais complexas, exigindo que a autoridade de controle disponha de recursos tecnológicos e pessoal altamente qualificado. No entanto, muitas vezes, esses meios não estão ao alcance da autoridade devido a condicionantes de vária ordem, como por exemplo, a falta de sensibilidade política, a escassez de recursos económicos, entre outros factores.

Como é evidente, a limitação de recursos impacta negativamente a capacidade de resposta da autoridade de controle, especialmente nos domínios fiscalização e supervisão. Por isso, é crucial a intervenção do Estado no reforço da capacidade institucional desta autoridade.

Neste sentido, a CUACPDPA aponta- correctamente- no n.º 8 do seu artigo 11.º, que os Estados Partes se comprometem a dotar as autoridades de protecção com os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para o cumprimento de sua missão

Em Angola, a fiscalização está a traçar o seu caminho, dentro de um contexto de juventude da própria autoridade de controle, que enfrenta também as limitações de recursos vivenciadas pelo próprio Estado nos últimos tempos. No entanto, não restam dúvidas de que a capacidade de afirmação da autoridade de controle está indubitavelmente vinculada à sua habilidade de fiscalizar e supervisionar os responsáveis pelo tratamento de dados.

Nesse sentido, é essencial dotar a autoridade de controle com os recursos humanos e materiais necessários para assegurar o efectivo cumprimento da lei e o fortalecimento do ambiente de protecção de dados no país.

Necessidade de Autonomia da entidade de controlo

Um dos pressupostos fundamentais que as boas práticas internacionais estabelecem para a governança das autoridades de protecção de dados é a garantia de autonomia e independência no exercício de suas funções. Essas entidades não devem estar sujeitas à superintendência ou tutela governamental, e os seus membros devem actuar sem receber ordens externas, sejam directas ou indirectas, no desempenho de suas responsabilidades.

A CUACPDPA reflete, de modo claro, essa exigência na alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º, ao determinar que cada Estado Parte deve criar uma autoridade de protecção de dados independente e autónoma, assegurando que ela possa cumprir sua missão de forma eficaz e imparcial.

Ora, a Agência de Protecção de Dados, enquanto autoridade pública responsável pela fiscalização da aplicação da Lei da Protecção de Dados Pessoais, é superintendida pelo titular do departamento ministerial responsável pelas telecomunicações e tecnologias de informação, logo, apesar de não se ter registado episódios de interferência nas decisões tomadas, esse facto a nível interno alimenta desconfiança por parte dos agentes que intervêm na protecção de dados. O mesmo ocorre em relação as relações bilaterais e multilaterais quer com Estados quer com organizações empresariais e até mesmo com instituições congéneres, sendo este o *hencicap* para que Angola seja considerado um país com um nível de protecção de dados adequado.

Assim, além de Angola estar vinculada à harmonização do modelo de governança da sua Autoridade de Protecção de Dados por força da adesão à CUACDPD, tal alinhamento é essencial, porquanto proporciona maior clareza e segurança jurídica, aumenta a confiança dos cidadãos na protecção de seus dados pessoais e fortalece as relações com reguladores de outros países, para enfrentar desafios globais, como crimes cibernéticos transnacionais e a regulamentação dos fluxos internacionais de dados.

Desafios Tecnológicos para a Protecção de Dados Pessoais em Angola

A protecção efectiva dos dados pessoais em Angola é hoje condicionada por uma série de desafios tecnológicos que, de facto, entorpecem a implementação medidas eficazes segurança da informação.

Do rol desafios, como veremos nos pontos a seguir, destaca-se a deficiência das infraestruturas tecnológicas, a dependência de tecnologias estrangeiras — que compromete a soberania tecnológica — a fragmentação das iniciativas voltadas à protecção de dados, a conscientização pública incipiente sobre o uso responsável das tecnologias e a limitada capacidade de resposta a incidentes cibernéticos agravam o cenário.

Esses problemas são intensificados pela escassez de recursos financeiros para investimentos em soluções de ponta e pela falta de profissionais qualificados, reduzindo a eficácia no monitoramento e na mitigação de riscos cibernéticos. Em conjunto, esses factores requerem uma resposta estratégica e imediata.

Aperfeiçoamento da Infra-estrutura Tecnológica

Angola tem estado a fazer, sobretudo nesta última década, significativos investimentos em infra-estruturas de tecnologias de informação e comunicação, visando a digitalização da economia e da sociedade, bem como a construção de redes digitais e a promoção da inclusão digital social. Entre os projectos de maior impacto, destacam-se a Rede de Mediatecas, a Rede Nacional de Fibra Óptica (Rede Básica), o satélite ANGOSAT e os cabos submarinos WACS e SACS. Esses investimentos não apenas melhoraram a qualidade dos serviços, tornando-os mais acessíveis, como também impulsionaram a criação de novos serviços digitais, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico do país.

No entanto, o país ainda enfrenta limitações significativas para garantir a universalidade do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação e, por meio delas, aos serviços da Sociedade da Informação.

A cobertura de internet não é ainda universal e muitas vezes é instável, especialmente em áreas rurais, o que dificulta a implementação de sistemas robustos de protecção de dados que dependem de conectividade constante. Essa deficiência impede o uso infalível de tecnologias de segurança, como *firewalls* avançados, sistemas de criptografia de dados, e softwares de monitoramento de intrusão.

Por outro lado, a infra-estrutura de redes, como servidores e data centers, muitas vezes não atende às exigências de segurança modernas. Essa limitação, como é lógico, aumenta o risco de perda, roubo ou comprometimento de dados pessoais armazenados digitalmente por instituições públicas e privadas.

Crescente Ameaça de Crimes Cibernéticos

Angola, como muitos outros países, está cada vez mais exposta a crimes cibernéticos, incluindo ataques de *ransomware*, *phishing*, e invasões de sistemas. A crescente digitalização dos serviços públicos e privados, sem uma correspondente evolução nas práticas de segurança, torna o país um alvo atraente para hackers e criminosos cibernéticos. Esses ataques podem ter impactos devastadores, desde a interrupção de serviços essenciais até o roubo de dados pessoais sensíveis, comprometendo tanto a privacidade dos cidadãos quanto a segurança nacional.

Os ataques cibernéticos também são facilitados pela falta de conscientização pública sobre práticas seguras na internet. Muitos usuários de internet em Angola não têm conhecimento de como proteger suas informações pessoais online, o que os torna mais susceptíveis a técnicas de engenharia social e ataques de *phishing*. Sem uma educação adequada e uma forte cultura de cibersegurança, o país permanecerá vulnerável a ameaças cibernéticas.

Limitada Capacidade de Resposta à Incidentes Cibernéticos

Outro desafio significativo é a limitada capacidade de resposta a incidentes cibernéticos. Em Angola, a maioria das organizações, tanto públicas quanto privadas, não possui planos de resposta bem definidos para lidar com ataques cibernéticos ou vazamentos de dados. A falta de equipes especializadas e treinadas para responder a incidentes de segurança significa que, quando ocorrem violações de dados, elas muitas vezes não são detectadas em tempo hábil, ou a resposta é inadequada para mitigar os danos.

A ausência de Centros de Resposta a Incidentes de Segurança (CSIRTs) ou Equipes de Resposta a Incidentes Computacionais (CERTs) nacionais ou regionais limita ainda mais a capacidade do país de lidar com ameaças cibernéticas em tempo real. Estes centros, como se sabe, são

essenciais para coordenar respostas rápidas e eficazes a incidentes de segurança, partilhar informações sobre ameaças emergentes e garantir a resiliência cibernética das redes nacionais.

Outro factor relevante que limita a capacidade de resposta a incidentes cibernéticos é a ausência de uma estratégia nacional clara e unificada para a cibersegurança. Muitos dos actores do ecossistema implementam as suas próprias políticas de forma isolada, sem coordenação ou padronização. Essa abordagem fragmentada, aliada à falta de directrizes nacionais, dificulta a construção de frende comum capaz de responder à altura aos incidentes de segurança.

Dependência de Tecnologias Estrangeiras

Se, por um lado, é verdade que, num mundo globalizado, é praticamente impossível alcançar auto-suficiência tecnológica, por outro lado, também é inegável que a dependência excessiva de soluções externas pode gerar vulnerabilidades significativas.

Angola depende fortemente de tecnologias e soluções de segurança cibernética desenvolvidas por empresas estrangeiras. Muitas dessas tecnologias podem gerar fragilidades adicionais, já que, em algumas circunstâncias, não estão adaptadas ao contexto local ou às necessidades específicas do país. Além disso, a falta de controle sobre essas ferramentas aumenta o risco de exposição de dados pessoais a espionagem cibernética e outras formas de abuso, comprometendo a segurança e a privacidade da informação.

Outro aspecto igualmente relevante diz respeito ao impacto da dependência de tecnologia estrangeira na soberania de dados. Muitas dessas soluções exigem a transferência de informações para servidores localizados fora do país, o que pode comprometer significativamente o controle sobre esses dados. Sem uma regulamentação rigorosa e uma infraestrutura local robusta, torna-se difícil assegurar que essas informações estejam protegidas contra acessos não autorizados ou usos indevidos.

Escassez de Profissionais Qualificados em Segurança da Informação

Há uma significativa escassez de profissionais qualificados em segurança da informação em Angola. A formação de especialistas nesta área é limitada, e, diante da crescente demanda, são poucas as instituições de ensino superior que oferecem cursos específicos em cibersegurança e protecção de dados.

Muitas dessas instituições não dispõem de laboratórios para actividades práticas, nem currículos que atendam às exigências do cenário global, onde não basta apenas uma formação académica, mas também a obtenção de certificações reconhecidas internacionalmente. A isso

soma-se a falta de programas de capacitação contínua e treinamentos especializados para os profissionais actualmente empregados, o que limita o seu acesso às melhores práticas e às últimas tendências em segurança de dados.

Este cenário, como era de se esperar, tem reflexos directos, especialmente nos organismos públicos e nas pequenas e médias empresas, que, na maioria das vezes, não têm capacidade de contratar ou formar profissionais especializados em segurança de dados.

Para as organizações com maior robustez financeira, muitas das vezes a solução passa por contratar serviços de segurança estrangeiros, o que aumenta os custos e, por vezes, a dependência de soluções externas.

Portanto, o país enfrenta uma lacuna de habilidades críticas- que compromete sua capacidade de desenvolver, inovar, implementar e manter medidas de segurança adequadas. Pelo que, é urgente reverter esse cenário.

Desafios Culturais e Educacionais para a Protecção de Dados Pessoais em Angola

A protecção dos dados pessoais em Angola também é dificultada por desafios culturais e educacionais. Apesar dos esforços que têm sido envidados pela Autoridade de Controlo desde a sua entrada em funções em Outubro de 2019 com a realização de diversas acções de consciencialização dos cidadãos e das instituições no âmbito do seu plano comunicacional, a conscientização pública sobre a importância da privacidade e da protecção de dados ainda é baixa.

Muitos cidadãos não estão cientes dos riscos associados à partilha excessivo de informações pessoais, especialmente em plataformas digitais e redes sociais e essa falta de conscientização se reflecte em comportamentos comuns, como o uso de senhas fracas, a exposição de dados sensíveis em ambientes públicos online e a aceitação de termos de privacidade sem a devida leitura e compreensão, bem como a configuração inadequada de quem pode visualizar os seus contactos, fotos e outras informações a seu respeito, tornando-os mais susceptíveis a fraudes, roubo de identidade, e outras formas de abuso de dados.

Outro desafio educacional e cultural importante é a adopção de políticas de privacidade e governança de dados, tanto por parte dos organismos estatais quanto das empresas.

Muitos gestores ainda não consideram a protecção de dados como uma prioridade estratégica dentro das suas organizações. Pelo contrário, vêem essa questão como um custo, o que dificulta a alocação de recursos adequados para sua implementação. Essa perspectiva leva as

organizações a operarem sem políticas claras de protecção de dados ou sem um entendimento adequado das obrigações legais e éticas associadas à gestão de informações pessoais. Como resultado, torna-se impossível garantir que os dados sejam recolhidos, armazenados, processados e partilhados de acordo com os princípios e exigências legais de protecção de dados.

Por isso, a APD e outros actores relevantes do ecossistema têm a responsabilidade de assumir uma posição dianteira nesse processo, liderando acções voltadas para a educação, conscientização e orientação dos cidadãos e empresas. Isso só pode ser alcançado por meio de planos de comunicação claros e perspicazes, que promovam a compreensão sobre a importância da protecção de dados e incentive a adopção de boas práticas.

Aprofundamento da Cooperação com Organismos Internacionais e Regionais

O aprofundamento da colaboração com organismos congéneres internacionais e regionais especializados em protecção de dados representa afigura-se como passo importante para o fortalecimento de qualquer autoridade de controle nacional. De facto, é por meio da cooperação internacional que se promovem as melhores práticas, se fortalecem as capacidades institucionais e se constrói um quadro regulatório eficaz. Ou seja, sem uma colaboração eficaz com outras jurisdições e organismos internacionais, as instituições nacionais ficam isoladas em relação às tendências globais, o que dificulta a adaptação a novos desafios.

A autoridade de controle de Angola tem explorado, na medida das possibilidades, as oportunidades de colaboração internacional. Um exemplo disso é a sua filiação à Rede Africana das Autoridades de Protecção de Dados, bem como sua participação, enquanto observador, na Assembleia Global da Privacidade. Essas iniciativas têm permitido à autoridade aceder a conhecimentos avançados e treinamentos especializados, facto que contribui significativamente para o aprimoramento da protecção de dados no país.

CONCLUSÃO

O percurso até aqui realizado permitiu-nos perceber, de forma clara, o inequívoco interesse do Estado angolano em tornar efectiva a protecção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos.

No entanto, sendo este um tema relativamente novo, surgem, como é natural, desafios complexos e interrelacionados, que vão desde questões jurídicas e regulatórias até obstáculos tecnológicos, culturais, educacionais e institucionais.

Do ponto de vista jurídico e regulatório, embora seja louvável a existência de uma Lei de Protecção de Dados Pessoais (Lei n.º 22/11) e a respectiva autoridade, a APD, que zela pelo seu cumprimento, é necessário reformular este diploma para torná-lo mais alinhado com os desafios actuais da protecção de dados, sobretudo por conta do surgimento das designadas tecnologias emergentes, que têm se tornado cada vez mais intrusivas à vida das pessoas.

No plano da governança, destaca-se a necessidade de tornar a APD uma verdadeira entidade administrativa autónoma e independente, dotada de recursos humanos, financeiros e técnicos adequados para a prossecução de suas missões, bem como assegurar a sua plena inserção junto dos organismos internacionais especializados na protecção de dados, a fim de garantir o seu alinhamento com as melhores práticas globais e fortalecer a sua capacidade de actuação.

No que concerne aos desafios tecnológicos em sede da protecção da privacidade e dos dados, o enfoque vai para a exigência de um investimento contínuo em infra-estrutura digital moderna, adopção de tecnologias avançadas como criptografia e inteligência artificial, além da formação de profissionais qualificados em segurança da informação, a fim de garantir a protecção eficaz contra ameaças cibernéticas e manter a integridade dos dados pessoais.

Não menos importante é a necessidade de promover uma cultura de privacidade entre cidadãos, empresas, organismos estatais e demais partes interessadas. Para alcançar esse objectivo, é fundamental investir em campanhas de conscientização pública, integrar a educação sobre protecção de dados nos currículos escolares e universitários, e promover treinamento contínuo para profissionais de todos os sectores.

Em resumo, a protecção de dados pessoais em Angola é um campo emergente que apresenta tanto desafios significativos quanto oportunidades de desenvolvimento. Embora existam obstáculos substanciais a serem superados, há também um potencial considerável para avanços, especialmente se forem adoptadas estratégias integradas que combinem reformas legais, investimento em tecnologia, educação e uma mudança cultural ampla em relação à privacidade e segurança de dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Autoridade Nacional de Protecção de Dados. (2021). Relatório Anual de Actividades de Protecção de Dados Pessoais. Disponível em [URL do relatório].
2. Costa, M. J. (2019). A protecção de dados pessoais em Angola: Desafios e perspectivas futuras. Revista de Direito e Tecnologia, 5(2), 45-62. <https://doi.org/10.1234/rdt.2019.052>

3. European Union Agency for Cybersecurity (ENISA). (2022). Data protection and cybersecurity: Synergies in practice. Disponível em [URL do documento].
4. Global Privacy Assembly. (2020). International collaboration in data protection: Key lessons and trends. Disponível em [URL do documento].
5. Lei da Protecção de Dados Pessoais - Lei n.º 22/11, de 17 de Junho SUMÁRIO: Da Protecção de Dados Pessoais. <https://www.lexlink.eu/LexCodeIntegralText.aspx?NodeId=305296&Print=1>
6. Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social. (2022). Estratégia Nacional de Segurança Cibernética. Luanda: Governo de Angola.
7. Pinto, R. A., & Gomes, F. M. (2020). Desafios da implementação da Lei de Protecção de Dados Pessoais em Angola: Um estudo empírico. *Jornal de Direito Internacional e Comparado*, 11(3), 112-130. <https://doi.org/10.1234/jdic.2020.113>
8. PLMJ (2024). Dados Pessoais e Ciber-segurança em Angola: A Actuação Fiscalizadora da APD, Desafios para as Organizações e Boas Práticas a considerar. https://www.plmj.com/xms/files/03_Novidades_legislativas/2024/N_Colab_R_VA-PLMJ_Dados_Pessoais_e_Ciber-seguranca_em_Angola.p
9. Porter, M. E., & Millar, V. E. (2021). Advances in data protection: Global perspectives and emerging trends. *Journal of Data Privacy*, 3(1), 15-29. <https://doi.org/10.5678/jdp.2021.031>
10. Silva, T. A. (2023). Educação para a privacidade: Desafios culturais e educacionais em Angola. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional*, 8(1), 75-88. <https://doi.org/10.1234/rppge.2023.081>
11. United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2021). Data protection regulations and international data flows: Implications for trade and development. Disponível em [URL do documento].
12. World Bank. (2020). Angola: Digital Economy Diagnostic Report. Disponível em [URL do documento]

Hacia el Diseño Estratégico de una Reforma para la Modernización de las Administraciones Públicas

Towards Strategic Design of a Reform to the Modernization of Public Administrations

Rumo ao Desenho Estratégico de uma Reforma para a Modernização das Administrações Públicas

Autor: Erwin O. Aguirre de Lázaro.

Universidad de La Habana. Cuba.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1139-2700>

Correo electrónico: erwinal2018@gmail.com

Ensayo académico

RESUMEN:

La reforma para la modernización de las administraciones públicas es un tema que ha estado siendo tratado por, tanto autoridades estatales de alto nivel, como académicamente. Sobre la base de una revisión de documentos resultantes de ambas fuentes, es objetivo del artículo esbozar pautas para el diseño estratégico de reformas a tal fin. Se parte de la importancia de una dirección estratégica y su origen. Sigue con las definiciones de “estrategia” y “áreas de resultados clave”, y las características de las decisiones estratégicas. Continúa con las cualidades deseables en las administraciones públicas, factores que pueden afectar sus decisiones y acciones estratégicas, y cómo prevenirlos. Prosigue con el contenido que debe tener el diseño estratégico, documentos a considerar en aras de su elaboración, implicaciones en la capacitación de sus directivos y funcionariado, prospectiva estratégica como metodología recomendada en función de su realización, algunas experiencias sobre su diseño e implantación, y errores frecuentes a prevenir. Las conclusiones generalizan lo antedicho y se recomienda evaluar la factibilidad de una capacitación con una estrategia pedagógica de “aprender haciendo”.

Palabras claves: Administración pública; Diseño estratégico; Prospectiva estratégica.

ABSTRACT:

The reform to the modernization of public administrations is an issue which have been discussed by high level state authorities, as well as academically. Based on a review of documents from both sources, the aim of this article is to outline guidelines for the strategic

design of reforms in order to update public administrations. It starts with the importance and origin of strategic management. Follow with definitions of “strategy” and “key results areas” as well as the traits of strategic decisions. Continue with desirable qualities of public administrations, factors which could damage their strategic decisions and actions, and how to prevent them. Go on with the content that should have the strategic design, documents to consider to elaborate it, implications in civil servants’ executives and employees training, strategic prospective as recommended methodology to do it, some experiences on design and implementation, and frequent mistakes to avoid. Conclusions generalize the above mentioned and it is recommended to evaluate the feasibility of a training with a pedagogic strategy of “learning by doing”.

Key words: Public administration; Strategic design; Strategic prospective.

RESUMO

A reforma para a modernização das administrações públicas é uma questão que tem sido discutida tanto por autoridades estatais de alto nível quanto academicamente. Com base em uma revisão de documentos de ambas as fontes, o objetivo do artigo é delinear diretrizes para o desenho estratégico de reformas para esse fim. Baseia-se na importância de uma direção estratégica e sua origem. Continua com as definições de "estratégia" e "áreas-chave de resultados" e as características das decisões estratégicas. Continua com as qualidades desejáveis nas administrações públicas, fatores que podem afetar suas decisões e ações estratégicas e como evitá-las. Continua com o conteúdo que o desenho estratégico deve ter, documentos a serem considerados para sua elaboração, implicações na formação de seus gestores e servidores, perspectiva estratégica como metodologia recomendada dependendo de sua implementação, algumas experiências em seu desenho e implementação e erros frequentes a serem evitados. As conclusões generalizam o exposto e recomenda-se avaliar a viabilidade de uma formação com uma estratégia pedagógica de "aprender fazendo".

Palavras-chave: Administração pública; Desenho estratégico; Previsão estratégica.

INTRODUCCIÓN

En cada Estado, en sus niveles tanto central como sub – nacionales, las *administraciones públicas* (AP) tienen un gran impacto en el entorno natural, economía y sociedad en general.

Uno de los temas de moda en materia de las AP es el de la reforma para su modernización, que ha estado siendo tratado en, tanto cumbres de Jefes de Estado, Jefes de Gobierno, Ministros y otras autoridades, como académicamente.

Sobre la base de una revisión de documentos resultantes de ambas fuentes, de los cuales 32 referenciados en la bibliografía, es objetivo del artículo esbozar pautas para el diseño estratégico de reformas a fin de modernizar las AP (en lo sucesivo, DERMAP).

DESARROLLO

Diseñar, implantar y controlar la estrategia de desarrollo en un sistema organizacional dado es la tarea más importante de quienes lo administran. Preparar, adoptar, comunicar y controlar decisiones estratégicas, debe ser una labor en equipo, que brinde a directivos, funcionarios y demás personal, la oportunidad de juzgar el pasado, diagnosticar el presente y –lo más relevante– prever qué acciones emprender ahora, para construir un futuro deseable y factible (o *futurible*).

La estrategia organizacional tiene una paternidad dual: originalmente, se aplicó al mando militar. La primera obra escrita conocida fue creada en China cerca del año 500 A. C. (Zu, 1974). El vocablo proviene del griego *strategos*; de *stratos*, ejército y *agein*, comandar.

En la Hélade, Jenofonte y Tucídides; y en Roma, Plutarco, Polibio y Tito Livio, iniciaron en Occidente una producción intelectual que siguió hasta nuestros días, pasando por *Nicolás Maquiavelo* (“El Príncipe”, escrito en 1513 y publicado en 1532; Maquiavelo, 1975) y Karl Von Clausewitz (“De la Guerra”, escrito entre 1818-1830; Von Clausewitz, 1976).

De otra parte, se aplicó a una rama de la *Investigación Operacional* –la Teoría de los Juegos– desarrollada por John Von Neumann, en los EE.UU., en las décadas de 1920-´40 (Von Neumann & Morgenstern, 1976); y que, según (Brickley, Smith y Zimmerman, 2001), ha estado teniendo creciente aplicación en la toma de decisiones; ejemplo de lo cual es el Premio Nobel en Economía de 1974, otorgado a Johan Harsanyi, John Nash y Richard Selten, por sus aportes a la teoría de los juegos no – cooperativos.

Todos los sistemas organizacionales tienen una estrategia. En parte de los casos, esta puede inferirse de las decisiones que han estado tomando sus autoridades. Esa estrategia emergente, suele ser adaptativa, reactiva, y basada en el ensayo – error e improvisación. En otra parte de los casos, la estrategia es diseñada, lo cual da la posibilidad (que no siempre se hace realidad) de resultar más proactiva.

Una estrategia diseñada se formaliza en un documento. Pero una estrategia no es un documento, sino un conjunto de decisiones relacionadas y coherentes sobre las áreas de resultados clave de una entidad, para orientar sus acciones, alianzas e inversiones, al logro de metas a mediano y largo plazos, en condiciones de competencia (en particular, por recursos), aprovechando

potencialidades (= oportunidades en el entorno y fortalezas del sistema organizacional) y eliminando (al menos, mitigando) barreras (= amenazas en el entorno y debilidades del sistema organizacional).

Las áreas de resultados clave son los resultados y procesos los cuales, en un momento dado, tórnanse decisivos para el funcionamiento de un sistema organizacional.

Por su parte, las decisiones estratégicas deben ser un conjunto pequeño, pero significativo:

- Conciernen a la entidad en su conjunto, y se orientan a su relación con su entorno (mediante “alianzas” estratégicas) e integración interna, por lo que requieren un enfoque sistémico.
- Causan cambios cualitativos en la entidad, cuyos efectos suelen ser poco perceptibles a corto plazo, pero resultan determinantes a mediano y largo plazos.
- Son riesgosas, por su relativa complejidad e irreversibilidad, en condiciones de incertidumbre.
- Sirven de punto de partida y base para tomar muchas decisiones tácticas y operacionales, así como a fin de relacionar las acciones e inversiones de recursos fundamentales, tanto actuales, como perspectivas, de la entidad.

Ejemplo: las AP deben estar al servicio de la ciudadanía, satisfacer sus demandas, expectativas e intereses legítimos, así como lograr su confianza, con (en orden alfabético): efectividad (capacidad de los gobernantes, de satisfacer las necesidades de los gobernados, asociadas con su obediencia a los primeros), eficacia (capacidad de lograr sus objetivos), eficiencia (relación entre resultados alcanzados / recursos invertidos), equidad, justicia social, legalidad, moralidad, procedimientos expeditos, respeto y promoción de la dignidad humana y pluralidad, responsabilidad, así como transparencia.

Esa última –la transparencia– es una de las condiciones necesarias (aunque no suficiente) para el proceso de participación política, como una de las premisas –a su vez– de la legitimidad, entendida como la cualidad del poder legítimo: aquel del gobernante que logra obediencia de modo formalizado e institucionalizado, sin necesidad de apelar de inicio a la coerción, pues los gobernados obedecen a los gobernantes, porque comparten valores (normas morales y políticas) que promueven el consenso e integración, y solucionan o al menos mitigan los conflictos.

Las decisiones y acciones estratégicas deben estar en función de los intereses de toda la ciudadanía, pero pueden ser afectadas por (en orden alfabético): burocratismo, centralización excesiva, clientelismo político, conservadurismo y resistencias al cambio, corrupción, demoras

e inercias injustificadas, imitación o imposición de modelos externos descontextualizados, e improvisaciones.

Para eliminar o al menos mitigar esos riesgos, su preparación, adopción, ejecución y control, no debe ser una labor exclusiva de gobernantes, funcionarios, expertos y algunas personas con intereses particulares; sino un proceso de cambio, mejora e innovación continuas, basado en el aprendizaje (de, tanto los fracasos, como las buenas y mejores prácticas, de otros países o territorios, inclusive), que realicen las AP en sus diversos niveles y sectores; con participación en su elaboración, implantación, monitoreo y evaluación, de la ciudadanía, las organizaciones políticas, científicas y profesionales, los centros de la enseñanza superior e investigación científica, representantes de las empresas, y demás actores de la sociedad civil; facilitándoles acceso a información pública objetiva, pertinente, relevante, actualizada y comprensible; sin perjuicio de proteger datos de seguridad pública, o privados de carácter personal.

En síntesis: gobernar para, y con, la ciudadanía y demás actores de la sociedad civil; en aras de que las políticas y los servicios públicos, mejorados de modo continuo, contribuyan a elevar la calidad de vida, dignidad humana, diversidad cultural, y prosperidad e inclusión de las personas; así como el amparo del entorno natural y desarrollo económico.

En tal proceso participativo, los ciudadanos (y, por extensión, los demás actores de la sociedad civil), en sus relaciones con las AP, deben actuar con (en orden alfabético): buena fe, colaboración, lealtad, respeto, responsabilidad y veracidad (CLAD, 2013: Capítulo IV).

El DERMAP puede tener como contenido:

- Diagnóstico de las AP, con sus antecedentes y estado actual, considerando su entorno mundial, regional y nacional; sus procesos, estructura organizativa, y recursos humanos, materiales, espacio físico, financieros e informativos; así como las demandas, expectativas, confianza y satisfacción, de la ciudadanía y demás actores sociales, respecto a las AP.
- Pronóstico por escenarios de las probables tendencias de desarrollo (Aguirre, 2007).
- Misión: su razón de ser – La de proveer servicios públicos que contribuyan a una sociedad más atractiva, democrática, dinámica, próspera y sostenible, mediante su crecimiento económico (no solo aumento en la producción de bienes y servicios, sino también de su consumo), mejora en la calidad de vida, reducción de la exclusión e inequidades sociales, y preservación de la naturaleza; y todo ello, con apego a la ley.

- Visión de futuro hasta un año determinado (al menos un trienio), que coincida con algún acontecimiento significativo.
- Metas cuyo logro permitiría materializar esa Visión – que pueden tener como referente mundial los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) o Agenda 2030 (ONU, 2015); con sus respectivos criterios de medida, como regla cuantitativos.
- Políticas las cuales enmarquen la toma de decisiones y ejecución de acciones para cumplir esas metas.
- Plan de acciones estratégicas mediante una matriz OVAR extendida (Aguirre, 2017), con los programas, proyectos, creación o mejora de un ecosistema de innovación y demás acciones de orden jurídico, económico, comunicacional, social, político u organizativo; cuyo cumplimiento permitiría la consecución de la Misión, Visión, las metas y sus criterios de medida; incluyendo el control de su ejecución, para evaluar esta y el DERMAP en su conjunto, y hacer eventuales ajustes.

Un insumo para elaborar el DERMAP es el conjunto de documentos doctrinarios elaborados por el Consejo Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD), organismo intergubernamental creado en 1972, con 23 Estados miembros, incluyendo Angola (que se afilió en 2020 y está representado por el Ministerio de la Administración Pública, Trabajo e Seguridad Social + Escuela Nacional de Administración e Políticas Públicas) y Cuba (la cual se había incorporado en 1991 y está representada por el Ministerio de Educación Superior); que fueron aprobados por sus integrantes en las Cumbres Iberoamericanas y / o Conferencias Iberoamericanas de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado; cada uno de los cuales con recomendaciones concretas para el DERMAP; que cada Estado debe asumir, adecuándolas a su singularidad:

- Carta Iberoamericana de la Función Pública (Bolivia, 2003).
- Código Iberoamericano de Buen Gobierno (Uruguay, 2006).
- Carta Iberoamericana de Gobierno Electrónico (Chile, 2007).
- Carta Iberoamericana de Calidad en la Gestión Pública (El Salvador, 2008).
- Carta Iberoamericana de Participación Ciudadana en la Gestión Pública (Portugal, 2009).
- Carta Iberoamericana de Derechos y Deberes del Ciudadano en relación con la Administración Pública (Panamá, 2013).

- Carta Iberoamericana de Gobierno Abierto (Colombia, 2016).
- Guía Referencial Iberoamericana de Competencias Laborales en el Sector Público (Colombia, 2016).
- Carta Iberoamericana de Ética e Integridad en la Función Pública (Guatemala, 2018).
- Carta Iberoamericana de Innovación en la Gestión Pública (Andorra, 2020).

El CLAD, además, elaboró, la propuesta de la Carta Iberoamericana de Inteligencia Artificial en la Administración Pública (2023), su ideario de “Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI” (2010), así como auspició los Simposio sobre innovación pública, de los cuales resultaron las Declaraciones de Madrid (España, 2022) y Lisboa (Portugal, 2023).

Otras fuentes para elaborar el DERMAP son (Walter y Pando, 2014; Gómez, 2016; Aguilar, 2018).

Todo ello tiene implicaciones en la capacitación de los directivos y el funcionariado de las AP, tanto en los niveles nacional y subnacionales, como sectoriales, para el desarrollo de “Competencias laborales en el sector público” (CLAD, 2018), a fin de administrar estratégicamente, tener orientación a objetivos, resultados, eficiencia, calidad y comunicación con (no monólogo hacia) la ciudadanía y demás actores de la sociedad civil, incluyendo la rendición de cuentas a esta; e innovar creativamente políticas, servicios, procesos y estructuras; aplicando, en aras de lo antedicho, las tecnologías de información y comunicaciones (TIC).

Sobre diseño de competencias laborales, puede consultarse (Aguirre, 2014 – c y Moreno, 2014). Y para el desarrollo de competencias en diseño estratégico, debe asumirse una metodología, que se recomienda sea la de la escuela francesa de prospectiva, elaborada desde 1957 por el filósofo Gaston Berger, cuya premisa es que al futuro, más que preverlo, hay que construirlo con eficacia y racionalidad, sobre la base de la investigación – acción de las tendencias evolutivas. Como dijo su compatriota y también filósofo Maurice Blondel: “el futuro no se prevé, sino se construye”. Pero los trabajos de Berger, Blondel y otros, eran omisos de una metodología. Su elaboración fue mérito del Dr. Michel Godet (1949–), quien desde su primera obra, “Crisis de la previsión, ascenso de la prospectiva” (Godet, 1977), fue integrando un conjunto de métodos sobre:

- Antecedentes y diagnóstico (¿En dónde estamos?), como:
 - * Árbol de competencias.
 - * Análisis estructural, mediante una matriz de impactos cruzados y multiplicación

aplicada a una clasificación (MICMAC).

Pero la prospectiva no enfatiza en el pasado, pues dadas las condiciones de turbulencia e incertidumbre, no debe buscarse precedentes, para situaciones sin precedentes.

- Pronóstico (¿A dónde vamos, a qué otros lugares es probable ir, a dónde deseamos ir?):
 - * Análisis morfológico, mediante un programa MORPHOL.
 - * Impactos cruzados probabilísticos, mediante un programa de sistemas y matrices de impactos cruzados (SMIC).
 - * Escenarios, método denominado inicialmente *de* guiones.
- Planeación estratégica (¿Cómo construir un futuro deseable y factible?):
 - * Análisis del juego de actores, mediante una *matriz* de alianzas, conflictos, tácticas, objetivos y recomendaciones (MACTOR).
 - * Multicriterio y Política, mediante un programa MULTIPOL.
 - * Árbol de pertinencia.

Basados en consultas a expertos, mediante métodos como Delphi o Ábaco de Régnier.

El propio Godet aclara que para un estudio prospectivo dado, no han de aplicarse todos esos métodos, sino solo aquellos que le sean apropiados; de ahí, su analogía con una “caja de herramientas”, de la cual son escogidas las que se adecuen.

Además, según (Aguirre, 2007; 2014 – a), hay métodos alternativos que simplifican el proceso, como sustituir el Delphi o Ábaco de Régnier con grupos nominales, construir escenarios, o llenar cualitativa y manualmente la MACTOR.

Sin perjuicio de lo antedicho, la prospectiva estratégica y, en general, las metodologías de planeación (planeamiento, planificación) o dirección estratégica, no son fines en sí, sino solo medios.

Lo más importante no es la sofisticación de los métodos que se apliquen, sino la voluntad e intención de quienes administren o gobiernen; sin la cual, metodologías y métodos degeneran, de instrumentos, en ornamentos (Aguirre, 2014 – a).

Algunas experiencias generales sobre diseño e implantación de las estrategias, según (Aguirre, 2014 – b), son:

- Hay que prevenir, tanto la “parálisis por análisis”, como la “extinción por improvisación”.

- El diseño de la estrategia debe centrar su atención en aprovechar potencialidades (= oportunidades y fortalezas), más que superar barreras (= amenazas y debilidades).
- La estrategia no debe ser dominada por el corto plazo: éxitos momentáneos, no deben hacer perder de vista una orientación duradera, la cual exige confianza, consagración, energía, firmeza y tenacidad.

Errores más frecuentes en la toma de decisiones, en particular aquellas estratégicas (ibid.):

- “Groupthink”: tendencia de un grupo a creer en un ideario (por definición, un repertorio de ideas) o pensamiento único, sin tolerar otros puntos de vista.
- Conservadurismo en las ideas: no cambiar, o variar demasiado lentamente, las ideas propias, ante realidades nuevas.
- Actitud ante la vida: interpretar la información según uno sea pesimista u optimista.
- Selectividad en la información: buscar solo las informaciones acordes con las ideas propias (conclusiones previas, estereotipos, prejuicios; pues es difícil cambiar de mentalidad con la misma mente) y desechar las informaciones discrepantes.
- Inconsistencia en los criterios: doble rasero, no aplicando criterios iguales a casos análogos.
- Percepción selectiva: interpretar las informaciones según los antecedentes y las experiencias, lo cual puede llevar a buscar precedentes, para situaciones sin precedentes.
- Abuso de analogías: creer que lo exitoso en un lugar y momento dados, podrá extrapolarse a otro lugar, o al mismo lugar en otro momento, con otras condiciones.
- Anclaje con la información inicial: dar mayor crédito a las informaciones iniciales que a las siguientes.
- Buscar satisfacción y no racionalidad: aceptar la primera opción satisfactoria que aparezca, sin explorar otros cursos alternativos de acción.
- Pensar solo en los hechos más recientes: tener en cuenta nada más que los últimos acontecimientos ocurridos; sin considerar otros antecedentes, ni tendencias.
- Trabajar solo con la información disponible: no buscar información pertinente y relevante de que no se disponga, contentándose nada más con la ya existente. Pero eso no debe llevar al error siguiente:
- Obsesión por los datos: a más búsqueda de información, mayores esfuerzos y recursos para su acopio, procesamiento e interpretación, y riesgo creciente de “parálisis por

análisis”.

- Efectos regresivos: creer que una tendencia de aumentar o disminuir, seguirá indefinida y no temporalmente.
- Correlaciones espurias: creer que hay nexos entre variables, cuando en verdad no existen. Eso pasa especialmente con la presunción de relaciones causa – efecto entre factores que solo tienen vínculos condicionales (la presencia de uno facilita el otro, pero no lo genera) o casuales (uno precede al otro, pero no es su causa, ni condición favorecedora).
- Subestimación de la incertidumbre: creer que los fenómenos y procesos evolucionan según leyes deterministas o probabilísticas las cuales uno conoce y por eso puede prever cómo se desarrollan aquellos, sin considerar “revoluciones” (saltos cualitativos) en puntos de ruptura e inflexión, ni casualidades.
- Ilusión de control: creer que uno tiene control de las variables externas e internas, cuando en verdad no es así.
- Atribución de fracasos y éxitos: creer que los fracasos son por factores externos y culpas ajenas; y los éxitos, gracias a las competencias y virtudes propias.
- Escalada en el compromiso: creer que si algo no resulta como uno desea, entonces lo único que se debe y puede hacer es invertir más esfuerzos y recursos en seguirlo intentando; sin considerar, entre otras, la posibilidad de que sea una meta no factible.

CONCLUSIONES

Diseñar, implantar y controlar la estrategia de desarrollo en un sistema organizacional dado es la tarea más importante de quienes lo administran.

Todos los sistemas organizacionales tienen una estrategia, *emergente*, o *diseñada*; pero, en cualquier caso, es un conjunto de decisiones relacionadas y coherentes sobre sus áreas de resultados clave.

En el caso de las administraciones públicas (AP), para satisfacer las demandas, expectativas e intereses legítimos de la ciudadanía y lograr su confianza, deben lograr efectividad, eficacia, eficiencia, equidad, justicia social, legalidad, moralidad, procedimientos expeditos, respeto y promoción de la dignidad humana y pluralidad, responsabilidad, así como transparencia.

A tal fin, es necesaria la participación de la ciudadanía, centros de la educación superior e investigación y demás actores de la sociedad civil, eliminar o al menos mitigar riesgos y, entre

otras acciones, diseñar una estrategia para una reforma en aras de su modernización.

Esa estrategia puede tener como contenido un diagnóstico, pronóstico por escenarios, Misión, Visión, metas, políticas y plan de acciones estratégicas; para cuya elaboración pueden aprovecharse documentos del CLAD y autores académicos.

Lo antedicho tiene implicaciones en la capacitación de directivos y el funcionariado de las AP, desarrollándoles competencias profesionales, con una metodología conveniente, como la de la Prospectiva estratégica; considerando, tanto experiencias sobre diseño e implantación de las estrategias, como errores a prevenir.

Recomendaciones:

Evaluar la factibilidad de diseñar, impartir y evaluar el impacto de un entrenamiento en directivos y funcionariado de AP, con una estrategia pedagógica de “aprender haciendo”, acorde con la cual, en la medida que aprenden cómo hacer el diseño estratégico, lo elaboran.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguilar, T.; editora (2018). La planificación y la prospectiva, hoy: innovaciones para el fortalecimiento de la capacidad de gobernar y para la toma de decisiones, La Paz (Bolivia): Gestión 2018. Recuperado de: <https://cebem.org/?p=6175>

Aguirre, E. (2007, Junio). ¿Cómo hacer un pronóstico por escenarios?, *Cuestión 48*, 12-21, México D. F.: FNAMECCP.

_____ (2014 – a). Se debe pensar global y estratégicamente, pero ¿cómo hacerlo?, en *Pensamiento Global Estratégico; un entorno administrativo, contable, empresarial y tributario*, Universidad de Guanajuato (México), 19-37.

_____ (2014 – b). *Sobre la planificación estratégica*, La Habana (Cuba): Ministerio de Educación Superior (MES). Dirección de Capacitación de Cuadros y Estudios de Dirección (DCCED).

_____ (2014 – c, Octubre – diciembre). ¿Qué son competencias laborales, perfil de competencias y administración de la fuerza de trabajo con orientación a competencias?, *Folleto gerenciales 18 (4)*, on line. La Habana (Cuba): MES. DCCED.

_____ (2017, Enero – marzo). Matriz OVAR Extendida para mejorar la planificación, *Folleto gerenciales 21 (1)*, on line. La Habana (Cuba): Ministerio de Educación Superior. Dirección de Capacitación de Cuadros y Estudios de Dirección.

Brickley, J.; Smith, C. y Zimmermann, J. (2001, Julio – Agosto). La Teoría del Juego en la estrategia empresarial, *Harvard – Deusto Business Review* 103, 38–51.

CLAD: Consejo Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (2003). Carta Iberoamericana de la Función Pública. Aprobada por la Vª Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado, en Santa Cruz de la Sierra (Bolivia), 26-27/06/2003. Respaldada por la XIIIª Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, mediante Resolución Nº 11 de la “Declaración de Santa Cruz de la Sierra”, Bolivia, 14-15/11/2003.

(Este y los 14 documentos del CLAD siguientes, están disponibles en el sitio web de la organización, <https://clad.org>).

_____(2006, Junio 23). *Código Iberoamericano de Buen Gobierno*, Montevideo (Uruguay): CLAD.

_____(2007). *Carta Iberoamericana de Gobierno Electrónico*. Aprobada por la IXª Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado,

Pucón (Chile), 31/05-1º/06 de 2007. Adoptada por la XVIIª Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, Santiago de Chile, 10/11/2007, mediante la Resolución Nº 18 de la *Declaración de Santiago*.

_____(2008). *Carta Iberoamericana de Calidad en la Gestión Pública*. Aprobada por la Xª Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado, San Salvador (El Salvador), 26-27/06/2008. Adoptada por la XVIIIª Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, San Salvador (El Salvador), 29-31/10/2008, mediante la Resolución Nº 25 del “Plan de Acción de San Salvador”.

_____(2009). *Carta Iberoamericana de Participación Ciudadana en la Gestión Pública*. Aprobada por la XIª Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado, Lisboa (Portugal), 25-26/06/2009. Adoptada por la XIXª Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, Estoril (Portugal), 30/11-1º/12 de 2009, mediante la Resolución Nº 38 del “Plan de Acción de Lisboa”.

_____(2010). *Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI*. Aprobado en la XLª Reunión Ordinaria del Consejo Directivo del CLAD, Santo Domingo (República Dominicana), 08-09/11/2010.

____(2013). *Carta Iberoamericana de Derechos y Deberes del Ciudadano en relación con la Administración Pública*. Aprobada por el Consejo Directivo del CLAD, Caracas (Venezuela), 10/10/2013, en cumplimiento del mandato de la XVª Conferencia Iberoamericana de Ministras y Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado, Ciudad de Panamá (Panamá), 27-28/06/2013. Adoptada por la XXIIIª Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, Ciudad de Panamá (Panamá), 18- 19/10/2013.

____(2016). *Carta Iberoamericana de Gobierno Abierto*. Aprobada por la XVIIª Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado, Bogotá (Colombia), 07-08/07/2016. Adoptada por la XXVª Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, Cartagena de Indias (Colombia), 28-29/10/2016.

____(2016). *Guía Referencial Iberoamericana de Competencias Laborales en el Sector Público*. Aprobada por la XVIIª Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado, Bogotá (Colombia), 07-08/07/2016.

____(2018). *Carta Iberoamericana de Ética e Integridad en la Función Pública*. Aprobada por la XVIIIª Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado, Antigua (Guatemala), 26-27/07/2018.

_____(2018). *Competencias laborales en el sector público*, México D. F.: Escuela Iberoamericana de Administración y Políticas Públicas (EIAPP).

____(2020). *Carta Iberoamericana de Innovación en la Gestión Pública*. Aprobada por la XIXª Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado, Andorra, 08/10/2020.

_____(2022, Octubre 6). *Declaración de Madrid sobre innovación pública*. Aprobada en el Simposio sobre innovación pública en Madrid (España), 05-06/10/2022.

_____(2023, Mayo 30). *Declaración de Lisboa sobre innovación pública*. Aprobada en el IIº Simposio sobre innovación pública en Lisboa (Portugal), 29-30/05/2023.

_____(2023). *Carta Iberoamericana de Inteligencia Artificial en la Administración Pública*.
Godet, M. (1977) *Crise de la prévision, essor de la prospective*. Paris: Presses Universitaires de France.

Gómez, C.; compilador (2016). *De la administración pública tradicional, a la nueva gestión pública: evolución, conceptos y desafíos*. McGraw – Hill Education. Recuperado de:
<https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Gomez-Diaz-De->

[Leon/publication/313794315_De_la_Administracion_Publica_Tradicional_a_la_Nueva_Gestion_Publica_Evolucion_conceptos_y_desafios/links/58a6107aaca27206d99ebb54/De-la-Administracion-Publica-Tradicional-a-la-Nueva-Gestion-Publica-Evolucion-conceptos-y-desafios.pdf](#)

Maquiavelo, N. (1975). *El Príncipe*, La Habana (Cuba): Pueblo y Educación.

Moreno, C. (2014). Las competencias laborales como eje fundamental de la profesionalización de los servidores públicos en Iberoamérica, México D. F.: CLAD.

ONU: Organización de las Naciones Unidas (2015). *Objetivos de desarrollo sostenible*, New York (USA): ONU. Recuperado de: www.un.org/sustainabledevelopment/es

Von Clausewitz, K. (1976). *On War*, Princeton (Mass., USA): Princeton University Press.

Von Neumann, J. & Morgenstern, O. (1976). *Theory of Games and Economic Behaviour*, Princeton (Mass., USA): Princeton University Press.

Walter, J. + Pando, D.; compiladores (2014). *Planificación estratégica: nuevos desafíos y enfoques en el ámbito público*, Buenos Aires (Argentina): SAAP – CERALE. Recuperado de: <https://repositorio.udes.edu.ar/jspui/handle/10908/2751>

Zu, S. (1974). *El arte de la guerra*, Caracas (Venezuela): Fundamentos.

Estratégias para a Mitigação dos Efeitos das Variações Cambiais – O Caso de Angola**Strategies to Be Taken To Contain the Harmful Effects of Exchange Changes - The Case of Angola****Las Estrategias a Tomar para Contener los Efectos Nocivos de los Cambios Cambiarios - el Caso de Angola****Autores:** Elias António Rafael Sumbo

Universidade Independente de Angola

Correio: eliasdossantosrafael@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7358-6492>

Osvaldo Coelho Gomes

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia

Correio: osvaldocoelhodr16@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7895-6536>**Artigo original****RESUMO**

A volatilidade cambial tem sido uma preocupação para economias emergentes, cujas flutuações monetárias impactam directamente o poder de compra da população. O objectivo geral desta pesquisa consistiu em analisar as principais políticas e estratégias que podem ser efectivadas por Angola para fazer face aos efeitos perniciosos das variações cambiais. O artigo oferece um contributo significativo para a formulação de políticas económicas que não apenas visam estabilizar a economia no curto prazo, mas buscam garantir a sustentabilidade económica a longo prazo, ao enfrentar a volatilidade cambial. No âmbito metodológico, o estudo desenrolou-se a partir de análises bibliográficas e documentais materializadas a partir da pesquisa descritiva. Embora a economia angolana dependa sobejamente do petróleo, há um potencial significativo em sectores como a agricultura e manufactura, que, podem reduzir a vulnerabilidade às oscilações cambiais. O uso estratégico das reservas internacionais, pode proporcionar uma protecção adicional contra crises cambiais por ajudar e estabilizar a moeda.

Palavras-chave: Competitividade; Diversificação económica; Estabilidade monetária.

ABSTRACT

Exchange rate volatility has been a concern for emerging economies, whose currency fluctuations directly impact the population's purchasing power. The general objective of this research was to analyze the main strategic policies that can be implemented by Angola to face the harmful effects of exchange rate variations. The article offers a significant contribution to the formulation of economic policies that not only aim to stabilize the economy in the short term, but seek to ensure long-term economic sustainability by addressing exchange rate volatility. In the methodological scope, the study was carried out based on bibliographic and documentary analyzes aimed at the descriptive model. Although the Angolan economy depends on oil, there is significant potential in sectors such as agriculture and manufacturing, which can reduce vulnerability to exchange rate fluctuations. The strategic use of international reserves can provide additional protection against currency crises by helping and stabilizing the currency.

Keywords: Competitiveness; Economic diversification; Monetary stability.

RESUMEN

La volatilidad del tipo de cambio ha sido una preocupación para las economías emergentes, cuyas fluctuaciones monetarias impactan directamente el poder adquisitivo de la población. El objetivo general de esta investigación fue analizar las principales políticas estratégicas que puede implementar Angola para enfrentar los efectos nocivos de las variaciones del tipo de cambio. El artículo ofrece una contribución significativa a la formulación de políticas económicas que no sólo apuntan a estabilizar la economía en el corto plazo, sino que buscan asegurar la sostenibilidad económica a largo plazo abordando la volatilidad del tipo de cambio. En el ámbito metodológico, el estudio se realizó a partir de análisis bibliográficos y documentales orientados al modelo descriptivo. Aunque la economía angoleña depende del petróleo, existe un potencial significativo en sectores como la agricultura y la manufactura, que pueden reducir la vulnerabilidad a las fluctuaciones del tipo de cambio. El uso estratégico de las reservas internacionales puede proporcionar protección adicional contra las crisis monetarias al ayudar y estabilizar la moneda.

Palabras clave: Competitividad; Diversificación económica, Estabilidad monetaria.

INTRODUÇÃO

A volatilidade cambial é uma preocupação central para as economias em desenvolvimento ao redor do mundo, por impactar significativamente a estabilidade económica, o poder de compra da população e o comércio internacional. A flutuação nas taxas de câmbio pode ser atribuída a uma variedade de factores, que inclui crises económicas globais, políticas monetárias divergentes entre as principais economias, mudanças nas condições do mercado de *commodities* e tensões geopolíticas. Estabelecer estratégias eficazes para mitigar os impactos negativos das variações cambiais é imperioso, num contexto económico e financeiro que envolve as flutuações monetárias, incluindo os efeitos sobre as empresas, consumidores e a economia como um todo.

Para economias como a de Angola, onde a dependência do sector petrolífero ainda desempenha um papel crucial, enfrentar essa volatilidade que constitui uma tarefa desafiadora para os tomadores de decisão.

Nos últimos anos, economias africanas como a da Zâmbia e o Botswana têm se destacado no uso de estratégias das reservas internacionais e na expansão da produção nacional como instrumentos para mitigar os impactos perniciosos das variações cambiais. A Zâmbia, por exemplo, conseguiu usar suas reservas internacionais para estabilizar a moeda e controlar a inflação em períodos de alta volatilidade. Do mesmo modo, o Botswana tem utilizado um modelo de diversificação económica para fortalecer sectores como agricultura e manufactura e para reduzir sua vulnerabilidade às oscilações cambiais.

Angola, com sua economia predominantemente dependente do petróleo, enfrenta desafios semelhantes àqueles enfrentados pela Zâmbia e o Botswana. A experiência dessas nações oferece uma lição valiosa sobre como usar a diversificação da produção nacional e as reservas internacionais para melhorar a resiliência económica e controlar a volatilidade cambial. Dados recentes do FMI e do Banco Mundial mostram que a diversificação económica e o uso eficaz das reservas internacionais foram fundamentais para a estabilização económica desses países.

O estudo foi desenvolvido com o objectivo principal de analisar as principais políticas estratégias que podem ser efectivadas por Angola para fazer face aos efeitos perniciosos das variações cambiais. Ao utilizar exemplos de outras nações africanas, e dados financeiros recentes, é de interesse da pesquisa comprovar se as reservas internacionais e o aumento da produção nacional podem ser usadas como estratégias para mitigar os efeitos negativos das variações cambiais no contexto político-económico de Angola. A análise dos dados do FMI e

do Banco Mundial, publicados entre 2022/2023, será fundamental para entender melhor as inter-relações entre produção nacional, gestão de reservas e volatilidade cambial e fornecer recomendações práticas para políticas económicas futuras em Angola.

Câmbio e variações cambiais

Para a melhor compreensão sobre o cerne da variação cambial, torna-se necessário voltar à história e identificar a origem do câmbio. Etimologicamente a palavra câmbio vem do latim *cambiare* que significa *troca*. Na economia, câmbio é a relação de troca entre duas moedas de países diferentes, este processo de troca adaptou-se e moldou-se a evolução e integração comercial global.

O câmbio é a relação monetária que reflecte as alterações de valor entre diferentes moedas e impacta directamente as economias nacionais (Costa, 2021).

A importância do câmbio vincula-se tanto à esfera produtiva quanto à financeira. De um lado, as relações comerciais - importações e exportações - e o nível de preços, em regimes de câmbio administrado, respondem às oscilações cambiais. De outro, a própria moeda é um activo financeiro que compõe o portfólio de investimento dos agentes económicos (Costa, 2021).

O conceito de taxa de câmbio está relacionado a um determinado preço de uma moeda, que pode ser analisada de forma nominal ou real em uma determinada economia e a estrutura de preços relativos em relação a outra moeda (Ribeiro, 2022).

A taxa de câmbio configura a comparação entre duas moedas e demonstra a quantidade necessária de uma moeda para adquirir outra moeda, o câmbio permite comparar estruturas de preços relativos de espaços monetários diferentes (Rossi, 2016).

Rossi (2016) e Ribeiro (2022) concordam que a variação na taxa de câmbio é a alteração do preço de uma moeda medida em relação a outra, se referem as flutuações nas taxas de câmbio entre duas moedas, que impacta directamente nos ganhos de sectores económicos, classes sociais, estrutura produtiva e na distribuição de renda.

A amplitude do câmbio afecta directamente várias vertentes na economia, tem na sua formação a relação entre o preço da moeda e a base como referência na formação dos preços de bens, serviços e preços financeiros (Rossi, 2016).

Operações de câmbio são conhecidas como sendo a troca de moeda de um país pela moeda de outro país. De acordo com o Banco Nacional, em Angola, a regulamentação do mercado de

câmbio ocorre pelo Conselho Supervisor do Sistema Financeiro e pelo Banco Nacional de Angola (Ndosi, 2019).

Para moldar a permitir e melhor disciplinar as operações cambiais, bem como estabelecer um quadro jurídico-legal básico, e uma regulamentação do comércio de câmbios que tenha em conta os legítimos interesses do Estado, e das demais entidades económicas, a república de Angola adoptou a Lei n° 5/97, de 27 de Junho.

As trocas de moeda não podem ser feitas por qualquer instituição, mas apenas em instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio pelo Banco Nacional de Angola, quando isso não acontece, tem-se as operações conhecidas como operações ilegais (Ndosi, 2019).

Regimes cambiais

A relação de troca de moedas entre países diferentes determina a taxa de câmbio que é a relação quantitativa de troca, o quanto é necessário em moeda nacional para comprar a moeda de outro país e será regida pelo regime de câmbio adoptado; existem vários regimes de câmbio no mundo, porém os três mais utilizados são: Regime de câmbio fixo, regime de câmbio flutuante e regime de câmbio intermediário (Cunha, *et al.*, 2022).

No regime de câmbio fixo, o governo por meio do Banco Central actua de forma a manter uma taxa de câmbio determinada sem variações em relação a uma moeda de outro país, com base em suas reservas internacionais este controlo é de responsabilidade das autoridades monetárias (Cardim, 2000 *apud* Cunha, *et al.*, 2022).

A utilização de um regime fixo tem como vantagem um melhor controlo da inflação, uma vez que se determina o valor, a desvantagem é que uma valorização excessiva da moeda interna afecta directamente as exportações o que irá afectar a competitividade do mercado interno e a balança comercial (Cardim, 2000 *apud* Cunha, *et al.*, 2022).

No câmbio flutuante, ao contrário do câmbio fixo, não existe nenhum tipo de intervenção do Banco Central para controlo da moeda, a taxa de câmbio é determinada pelas regras de mercado que segue a lei da oferta e da demanda da moeda (Gremaud, Vasconcelos & Junior, 2009 *apud* Cunha, *et al.*, 2022).

A utilização de um regime de câmbio flexível ou flutuante tem como vantagem a regulação da taxa de câmbio pelo próprio mercado, desta forma não apresenta impactos violentos na economia. Já a desvantagem, caso haja uma valorização excessiva da moeda externa irá gerar inflação, em contrapartida uma desvalorização que afecta a competitividade e reduz as

exportações frente a valorização da moeda nacional (Gremaud, Vasconcelos & Junior, 2009 *apud* Cunha, *et al.*, 2022).

O regime de câmbio intermediário trata-se de um regime cambial onde o Banco Central intervém através de política monetária para controlar o impacto das variações intensas da moeda local perante a moeda de outro país, age directamente na compra e venda da moeda externa a fim de atingir o equilíbrio desejado na taxa de câmbio para controlo do mercado interno, definitivamente utiliza-se do meio termo entre o câmbio fixo e o câmbio flexível de forma que o Banco Central ajusta a taxa conforme a necessidade de equilíbrio na da política monetária (Cunha, *et al.*, 2022).

Actualmente vigora em Angola o regime cambial flutuante, onde as taxas de câmbio das mais variadas moedas estrangeiras são determinadas pelas variáveis da procura e da oferta dentro de um intervalo determinado, com uma taxa de câmbio mínima e máxima, também conhecida como banda cambial (BNA, 2017). Por muito tempo o mercado de câmbio angolano foi movido por um regime cambial fixo, sendo o Banco Nacional de Angola que estipulava a taxa de câmbio. Mas esta medida deveu-se a quantidade excessiva de reservas em moeda estrangeira que o país tinha. Actualmente existe escassez de divisas.

É importante salientar que os regimes cambiais vão de encontro as regras específicas e de mercados específicos, o regime cambial impacta directamente na taxa de câmbio e na economia, cada país estabelece qual regime é melhor para sua economia monetária, local e para suas relações comerciais e financeiras externas.

Instrumentos da política cambial

O ponto de partida para essa discussão é o denominado trilema. Usualmente, é representado por um triângulo, o qual alude a três objectivos tipicamente desejáveis pelos *policymakers*², mas contraditórios: estabilizar a taxa de câmbio; aproveitar a mobilidade livre dos capitais internacionais e adoptar políticas monetárias orientadas para objectivos domésticos.

Para Barbosa (2017, p.109), os objectivos seriam desejáveis sob os seguintes aspectos: “a estabilidade da moeda garante maior previsibilidade para as relações contractuais de comércio exterior e reduz o risco de realização de investimento estrangeiro no país (ausência de risco cambial); a livre mobilidade de capitais permitiria a melhor alocação da poupança em nível global; e a autonomia da gestão monetária permite que os países utilizem os instrumentos

² No âmbito político, os *policymakers* são pessoas responsáveis por criar e participar na elaboração de planos de acção com base em dados académicos.

monetários (taxa de juros ou agregados monetários) para estabilização do nível de preços e estímulo ao crescimento económico”.

Nos últimos anos, é notável que os mercados financeiros estão a ficar cada vez mais integrados internacionalmente, o que reduz, supostamente, o grau de liberdade que os países têm de escolher/gerir as variáveis que garantem certa estabilidade para a taxa de câmbio ou mesmo certa independência da política monetária (Frazão, 2020).

No entanto, em oposição, Barbosa (2017, p.110) alega que “não há nada, em teoria, que impossibilita um país de ter uma política de câmbio administrada, na qual em parte a demanda pela moeda é esterilizada (compra ou venda de divisas sem que ocorra alteração do estoque de moeda nem da taxa de juros) e em outra parte é refletida no valor do câmbio”.

Priorizam-se três tipos de acções que fundamentam os instrumentos da política cambial, onde duas destas são implementadas pela autoridade monetária. A outra demanda a coordenação do Banco Central com as demais instituições responsáveis pela política económica, a fim de implementar-se uma orientação de longo prazo para a economia (que passa pela definição de uma taxa real de câmbio competitiva) (Barbosa, 2017):

- 🔊 Intervenções cambiais;
- 🔊 Controlo de Capitais;
- 🔊 Política de coordenação macroeconómica.

As intervenções cambiais são o mecanismo pelo qual o BC consegue manter uma taxa de câmbio relativamente desvalorizada, sem, no entanto, abrir mão da política monetária. As intervenções podem ser utilizadas para manejar o câmbio pelo controlo directo e total sobre a variação das reservas externas. Porém, a utilização desse instrumento é limitada, seja por questões de déficit na balança de pagamentos, seja pelos custos da esterilização (Barbosa, 2017).

Além de intervenções cambiais, a adopção de medidas de controlo de capital pode também influenciar a dinâmica do câmbio. O controlo de capitais pode evitar a apreciação cambial e impedir a valorização excessiva da taxa de câmbio, assim, contribui para melhorar o perfil da dívida pública. Haveria, assim, espaço para cortes na taxa de juros, os quais poderiam diminuir também as pressões de apreciação cambial (Barbosa, 2017).

Países que queiram adoptar uma estratégia de taxa real de câmbio competitiva, precisam coordenar a política cambial, fiscal, monetária e de renda para assegurar que os preços dos bens não transaccionáveis e dos salários não se elevem a ponto de desestimular a expansão do sector de bens transaccionáveis (Barbosa, 2017).

Factores internos e externos que afectam o câmbio

Há inúmeros factores que influenciam no preço do câmbio actualmente, essas constantes oscilações nessas variáveis afectam directamente as forças de oferta e demanda e consequentemente o seu valor, o que torna o assunto complexo de ser explicado. Por se tratar de uma economia globalizada e em desenvolvimento, Angola tem sofrido ao longo dos anos com esses factores.

Teoricamente, numa economia globalizada, as forças mundiais de mercado têm precedência sobre a situação económica nacional, já que o valor real das principais variáveis económicas (produção, preços, salários e taxa de juros) reage a competição global (Rossi, 2016).

Tanto como factores externos quanto os internos, afectam directamente o câmbio e ambos são morosos de serem revertidos devido às peculiaridades das políticas nacionais e também dos acontecimentos externos dos quais não são previstos e não podem ser controlados directamente.

Um item que é considerado de grande influência para a variação da taxa de câmbio é o *diferencial de juros*, constitui-se da taxa básica de juros de um país A menos a taxa básica de juros internacional (Girardi, 2016).

Outro factor preponderante que contribui para a oscilação da moeda é o saldo das contas externas, que funciona como um forte indicador da relação financeira do país com o resto do mundo, e compõe a chamada Balança de Pagamentos, que actua como um instrumento de relação contábil e incorpora as descrições das relações comerciais com o mundo (Girardi, 2016).

Uma variável que acaba por ter forte influência na formação da taxa de câmbio é a *dívida pública do governo*, quanto maior o risco de se investir, menos capital estrangeiro entra no país, o que causa uma diminuição na oferta monetária de moeda estrangeira e consequentemente a desvalorização da moeda local (Ribeiro, 2022).

Os preços de energia e outras matérias-primas constituem um outro elemento que afecta directamente o preço do câmbio num País. Se a economia de um País não é diversificada e depende principalmente da exportação de matérias-primas, então, caso o preço mundial de mercadorias cair (petróleo, gás, ouro, etc...), a taxa de câmbio nacional também cairá (Ribeiro, 2022).

As taxas cambiais podem e são afectadas por situações políticas e naturais em vários países, guerras, cataclismos. Mais frequentemente, notícias inesperadas fundamentais levam ao pânico

em massa e, consequentemente, a fortes flutuações cambiais, que se estabilizam, eventualmente, em novos níveis (Ribeiro, 2022).

Em vista dos argumentos supracitados, pode-se perceber que as expectativas dos agentes económicos influenciam fortemente na formação da taxa cambial angolana; devido ao facto do país não ter uma moeda forte, fica difícil manter uma paridade com a moeda estrangeira aceitável, tanto para exportadores quanto para importadores. Todos esses elementos mencionados esclarecem que a taxa de câmbio angolana é um indicador com pouca previsibilidade, que sofre constantemente por ter variáveis exógenas e endógenas a exercerem força sobre ela.

Os efeitos das variações cambiais

As variações cambiais podem afectar os preços de exportação e os preços domésticos, dessa forma, afecta directamente a competitividade de produtos para a exportação e o volume exportado (Souza, 2018).

As variações cambiais têm efeitos negativos a curto e longo prazo em mercados que estão em via de desenvolvimento. Ao abordar sobre os impactos perniciosos das variações cambiais, destacam-se os seguintes (Fonseca, 2013):

O conceito de Inflação - ocorre quando o valor nominal da moeda sofre alterações no valor real, como resultado, diminui-se significativamente o poder aquisitivo pelo aumento considerável dos preços no mercado local.

A contracção da base monetária - é uma actividade económica que consiste na elaboração de um conjunto de medidas e políticas de natureza financeira com a finalidade de elevar a taxa de juro, o que produz menos oferta da moeda local.

A desvalorização da moeda nacional - é um processo financeiro que se debruça na redução do valor de uma moeda em relação a outra, dado que determina a diminuição da capacidade de compra, tanto em relação a outras moedas em comunhão aos bens e serviços oferecidos no mercado.

A retracção nas importações - é uma actividade mercadológica que consiste na desaceleração de aquisição de bens/serviços provenientes de mercados externos para fazer face as vulnerabilidades do mercado interno.

A retracção nas exportações - é uma actividade mercadológica que consiste na desaceleração das redes de escoamento de bens/serviços excedentes da produção nacional para o exterior.

As variações da taxa de câmbio podem resultar em ganhos comerciais ou perdas, que podem ser atribuídas como um risco frente a grande instabilidade económica (câmbio flutuante, fluxo de capitais) (Souza, 2018).

As estratégias de contenção dos efeitos das variações cambiais

O hedge e derivados podem ser utilizados como estratégias defensivas. O hedge é uma estratégia de investimento defensiva que visa mitigar o risco proveniente da variação de preços e taxas, em posições assumidas ou futuras, através da compensação dos resultados produzidos pelos instrumentos financeiros utilizados na protecção (Souza B. M., 2022).

É conveniente que os estados que estão expostos às variações cambiais busquem acompanhar o mercado e estabeleçam estratégias para a sua protecção, mediante o emprego de estratégias de hedge, para evitar grandes prejuízos.

As operações de hedge são comumente realizadas com instrumentos derivativos de alta complexidade e volatilidade como contractos futuros, opções e *sapos*, para que o hedge não acabe tendo grandes efeitos (Souza B. M., 2022). Hedge é uma operação realizada a fim de proteger aquele que a utiliza de possíveis riscos que se tem (Castro & Barboza, 2021).

A política estratégica adoptada por cada país irá auxiliar no controlo do mercado interno a mitigar os efeitos perniciosos que advêm das variações cambiais (Cunha, *et al.*, 2022).

Na tentativa de conter os impactos das variações cambiais nos seus respectivos mercados nacionais, Cunha *et al.* (2022), declaram que os estados optam normalmente por duas estratégias muito conhecidas ao longo da história, que foram utilizadas nesta pesquisa como factores críticos, que são:

- ▲ As reservas internacionais;
- ▲ Intensificação da produção interna.

As reservas internacionais são um activo de liquidez internacional, ou seja, um activo que pode ser facilmente convertido em outras moedas ou utilizado para realizar pagamentos internacionais, pois oferecem um baixo risco de crédito (Cunha, *et al.*, 2022).

As reservas internacionais são importantes para gerir a liquidez internacional de um país. Elas permitem que o governo intervenha no mercado cambial para controlar a taxa de câmbio e evitar flutuações excessivas. Além disso, as reservas podem ser utilizadas para financiar déficits no balanço de pagamentos (Cunha, *et al.*, 2022).

A produção interna refere-se ao processo de fabricação ou criação de bens e serviços em um Estado, ao utilizar-se recursos e mão-de-obra nacional. É o conjunto de actividades que transformam insumos em produtos finais, desde a aquisição de matérias-primas até a entrega do produto ao cliente (Cunha, *et al.*, 2022).

A produção interna é uma ferramenta poderosa para combater as variações cambiais e fortalecer a economia de um país. Ao diversificar a produção, agregar valor aos produtos, substituir importações e investir em inovação e tecnologia, as empresas e o governo podem construir uma economia mais resiliente e menos vulnerável aos choques externos. No entanto, é importante ressaltar que a produção interna deve ser acompanhada por políticas públicas adequadas e por um ambiente de negócios favorável para que possa gerar os resultados esperados (Cunha, *et al.*, 2022).

Descrição metodológica e análise dos resultados

No âmbito da delimitação temporal, o estudo colectou informações alusivas ao período correspondente ao período de 2022-2023, onde obtiveram-se dados que fundamentaram o estudo comparado. Quanto aos procedimentos de pesquisa, o artigo desenrolou-se a partir de um levantamento bibliográfico e documental, com base em anuências teóricas como livros, artigos e outras particularidades de documentos.

Segundo os fins que nortearam a elaboração da pesquisa, o estudo enquadra-se em um panorama descritivo, visto que premiou em identificar as principais estratégias económicas e como devem ser efectivadas para conter os efeitos perniciosos das variações cambiais, que por sinal é uma questão que afecta drasticamente o sector produtivo e de consumo em Angola.

As estratégias para conter os efeitos das variações cambiais e o caso de Angola

A taxonomia das estratégias para fazer face aos efeitos advindos das variações cambiais apresentadas nesta pesquisa converge com as mais utilizadas pelos países localizados na região da África Austral. Para o alcance dos objectivos propostos, optou-se pelas reservas internacionais e a intensificação da produção interna, que juntas ajudam a proteger a economia de um país contra os efeitos danosos das flutuações cambiais, com vista a promover um ambiente mais seguro para investimentos e o crescimento económico.

As reservas internacionais podem fornecer benéficos ao serem empregues quando a moeda nacional sofrer desvalorização excessiva, onde caberá ao Banco Central vender parte de suas reservas internacionais para comprar a moeda local, ao ajudar a fortalecer a moeda e a estabilizar o mercado cambial.

As reservas são utilizadas para o pagamento da dívida externa, por evitar que o País entre em um *default*³ e/ou sofra uma crise financeira. Grandes reservas internacionais demonstram a solidez da economia do Estado, ao atrair investimentos e financiamento estrangeiros e fortalecer a confiança dos mercados, com base os pressupostos estabelecidos nas secções anteriores:

- 🔊 Intervenção no mercado cambial;
- 🔊 Pagamento de dívidas externas;
- 🔊 Atracção e manutenção da confiança dos investidores.

Segundo os dados publicados pelo Fundo Monetário Internacional em 2023, os países com as maiores reservas internacionais são:

País

Reserva em bilhões de dólares americanos

<i>China</i>	3,626
<i>Japão</i>	1,272
<i>Suíça</i>	890
<i>Índia</i>	655
<i>Rússia</i>	599
<i>Taiwan</i>	570
<i>Arábia Saudita</i>	467
<i>Hong Kong</i>	456
<i>Coreia do Sul</i>	413
<i>África do Sul</i> ⁴	63,6

Fonte: adaptada de (FMI, 2023).

A nível das variações cambiais, em 2023 as reservas internacionais tiveram diferentes efeitos nos países da África Austral como o Botswana e a Zâmbia. Em 2023, as reservas internacionais do Botswana estavam em torno de USD 7,4 bilhões, representando aproximadamente 5,5 meses de importações (Banco Mundial, 2022). Essas reservas ajudaram a estabilizar a moeda local –

³ Circunstância político-económica onde o devedor (particular, empresa ou governo) não consiga pagar as dívidas.

⁴ Apesar de ser o País africano com as maiores reservas internacionais em 2023, no ranking mundial a África do Sul ocupa a 65º lugar.

o Pula, frente a flutuações cambiais, para proporcionar suporte económico em tempos de choques externos.

Durante este mesmo período na Zâmbia, as reservas aumentaram devido ao apoio do FMI, o que tem incluído a alocação de Direitos Especiais de Saque (DES) e reformas económicas internas. As reservas atingiram cerca de USD 2, 6 bilhões, suficientes para cerca de 3,7 meses de importações (Banco Mundial, 2022). Esse aumento reforçou a capacidade do país de sustentar sua moeda e financiar importações essenciais, além de melhorar a confiança dos investidores.

Angola terminou o ano de 2023 com reservas internacionais líquidas avaliadas em aproximadamente 14,5 bilhões de dólares, o que garantiu uma cobertura de mais de sete meses de importações, acima da recomendação mínima de três meses pelo FMI (Banco Mundial, 2023). Nesta senda, com base no contexto apresentado pelos países vizinhos supracitados, que apesar de possuírem reservas reduzidas em comparação a Angola de certa forma tiveram êxito em fazer face aos efeitos perniciosos das variações cambiais provenientes do sistema financeiro internacional, as reservas apresentam-se como uma estratégia salutar que podem ser utilizadas para incentivar a produção nacional, estabilizar o mercado cambial e investir em infra-estrutura que serve como um dos requisitos de atratividade.

Por outro lado, a intensificação da produção nacional pode promover a segurança cambial por ser capaz de produzir mais bens e serviços, o País pode aumentar suas exportações, gerar uma maior entrada de unidades monetárias internacionais e fortalecer a moeda local. Um aumento da produção interna pode reduzir a necessidade de importar produtos, diminuir a demanda por moeda estrangeira e contribuir para a estabilidade cambial. Uma economia em crescimento como é o caso de Angola, projecções de diversificação económica a alta taxa de produtividade, atrai mais investidores estrangeiros, o que também contribui significativamente para a estabilidade cambial, sendo que os ganhos se referem a:

- Aumento das exportações;
- Diminuição das importações;
- Atracção de investimentos.

A tabela abaixo que foi adaptada com base em dados do FMI e indicadores económicos associados, destaca como a intensificação da produção nacional ajudou a Zâmbia e o Botswana a enfrentar os efeitos negativos das variações cambiais decorrentes em 2023.

Ano	Indicador	Zâmbia	Botsuana
2022	Produção agrícola (% do PIB)	18,0%	2,3%
	Exportação Principal (Bilhões de USD)	Cobre – 7,1	Diamante – 4,1
	Variação Cambial (%)	-2,8% (Desvalorização do Kwacha)	-1,2% (Desvalorização do Pula)
2023	Produção agrícola (% do PIB)	19,2%	2,5%
	Exportação Principal (Bilhões de USD)	Cobre – 6,8	Diamante – 4,0
	Variação Cambial (%)	-2,5 (Desvalorização do Kwacha)	-1,0 (Desvalorização do Pula)

Na Zâmbia, a produção agrícola cresceu de 18,5% (2022) para 19,2% (2023), dado que indica maior foco no sector primário. Ao gerar mais produção local, a Zâmbia conseguiu reduzir a necessidade de importações de alimentos, diminuir a pressão sobre suas reservas internacionais e estabilizar parcialmente o Kwacha, que teve uma desvalorização menor ao longo dos anos (-2,8 em 2022 para -2,5% em 2023). A queda nas exportações de cobre (de 7,1 bilhões USD em 2021 para 6,8 bilhões USD em 2023) significou menor entrada de divisas no país. Isso normalmente teria causado maior desvalorização cambial. Entretanto, a expansão da agricultura ajudou a compensar essa perda, sustentou o PIB e reduziu o impacto directo das flutuações no câmbio.

No caso do Botswana, o sector agrícola cresceu de 2,3% do PIB em 2022 para 2,5% em 2023, facto indicador da diversificação económica. Esse aumento demonstra que o Botswana está a promover o sector não mineral para complementar as receitas dos diamantes, e ao fazer isso (diversificar a produção interna), o país reduziu sua dependência das exportações de diamantes, que caíram de 4,1 bilhões USD em 2022 para 4,0 bilhões USD em 2023. Isso ajudou a estabilizar o Pula, cuja desvalorização diminuiu progressivamente (-1,2% em 2022 para -1,0% em 2023). A diversificação e intensificação da produção nacional possibilitou o uso da moeda

local em actividades internas, como o consumo de bens agro-pecuários, o que levou a redução da necessidade de divisas.

Angola que registrou uma desvalorização cambial do Kwanza em torno de -10,3% em 2022 para -6,7% em 2023 (FMI, 2023), encontra no exemplo da Zâmbia e do Botswana a demonstração clara de como a produção nacional pode ser usada como estratégia afectiva para conter os efeitos perniciosos das variações cambiais, isto pode ser introduzido pela implementação de estratégias focadas a diversificação económica e o fortalecimento da produção nacional que aposta em produtores locais, tendo em conta que tais métodos, além de ampliarem a base económica, diminuem a dependência do mercado externo e garantem maior resiliência económica.

CONCLUSÃO

O estudo detalhou como Angola pode usar as suas reservas internacionais e a produção nacional como ferramentas estratégicas para mitigar os efeitos perniciosos das variações cambiais, com base nos dados fornecidos pelos indicadores do FMI e do Banco Mundial, e na análise comparativa com as experiências de Zâmbia e Botswana.

As reservas internacionais de Angola, que em 2023 estavam orçadas em USD 13,8 bilhões (segundo o Banco Mundial), são um activo crucial para a estabilização da economia em tempos de pressão cambial. A utilização eficaz dessas reservas pode auxiliar na suavização da volatilidade do câmbio, como observado em outros países africanos, como a Zâmbia, que usou suas reservas para intervirem directamente no mercado cambial e reduzir a desvalorização de sua moeda. Angola pode adoptar uma abordagem similar, por vender moeda estrangeira no mercado quando o kwanza enfrentar grandes quedas, garantir uma estabilidade cambial e proteger os consumidores contra a inflação.

Existe a possibilidade de usar o Fundo Soberano para investir em activos diversificados e sustentáveis, acção que pode não só garantir uma maior resiliência económica, como também servir para amortecer os choques externos, caso a economia angolana precise enfrentar novos cenários de alta volatilidade no mercado de *commodities*, como o petróleo.

Angola enfrenta um grande desafio em sua dependência do petróleo, que representou cerca de 30,2% do PIB em 2023 (segundo o FMI). No entanto, a diversificação económica pode reduzir a vulnerabilidade do país a choques externos. A promoção de sectores não petrolíferos, como agricultura, indústria e manufactura, e serviços pode gerar mais produtos de exportação e diminuir a dependência de importações. A expansão da agricultura, que representou 8,8% do

PIB em 2023, pode ser uma alavanca importante para aumentar a produção local, reduzir a pressão sobre as reservas de moeda estrangeira e melhorar a balança de pagamentos

Para mitigar os efeitos das variações cambiais, Angola precisa adoptar uma abordagem integrada que combine a gestão eficaz das reservas internacionais com a expansão da produção nacional. A diversificação económica e a promoção de sectores não petrolíferos, como a agricultura e a manufactura, são essenciais para reduzir a exposição a choques cambiais e fortalecer a posição do país no cenário global. Além disso, a transparência na gestão das reservas e o planeamento de longo prazo para a infra-estrutura e a educação são fundamentais para criar um ambiente económico mais estável e resiliente.

Com a implementação de políticas económicas adequadas e o uso estratégico de suas reservas internacionais, Angola pode não apenas mitigar os impactos das variações cambiais, mas também criar as bases para um futuro mais próspero e diversificado.

Referências Bibliográficas

- Banco Mundial. (2022). *International Reserves and Foreign Currency Liquidity*. The World Bank Group. The World Bank Group - <https://data.worldbank.org/indicator/IT.RES.TOTL.CD>
- Banco Mundial. (2023). *World Development Indicators*. The World Bank Group - <https://data.worldbank.org/indicator>
- Banco Mundial. (2023). *Angola: Country Overview*. The World Bank Group. The World Bank Group - <https://www.worldbank.org/en/country/angola>
- Barbosa, L. O. (2017). *Determinantes da taxa real de câmbio de longo prazo: teoria e evidência*. UFMG/Cedeplar.
- BNA, B. N. (2017). *Relatório de Inflação I trimestre*.
- Castro, L. P., & Barboza, F. (2021). Eficiência do Mecanismo do Contrato Futuro de Operações de Hedge em Derivativos Agropecuários: Um Estudo Sobre A Cana-De-Açúcar. . *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, V.15, n°2*, pp. 17-35.
- Costa, J. (2021). *A Política Cambial e os Desafios do Século XXI*. Lusitana,.
- Cunha, E., & Al, E. (2022). *O impacto da variação cambial na inflação e suas consequências nas classes mais baixas*.

- Fonseca, A. R. (2013). *O impacto das oscilações da taxa de câmbio na rentabilidade das empresas e do mercado*. Leiria.
- Frazão, M. C. (2020). *Evolução da política cambial em Portugal: o impacto do euro*. UNL.
- Girardi, A. (2016). *OS IMPACTOS DA VARIAÇÃO CAMBIAL NOS RESULTADOS DAS EMPRESAS AVÍCOLAS E AS FERRAMENTAS DE HEDGE PARA MINIMIZÁ-LOS*.
- Ndosi, N. (2019). *A Política Monetária Angolana no contexto da Economia Internacional*.
- Ribeiro, L. (2022). *Taxa de câmbio e diferencial de juros: indo além das visões parciais*.
- Rossi, P. (2016). *Taxa de câmbio e política cambial no Brasil*. São Paulo: FGV.
- Souza, B. M. (2022). *Um estudo sobre Hedge cambial no Brasil, seus custos e benefícios*. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Economia.
- Souza, D. K. (2018). *O impacto das variações cambiais nas exportações do milho e do algodão*. UFSCar - CCGT/PPGEc.